

Elis do Nascimento Silva

**ENTRE *AQUELES QUE INCOMODAM*: A PRÁXIS
ANTROPOLÓGICA NA RELAÇÃO ENTRE HIDRELÉTRICAS
E POVOS INDÍGENAS NO SUL DO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre/a em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edviges Marta Ioris

**Florianópolis
2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Elis do Nascimento

Entre aqueles que incomodam : a práxis antropológica na
relação entre hidrelétricas e povos indígenas no sul do
Brasil / Elis do Nascimento Silva ; orientadora, Prof^a.
Dr^a. Edviges Marta Ioris - Florianópolis, SC, 2016.

238 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Povos Indígenas. 3.
Hidrelétricas. 4. Projeto Uruguai. 5. Silvio Coelho dos
Santos. I. Ioris, Prof^a. Dr^a. Edviges Marta . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Antropologia Social. III. Título.

ELIS DO NASCIMENTO SILVA

**ENTRE *AQUELES QUE INCOMODAM*: A PRÁXIS
ANTROPOLÓGICA NA RELAÇÃO ENTRE HIDRELÉTRICAS
E POVOS INDÍGENAS NO SUL DO BRASIL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Antropologia Social, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2016.

Prof.^a Dr.^a. Vânia Zikan Cardoso
(Coordenadora do PPGAS/UFSC)

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Edviges Marta Ioris (Orientadora – PPGAS/UFSC)

Prof.^o. Dr.^a. Maria Macedo Barroso (PPGSA/IFCS/UFRJ)

Prof.^o. Dra.^a Maria José Reis (Aposentada/UFSC)

Prof.^a Dr.^a. Antonella Maria Imperatriz Tassinari (PPGAS/UFSC)

Prof.^o. Dra.^a. Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC)

*À Serena e à minha mãe, Márcia, por
me ensinarem a força do Amor...*

AGRADECIMENTOS

O caminhar para a realização dessa dissertação foi, para mim, repleta de aprendizados em muitos sentidos, sendo um deles o reconhecimento das pessoas que tanto me auxiliaram em cada passo que me trouxe até aqui.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha mãe Márcia por toda a demonstração de amor e apoio incondicionais ao longo do percurso do mestrado e da escrita dessa dissertação, sendo seus auxílios fundamentais para que eu tivesse a confiança necessária para atravessar os obstáculos que se apresentaram em alguns momentos e tranquilidade com relação à minha filha Serena. Agradeço à você, filha, pela força, carinho e compreensão diante de minhas ausências nesses dias passados e pela inspiração que representa em minha caminhada para melhorar sempre, no sentido do Amor. Ao Alidor, pela compreensão e apoio à nossa família durante toda a movimentação do mestrado e escrita desta dissertação.

Agradeço, de forma especial, à minha orientadora Edviges, pelo incentivo determinante para que eu continuasse nessa caminhada acadêmica e por conduzir-me, constantemente, de *modo artesanal* pelo processo (auto)reflexivo que consiste o ato de escrever. Agradeço-lhe a compreensão e paciência com minhas limitações, os conhecimentos que me ensinou com confiança e os momentos onde a firmeza na condução dos passos em trechos mais íngremes levaram-me para melhores condições no tecer da escrita.

Quero, também, agradecer à professora Maria José, pelo constante apoio e disposição sempre generosa em me auxiliar com informações, documentos e outras fontes que possibilitaram-me registrar com mais clareza os acontecimentos relacionados ao contexto abordado nessa dissertação.

À Joziléia Daniza, amiga e colega de mestrado que tanto admiro, e seu companheiro Rafael (e o Tatá!), por me receberem de forma tão afetuosa em sua casa durante minha ida à Xanxerê e Chapecó, levando-me às TIs Xaçepó e Toldo Chimbangue.

Agradeço às lideranças Kaingang Getúlio Narsizo, ao Cacique Osmar (TI Xaçepó) e ao Cacique Idalino (TI Toldo Chimbangue) por terem gentilmente me recebido em suas terras e compartilhado suas experiências relacionadas às hidrelétricas na região. Também, agradeço ao Antônio e Seu Sebastião, da Coordenação Local Regional da FUNAI, em Chapecó, pela cordialidade e conversas concedidas.

Agradeço às antropólogas Neusa Bloemer e Alicia Barabas, e aos antropólogos Miguel Bartolomé e Ricardo Cid Fernandes, pela atenção especial e conversas frutíferas que muito me ajudaram a compreender questões importantes durante a realização desta pesquisa.

À professora Antonella Tassinari, agradeço o acolhimento e carinho oferecidos em alguns dos momentos desafiadores da pesquisa, a exemplo de sua oficina [terapêutica] de escrita que foi bem importante para mim e, certamente, para os demais colegas que participaram.

Ao Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI), por ser um lugar de grandes encontros, aprendizados, amizades e diálogos nesse “fazer antropológico”. Agradeço pela oportunidade concedida de conviver ainda mais neste núcleo através desta pesquisa em seu acervo e pela cumplicidade dos colegas Diógenes Cariaga, Géssia, João Carlos, Thayse, Fátima, Thiago, Rafael e dos que sempre chegam, renovando seu coletivo: meu obrigada pelos momentos partilhados!

Quero agradecer também o encontro nesse trajeto com meus colegas do PPGAS, da turma de mestrado de 2014: Danielli, Beatriz, Lady Fátima, João Rodrigo, Igor, Luisa, João Paulo, Roberta, Hélder, Marino, Joziléia, Naíla, Caroline, Géssia, Kamilla, Lorena, Marcelo, Camila Kin, Camila Marinelli, Lianor, Fátima Satsuki, Julia e Virginia Nunes. Foi muito boa nossa convivência, espero mais encontros e desejo prosperidades nas escolhas de cada um(a) de vocês!

Aos secretários do PPGAS, Ana Corina e José Carlos, pelo atendimento sempre fraterno na resolução dos problemas e burocracias, tornando-os mais suaves.

Ao CNPq pelo apoio financeiro, possibilitando-me a dedicação à realização do mestrado.

Aos amigos do *Cine Demarque*, projeto que tanto nos trouxe esperança e ânimo nas ações para além dos textos, meus agradecimentos aos intensos movimentos que compartilhamos em cada exibição! Grata Thiago, Iclícia, Vivi, Nuno, Mítia, Isabelli, Ítalo, Géssia e apoiadores pelos encontros. Às professoras Dorotheia Darella e Sônia Maluf pelo apoio através do MARque.

Quero agradecer, especialmente, às/aos amigas/os que me fortaleceram de diversas formas em muitos momentos desse caminhar, mostrando-me o quanto a amizade é fundamental para vermos além e descobriremos novos horizontes dentro e fora de nós mesmos. Minha profunda gratidão à Géssia Cristina, Thiago Arruda, Viviane Vasconcelos, Fátima Puertas, Danielli Katherine, Thyarê, e outras/os que também participaram e fazem parte de minha vida, pelos incontáveis auxílios e afetos demonstrados em cada gesto comigo.

À União do Vegetal e ao Mestre Gabriel, por guiar e iluminar meu caminho em todos os momentos, conduzindo-me com Luz, Paz e Amor pelas florestas da Vida.

Por fim, agradeço ao professor Silvio Coelho dos Santos (*in memoriam*), pela vida e trajetória dedicadas aos povos indígenas.

“(...) E hoje nós somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança, de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar àqueles que não tem o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação. Que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas. Um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado de jeito nenhum como um povo que é inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da Nação, e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena, tem regado com sangue, cada hectare dos oito milhões dos quilômetros quadrados do Brasil – os senhores são testemunhas disso. Eu agradeço a presidência desta Casa, agradeço aos senhores, e espero não ter agredido com as minhas palavras o sentimento dos senhores que se encontram nessa Casa”.

(Discurso de Ailton Krenak durante a Assembléia Constituinte, 04 de setembro de 1987).

“Foi junto à eles que aprendemos a valorizar a vida simples e o riso franco. Foi junto a eles que conseguimos entender a sociedade em que vivemos”

(Silvio Coelho dos Santos, 1987).

RESUMO

A política energética brasileira, consolidada na década de 1970, atrelou-se ao modelo de desenvolvimento econômico e industrial proposto pelos governos militares a partir de 1964, período em que grandes projetos hidrelétricos começam a ser implantados em algumas regiões do país através de um planejamento estratégico do Estado brasileiro. Neste contexto, a Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A) formulou um projeto para a exploração integral do potencial energético da bacia do rio Uruguai (SC/RS), denominado *Projeto Uruguai*, o qual previa a implantação de cerca de 22 aproveitamentos hidrelétricos em seu trecho nacional. Entretanto, os locais selecionados para a implantação desse conjunto de hidrelétricas na bacia do rio Uruguai correspondem aos territórios tradicionalmente ocupados pelas populações indígenas originárias dessa região, como as Kaingang e Guarani, constituindo os efeitos dos empreendimentos propostos pela Eletrosul uma ameaça à vida e aos direitos desses povos. Visto o cenário nacional e internacional no qual é concebido e formulado o Projeto Uruguai, nos anos 1970, a Eletrosul realizou naquele período uma série de estudos para o levantamento do potencial energético da bacia do rio Uruguai e convidou, por intermédio do Grupo de Estudos do Rio Uruguai (GERU), o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da (PPGCS/UFSC), representado à época pelo professor Silvio Coelho dos Santos, para a realização de estudos antropológicos sobre os possíveis efeitos das hidrelétricas propostas às populações indígenas desta região hidrográfica do Sul do Brasil. Elaborados durante o regime de ditadura civil-militar que se impunha no país, num contexto marcado por denúncias de práticas de genocídio e etnocídio pela política indigenista brasileira, o antropólogo Silvio Coelho dos Santos realizou, junto às equipes de pesquisadores/as coordenadas por ele, estudos acerca dos potenciais efeitos deletérios desse conjunto de hidrelétricas às populações indígenas da bacia do rio Uruguai, nos anos 1970 e 1980. Esses estudos são considerados pioneiros no histórico de relacionamento entre o Setor Elétrico, a Antropologia e os Povos Indígenas no país. A partir do espólio documental contido no acervo do professor e antropólogo Silvio Coelho dos Santos, situado no Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI/UFSC), bem como das representações de alguns/mas interlocutores/as envolvidos/as, esta pesquisa busca reconstituir, compreender e analisar as relações entre os projetos hidrelétricos, os Povos Indígenas e a Antropologia no Sul do Brasil, de

forma especial nos anos 1970 e 1980, a partir do estudo de caso da *práxis* de Silvio Coelho dos Santos no âmbito do *Projeto Uruguai*.

Palavras-Chave: Povos Indígenas; Hidrelétricas; Projeto Uruguai; Antropologia; Silvio Coelho dos Santos.

ABSTRACT

The Brazilian energy policy consolidated in the 1970s was related to the model of economic and industrial development proposed by the military governments since the coup in 1964, when huge hydroelectric projects began to be implemented in some regions of the country through strategic planning of the Brazilian State. In this context, the Eletrosul (Electric Company of Southern Brazil S.A) formulated a project to fully exploit the energy potential of the Uruguay River basin (SC/RS), called *Uruguay Project*, which estimated the implementation of approximately 22 dam projects in its national stretch. However, the sites selected for the implementation of these hydroelectric dams in the Uruguay River basin pass through the territories traditionally occupied by indigenous communities, such as the Kaingang and Guarani. Thus, the effects of these projects proposed by Eletrosul are a threat to the lives and rights of these First Nations. Considering the national and International scenario in which the Uruguay Project was conceived and formulated, the Eletrosul conducted, during that period (1970s), a series of studies to survey the energy potential of the Uruguay River basin and invited - through the Uruguay River Study Group (GERU), the Postgraduate Program in Social Sciences of the Federal University of Santa Catarina (PPGCS/UFSC) - the professor Silvio Coelho to carry out anthropological studies to measure the possible consequences of the hydroelectric plants to the indigenous communities of this hydrographic region. Although in a dictatorial context, in the 1970s and 1980s, marked by practices of genocide and ethnocide carried out by Brazilian indigenous policies, the anthropologist Silvio Coelho dos Santos accomplished with the teams of researchers coordinated by him, studies on the deleterious effects of this set of hydropower to the indigenous populations of the Uruguay River basin. These studies are considered pioneers in the historical relationships between the Electric Sector, Anthropology and the Indigenous Peoples in the country. This research intent to understand the relationships between hydroelectric projects, indigenous communities and anthropology in Southern Brazil, by doing a case study of the praxis of Silvio Coelho dos Santos in the Uruguay Project setting, analyzing both his documentary collection localized in the Nucleus of Studies of Indigenous Populations (NEPI/UFSC) and the representations of some interlocutors that were involved.

Keywords: Indigenous Peoples; Hydroelectric; Uruguay Project; Anthropology; Silvio Coelho dos Santos.

RESUMEN

La política energética brasileña consolidada en la década de 1970, se adhirió al modelo económico e industrial propuesto por los gobiernos militares a partir de 1964, periodo en el que megaproyectos hidroeléctricos comienzan a ser implantados en algunas regiones del país, por medio un plan estratégico del Estado brasileño. En este contexto, la Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A), formuló un proyecto para la explotación integral del potencial energético de la cuenca del río Uruguai (Santa Catarina/Rio Grande do Sul), denominado *Proyecto Uruguay*, el cual disponía la implantación de aproximadamente 22 aprovechamientos hidroeléctricos en su trecho nacional. Sin embargo, los lugares seleccionados para la implantación de ese conjunto de hidroeléctricas en la cuenca del río Uruguai, corresponden a los territorios tradicionalmente ocupados por los pueblos indígenas originarios de esa región, como los Kaingang y Guarani. De esta manera, los emprendimientos propuestos por la Eletrosul constituyen una amenaza a la vida y a los derechos de esos pueblos. Considerando el escenario nacional e internacional en el cual es concebido y formulado el *Proyecto Uruguay* en los años de 1970, la Eletrosul realizó en ese periodo una serie de estudios para calcular el potencial energético de la cuenca del río Uruguai y, por medio del Grupo de Estudos do Rio Uurguai (GERU), invitó al Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da (PPGCS/UFSC), representado en esa época por el profesor Silvio Coelho dos Santos, para la realización de estudios antropológicos para evaluar los posibles efectos de las hidroeléctricas propuestas, para los pueblos indígenas de esta región hidrográfica del Sur del Brasil. Durante el régimen de dictadura civil-militar que se imponía en el país en un contexto marcado por denuncia de prácticas de genocidio y etnocidio de la política indígena brasileña, el antropólogo Silvio Coelho dos Santos realizó con los equipos de investigadores (as) coordinados por él, estudios acerca de los potenciales efectos corolarios de ese conjunto de hidroeléctricas sobre las poblaciones indígenas de la cuenca del río Uruguai entre los años 1970-1980. Dichos estudios son considerados pioneros en la relación histórica entre el Sector Eléctrico, la Antropología y los Pueblos Indígenas del País. A partir de un *espólio documental* del acervo del profesor y antropólogo Silvio Coelho dos Santos, que reposa en el Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI/UFSC), así como de las representaciones de algunos/as interlocutores/as involucrados/as, esta pesquisa busca reconstruir, comprender y analizar las relaciones entre

los proyectos hidroeléctricos, los Pueblos Indígenas y la Antropología en el Sur del Brasil, especialmente entre los años de 1970 a 1980, con base en el estudio de caso de la *práxis* de Silvio Coelho dos Santos en el ámbito del *Proyecto Uruguay*.

Palabras-Claves: Pueblos Indígenas; Hidroeléctricas; Proyecto Uruguay; Antropología; Silvio Coelho dos Santos.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Parte do Acervo de Silvio Coelho dos Santos, situado no NEPI.....	49
Imagem 2 - “ <i>Homens e mulheres Tükuna, participando de uma derrubada na floresta</i> ” (denominação original do documento). Fotografia realizada por Silvio Coelho dos Santos, em junho de 1962, durante a pesquisa de campo em Benjamin Constant (Amazonas).	112
Imagem 3 - “ <i>Bernardino, chefe do Posto Indígena, Ticunas</i> ” (denominação original do documento). Fotografia realizada por Silvio Coelho dos Santos, em junho de 1962, durante a pesquisa de campo em Benjamin Constant (Amazonas).....	112
Imagem 4 - Silvio Coelho dos Santos em trabalho de campo junto aos Ticuna no Alto Solimões (AM), 1962.....	113
Imagem 5 - Vista parcial da Barragem Norte, situada na T.I Ibirama/Laklãnõ. Foto de Silvio Coelho dos Santos, 1991.....	122
Fonte: AVISC; Santos (1997: 123).	122
Imagem 6 - “Olhar de tristeza junto à ‘grande obra’ de engenharia” (denominação original do documento). Foto de Silvio Coelho dos Santos, 1991.....	123
Imagem 7 - “Acampados junto à barragem, os indígenas Xokleng protestam e exigem a retomada das negociações para o cumprimento do processo indenizatório” (denominação original do documento). Foto de Silvio Coelho dos Santos (1997).	123
Imagem 8 - Terra Indígena Xapecó e as linhas de transmissão.....	144
Imagem 9 - Linhas de Transmissão de alta tensão instaladas pela Eletrosul e Celesc dentro da T.I Xapecó (SC) nos anos 2000.....	144
Imagem 10 - “ <i>Ocupações do espaço</i> ” (legenda original do documento). Fotografia de Silvio Coelho dos Santos, realizada em 1994, durante a pesquisa sobre os efeitos da hidrelétrica Itaipu-Binacional para a população Guarani da TI Ocoí (PR).	168
Imagem 11 - Silvio Coelho dos Santos e as pesquisadoras Anelise Nacke e Cátia Weber durante a pesquisa de campo junto aos Guarani da TI Ocoí (PR), em 1994.....	168
Imagem 12 - "Reunião da Comunidade sede da TI Cacique Doble" (denominação original). Foto de José Otávio Catafesto, 1998.....	173
Imagem 13 - "Reunião da Comunidade sede da TI Cacique Doble" (denominação original). Foto de José Otávio Catafesto, 1998.	173

Imagem 14 - Mobilização dos indígenas Kaingang e Guarani na TI Nonoai (RS), em 1978.	190
Imagem 15 - Silvio Coelho dos Santos com o <i>Kujá</i> (liderança espiritual Kaingang) Vicente Fokãe Fernandes, da TI Xapecó.....	206

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Bacia do rio da Prata e suas sub-bacias.....	83
Mapa 2 - Grandes e Pequenas Centrais Hidrelétricas na Bacia do rio Uruguai.....	96
Mapa 3 - Hidrelétricas inventariadas pela Eletrosul no Projeto Uruguai.....	106
Mapa 4 - Hidrelétricas e Terras Indígenas na bacia do rio Uruguai....	175
Mapa 5 - Áreas de ocupação dos Povos Indígenas no Sul do Brasil...	179

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ANAI	Associação Nacional de Apoio ao Índio
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ARPINUL	Articulação dos Povos Indígenas do Sul
AVISC	Acervo Virtual Sílvia Coelho dos Santos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRDES	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CADAL	Centro Antropologico de Documentacion de America Latina
CANAMBRA	Consórcio Canadense-Americano-Brasileiro
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CCMA	Comitê Consultivo de Meio Ambiente
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica (RS)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CF	Constituição Federal
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIER	Comissão de Integração Energética Regional
CMBEU	Comissão Mista Brasil-EUA
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores / S.A
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CRAB	Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CRL	Coordenação Regional Local
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A
ENERSUL	Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul
ESG	Escola Superior de Guerra
FAPEU	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEAM	Consórcio Grupo de Empresas Associadas Machadinho
GERASUL	Centrais Geradoras do Sul do Brasil S/A
GERU	Grupo de Estudos do Rio Uruguai
GID	Divisão de Gestão da Informação e Documentação
HCBP	Harvard Central Brazil Project
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Infra-estruturas Regionais Sul-americanas
INCRA	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPARJ	Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro
JK	Juscelino Kubitschek
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MARqueE	Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC Professor Oswaldo Rodrigues Cabral

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério das Minas e Energia
MN	Museu Nacional
MW	Megawatts
NEPI	Núcleo de Estudos de Populações Indígenas
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OLADE	Organização Latino-Americana de Energia
ONG	Organização Não-governamental
ONISUL	Organização das Nações Indígenas do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDE	Plano Decenal de Expansão de Energia
PDMA	Plano Diretor de Meio Ambiente
PI	Posto Indígena
PIN	Programa de Integração Nacional
PNE	Plano Nacional de Eletrificação
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PRODEC	Projetos de Desenvolvimento Comunitários
RADAM	Radar Amazônia
RIMA	Relatórios de Impacto Ambiental
SCS	Silvio Coelho dos Santos
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

TI	Terra Indígena
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UHE	Usina Hidrelétrica
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	31
1.1 O TEMA E A PROPOSTA DA DISSERTAÇÃO	31
1.1.1 (Re)Encontro com o tema... ..	31
1.1.2 A trajetória do professor Silvio Coelho dos Santos	36
1.1.3 O Acervo de Silvio Coelho dos Santos e o Projeto Uruguai... ..	38
1.1.4 Hidrelétricas, Povos Indígenas e Antropologia.....	42
1.2 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	49
1.2.1 A descoberta de “anéis” e “alianças”	49
1.2.2 O “retorno” ao autor e sua obra	57
1.2.3 <i>Para além dos arquivos: o levantamento de outras fontes de informações e discursos</i>	60
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA ENERGÉTICA, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E CIÊNCIA: DE ENCONTRO AOS INDÍGENAS E À ANTROPOLOGIA	65
2.1 A POLÍTICA ENERGÉTICA NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX.....	67
2.1.1 Do Carvão às Hidrelétricas: Políticas Energéticas no encaço do desenvolvimento	67
2.1.2 Ciência, planejamento energético estratégico e os grandes projetos hidrelétricos	74
2.2 OS ESTUDOS E PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL	87
2.3 O <i>PROJETO URUGUAI</i> E OS ESTUDOS DE INVENTÁRIO HIDROENERGÉTICO DA BACIA DO RIO URUGUAI (SC/RS).....	89
2.4 OS BARRAMENTOS, OS ÍNDIOS E A ANTROPOLOGIA NA UFSC.....	96
CAPÍTULO 2 - O FAZER ANTROPOLÓGICO NA RELAÇÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS E O PROJETO HIDRELÉTRICO URUGUAI	109
3.1 SOBRE “FIARES” E ANTECEDENTES AO <i>PROJETO URUGUAI</i> REVELADOS NO ACERVO	109
3.1.1 O encontro de Silvio Coelho dos Santos com a Antropologia e a emergência da Etnologia Indígena no Sul do país.....	109
3.1.2 O encontro com as Barragens em Terras Indígenas	118

3.1.3 As articulações teórica e política de antropólogos na América Latina: notas sobre a Reunião de Barbados e a participação de Silvio Coelho dos Santos.....	124
3.2 OS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS DA UFSC SOBRE O PROJETO URUGUAI.....	134
3.2.1 O primeiro estudo: “Projeto Uruguai – Os Barramentos e os Índios”.....	134
3.2.2 Das alianças e percalços na realização dos estudos.....	145
3.2.3 Os estudos de 1980 e 1988.....	152
3.3 AS BARRAGENS NO URUGUAI: PORÉM, DE VOLTA A ACADEMIA.....	163
3.3.1 Outras e mais pesquisas: os efeitos das hidrelétricas sobre povos e terras indígenas.....	166
3.3.2 UHE Machadinho.....	171
CAPÍTULO 3 - OS POVOS INDÍGENAS, A ANTROPOLOGIA E O DIREITO: SOBRE DIÁLOGOS E MOVIMENTOS NO SUL DO BRASIL.....	177
4.1 OS POVOS INDÍGENAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI (SC/RS) E A POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL.....	177
4.1.1 “<i>Aqueles que incomodam</i>”: os índios em movimento no Sul do país e a luta pela terra.....	184
4.2 A PRÁXIS ANTROPOLÓGICA EM RELAÇÃO AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E AS HIDRELÉTRICAS.....	193
4.2.1 A Antropologia em diálogo com o Direito.....	193
4.2.2 O renascer da ABA.....	201
4.3 O GURU ENTRE “<i>AQUELES QUE INCOMODAM</i>”: NOTAS SOBRE A ATUAÇÃO DE SILVIO COELHO DOS SANTOS.....	203
TECENDO CONCLUSÕES.....	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	209
APÊNDICE.....	231
ANEXOS.....	233
ANEXO 1 – MAPA “ALTERNATIVA III: BARRAGENS SELECIONADAS, BACIA DO RIO URUGUAI, E LOCALIZAÇÃO DOS TOLDOS INDÍGENAS QUE ELAS AFETARÃO” (ORIGINAL DO DOCUMENTO).....	234

ANEXO 2 – QUADRO “HIERARQUIZAÇÃO DOS APROVEITAMENTOS”.....	235
ANEXO 3 – “QUADRO SÍNTESE DOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS PARA AS POPULAÇÕES TRIBAIS” (ORIGINAL DO DOCUMENTO).	236
ANEXO 4 – ARTIGO DE SILVIO COELHO DOS SANTOS SOBRE A BARRAGEM NORTE NA TI IBIRAMA LAKLÂNÕ (SC).....	237
ANEXO 5 - TOLDOS E POSTOS INDÍGENAS AMEAÇADAS PELAS HIDRELÉTRICAS PROPOSTAS À IMPLANTAÇÃO NA <i>BACIA DO RIO URUGUAI</i> (SC/RS) E IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTURAIS (GALVÃO, 1960).....	238

1 INTRODUÇÃO

1.1 O TEMA E A PROPOSTA DA DISSERTAÇÃO

1.1.1 (Re)Encontro com o tema...

Todos os caminhos que eu escolha trilhar para apresentar esta dissertação me levam, impreterivelmente, à necessidade de relatar como cheguei a este tema ou, como percebo, o modo como este tema chegou até mim.

Quando ainda era aluna do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, no ano de 2007, cheguei ao Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI) para submeter-me à uma seleção de bolsistas para participar do projeto de pesquisa “*Projetos de desenvolvimento e suas consequências sociais às populações locais*”, idealizado pelo professor Sílvio Coelho dos Santos, fundador e então coordenador do NEPI, que faleceu em 2008.

Apesar de meu grande interesse por questões relacionadas ao meio ambiente e comunidades tradicionais, e minha busca por uma “veia” ambientalista dentro do curso de Ciências Sociais, não me havia ainda chamado a atenção os modos de implementação dos projetos de desenvolvimento e suas consequências sociais, especialmente os que afetam as populações indígenas. Assim, ao ser selecionada pelos professores Sílvio Coelho dos Santos e Antonella Imperatriz Tassinari para participar daquele projeto como bolsista Pibic/CNPq durante o período de 2008 a 2011, percebi o quão especial consistia a oportunidade de ser “iniciada” nesta problemática através do professor Sílvio Coelho dos Santos (SCS). Apesar de meu desconhecimento, à época, acerca da importância deste pesquisador, inicialmente intuí que era uma sorte a chance de ser conduzida por este antropólogo rumo à compreensão dos diversos aspectos envolvidos na implantação dos projetos de desenvolvimento, sobretudo os hidrelétricos, e seus efeitos sobre as populações locais.

A participação naquele projeto de pesquisa culminou na elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Estudos Ambientais Simplificados e o *Movimento Rio Cubatão Vivo*: um estudo de caso sobre um projeto de instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em Santa Catarina” (Silva, 2011). Nele, abordei os modos de reação e resistência popular à instalação de PCHs no município de Santo Amaro da Imperatriz (SC). Entretanto, em outubro de 2008 uma fatalidade ocorreu, e foi sentida pela maioria da

comunidade acadêmica, que consistiu no falecimento do professor Silvio Coelho dos Santos. Com a sua partida, meu TCC foi concluído sob orientação e acolhimento incomparáveis das Prof^{as}. Dr^{as}. Antonella Tassinari, Maria José Reis e Edviges Marta Ioris.

Naquele breve tempo de contato com o professor Sílvio Coelho dos Santos (SCS) e a linha de pesquisa referente aos projetos de desenvolvimento e populações locais (de forma especial, os povos indígenas), pude aprender sobre a complexidade envolvida nesse campo de estudos da Antropologia. Essa percepção, ainda que inicial, originou-se através das reuniões realizadas nos seminários sobre populações indígenas e, também, de visitas recorrentes de indígenas, pesquisadores, indigenistas e de outros representantes de grupos sociais que se dirigiam ao NEPI à procura do professor Silvio. Nestes seminários, discutíamos principalmente sobre assuntos suscitados pelas leituras de textos previamente selecionados pelo professor Silvio ou por algum/a pesquisador/a convidado/a, os quais geralmente traziam temas como: direitos humanos, relações interétnicas, projetos de desenvolvimento e seus efeitos às populações envolvidas, estudos etnológicos sobre povos indígenas, a atuação da antropologia em casos específicos, entre outros. Interessante lembrar que o professor Silvio frequentemente relacionava os assuntos levantados nos seminários com algumas das experiências de sua trajetória, sendo estes momentos de importantes aprendizados aos/as participantes, pois propiciava questionamentos sobre especificidades dos assuntos que trazia, na maioria dos casos dialogando através de um bom humor e cordialidade que lhes eram característicos.

Uma das tarefas demandadas pelo professor à mim, na condição de bolsista de Iniciação Científica/CNPq, era a de ficar sempre atenta às movimentações e conversas que se realizavam no Núcleo e que eu registrasse minhas percepções em um caderno que ele me presenteou em uma de nossas primeiras reuniões, um incentivo ao exercício etnográfico em minhas atividades na iniciação científica. Um exemplo de como o professor Silvio orientava seus bolsistas para além dos textos discutidos nos seminários, pode ser demonstrado no caso da visita de uma antropóloga da Fundação Nacional do Índio - FUNAI (RS), em agosto de 2008, no NEPI, para um diálogo com o professor sobre os processos de indenização e compensação aos indígenas da T.I Cacique Doble (RS), concernentes à implantação da hidrelétrica Machadinho. Em decorrência de algumas perguntas que eu havia feito em dias anteriores ao professor Silvio sobre as transformações no modo de vida Kaingang pelo contato com a sociedade não-indígena, ele delegou-me a seguinte tarefa para que eu chegasse à uma compreensão: “- *Pergunte à ela como*

a FUNAI compreende e se posiciona em relação à situação dos índios na cidade”. Assim fiz e percebi a importância da atitude pedagógica do professor de encaminhar e incentivar que eu mesma buscasse a resposta com aquela interlocutora. Através da resposta da antropóloga, pude esclarecer uma dúvida sobre a situação atual dos Kaingangs quando em contato intenso com a sociedade regional nas cidades e, também, sobre a atuação representativa do órgão indigenista diante das transformações das relações interétnicas no sul do país.

Após a conclusão da graduação em Ciências Sociais na UFSC, no ano de 2011, segui para a Amazônia para conhecer a região (desejo antigo) e também devido às hidrelétricas que estavam em construção no Estado de Rondônia, as UHEs Santo Antônio e Jirau, ambas implantadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Tinha contatos pessoais e me dirigi para Porto Velho (RO), onde pude acompanhar o processo de construção destas barragens e o modo como afetariam diversas populações ribeirinhas e indígenas da região.

Em consequência aos conhecimentos aprendidos durante a graduação e o tempo profícuo de observação direta desses grandes empreendimentos, fui convidada a participar, em 2011, do projeto desenvolvido pelo Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA)¹, denominado “Fortalecimento Comunitário e reconhecimento de direitos para a melhoria da qualidade de vida e da saúde coletiva da Reserva Extrativista (RESEX) Cuniã”, o qual estava sendo realizado em parceria com a Universidade Federal de Rondônia

¹ O Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia (NAPRA) é uma organização não-governamental e sem fins lucrativos que tem como objetivo principal contribuir para o fortalecimento das comunidades ribeirinhas do baixo rio Madeira no que tange às estratégias de organização e mobilização comunitárias visando a garantia de acesso aos direitos sociais e a construção participativa de políticas públicas no contexto regional, junto aos poderes locais. Para o desenvolvimento de suas ações e apoio às comunidades ribeirinhas do baixo rio Madeira, o NAPRA promove projetos que aliam pesquisa e extensão universitárias através de equipes interdisciplinares, contribuindo também para a formação de estudantes e atuando mediante parcerias com instituições públicas, como: Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de São José do Rio Preto (FAPERP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de São José do Rio Preto (UNESP), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Cultural e Socioambiental Minhas Raízes, entre outras.

(UNIR). Participei no Projeto como pesquisadora auxiliar vinculada à UNIR, cujos trabalhos foram realizados durante três meses nas comunidades ribeirinhas Cuniã, Nazaré e São Carlos, visando a melhoria das condições de saúde, geração de trabalho e renda através do manejo sustentável da floresta, e o fortalecimento da organização social local. Nesta mesma oportunidade, foram realizados estudos e ações de apoio por uma equipe interdisciplinar junto à essas comunidades ribeirinhas para levantar os efeitos socioambientais deletérios que começavam a sofrer devido à instalação das duas grandes usinas hidrelétricas na região (Santo Antônio e Jirau). Como pesquisadora das Ciências Sociais, de grande proximidade com a Antropologia, realizei um estudo junto aos moradores das comunidades, buscando registrar suas percepções sobre o novo fenômeno da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau na região e as transformações que já observavam no ambiente em que vivem. Das entrevistas e conversas realizadas, foi possível identificar o desconhecimento dos moradores sobre as etapas de implantação das hidrelétricas e suas reais dimensões físicas. Os relatos sobre as raras visitas de representantes das empresas consorciadas das usinas nas comunidades apenas para “informar acordos de compensação” e a notória alteração dos ciclos e movimentações dos peixes - tão importantes para as famílias locais tradicionalmente pesqueiras -, eram algumas entre outras percepções e inseguranças que assinalavam quanto ao futuro das comunidades locais.

Naquele momento, enquanto se processava a construção das duas hidrelétricas, tive também conhecimento de alguns casos de prostituição infantil e aumento do uso de drogas (principalmente crack) no entorno das áreas e canteiros das usinas (entre outras ocorrências), o que foi justificado, por alguns moradores locais que conversei, pelo grande contingente de trabalhadores das empreiteiras que vinham de outras localidades e regiões do país. Esse grande fluxo de pessoas tem acarretado significativas transformações sociais nas comunidades, distritos e municípios próximos, a exemplo do distrito Jaci Paraná (distante aproximadamente 100km de Porto Velho).

No final de 2011, após a conclusão daquela etapa do Projeto nas comunidades ribeirinhas, retornei para Porto Velho (RO) e participei do processo seletivo da Secretaria Estado da Educação de Rondônia (SEDUC/RO) para professores em Escolas Indígenas do Estado. Fui aprovada e, buscando conhecer de perto algumas dimensões do contexto dos povos indígenas desta região amazônica, atuei como professora na “Escola Indígena Francisco José de Lacerda”, localizada na Aldeia Sotério, no “Território Indígena Pakáas Novos”, município de Guajará-

Mirim (RO), fronteira com a Bolívia. Entre os diversos problemas que os povos indígenas Wari (e seus subgrupos Oro Nao', Oro Mon, Oro Waram, Oro Eo, Oro Waram Xijien, Oro At), Jabuti, Makurap e Canoé enfrentavam e pude acompanhar, estão as consequências sociais, culturais e ambientais decorrentes da implantação da UHE Jirau desde 2008, a qual tem causado sérios efeitos nos rios Mamoré/Guaporé e afluentes, fonte de recursos dos quais dependem integralmente para sua sobrevivência física e cultural. Cabe ressaltar que, apesar disso, estes povos são considerados atingidos *indiretos* pelos estudos de impacto ambiental realizados para o licenciamento das UHEs Jirau e Santo Antônio.

Em 2012, quando retornei para Florianópolis, senti a necessidade de dar continuidade aos estudos sobre os efeitos de projetos hidrelétricos às populações locais, especificamente aos povos indígenas. Com esse objetivo, fui à procura da professora Edviges Marta Ioris, então coordenadora do NEPI desde 2011, para lhe consultar sobre as possibilidades de desenvolver uma pesquisa nesta temática, visto meu interesse em participar do processo de seleção para o mestrado que ocorreria no ano seguinte, em novembro de 2013.

Naquele encontro fui informada pela professora Edviges sobre o desenvolvimento de dois projetos de pesquisa que estavam em andamento sob sua coordenação no NEPI, sendo um deles sobre o acervo do professor Silvio Coelho dos Santos, fruto da preocupação dela e das professoras Antonella Tassinari e Maria José Reis em gerir e destinar da melhor forma possível a documentação de uma trajetória de mais de quarenta anos de trabalho, que havia sido deixado por ele no NEPI.

Atualmente, grande parte de toda produção e material reunido por Silvio Coelho dos Santos encontra-se depositada e organizada no NEPI, no Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE), bem como uma parte sob salvaguarda da família de SCS. Com tais preocupações, essas professoras conceberam o projeto “*Acervo Virtual Silvio Coelho dos Santos*” (AVISC), que visa compor um acervo virtual da documentação depositada no NEPI, o qual, em sua primeira versão, foi elaborado pela professora Antonella Tassinari e o então pós-doutorando do PPGAS, junto ao NEPI, Marcos Alexandre Albuquerque dos Santos.

Ao explicar-me o Projeto AVISC que já estava, e continua, em andamento, a professora Edviges ressaltou que o Projeto *Acervo Virtual*

*Sílvio Coelho dos Santos*² foi elaborado com o objetivo de organizar, sistematizar e disponibilizar através do meio digital este material constitutivo do acervo de SCS, sobretudo, de modo a viabilizar a devolução e o compartilhamento dos materiais de pesquisa às populações indígenas junto às quais o antropólogo atuou. Nesse conjunto encontram-se materiais de pesquisa relativos aos principais eixos de pesquisa aos quais SCS se dedicou durante sua trajetória: a Etnologia Indígena; os Grandes Projetos de Desenvolvimento e Efeitos Socioambientais sobre as Populações Locais; a Antropologia e o Direito; e, a mais recente de sua carreira, relativa à Memória e História, tanto da Antropologia quanto do Setor Elétrico no Sul do Brasil (Silva, 2015).

1.1.2 A trajetória do professor Sílvio Coelho dos Santos

Nascido em Florianópolis (SC) em 7 de julho de 1938, Sílvio Coelho dos Santos foi um dos primeiros antropólogos do sul do país, onde inaugurou a etnologia indígena dos povos originários da região (Ilha, 2009; Silva, 2015). Foi um dos fundadores do Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social da UFSC (1979), presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) (1992-1994), professor emérito da UFSC, além de outros cargos e títulos que recebeu em reconhecimento à produção antropológica por ele desenvolvida dentro e fora do *campus* acadêmico. Graduado em História (1960), participou da terceira turma do Curso de Especialização em Antropologia Social, em 1962, ministrado pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira no Museu Nacional da UFRJ. Defendeu seu doutoramento em Antropologia na Universidade de São Paulo em 1972, com a tese “*Índios e brancos no sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng*”, inicialmente sob orientação do antropólogo catarinense Egon Schaden e, posteriormente, por João Baptista Borges Pereira. Sua tese foi publicada em 1973 e reeditada em 1987, consistindo em uma de suas obras de referência para a etnologia indígena do Sul do país.

Antes dessa publicação, pelo caráter denunciatório de seus trabalhos no que tange às práticas genocidas e etnocidas dos órgãos indigenistas oficiais (SPI e FUNAI) para com os povos indígenas no sul do país, o seu livro “*A integração do índio na sociedade regional: a*

² Para informações e esclarecimentos mais detalhados acerca do Projeto AVISC, ver Fürbringer (2013); Silva (2015) e o próprio sítio do projeto: <https://avisc.wordpress.com/about/>.

função dos postos indígenas em Santa Catarina” (Imprensa Universitária, UFSC, 1970) foi apreendido pela censura do governo militar, no ano de 1969, quando esse se encontrava em fase final de edição.

Silvio Coelho dos Santos também teve uma reconhecida atuação nos contextos de implantação de barragens e hidrelétricas em territórios indígenas no sul do Brasil desde o início dos anos 1970, quando ainda não era exigida a realização dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) para avaliação e licenciamento de obras causadoras de impactos sobre o meio ambiente, muito menos sobre a vida das populações afetadas. O professor Silvio foi um dos precursores na Antropologia brasileira a realizar estudos sobre projetos hidrelétricos e suas consequências para as populações indígenas no Brasil. Esse pioneirismo consagrado à pesquisa etnográfica foi iniciado no ano de 1967, juntamente com o pesquisador Paul Aspelin³, cujos resultados foram publicados em 1981 no livro “*Áreas Indígenas Ameaçadas por Projetos Hidrelétricos no Brasil*”⁴.

Para além destes campos de atuação e eixos temáticos, o itinerário intelectual e etnográfico de Silvio Coelho dos Santos revela que ele percorreu também uma diversidade de outras áreas afins, como Educação Indígena, Direito Indígena, pesquisas sobre Memórias e Histórias, produção de conhecimento, economia Indígena, Fotografia, entre outros, contidos em sua extensa produção⁵, grande parte contida em seu acervo.

Deste modo, ao tomar conhecimento sobre os trabalhos do AVISC e os novos olhares que se construíram sobre o acervo do professor SCS, localizado no NEPI, a professora Edviges ressaltou-me que parte dele estava relacionada aos grandes projetos de desenvolvimento e populações locais, e que ainda não havia sido trabalhada. Predominantemente relacionada à linha de pesquisa “Barragens, Hidrelétricas e Povos Indígenas”, a qual SCS se dedicou dos anos 1970 até o final de sua trajetória acadêmica, grande parte de seu acervo no NEPI corresponde aos materiais produzidos e reunidos

³ ASPELIN, Paul e SANTOS, Silvio Coelho dos. *Indians Areas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil*. Copenhagen: IWGIA, Document n° 44, 1981.

⁴ Para a antropóloga Catullo (1996:11), esta obra consiste em “um dos trabalhos mais importantes na literatura de ‘impactos’ de Projetos de Grande Escala”.

⁵ Para conhecimento de toda a bibliografia e temas abordados nos trabalhos de Silvio Coelho dos Santos, veja-se Ilha – Revista de Antropologia (2009) e Silva (2015).

em projetos realizados sobre este tema, a exemplo do “*Projeto Barragens*”, originado no início dos anos 1980.

Tendo em vista meus contatos iniciais anteriores com essa problemática de pesquisa e, de forma especial, minha experiência como bolsista do NEPI enquanto o professor Silvio ainda estava atuando, essa possibilidade de pensar sob outras perspectivas o material referente aos projetos de desenvolvimento contido no Núcleo me motivou imensamente a desenvolver meu projeto de Mestrado. Acessar novamente o material daquelas estantes, mas com outros olhares e percepções, soou-me intuitivamente como uma oportunidade de realizar certa “arqueologia acervística”, “escavando documentos” relativos ao trabalho do antropólogo, seguindo seus passos rumo aos lugares, pessoas, conhecimentos e horizontes que contemplou dentro do seu território de pesquisa, e ainda me debruçar sobre meu objetivo de pensar acerca dos efeitos da implantação das hidrelétricas sobre as populações locais. Assim, fiquei bastante animada com a possibilidade de trabalhar com os documentos resultantes deste grande projeto de pesquisa relacionado às “Barragens, Hidrelétricas e Povos Indígenas”.

Convém, também, destacar que já foram realizadas duas produções acadêmicas sobre e a partir do acervo do professor Silvio Coelho dos Santos, sendo uma a dissertação de mestrado de Nádia Fürbringer (2013), sob orientação do Prof. Dr. Rafael Devos (a qual atualmente também está realizando sua tese de doutorado sobre as coleções etnográficas e fotográficas do antropólogo), e o Trabalho de Conclusão de Curso de Thayse Jacques da Silva (2015), intitulado “*Da Aculturação à Fricção: o início da trajetória acadêmica de Silvio Coelho dos Santos e a Emergência da Etnologia no Sul do Brasil*”, sob orientação da Profa. Dra. Edviges Marta Ioris.

Além desses dois trabalhos de conclusão de curso na Antropologia, relacionados ao acervo do professor Silvio Coelho dos Santos, há também outra dissertação realizada por Marilândes Mól de Ribeiro de Melo (2008), no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, abordando sua atuação e contribuições no campo da Educação durante os anos 1960 e 1970.

1.1.3 O Acervo de Silvio Coelho dos Santos e o Projeto Uruguai

Já encantada pela ideia, iniciei minhas “escavações” pelas pastas e caixas depositadas nos arquivos do NEPI durante alguns meses de 2015, referente à linha de pesquisa dos projetos de desenvolvimento e populações locais, a qual possui de forma predominante documentos

relacionados aos projetos hidrelétricos e, sobretudo, as consequências aos povos atingidos por eles. As estantes e caixas devidamente etiquetadas com descrições e detalhamentos, foram organizadas pela ex-secretária do professor Silvio, Márcia Medeiros, trabalho este que pude acompanhar quando era bolsista no NEPI.

Verifiquei que tal sistematização que fora iniciada por iniciativa do próprio professor SCS, através do trabalho de sua secretária, auxiliou-me na maioria das vezes, na medida que as informações das etiquetas correspondiam ao conteúdo de cada caixa e/ou estante. Deste modo, podem ser encontrados no acervo materiais relacionados ao direito ambiental e direitos humanos, nos âmbitos nacional e internacional, bem como é facilitado o acesso às produções acadêmicas e trabalhos técnicos realizados sobre casos específicos (a exemplo, laudos, relatórios e perícias) durante o tempo de atividade do antropólogo. Especificamente, pude perceber que esta parte do NEPI reúne, principalmente, um extenso material sobre a implantação de hidrelétricas e suas consequências sociais no Brasil e demais países da América Latina, a exemplo da Argentina, Paraguai, México, bem como de outros países do mundo, como Canadá, Índia e outros. Nesse levantamento, pude identificar também um conjunto de pesquisadores que nos anos 1970 e 1980 dedicaram-se à esta temática, no qual o professor Silvio fazia parte e mantinha contatos com alguns deles, evidenciando-se a existência de uma problemática que afetava (e ainda afeta) diversos contextos onde ocorreram a implantação de projetos de desenvolvimento na América Latina, bem como uma forma convergente de atuação desses pesquisadores.

Notei, entretanto, que uma das estantes contém mais de dez caixas etiquetadas que correspondem, de forma geral, ao *Projeto Uruguai*, elaborado para o aproveitamento do potencial hidrelétrico da bacia rio Uruguai (Estados do RS/SC), pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A (Eletrosul), em 1977, sob o comando do Ministério das Minas e Energia. O *Projeto Uruguai* previa a implantação de 22 grandes usinas hidrelétricas ao longo desta bacia (ELETROSUL/CNEC, 1979), oito das quais já foram instaladas e estão em pleno funcionamento⁶.

⁶ Atualmente, a bacia do rio Uruguai possui oito grandes usinas hidrelétricas em operação, sendo elas: Passo Fundo, Itá, Machadinho, Quebra-Queixo, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó e Garibaldi. Fonte: <http://apublica.org/2013/10/nem-tao-limpa-nem-tao-barata/>. Acesso em 24/03/2016.

O *Projeto Uruguai* apresentou certa dose de ineditismo no que se refere ao planejamento do setor elétrico no Brasil, o qual lhe é atribuído por dois fatores principais. Inicialmente, por consistir na primeira iniciativa do Estado brasileiro para a realização de levantamentos sistemáticos dos potenciais recursos energéticos de uma bacia hidrográfica, os quais foram desenvolvidos, entre os anos de 1966 e 1969, pelo Consórcio Canadense-Americano-Brasileiro (CANAMBRA), na bacia do rio Uruguai. Esses estudos visavam subsidiar o planejamento do aproveitamento e implantação de usinas hidroelétricas em longo prazo. Em segundo lugar, desses levantamentos resultou a primeira proposta governamental no Brasil para o aproveitamento integral do potencial energético de toda uma bacia hidrográfica. Essa ideia de aproveitamento integral do potencial energético de uma bacia se consolidou posteriormente com a condução de novos estudos pela ELETROSUL, realizados a partir de 1977.

Estes estudos, inovadores à época do ponto de vista do planejamento energético estratégico, fizeram com que a ELETROSUL constataste uma série de fatores modificadores da paisagem ambiental e social que ocorreriam em decorrência da construção das hidrelétricas, assim como os possíveis efeitos que seriam originados com a implantação das obras hidrelétricas, determinando, assim, a necessidade de realização de estudos de avaliação socioeconômicos e físico-territoriais, que deveriam ser conduzidos a partir de uma equipe multidisciplinar.

Com essa constatação, o grupo técnico da ELETROSUL convidou o antropólogo Silvio Coelho dos Santos para coordenar, conjuntamente a uma equipe de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC (PPGCS/UFSC), a realização de estudos e levantamentos, efetivados através de duas consultorias. Estas consultorias, realizadas nos anos de 1978⁷ e 1980⁸, tinham como escopo a identificação das áreas indígenas atingidas pela implantação deste projeto hidrelétrico na bacia do rio Uruguai, nos Estados de Santa

⁷ UFSC/FAPEU/ELETROSUL. *Projeto Uruguai: os barramentos e os índios*. Relatório de Pesquisa. Florianópolis, 1978.

⁸ Esta segunda consultoria foi realizada especificamente na T.I Ligeiro, tendo como referência: UFSC/FAPEU/ELETROSUL. *Projeto Uruguai: consequências da construção da Barragem Machadinho para os índios do P.I Ligeiro (RS)*. Florianópolis, 1980.

Catarina e Rio Grande do Sul⁹, como também a definição de medidas mitigadoras para os indígenas que teriam suas terras afetadas pelo empreendimento. Ressalta-se que a obrigação legal de realizar estudos de impacto ambiental para obras dessa natureza surgiu apenas em 1986, com a regulamentação do licenciamento ambiental, prevista já na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente de 1981 (Canali, 2002). Até os anos 1980, o único critério de avaliação dos possíveis efeitos referentes aos projetos hidrelétricos consistia na regulamentação instituída pela legislação ambiental brasileira, promulgada na década de 1930 juntamente com o Código das Águas (Decreto 24.643, de 1934) para o estabelecimento do regime jurídico das águas no Brasil. Em 1981¹⁰, através da Lei 6.938, definiu-se a Política Nacional de Meio Ambiente, sendo criado posteriormente, através da Resolução 001/86, o “Conselho Nacional do Meio Ambiente” (Conama), que *dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para avaliação de impacto ambiental*. A partir desta resolução, tornaram-se obrigatórios os “Estudos de Impacto Ambiental (EIA)” e o “Relatório de Impacto no Meio Ambiente” (RIMA) para avaliação de impactos e licenciamento de obras causadoras de efeitos socioambientais, entre as quais as usinas hidrelétricas.

O envolvimento e atuação de Silvio Coelho dos Santos, uma década antes das exigências legais de estudos de impacto ambiental e social, na implantação da UHE Machadinho, — usina inicialmente priorizada pelo *Projeto Uruguai* juntamente com a UHE Itá¹¹ —, foi fundamental para que parte dos territórios indígenas Kaingang e Guarani, inicialmente áreas previstas de serem alagadas, fossem conservados devido à sua sugestão acatada para mudança do eixo da barragem. Por conta dos seus estudos, a Eletrosul deferiu algumas das recomendações propostas no levantamento apresentado pelo antropólogo. Como salientou Souza (1997), a eficácia dos trabalhos do

⁹ Para maiores esclarecimentos, ver: ASPELIN; SANTOS (1979) e UFSC/FAPEU/ELETROSUL (1980).

¹⁰ Reflexo das pressões e acordos da conjuntura internacional, o Brasil buscou ajustar-se a agenda política ambiental mundial sem, no entanto, renunciar às prioridades econômicas estabelecidas pelo planejamento estatal em desenvolvimento, como as metas de produção de energia elétrica a serem atingidas. Assim, na década de 1980, instituiu-se no país a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), pela Lei 6.938, de 31/08/1981 (depois, alterada pela Lei n. 7.804/89), a criação do Ministério do Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1985, e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), em 1986.

¹¹ Para uma análise aprofundada sobre este caso, ver Reis (1998).

professor Sílvio neste caso “(...) evitou consequências nefastas à Área Indígena (AI) Ligeiro” (p. 1) no Rio Grande do Sul, e assegurou, em grande medida, os direitos territoriais das populações Kaingang e Guarani que habitam o território em questão.

Os relatórios e outros documentos relacionados ao caso do *Projeto Uruguai* que encontrei no acervo no NEPI possibilitaram observar um grande conjunto de trabalhos e pesquisas do professor Sílvio Coelho dos Santos, de equipe de alunos e pesquisadores, realizados ao longo dos anos 1970 junto a diversos contextos de terras indígenas que sofreram efeitos da implantação de usinas hidrelétricas na região Sul do país. Esses estudos demonstraram os diversos contextos de envolvimento de profissionais antropólogos e antropólogas tanto pelas suas pesquisas, quanto elaboração de programas mitigadores de impactos, ou ainda na atuação política de assessoria aos indígenas na defesa de direitos.

1.1.4 Hidrelétricas, Povos Indígenas e Antropologia

Os levantamentos, “escavações”, que fui realizando junto as pastas referentes ao *Projeto Uruguai* e o encontro de materiais riquíssimos nos arquivos do NEPI foram sinalizando para um conjunto de questões não só relacionada a conformação do campo energético hidroelétrico brasileiro, sobretudo na região sul entre as décadas de 1970 e 1990, mas desse campo em relação aos povos indígenas e suas bases territoriais, assim como à um conjunto de atores envolvidos diretamente ao campo de estudos da Antropologia.

A política nacional de geração de energia hidroelétrica em larga escala que se inaugura na década de 1960, e se consolida nos anos 1970, priorizou a região Sul para implantação de projetos hidrelétricos planejados pelo Estado, através da subsidiária Eletrosul, integrando a proposta de ampliação do parque gerador para atender ao chamado “milagre econômico brasileiro” (1968-1974), que estava sendo impulsionado pelas políticas desenvolvimentistas dos governos ditatoriais militares (Reis, 1991:190). Contudo, os vários projetos hidrelétricos planejados pelo Estado brasileiro para serem implantados no país a partir dos anos 1970 consistiram em sucessivos avanços sobre os territórios indígenas. São oportunas as observações de Santos e Aspelin (1982) sobre este contexto referente ao trato do Estado brasileiro com os povos indígenas naquele período de expansão econômica: “Dada a marcha acelerada do desenvolvimento econômico brasileiro e ao rápido crescimento na demanda por energia hidrelétrica,

em face da expansão econômica nacional, o governo do Brasil pouco tem concretizado visando assegurar aos índios suas terras e culturas (Davis, 1978; Ribeiro, 1957)". (Santos; Aspelin, 1982: 7).

De acordo com o amplo e pioneiro estudo realizado por Aspelin e Santos (1979;1981), diversos povos indígenas do Brasil foram atingidos e/ou ameaçados pelos empreendimentos hidroelétricos projetados pelos governos militares em 32 áreas indígenas¹² naquele período por várias partes do país. As UHEs Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Itaipu (PR) foram os primeiros aproveitamentos hidrelétricos de grande porte a afetarem as populações indígenas no país, cuja construção dos reservatórios provocou o alagamento das Terras Indígenas e o reassentamento compulsório de seus povos, gerando graves consequências para os seus modos de vida e domínio territoriais, afetando a sua sobrevivência física e reprodução cultural.

As ameaças de implantação de obras hidrelétricas sobre os territórios indígenas no país, especificamente no período que antecede a obrigatoriedade dos estudos para avaliação e licenciamento pelos órgãos responsáveis, foram também identificadas pelos levantamentos realizados durante os anos de 1984 e 85 por equipes do programa "*Povos Indígenas no Brasil*", CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), e do projeto "*Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos naturais*", Museu Nacional (UFRJ). Publicado em novembro de 1987, este estudo constatou que:

Os planejamentos energéticos frequentemente têm ignorado a existência de grupos indígenas em áreas onde estão programadas a construção de hidrelétricas e barragens, ou a passagem de linhas de transmissão. Existem hidrelétricas em construção que afetam 8 áreas indígenas, enquanto outras 4 já sofreram redução de sua área ou deslocamento de comunidades. As unidades energéticas existentes e as constantes em planejamentos governamentais afetam um total de 40 áreas indígenas, que por sua vez representam em termos de extensão quase 40% (ou mais

¹² Segundo os autores, estes grandes projetos estavam situados na bacia do rio Uruguai; no rio Itajaí; no rio São Francisco (represa de Itaparica); no rio Tocantins (represa Tucuruí); no rio Uatama (represa Balbina); na bacia do rio Xingu e no rio Paraná (Itaipú Binacional – Paraguay/Brasil).

exatamente 39,28% do universo total) das terras indígenas. (CEDI/PETI/MNRJ, 1987: 16).

Na região Sul, entre as situações de ameaças aos territórios indígenas destacam-se os casos da construção da Usina Hidrelétrica Xanxerê, no rio Chapecozinho, iniciada em 1965; da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, no rio Iguazu, iniciada em 1972 (Helm, 1996) e da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, no rio Paraná, iniciada em 1975 (Carvalho, 1981; Santos, 1994; Nacke; Weber, 1996); além daquelas que compunham o denominado *Projeto Uruguai* para o aproveitamento integral da bacia do rio Uruguai, abarcando os três Estados do Sul do país (RS, SC e PR). Embora não constitua um empreendimento para o aproveitamento hidrelétrico, a Barragem Norte, construída em 1976 para contenção de cheias na região do médio Vale do Itajaí (SC), consistiu em uma obra com graves consequências aos povos indígenas Xokleng/Laklãnõ, Kaingang e Guarani da T.I Ibirama Laklãnõ (Santos, 1978; 1991; 1997).

Essas e outras denúncias já se faziam ouvir desde a década de 1960, quando a política indigenista brasileira foi alvo da atenção internacional, sobretudo através da publicação do Relatório Figueiredo, no qual foram constatadas e divulgadas internacionalmente inúmeras violações dos direitos humanos das populações indígenas do país, em virtude das investigações da Comissão Figueiredo (presidida pelo procurador Jader de Figueiredo Correa) para averiguação das acusações de esbulho e massacre contra os povos indígenas pelos funcionários do então Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Naquele momento, a situação dos povos indígenas no Brasil foi exposta no cenário internacional, gerando uma onda de protestos no mundo inteiro que pressionou seus governos a intervirem junto as agências multilaterais mundiais, como o Banco Mundial e o BID.

Essas pressões a nível internacional geraram grandes entraves para os governos militares, que tiveram que tomar medidas emergenciais em relação à política indigenista brasileira e a proteção dos povos indígenas. Entre as medidas, destaca-se a extinção do SPI e a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Como ressaltaram Davis e Menget (1981: 40-41), “Em 1967, após a avalanche internacional de críticas, o governo brasileiro extinguiu o velho Serviço de Proteção aos Índios que contava já com meio século e criou em seu lugar uma nova entidade conhecida como Fundação Nacional do Índio (FUNAI)”. Contudo, a mudança no órgão indigenista não assegurou proteção ou defesa dos direitos indígenas, que continuavam sofrendo sucessivas

violências e perdas territoriais decorrentes das políticas de desenvolvimento implantadas pelos governos militares. Foi nessa mesma direção que Shelton Davis (1978), antropólogo norte-americano, denunciava em livro “Vítimas do Milagre”, que nos anos 1970 o Brasil fornecia “um dos mais claros exemplos modernos de um país onde os direitos das comunidades indígenas foram sacrificados em nome dos interesses maiores do desenvolvimento nacional” (p. 12). Destaca-se, ainda, a realização do Tribunal Bertrand Russel (atualmente Tribunal dos Povos) em 1980, momento em que o Brasil foi condenado internacionalmente por práticas de genocídio contra os povos indígenas¹³.

Como será analisado em capítulo adiante, apesar dessas mudanças no órgão indigenista oficial, o setor energético brasileiro concebia (assim como tem concebido até hoje) as populações indígenas como um entrave ao modelo de crescimento econômico, à medida que os recursos naturais ambicionados para a implantação de projetos hidrelétricos encontravam-se localizados, em sua maioria, junto aos territórios tradicionalmente ocupados por elas. O discurso oficial da ELETROBRÁS sobre os povos indígenas, na década de 1980, era explícito em afirmar que: “*A presença de comunidades indígenas representa um dos problemas ambientais de maior complexidade, no planejamento e implementação de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão*” (ELETROBRÁS, 1986 apud Castro; Andrade, 1988:7). Ou seja, os indígenas não eram somente considerados problema, mas também um “problema ambiental”¹⁴.

Foi, portanto, no confronto com as complexidades envolvendo a presença indígena em áreas almejadas pelos projetos do setor elétrico que profissionais antropólogos e antropólogas, entre eles Silvio Coelho dos Santos, fossem cada vez mais chamados a participar dos processos de planejamento e/ou avaliação das intervenções estatais relacionadas aos projetos de desenvolvimento propostos de serem implantados em territórios ocupados pelas populações indígenas e tradicionais no país.

¹³ Para maiores esclarecimentos sobre todo este contexto, ver: Relatório da Comissão Figueiredo, 1968; Y-JUCA PIRAMA, 1973; AEPPA, 1974; Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2015;

¹⁴ Como se verá adiante, o professor Silvio Coelho dos Santos foi extremamente crítico ao trato das questões sociais decorrentes da implantação de projetos hidrelétricos como ‘problema ambiental’, e foi atuante em demonstrar a inadequação desse tipo de noção (Santos, 2007). Para mais esclarecimentos sobre este assunto, ver Santos; Andrade (1988) e Leite (2005).

Foi nesse compasso que um novo campo de saber relacionando à antropologia e o desenvolvimento começa a se configurar a partir da década de 1970, tendo como forte característica a atuação de alguns/mas antropólogos/as, “seja junto a empresas particulares de consultoria, empreiteiras da indústria da construção civil, seja junto a órgãos governamentais vinculados à mineração ou hidroeletricidade” (Ribeiro, 1989: 92). Adiante, depois que a Resolução do CONAMA de 1986 passa a exigir estudos de impactos ambientais e sociais para implantação de programas de desenvolvimento, ou ainda de adoção de políticas inclusivas aos indígenas, essas atuações de antropólogos e antropólogas aumentaram significativamente.

Contudo, o envolvimento de profissionais da antropologia junto aos projetos de desenvolvimentos¹⁵ que se implantavam na década de 1970, durante o período dos governos de ditadura civil-militar, realizava-se de forma menos frequente, seja em suas pesquisas sobre os empreendimentos, seja conjugando pesquisas e atuação. Inicialmente, os envolvimento com estudos sobre hidrelétricas ocorreram basicamente entre aqueles pesquisadores lotados em Instituições de Ensino Superior, como a UFSC, em Florianópolis, a UnB, em Brasília-DF, e o Museu Nacional/UFRJ, no Rio de Janeiro.

Como veremos adiante, os estudos antropológicos e a atuação de seus profissionais junto a projetos de desenvolvimento, brotou da constituição de uma rede de articulação de antropólogos/as engajados/as politicamente não só Brasil, mas também nos mais diversos países da América Latina pela defesa e garantia dos direitos das populações indígenas, significando um marco de uma nova postura intelectual em detrimento à uma suposta neutralidade atribuída a prática antropológica “canônica”, que passa a assumir, como questão ética, uma postura política claramente em defesa de seus interlocutores de pesquisa (Oliveira, 2004).

No caso específico da região Sul do Brasil, Silvio Coelho dos Santos assinalava em seus estudos a dominação de caráter colonial referente à práxis indigenista frente às políticas econômicas de desenvolvimento do Estado brasileiro, e fazia também de suas pesquisas e textos que publicava instrumento para denunciar as condições extremas de genocídio e etnocídio às quais os povos indígenas vinham sendo submetidos – como as situações dos povos Xokleng/Laklãnõ,

¹⁵ A exemplo das obras projetadas pela ELETROBRÁS, ELETRONORTE, ELETROSUL, Companhia do Vale do Rio Doce, entre outras.

Kaingang e Guarani, na década de 1960 (Santos, 1963; 1970;1979; 1987).

De forma notável, os estudos realizados, entre 1978 e 1980, pela equipe de antropólogos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC, sob coordenação do professor Silvio Coelho dos Santos, identificaram e apontaram uma série de efeitos e consequências deletérias aos povos indígenas Kaingang e Guarani e seus territórios que resultariam da implantação das hidroelétricas previstas no *Projeto Uruguai*. Entre as diversas consequências “diretas” e “indiretas”, como eram denominadas, a equipe demonstrou as terras que seriam alagadas, casas, escolas, estradas, sedes dos postos, entre outras, teriam que ser relocadas, bem como prejuízos de difícil previsão, como efeitos psicológicos, desorganização social, etc. (Santos, 1981: 51). Quando se referem especificamente à Terra Indígena Xapecó - como veremos adiante, a mais afetada entre todas pelo *Projeto Uruguai* (cerca de dez barragens previstas somente nessa TI), os antropólogos esclarecem em seus Relatórios que a implantação destas hidrelétricas consistiriam em:

(...) um desastre de proporções incriveis, porque esta população, em comparação com a população não-indígena também adversamente afetada, não tem para onde ir. Não falam o português; as outras reservas indígenas já são minifúndios efetivos e o seu crescimento demográfico normalmente até o ano da implantação destas barragens já vai tornar sua área pequena, sem falar em sofrer inundações como as aqui estudadas (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978: 90).

Destaca-se, de forma especial, que a antropologia praticada por Silvio Coelho dos Santos debruçou-se à compreensão das consequências sociais dos projetos hidrelétricos (sobretudo aos povos indígenas), tendo como premissa um questionamento que fez à uma colega antropóloga: “*Como não se posicionar diante da iminência de um novo genocídio disfarçado em projeto de desenvolvimento?*” (Leite, 2009:330).

Contudo, naquele contexto, a sua atuação enquanto consultor da Eletrosul do Projeto Uruguai se efetivou enfrentando fortes adversidades tanto dentro como fora da academia. Externamente, era o período governado através de uma ditadura civil-militar, também conhecido como “Anos de Chumbo”, instrumentalizada por meio de torturas, censuras e perseguições (Rezende, 2013; Gaspari, 2002). Como já apresentado anteriormente, o livro do professor Sílvio “*A integração do índio na sociedade regional – A função dos postos indígenas em Santa*

Catarina” (1970) foi apreendido pela censura militar no ano de 1969, quando se encontrava em fase final de edição.

Internamente a academia, várias eram as críticas e embates relacionados às diferentes formas de envolvimento (ou não) dos/as antropólogos/as junto aos projetos de desenvolvimento, como as hidrelétricas, conformando-se um tenso debate no campo da Antropologia brasileira na década de 1980. Contudo, como veremos posteriormente, a atuação do antropólogo foi pioneira e inovadora não só nos estudos sobre a implantação de hidrelétricas afetando terras indígenas, mas também nos diversos campos de saber aos quais se dedicou, trançando, como ele enfatizava, “artesanalmente”, sua vida, seu ofício e relações.

Nesse sentido, destaca-se, de forma especial, que seus trabalhos inaugurando a Etnologia indígena no Sul do país, dava, ao mesmo tempo, visibilidade às populações indígenas desta região, as quais nos anos 1960 eram pensadas como extintas tanto pela sociedade nacional, como pela antropologia de um modo geral, que ainda desconheciam e/ou já não admitiam mais sua existência (Maybury-Lewis, 1979; Santos, 1973; Silva, 2015). O exercício militante de sua atuação como antropólogo também se revelou no empenho para a refundação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que liderou em 1974, em congresso promovido e realizado na UFSC.

Assim, tendo presente esse importante foco de atuação dos trabalhos antropológicos do professor Silvio Coelho dos Santos com povos indígenas do Sul do país e projetos de desenvolvimento que afetavam seus territórios, de forma especial nos processos de implantação de projetos hidrelétricos, essa dissertação se propõe a pensar essa relação que se estabeleceu entre esses três campos de saber (e poder): antropologia, hidrelétricas e povos indígenas. Ela se propõe abordá-la a partir da compreensão que esse campo de saber antropológico, que se conformou a partir da atuação do professor Silvio, rompeu as fronteiras acadêmicas por marcar uma práxis intelectual e política claramente posicionada a favor dos seus interlocutores de pesquisa, os povos indígenas.

Desse modo, a partir dos documentos encontrados no NEPI e documentos situados em arquivos da Eletrosul, essa dissertação toma como foco de discussão o envolvimento dos trabalhos do professor Silvio com o *Projeto Uruguai* e, mais precisamente, com a implantação da hidrelétrica Machadinho, para demonstrar não só a sua originalidade no engajamento com os povos indígenas, mas como ela refletia um novo campo marcado por uma quebra de paradigma na produção do

conhecimento antropológico. Propagado em vários países da América Latina, esta nova perspectiva exigiu, sobretudo, um posicionamento político atuante de seus profissionais na defesa dos grupos originários com os quais estudavam. A antropologia produzida pelo professor SCS é produto direto de sua afiliação e engajamento a esse campo intelectual: uma antropologia que nasce em reação às grandes políticas de desenvolvimento que se espalharam pelos países da América Latina, entre os anos 1960 e 1980, implantadas por governos militares ditatoriais, cujos projetos econômicos que promoviam resultaram em genocídios, deslocamentos compulsórios e perdas territoriais, entre outros, de vários povos indígenas (Davis, 1978; Bartolomé, 1980; Arze Quintanilla, 1983; Santos; Andrade, 1988; Bartolomé, 1983).

Imagem 1 - Parte do Acervo de Silvio Coelho dos Santos, situado no NEPI.



Fonte: Foto da autora (2015).

1.2 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.2.1 A descoberta de “anéis” e “alianças”

Ao pensar a relação entre a *antropologia*, *povos indígenas* e *hidrelétricas* a partir do acervo do professor Silvio Coelho dos Santos, colocamo-nos frente a desafios de várias ordens. Em minhas buscas nos arquivos do professor foram levantados e sistematizados, principalmente, os documentos referentes à produção de Silvio Coelho dos Santos e a equipe de pesquisadores que coordenou sobre os efeitos dos empreendimentos hidrelétricos e sobre a vida e territórios dos povos indígenas.

Os desafios e as possibilidades de transformar os documentos dos arquivos e acervos de antropólogos/as no próprio campo de pesquisa têm sido fortemente trabalhados por alguns autores, como Cunha (2004; 2005) e Heymann (2012), de modo a demonstrar algumas mudanças nas relações e apropriações dos/as antropólogos/as nos arquivos e acervos pessoais ao longo dos processos de institucionalização da disciplina. Embora seja antigo o interesse de antropólogos/as por arquivos, foi a partir da década de 1980 que se passou a relativizar a noção de *campo* e a se identificar o interesse por parte dos antropólogos/as nos arquivos de seus/suas antecessores/as, especialmente sobre os arquivos pessoais de etnógrafos, a exemplo do trabalho de Olivia Maria Gomes da Cunha (IFCS/UFRJ) sobre o arquivo da antropóloga Ruth Landes. Ao constituir um contexto de crítica interna, este momento auto-reflexivo da disciplina tem tornado a história da antropologia em um dos seus mais importantes objetos, gerando processos denominados por Handler (2000) como “autofagia” e “canibalização”.

Ao olhar para o arquivo da antropóloga Ruth Landes, Cunha (2004) ressaltou que a dinâmica gerada pela natureza dos próprios arquivos e acervos pessoais, compreendidos como artefatos humanos produzidos em distintas temporalidades e espacialidades, implica necessariamente no entrelaçamento das dimensões teórica e metodológica nos contextos de pesquisa arquivística. Neste sentido, a autora defende que a realização de pesquisa em arquivos pessoais como um campo de trabalho e foco da investigação antropológica oferece condições para a realização de um trabalho etnográfico no qual as ações de observar, descrever e interpretar se fazem presentes (Cunha, 2004, p. 294), em contraposição a tendência de “naturalização” das fontes documentais, questionada por Des Chenes (1997), quanto à origem de seus dados, informações, registros, lugares ou perspectivas de sua produção de conhecimento. Acerca do “ponto nevrálgico” que articula os arquivos com o próprio *campo* etnográfico, assim como a teoria com a metodologia, Cunha observa que:

[...] os antropólogos têm pretendido bem mais do que ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos e grupos que estudam, mas entender os contextos — social e simbólico — da sua produção. Aqui me parece residir um ponto nevrálgico que possibilita tomarmos os arquivos como um *campo* etnográfico. Se a possibilidade de as fontes “falarem” é apenas uma metáfora que reforça a idéia de que os historiadores devem

“ouvir” e, sobretudo, “dialogar” com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas ‘vozes’ forem tomadas como objeto de análise — isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições. [...] O que dizer então quando os antropólogos se voltam aos arquivos como um *campo* de onde pretendem observar e refletir acerca das práticas de seus pares e das perspectivas que as informam (ou informavam)? Arquivos *etnográficos*, tradicionalmente reconhecidos como repositórios de informações sobre os ‘outros’, passam a ser reconhecidos como lugares onde o processo de construção de sua objetivação pode ser compreendido (p. 293-294).

A partir deste viés e terreno fértil de “achados”, meus contatos e (re)encontros com documentos específicos contidos nos arquivos de Silvio Coelho dos Santos, situados no NEPI, foram mobilizados por novos olhares e relações de minha parte com este acervo, pensando-o agora como um produtor de conhecimentos – ao invés de mera fonte e repositório de informações; pensando-o como “um campo entrecortado por intervenções de natureza e temporalidade distintas” (Cunha, 2005: 8). Por ora, meu campo de pesquisa privilegiado consistiu essencialmente nos documentos presente nos arquivos do acervo de Silvio Coelho dos Santos sobre as hidrelétricas, o qual revelou-me a complexidade que envolve a constituição e investigação dos documentos de um arquivo, pois:

[...] a constituição dos conjuntos de documentos que compõem um arquivo implica, necessariamente, diversos processos seletivos. Quando os pesquisadores examinam os documentos de um arquivo, esse conjunto concreto e particular de itens é o resultado final de uma longa seleção. O que “resta” em um arquivo resulta, diretamente, de pessoas que definem certos materiais – e não outros – como aqueles “que vale a pena guardar”. O documento, portanto, não preexiste ao arquivo: um determinado artefato se constitui em documento na medida em que é associado, por diferentes pessoas, a uma série de concepções de valor,

memória e passado que o levam a ser preservado (Castro, 2008: 29).

Assim, foi com essa compreensão que durante todo o ano de 2015 realizei um levantamento minucioso do material contido no acervo do professor Silvio Coelho dos Santos que está localizado no Núcleo de Estudos de Povos Indígenas (NEPI), de forma particular nos arquivos relacionados ao campo das barragens e hidrelétricas, grande parte pertencente ao Projeto Barragens- UFSC/CNPq. Foram realizados levantamentos do material relacionado com a linha de pesquisa sobre “Barragens, Hidrelétricas e Povos Indígenas” no NEPI. Nesse trabalho fui mapeando livros, relatórios, autores, redes de pesquisadores, estudos de caso, etc., sobre a temática, e buscando apreender e dimensionar a esfera de atuação do antropólogo.

Como já relatado no início desta apresentação, grande parte de toda produção e documentação produzidas por Silvio Coelho dos Santos encontra-se reunida no Núcleo de Estudos de Povos Indígenas (NEPI), outra parte no Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (Marque), bem como alguma parte sob salvaguarda da família de SCS (a qual não investiguei).

No NEPI, constituída por aproximadamente cinco grandes estantes e alguns arquivos de metais com gavetas, a seção relacionada aos grandes projetos de desenvolvimento, de interesse maior nesta dissertação, é composta por documentos específicos relacionados aos estudos do professor Silvio e sua equipe, e diversos outros relacionados, como: manuais, diretrizes, documentos oficiais, relatórios e laudos antropológicos, EIAs/Rimas. Também contidos, estão as produções acadêmicas (projetos, teses, dissertações, TCCs, livros, artigos, textos, comunicações), correspondências/revistas/boletins nacionais e internacionais, materiais iconográficos e audiovisuais (grande parte já contida no AVISC), prestações de contas, projetos e trâmites de financiamento, entre outros relacionados à temática em questão.

Oportuno destacar que as diversas caixas etiquetadas com descrição detalhada dos materiais que contém, situadas nas estantes de metal, resultam de um trabalho cuidadoso que a ex-bolsista e secretária do professor Silvio, Márcia Medeiros, realizou a pedido do mesmo, organização que, como já assinalei, pude acompanhar e algumas vezes participar quando era bolsista no NEPI. Para mim, foi uma experiência afetiva revisitar estes materiais e observar que boa parte da organização e categorização dos materiais do acervo continuam do mesmo modo que Márcia realizou (na época ela era acadêmica do curso de

Biblioteconomia) para o professor Silvio, trazendo-me a lembrança de quando tudo estava em produção e fez parte do dia-a-dia do núcleo.

De forma especial, nos meus levantamentos concentrei-me em sistematizar os relatórios de pesquisas produzidas pelo professor Silvio Coelho dos Santos e equipe, relacionados ao Projeto Uruguai, os quais se encontram em algumas das caixas etiquetadas e organizadas temporalmente em uma das estantes de metal. Esta mesma estante reúne também outros estudos, relatórios, laudos e EIAs/Rimas, de autoria do professor e de outros pesquisadores. Particularmente, dediquei-me à análise dos relatórios finais dos levantamentos realizados para o Projeto Uruguai, intitulados: “*Os Barramentos e os Índios*” (1979), “*As consequências da construção da barragem Machadinho para os índios do P.I Ligeiro*” (1980), e os estudos publicados pela Eletrosul em alguns volumes, intitulados “*Bacia hidrográfica do rio Uruguai – Estudo de Inventário Hidroenergético*” (ELETROSUL/CNEC, 1979). Cabe ressaltar que nessas caixas contém também uma série de documentos e registros dos trabalhos referentes às pesquisas realizadas, os quais foram de grande valor para que eu entendesse os passos e percursos por onde eles trilharam até a conclusão destes estudos.

Os trabalhos de levantamento e “escavações” nesse acervo tornaram-se, portanto, grande parte de meu campo e revelaram-se preciosa fonte de conhecimentos e informações para as questões que me pus à compreender. As estantes nas quais me concentrei, visando um levantamento sistemático sobre todo o contexto de produção do estudos e trabalhos de consultoria realizados pelo professor Silvio e equipe à Eletrosul, dos anos 1970 aos 1990, encontram-se organizados no canto direito da sala do núcleo e integram uma grande seção, anteriormente descrita como “projetos de desenvolvimento”. Metodologicamente, decidi examinar aprofundadamente todos os documentos, relatórios e estudos sobre o Projeto Uruguai, seguindo a própria ordem das caixas enumeradas que estão situadas na estante da seção “hidrelétricas” do NEPI. Objetivava verificar se, de fato, existe algum(s) critério(s) ou lógica própria a classificação orientada pelo professor Silvio nos trabalhos de organização do acervo por sua ex-secretária. As caixas relacionadas ao Projeto Uruguai, em especial às que possuem materiais referentes ao desenvolvimento dos estudos realizados pelo professor Silvio e equipe na consultoria à Eletrosul, consistem nas caixas etiquetadas de número “01”, “04”, “05”, “06” e “07”, levando como título “Projetos” em cada uma delas. As caixas “01”, “04” e “05” possuem, especificamente, estudos sobre o Projeto Uruguai datados a partir do ano 1969.

Em contrapartida, não consegui localizar no NEPI o estudo oficial publicado pela Eletrosul, cujo título é “*Bacia hidrográfica do rio Uruguai – Estudo de Inventário Hidroenergético*” (ELETROSUL/CNEC, 1979), um dos objetos de grande relevância à minha pesquisa. Esta constatação levou-me a procurá-lo entre outros locais, como os arquivos da própria Eletrosul, em Florianópolis.

Entretanto, é preciso registrar que tive muitas dificuldades em acessar e retirar a cópia do estudo na Eletrosul, pois a empresa, agora privatizada, impõe uma série de trâmites que dificultaram o acesso, como a entrega de documentos pessoais e carta de apresentação assinada pela Coordenação do PPGAS/UFSC, registro fotográfico para confecção de um crachá a ser utilizado nas catracas internas da instituição, além da necessidade de responder sobre “*minhas intenções nesses estudos*”. Depois de conseguir ser “aceita” nas primeiras barreiras da Eletrosul e ter acesso aos estudos na biblioteca setorial, um novo obstáculo se apresentou: a impossibilidade de tirar cópias, pois não é permitida a retirada de qualquer material e/ou documento do órgão com a justificativa de ser “*proibido tirar cópia de um livro por conta dos direitos autorais*”. A funcionária de “Divisão de Gestão da Informação e Documentação” da Eletrosul (também chamada de “GID”), chamada para atender minha demanda por cópia do relatório enfatizou, logo de início, que “*a Eletrosul não é como a UFSC no que se refere a publicidade de seus materiais e que os documentos que possuem não podem ser socializados como numa Universidade*”... e que “*as pessoas têm dificuldade de entender o porquê da Eletrosul, como empresa estatal, não é pública em relação às suas informações materiais, pois tem a concorrência desta empresa com as demais*”. Minha demanda foi, por fim, levada à Diretoria Geral da Eletrosul para analisar se autorizariam (ou não) a fotocópia de algumas páginas de um dos volumes deste estudo do ano de 1979, a qual acabou autorizando-me fotocopiar algumas páginas.

* * *

A emergência de estudos da antropologia que têm se debruçado sobre acervos e arquivos pessoais de pesquisadores tem também buscado discutir algumas implicações dos significados dos arquivos etnográficos e de seus usos na pesquisa de campo e na etnografia, apresentando uma abordagem que muito me auxiliou a construir um olhar para o acervo do professor Silvio Coelho dos Santos assim como a refletir sobre os arquivos localizados na Eletrosul, sobre os quais não há acesso público direto.

A referência de Nedel (2011:1) à metáfora de John Randolph (2005) “*Vão-se os dedos, ficam os anéis, que vão vestir outros dedos*” para justificar “a escolha de uma abordagem biográfica dos arquivos, compreendendo-os como coisas investidas de significados à medida que circulam socialmente”, trouxe-me uma importante compreensão sobre o acervo do antropólogo e professor Silvio Coelho dos Santos, à medida que me possibilitou ressignificar o trabalho em arquivos para além de meras fontes para a História. Nessa perspectiva, Nedel lança luz à potencialidade dialógica dos arquivos e acervos pessoais como produtores de história ao mesmo tempo em que se constituem objetos dela. A autora acentua o quanto os arquivos contidos em um acervo pessoal podem transpor sua limitação como “artefatos do passado”, pois, segundo ela, eles produzem “Uma história que os ultrapassa e os conecta ao que está fora do arquivo, ao que talvez nem tenha sido registrado, ou ao que dele tenha sido excluído” (p.2).

Esta nova abordagem revela, também, a dimensão política que tende a permear os acervos e arquivos pessoais, sobretudo no que diz respeito aos seus traslados, seccionamentos e trajetória institucional: “os valores e características atribuídos aos acervos são tributários de uma sucessão de trocas materiais e simbólicas realizadas, entre outros meios, pela reunião e transmissão de documentos” (Nedel, 2011: 9). Ao observar o acervo de Silvio Coelho dos Santos a partir de sua própria organização dos conteúdos que produziu, pude constatar, em diversos momentos, algumas de suas intencionalidades (Heymann, 2005), a exemplo da disposição de sempre deixá-lo público e acessível para os estudantes indígenas, pesquisadores e representantes sociais que se dirigissem ao NEPI à procura de materiais e/ou documentos, assim como a catalogação de forma clara e direta que privilegiasse o encontro dos mesmos pelos/as buscadores/as. Por outro lado, e com intencionalidade oposta, esta dimensão política também ficou evidente quando fui à procura dos estudos relacionados ao Projeto Uruguai, sobretudo os pertencentes às décadas de 1960-80, na sede da Eletrosul, visto a série de “triagens” e questionamentos aos quais fui submetida para acessá-los, e somente para leitura.

Em consonância, os projetos que o professor Silvio desenvolveu ao longo de sua trajetória como antropólogo nos múltiplos campos de pesquisa a que se dedicou, podem ser percebidos através de um olhar mais atencioso sobre seu arquivo e auxiliam, entre outros aspectos, a entender sua produção antropológica nas distintas fases e contextos de agência do pesquisador.

Embora meu objetivo não fosse analisar todo seu acervo arquivístico (compostos por inúmeros materiais reunidos nas estantes, arquivos de metal, caixas, armários, etc.), considero que minhas “escavações” em busca de uma reconstituição da atuação do professor Silvio no campo das barragens e hidrelétricas levaram-me, por vezes, à outras esferas de sua caminhada como antropólogo e pesquisador. Em alguns momentos, foi possível intuir que suas “inscrições” e registros, se ativados, podem exprimir muito mais do que ele pretendeu documentar (Nedel, 2011: 24). Ao encontro deste novo horizonte na antropologia possibilitado por antigos registros e artefatos, Cunha (2004:292) revela-nos que:

Nos últimos anos, além de historiadores e arquivistas, antropólogos têm se voltado para os arquivos como objeto de interesse, vistos como produtores de conhecimentos. Não preservam segredos, vestígios, eventos e passados, mas *abrigam marcas e inscrições a partir das quais devem ser eles próprios interpretados*. Sinalizam, portanto, temporalidades múltiplas inscritas em eventos e estruturas sociais transformados em narrativas subsumidas à cronologia da história por meio de artifícios classificatórios. Tais tentativas de inscrever evento e estrutura na topografia dos arquivos implicam procedimentos constantes de transformação. Os arquivos tornaram-se então territórios onde a *história não é buscada*, mas contestada, uma vez que constituem *loci* nos quais outras historicidades são suprimidas.

A possibilidade do acervo e arquivo do professor Silvio Coelho dos Santos consistirem em meu campo de pesquisa mais evidente corresponde, em grande medida, à metáfora anteriormente referida para entender que os “anéis” que o antropólogo deixou podem “vestir outros dedos” que estejam dispostos à descobrir seu valor como potenciais produtores de conhecimentos, histórias e novas relações. Como bem observado por Cunha (2005), as mudanças nas relações e apropriações dos/das antropólogos/as nos arquivos e acervos pessoais tende a compreender a natureza dos ditos “documentos” e seus contextos de produção de conhecimento, o que revela a capacidade dos “anéis” de servirem como objetos de entendimento às novas questões do presente. Neste sentido, meus contatos e (re)encontros com determinados materiais contidos no acervo de Silvio Coelho dos Santos, situado no

NEPI, foram mobilizados por novos olhares e relações de minha parte com estes arquivos, pensando-o agora como um campo de pesquisa – ao invés de mera fonte de informações. Ou seja, como já destacado, “pensar o arquivo e, em particular, os chamados arquivos etnográficos como um campo entrecortado por intervenções de natureza e temporalidade distintas” (Cunha, 2005:8).

Por outro lado, os “anéis” que repousam no acervo do professor Silvio, especificamente os arquivos relacionados às barragens/hidrelétricas e povos indígenas, me revelaram uma singular produção de conhecimento e discursos por parte de uma rede de importantes atores sociais, com os quais o antropólogo estabeleceu “alianças” cruciais para desenvolver seus estudos e pesquisas ao longo de sua vida, conforme será abordado em momento adiante nesta dissertação.

Apesar das diferentes análises e perspectivas em torno do uso e natureza dos acervos arquivísticos, Nedel (2014) e Cunha (2004:292), aludindo o conceito foucaultiano de arquivo (Foucault, 1986), concebem-nos como produtores de verdades e de história, o que torna seus dados e conhecimentos passíveis de serem compreendidos como sistemas de enunciados, verdades parciais, interpretações históricas e culturalmente constituídas, as quais estão sujeitas à novas leituras e interpretações. Desta maneira, cada acesso aos acervos e seus respectivos arquivos, através de seus possíveis e distintos usos, faz com que os mesmos sejam construídos a partir de novos sentidos, atribuições e (re)significações ilimitadas (Heymann, 2012: 280). Cabe ressaltar que, amparada por estas autoras e noções, o acervo de Silvio Coelho dos Santos consiste em um campo fértil para a produção de novos discursos, enunciados e compreensões, “não só sobre o passado convertido em ‘documento’, mas também sobre o presente tornado relevante e sujeito a novas leituras e encontros” (Cunha, 2005:17), que nos ajudarão, nessa dissertação, a compreender melhor a relação entre as hidrelétricas, os povos indígenas e a antropologia.

1.2.2 O “retorno” ao autor e sua obra

E naturalmente é à Antropologia que cabe se dedicar à criação de bases que permitam o surgimento de medidas concretas de ação, pois além de todos os compromissos, ainda subsiste o fato de ser a sobrevivência indígena um problema

humano e não se poderá jamais deixar de considerá-lo prioritário.

(Silvio Coelho dos Santos, 1973¹⁶).

A ativação de novos sentidos, olhares e discursos através do acervo arquivístico e etnográfico de Silvio Coelho dos Santos, bem como as possíveis ressignificações de seus conteúdos neste tempo presente, revelam elementos que em grande medida auxiliam-nos a refletir sobre este autor e sua obra, produto de sua trajetória acadêmica e social.

Michel Foucault, em seu artigo “*O que é o autor?*” (2011), tece considerações sobre o fenômeno do “retorno a origem” dos autores, denominando-o também de “redescoberta” e “ritualização”. Ele refere-se a este *retorno* como um “movimento que tem sua própria especificidade e que caracteriza justamente as instaurações da discursividade” (p.25). A discursividade dos autores, e sua posterior transformação, é compreendida por Foucault como um movimento que passa a ser inscrito na história e no processo de construção contínua do pensamento científico, que vai para além do próprio autor à medida que sua obra repercute para além de seu próprio trabalho e pessoa. Ele assinala que os autores “fundadores de discursividade” são dotados da particularidade de não só produzirem suas obras, mas também produzirem a possibilidade e a regra de formação de outros textos, relações e discursos, tal como os fizeram Marx, Freud, entre outros “instauradores de discursividade” no pensamento ocidental.

Em diálogo com Foucault sobre a “*função-autor*”, Geertz (2009) trouxe também a discussão acerca da discursividade e do caráter literário relacionados ao trabalho etnográfico produzido pelos antropólogos, buscando compreender, a partir dessa perspectiva foucaultiana, “o que vem a ser um ‘autor’ na antropologia”. Contudo, antes, ele parte da distinção proposta por Barthes (1979: 18), em “*Authors and writers*”, entre “autor” e “escritor”, entendendo que “O autor cumpre uma função”, enquanto o “escritor exerce uma atividade” (Barthes, 1979: 18).

Nesse sentido, Geertz (2009) destaca que os autores “são aquelas pessoas de peso bem maior, que ‘são autoras (...) de muito mais do que um livro’; são autoras de ‘(...) uma teoria, uma tradição ou uma disciplina em que outros livros e autores, por sua vez, encontrarão seu lugar’ ” (p. 31). Geertz (2009) considera que alguns autores e/ou

¹⁶ Santos (1987, p. 27).

indivíduos na antropologia possuem essa capacidade de instituírem “os termos do discurso em que, a partir daí, os outros passam a se mover, pelo menos por algum tempo, à sua maneira” (p. 33). Para além, enfatizará o quanto a linguagem do autor “fundador de discursividade” tem a capacidade de sustentar uma *práxis* e, também, consistir num veículo do “pensar”. (p. 33).

Considerando essa perspectiva autoral referente à criação de discursividade e influência na sociedade acadêmica (e fora dela) e/ou na comunidade de pertencimento, entendo que também podemos olhar para o antropólogo Silvio Coelho dos Santos e sua obra como fundadora de uma discursividade, instaurada através de sua *práxis* junto às causas que considerou legítimas e necessárias ao ofício da disciplina, a qual deveria estar comprometida com as populações vistas como “minoritárias” pelo Estado, de modo especial as indígenas.

Nesta direção, argumento que o antropólogo Silvio Coelho dos Santos construiu ao longo de sua trajetória uma discursividade através da produção acadêmica que pautou e sustentou (e ainda sustenta) uma *práxis* pautada pelo engajamento, na defesa e garantia dos direitos dos povos indígenas, na qual muitos estudiosos “encontraram seu lugar” no campo da Antropologia, especialmente no Sul do país. Ainda que não tenha elaborado e instaurado um corpo teórico fundante de uma escola de pensamento, Silvio Coelho dos Santos é indubitavelmente um ator/autor que formou e influenciou pesquisadores e estudantes, em uma *práxis* acadêmica cujos preceitos éticos estavam claramente voltados ao reconhecimento dos indígenas como sujeitos de direitos, e a necessidade da pesquisa antropológica cooperar na defesa desses direitos. Integrando e formando uma rede de pesquisa e trabalho que consolidou ao longo de quatro décadas, Silvio Coelho dos Santos, tornou-se referência, especialmente, nas áreas da etnologia indígena, educação indígena e estudos sobre projetos de desenvolvimento e direitos indígenas no Sul do Brasil.

A produção de novos discursos influenciados pela trajetória de Silvio Coelho dos Santos e suas produções acadêmicas, “inscrites” em seu acervo e arquivos, repercute, entre outros, nesse meu esforço de “retorno” à esse autor e sua obra, assim como fizeram os demais trabalhos gerados a partir de seu acervo e espólio documental (Fürbringer, 2013; Silva, 2015). Os “anéis” que repousam no acervo de Silvio Coelho dos Santos também revelam o alcance da discursividade desse autor que se instaurou a partir da década de 1960, deixando sua marca não só no seu Núcleo de pesquisa, mas também no trabalho antropológico da UFSC. Eles não somente trazem à luz e exprimem a

relevância de sua discursividade, mas começam a “vestir outros dedos” que passam a escrever uma nova compreensão da sua produção acadêmica, gerada sobretudo de sua *práxis voltada a defesa dos direitos indígenas*, o que pode ser evidenciado através da ativação de seus discursos pelos pesquisadores que temporalmente lhe sucedem e veem sentidos em seus passos. Eles também revelam a capacidade da discursividade do autor em se legitimar e exercer influências em alguns órgãos estatais, como foi o caso junto à Eletrosul, em pleno contexto de governos marcados pela ditadura civil e militar que vigorava naquele momento no Brasil.

1.2.3 Para além dos arquivos: o levantamento de outras fontes de informações e discursos

Além dos levantamentos no acervo do professor Silvio Coelho dos Santos que está localizado no NEPI, esta pesquisa também buscou realizar algumas entrevistas semi-estruturadas e abertas com alguns interlocutores que tiveram relação com o professor, buscando obter informações complementares, assim como de seus entendimentos sobre o Projeto Uruguai e a atuação do antropólogo. Foram entrevistados, durante os dois semestres de 2015, algumas pessoas de grande importância para a compreensão de meu foco de pesquisa, ou seja, a relação entre a antropologia, hidrelétricas e povos indígenas no caso da elaboração e implantação do Projeto Uruguai.

Primeiramente, entrevistei as antropólogas Maria José Reis e Neusa Maria Sens Bloemer, visto a grande importância dessas pesquisadoras na história da antropologia no sul do Brasil e no campo dos estudos sobre as consequências sociais das barragens e hidrelétricas. De forma especial, ambas desenvolveram pesquisas com populações locais afetadas pela implantação de hidrelétricas e barragens no sul do Brasil, tendo atuado em projetos nessa área de estudos junto ao professor Silvio Coelho dos Santos, no NEPI, desde a década de 1980. Cabe ressaltar que a arqueóloga e antropóloga Maria José Reis participou da criação do então Instituto de Antropologia da UFSC em 1965 (na condição de aluna) e, entre os trabalhos de grande relevância de sua produção acadêmica, destaca-se como referência sua tese de doutorado (Reis, 1998) sobre a implantação da hidrelétrica de Itá, no Alto Uruguai, e seus efeitos sobre a vida dos camponeses dessa região, nos anos 1990.

De igual modo, a antropóloga Neusa Bloemer foi docente do Instituto de Antropologia da UFSC a partir de 1973 e também é

integrante do NEPI desde sua fundação, atuando nos projetos relacionados às barragens e hidrelétricas e seus efeitos sobre as populações indígenas desde os anos 1970. De forma especial, atuou diretamente no caso do Projeto Uruguai ao participar de alguns dos projetos e estudos coordenados pelo professor Silvio Coelho dos Santos na bacia do rio Uruguai, sendo de grande relevância sua atuação no “*Estudo Etnográfico da Usina Hidrelétrica Machadinho*”, publicado em 1998.

Entrevistei também, os antropólogos Miguel Bartolomé e Alicia Barabas, ambos pertencentes ao Instituto Nacional de Antropologia e História de México (INAH). Em decorrência da visita destes antropólogos em novembro de 2014, como pesquisadores visitantes do PPGAS/UFSC, tive a oportunidade de entrevistá-los buscando compreender o contexto de realização das Reuniões de Barbados nos anos 1970 e 1980. A partir dessas reuniões que participaram junto com o professor Silvio e outros antropólogos da América do Sul - e estabeleceram as novas práticas de uma “antropologia comprometida” com as populações originárias -, estes pesquisadores mantiveram uma amizade e parceria de trabalho com Silvio Coelho dos Santos, expressas em suas declarações ao mesmo quando escreveram na edição da Revista Ilha que homenageou o antropólogo depois de seu falecimento (Revista Ilha, 2009).

Outro entrevistado foi o antropólogo Ricardo Cid Fernandes, o qual, por sua atuação junto às populações indígenas afetadas por algumas das hidrelétricas planejadas pelo Projeto Uruguai, por vezes esteve em contato com o professor Silvio nos trabalhos que desenvolveu, a exemplo dos estudos sobre a UHE Quebra-Queixo (SC) e a elaboração de laudos para demarcação de algumas das TIs Kaingang e Guarani afetadas pelo projeto na bacia do rio Uruguai, como a TI Pinhal e TI Xapecó. Ao concentrar uma vasta produção de pesquisas junto aos povos Kaingang no sul do Brasil, este antropólogo também possui trabalhos relacionados ao setor elétrico nesta região, sendo um interlocutor de grande relevância à minha pesquisa. Lembro-me, de forma especial, de suas visitas ao professor Silvio no NEPI quando eu era bolsista neste Núcleo, e foi um grande aprendizado conversar com ele e compreender alguns aspectos importantes da atuação de Silvio Coelho dos Santos nos casos relacionados às hidrelétricas, barragens e povos indígenas no sul do Brasil.

Infelizmente, não tive respostas em minhas tentativas de contatar a antropóloga Aneliese Nacke, pesquisadora (atualmente aposentada) que atuou conjuntamente ao professor Silvio nos estudos e relatórios

sobre o Projeto Uruguai nos anos 1970, 1980 e 1990, consistindo em uma autora de referência no campo das hidrelétricas e povos indígenas na região sul.

Entre os dias 15 a 20 de julho deste mesmo ano, realizei, também, visita de campo às TIs Xaçecó e Toldo Chimbangue, ambas situadas na região Oeste de Santa Catarina e correspondentes às áreas indígenas ameaçadas pelo Projeto Uruguai (UHEs Foz do Chapecó, e Machadinho), com o intuito de levantar informações sobre a realização dos estudos, à época, pelo professor Silvio Coelho dos Santos e equipe quando em consultoria para a Eletrosul. Embora não tenha conseguido (devido ao breve tempo e escasso recurso disponível para este momento do trabalho de campo) apreender, conforme o que havia planejado, as percepções e perspectivas dos indígenas sobre os estudos realizados e atuação da antropologia naquele momento, dialoguei com as lideranças e alguns membros das TIs visitadas, os quais trouxeram de forma pontual seus relatos e memórias sobre o contexto relacionado ao Projeto Uruguai nas décadas de 1970 e 1980. A partir dos relatos e informações que consegui levantar nestes cinco dias de campo nas TIs, os interlocutores indígenas afirmaram que ainda enfrentam atualmente problemas relacionados à implantação das hidrelétricas, a exemplo das indenizações/compensações e linhas de transmissão dentro das TIs, e pouco sabem a respeito do processo de realização dos estudos e acordos que foram feitos nas décadas de 1970-1980 entre a Eletrosul e a Funai. Uma das lideranças diz ter conhecido e lembrar da presença do Prof. SCS nas TIs nos anos 1980 para a realização dos estudos, momento em que o acompanhou nas caminhadas para identificação dos limites territoriais e usos dos espaços pela comunidade.

Paralelamente, também mantive conversas informais com alguns estudantes indígenas da Universidade Federal de Santa Catarina, pertencentes aos povos e TIs afetados pelos empreendimentos hidrelétricos do Projeto Uruguai, buscando compreender diferentes perspectivas dos atores sociais indígenas sobre o mesmo caso.

Em minhas visitas à FUNAI da Coordenação Regional de Chapecó nos dias 16 e 18 de julho, entrevistei também o Sr. Sebastião Aparecido Fernandes, o qual foi sertanista dos anos do SPI e é atualmente administrador aposentado desta Coordenação Regional. Por ter trabalhado na região Oeste de SC nas décadas de 1960, 1970 e 1980 para os órgãos indigenistas, “Seu” Sebastião tem algumas lembranças da presença do professor Silvio Coelho dos Santos e da equipe nas Terras Indígenas para elaboração dos estudos relacionados às hidrelétricas nesses territórios.

Também realizei visitas à Eletrosul e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), nas Coordenações Regionais localizadas nos municípios de São José (SC) e Chapecó (SC) para buscar documentos, informações e dados sobre o Projeto Uruguai, embora sua obtenção foi escassa – quando não dificultosa. Muitas pessoas que acompanharam e/ou participaram dos processos do Projeto Uruguai não foram localizadas, devido à situação de falecimento ou por desconhecimento dos atuais funcionários dos órgãos governamentais.

Entretanto, para apreensão das representações dos membros da ELETROSUL que atuaram no Projeto Uruguai nos anos 1960, 1970 e 1980, identifiquei alguns deles através dos relatórios produzidos pelo professor Silvio. Embora a maioria das pessoas referenciadas nestes estudos já tenham falecido, consegui entrevistar a arquiteta (atualmente aposentada) Maria Elisabeth Pereira Rego, a qual fez parte do Grupo de Estudos do Rio Uruguai - GERU/Eletrosul e recebeu agradecimento pelo professor Silvio e equipe no relatório “*Projeto Uruguai – Os Barramentos e os Índios*” (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978: v).

Como já mencionado, foram dignos de atenção e dedicação especial os estudos e relatórios relacionados à todo processo de atuação de Silvio Coelho dos Santos e equipe, como também os livros e obras acadêmicas de pesquisadores pertencentes à uma rede de articulação nesse campo de estudo da antropologia voltado aos projetos hidrelétricos. Essa imersão nos arquivos e no acervo do antropólogo SCS situado no NEPI revelou-me, surpreendentemente, aspectos da sua dinâmica pessoal e profissional, sobretudo quando tive contato com suas correspondências, comunicações (jornais, pareceres, exposições orais transcritas, etc.), esboços, registros, projetos, documentos destinados aos órgãos oficiais, entre outros materiais, evidenciando suas parcerias, posicionamentos e características de seu modo de “fazer antropológico”.

A necessidade de contextualização e entendimento acerca da conjuntura do Projeto Uruguai no que se refere à realidade dos povos indígenas do sul do Brasil - em suas específicas situações de contato com as frentes de expansão econômica do Estado brasileiro - levou-me à sistematização de um levantamento bibliográfico sobre a Questão Indígena e Indigenismo nos anos 1960-1980, bem como sobre as principais produções de Silvio Coelho dos Santos neste período. De modo especial, as obras “*A integração do índio na Sociedade Regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina*” (1970), “*Indigenismos e expansão capitalista: faces da agonia Kaingang*” (1979), “*Áreas ameaçadas por projetos hidroelétricos no Brasil*” (1981) e “*Índios e Brancos no Sul do Brasil*” (1987) puderam trazer

elucidações sobre os processos de territorialização dos povos indígenas habitantes da região Sul do país, os quais estavam atrelados aos projetos de desenvolvimento das políticas do indigenismo oficial pelo SPI e FUNAI no regime militar.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICA ENERGÉTICA, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E CIÊNCIA: DE ENCONTRO AOS INDÍGENAS E À ANTROPOLOGIA

Este capítulo visa abordar sobre a conformação da política energética no Brasil, nos séculos XIX e XX, buscando compreender como fora se estabelecendo os projetos hidrelétricos no país e a emergência das condições de sua relação com os povos indígenas e a antropologia no país. A compreensão da conformação deste panorama do setor de energia elétrica no país é importante para o entendimento do contexto de concepção e implantação do Projeto Uruguai e as relações entre os diferentes atores sociais e agências envolvidos, como Estado, empresas, povos indígenas e pesquisadores do campo da antropologia.

Ao traçar este percurso do setor energético brasileiro, foi possível identificar sua estreita inter-relação com as políticas de desenvolvimento econômico, o que, por sua vez, estiveram frequentemente articulados com os interesses externos (Gomes; Vieira, 2002), efetivados mediante o estabelecimento de alianças internacionais com outros países e seus setores econômicos. Desse modo, será abordado nesse capítulo o modo como as políticas energéticas estruturaram-se de forma a subsidiar o modelo de desenvolvimento econômico proposto nos sucessivos governos no país, apesar de suas especificidades conjunturais.

De forma especial, o contexto de instauração da ditadura civil-militar (1964 – 1985) consistiu em um divisor de águas no que se refere às proporções e direcionamentos do planejamento econômico do país, influenciando diretamente nos modos de conceber os projetos hidrelétricos no território nacional e, conseqüentemente, no trato com as populações afetadas por essas obras de desenvolvimento. Atreladas ao modelo de desenvolvimento imposto pelos governos naquele período, tais empreendimentos foram concebidos a partir de um planejamento estratégico que se ancorou, substancialmente, na produção de conhecimento científico relacionado às mais diversas áreas, inclusive a antropologia. Assim, veremos que os planos de desenvolvimento econômico nesse período se consolidaram através da articulação dos campos político, econômico e científico, a qual era orientada sobretudo pelos princípios ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional, sob um enfoque geopolítico, visando o controle do *corpus nacional* pelo Estado e a aceleração do crescimento econômico.

Foi possível perceber, também, que até os anos 1980, os estudos sobre os aspectos sociais e ambientais relacionados aos projetos hidrelétricos eram escassos (quando não inexistentes), não sendo

exigidos legalmente como condicionantes à concessão de licenças para sua implantação. Até a década de 1960, as dimensões das usinas eram, em sua maioria, relativamente pequenas em comparação às que vieram após os anos 1970, e dificilmente alagavam grandes extensões territoriais. Os estudos e processos de licenciamento ambiental no Brasil, estabelecidos juridicamente na década de 1980, refletiram o cenário internacional de emergentes questionamentos e convenções sobre a relação entre modelo de desenvolvimento econômico e suas consequências às dimensões ambiental e social. É neste momento que os grandes projetos de desenvolvimento, por ampliarem suas dimensões a partir dos anos 1970, passam a encontrar povos e territórios indígenas nos locais planejados à sua implantação, gerando efeitos deletérios sobre suas vidas.

A crescente participação da ciência antropológica nos processos de implantação dos empreendimentos hidrelétricos no país a partir deste período, especialmente no contexto do chamado “milagre econômico”, deu-se de diferentes maneiras e decorrem da necessidade de avaliar os efeitos socioculturais e ambientais decorrentes da implantação destes projetos de desenvolvimento. É especificamente no Projeto Uruguai que a Antropologia, através do convite realizado pela Eletrosul ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, diretamente ao antropólogo Silvio Coelho dos Santos no ano 1977, pela primeira vez teve a oportunidade de participar da realização de estudos prévios de levantamento dos potenciais efeitos que as hidrelétricas, propostas a serem implantadas na bacia hidrográfica do rio Uruguai, poderiam gerar sobre a vida e territórios das populações indígenas originárias desta região no Sul do país.

O objetivo geral deste capítulo consiste, portanto, em compreender o desenvolvimento do setor energético no país, bem como o contexto e as bases materiais e ideológicas de incorporação dos estudos antropológicos em um projeto hidrelétrico cuja localização se sobrepõe aos territórios de populações indígenas, como foi o caso daqueles realizados por Silvio Coelho dos Santos e sua equipe de pesquisadores no Sul do país, durante as décadas de 1970-1980.

2.1 A POLÍTICA ENERGÉTICA NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX

2.1.1 Do Carvão às Hidrelétricas: Políticas Energéticas no encaixo do desenvolvimento

A utilização do carvão mineral em meados do século XIX na Europa, para a obtenção do gás e vapor no transporte (como navios) e iluminação pública, atraiu, já naquele período, empresários, como Irineu Evangelista de Sousa, conhecido como barão de Mauá, o qual trouxe para o país inovações nas fontes de energia térmica, mecânica e luminosa. Em 1876, ao conhecer a energia elétrica na Exposição Filadélfia, Dom Pedro II autorizou Thomas Edison a trazer para o Brasil os aparelhos por ele inventados, inaugurando, em 1879, a iluminação elétrica da estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil), na então capital do país, a cidade do Rio de Janeiro.

As crescentes iniciativas de implantação da energia elétrica a partir do século XIX foram impulsionadas, sobretudo, pelo desenvolvimento da indústria e da tecnologia no cenário internacional. Culminaram, em 1883, na primeira utilização de energia hidrelétrica no Brasil através da instalação da Usina Hidrelétrica Ribeirão do Inferno, cuja produção energética destinou-se aos serviços de mineração em Diamantina (MG). Apesar desta hidrelétrica caracterizar-se inicialmente como uma central térmica de pequeno porte, ela possuía uma linha de transmissão de dois quilômetros para o transporte de energia elétrica.

Além desta, muitas outras usinas de dimensões relativamente pequenas foram construídas e implantadas no país para o fornecimento de força motriz às indústrias, sobretudo do setor têxtil, situando o Brasil entre os países pioneiros na montagem de usinas elétricas no mundo (Branco, 1975: 45). Entre, elas estão: a Usina Hidrelétrica no rio Turvo (MG) em 1885, a Usina Hidrelétrica Marmelos¹⁷ (MG) em 1889, a Usina Hidrelétrica Monjolinho (SP) e a Usina Hidrelétrica Piraciacaba (SP) em 1893, a Usina Hidrelétrica Corumbataí (SP) em 1895 e a Usina Hidrelétrica Angiquinho (AL) em 1913, sendo a primeira a ser instalada na região Nordeste do país, localizada na cachoeira de Paulo Afonso, rio

¹⁷ Esta usina, localizada no município Juiz de Fora, é considerada o “marco zero” da história do setor da energia de matriz hídrica brasileira e em todo cenário da América Latina ao consistir na primeira unidade de geração hidrelétrica a atender especificamente os serviços públicos urbanos (CMEB, 2001: 18).

São Francisco.

Desempenhando um papel crucial no processo de modernização e urbanização dos setores de infraestrutura no Brasil, a exemplo do transporte, comunicações e serviços públicos urbanos, o campo da energia elétrica foi um grande alvo de investimentos de capitais estrangeiros no final do século XIX. Deste modo, observa-se que:

As primeiras experiências práticas com a eletricidade no Brasil ocorreram no final da década de 1870 e na seguinte e foram contemporâneas às aplicações iniciais dessa nova modalidade de energia na Europa e nos EUA. A intensificação dessas experiências - particularmente no Rio de Janeiro, capital e principal centro urbano do país-, tornou a eletricidade um agente de indução e de aceleração das mudanças observadas nas práticas sociais e económicas desde o final do Império e, em especial, a partir do advento da República (1889) (LAMARÃO, 1997: 40).

Com a crescente inserção do Brasil no cenário internacional, devido à célere diversificação da economia no país, a produção de energia elétrica em grande escala teve seu marco em 1900, quando recebeu investimentos do grupo canadense *Ligth* que, em poucos anos, estabeleceu no eixo Rio-São Paulo um importante sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de uma linha de bonde elétrico. Nessa conjuntura, surgiram as primeiras iniciativas no Brasil de implementação de uma legislação específica para as atividades do setor de energia elétrica na órbita federal, ressaltando-se os limites impostos pelo fato de que o texto constitucional, tendo atribuído ampla autonomia aos estados, reservava ao Congresso Nacional a competência para legislar somente sobre as terras e minas pertencentes à União.

Assim, em 1903, surgiu a Lei no. 1.145, considerada o primeiro texto de lei brasileira sobre energia elétrica autorizando o governo federal a promover, administrativamente ou mediante concessão, o aproveitamento da força hidráulica para transformação em energia elétrica aplicada a serviços federais, facultando o emprego do excedente na lavoura e na indústria (CACHAPUZ, 1990: 17). Logo depois, em 1907, organizou-se o primeiro projeto para o Código de Águas, no qual as principais questões referiram-se à caracterização das águas públicas e privadas definindo, entre as primeiras, quais seriam de domínio da União. O Código de Águas, no entanto, só foi sancionado e implantado

adiante, na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas.

Posteriormente, um setor composto por gigantescas empresas multinacionais, como os grupos *Brazilian Traction, Light and Power (Ligth)* e o *American & Foreign Power Company (Amforp)*, ambos norte-americanos, assumiu, na década de 1920, o monopólio da produção de energia elétrica no país através de um rápido movimento e centralização do capital – causando, também, resistências do empresariado brasileiro.

Até o período da Primeira Guerra Mundial, no Brasil e nos demais contextos urbanos da América Latina, a difusão do uso dos serviços públicos mais modernos foi impulsionada pelos investimentos estrangeiros, principalmente britânicos, os quais se dirigiram à montagem da infraestrutura de transportes para o comércio exterior, destacando-se as ferrovias, os portos e a navegação marítima, e aos serviços de transportes urbanos de passageiros, iluminação pública, águas e esgotos (CORRÊA, 2005: 260).

Com a crise econômica internacional desencadeada em 1929 pelo *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, o capitalismo financeiro e sua dinâmica nos mais diferentes países foram atingidos, a exemplo do Brasil, que sentiu graves consequências em seus segmentos e, principalmente, no núcleo de sua economia: o complexo cafeeiro. Este fenômeno contribuiu para a destituição da República Velha, na qual as oligarquias regionais foram derrotadas, e à condução de Getúlio Vargas ao poder através da “Revolução de 1930”, dando início ao Governo Provisório (1930-1934). No que se refere à relação do Estado brasileiro com as questões energética neste período, Vianna (1989) esclarece que:

Até 1930, a constituição em vigor (de 1891) era federalista, o que assegurava aos governos dos estados ampla autonomia. Até então, não havia distinção entre a propriedade das quedas d'água e a propriedade das terras circundantes (assim como entre a propriedade do solo e do subsolo). O papel do Estado nas questões energéticas permaneceu limitado. Os decretos presidenciais se referiam apenas às atividades do setor elétrico relacionadas às necessidades do governo federal, deixando a atuação dos estados e municípios sem normatização (p. 7).

Modificando o papel do Estado brasileiro mediante significativa atuação centralizadora e normatizadora relacionada ao projeto nacionalista, em detrimento dos interesses regionais, o Governo Vargas

efetuou um conjunto de mudanças no setor elétrico que “determinou a suspensão de todos os tipos de operação com quedas de água, e impediu quaisquer transações que envolvessem recursos naturais ou patrimônios estabelecidos” (CMEB, 1995:22). Nesse sentido, as ações do Governo Provisório não se limitaram a medidas de curto prazo, como os incentivos à substituição do consumo de energéticos importados, mas incidiram para uma profunda reforma institucional nos segmentos modernos da economia brasileira, como o setor da energia elétrica. De acordo com Lima (1995):

Se, até 1930, os governos republicanos no Brasil encontravam-se associados ao setor exportador e aos agentes representativos do comércio, da indústria e das finanças internacionais, as forças políticas que participaram e apoiaram o movimento de 1930 colocaram em questão a natureza das relações até então mantidas entre o Estado nacional e os interesses externos, principalmente aqueles representados no país. Nesse sentido, o espírito nacionalizante presente no início da década de 1930 servia de esteio para as políticas de superação da crise, que se confundiam com a centralização das decisões do Governo Provisório, à medida que o plano nacional se sobrepunha ao plano regional (CMEB, 1995: 18).

No caso específico do mercado de energia elétrica, a ausência de um controle ou regulamentação para as concessionárias foi responsável pela alta geração de lucros em seus empreendimentos, evidenciando o predomínio e dominação estrangeira em atividades de aproveitamento de recursos naturais, como a hidroeletricidade, no Brasil. Desta forma, a precariedade dos ordenamentos institucionais e jurídicos que regulamentavam essas atividades até então consistiram em fator determinante para a prevalência das ações e interesses das grandes companhias estrangeiras, o que se agravou após a crise financeira mundial e a crise no fornecimento de energia elétrica em São Paulo durante os anos 1924 e 1925. Apontou-se então para a necessidade de uma maior intervenção e centralização dos poderes públicos na utilização e gestão dos recursos naturais do país, como as fontes hidroenergéticas – evitando, contudo, posicionar-se contra o capital estrangeiro.

Foi nesse cenário que o Anteprojeto do Código de Águas foi

redigido no âmbito do governo de Getúlio Vargas, com forte influência das diretrizes jurídicas norte-americanas sobre o uso dos recursos naturais, de modo a privilegiar a energia hidrelétrica como capítulo de destaque voltado ao aproveitamento e regulamento forças hídricas (LIMA, 1995:24). Neste mesmo ano, foi criado e instalado o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no Ministério da Agricultura, “com uma Diretoria das Águas, criada para lidar com a exploração de energia elétrica, comissões e legislação de água.” (Reis, 1991: 184). No ano seguinte, em 10 de julho de 1934, o Código de Águas foi aprovado e, seis dias depois, promulgou-se a Constituição de 1934. O Código de Águas estabeleceu a dissociação entre a propriedade do solo e a propriedade das quedas d’água, entre outras fontes de energia hidráulica, definindo o regime das autorizações e concessões para os aproveitamentos hidrelétricos. Segundo Corrêa (2005: 270), o Código de Águas impedia as empresas estrangeiras de se tornarem concessionárias de forma a determinar que as autorizações e concessões seriam dadas apenas às empresas já instaladas no país e para brasileiros, ressaltando os direitos adquiridos pelo regime constitucional.

Todavia, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) somente foi criado em 1939, consistindo no primeiro órgão da Presidência da República com função reguladora e normatizadora do setor de energia elétrica brasileira para fazer cumprir o Código de Águas de 1934.

Além do estabelecimento do Código das Águas, as políticas centralizadoras do Estado Novo regulamentaram também a exploração dos demais recursos naturais e a criação de reservas florestais, cuja gestão e planejamento foram definidos no Primeiro Código Florestal Nacional, transformado em lei em 23 de janeiro de 1934. Para seu cumprimento, o governo de Getúlio Vargas criou, também na década de 1930, o Conselho Florestal Federal, além de diversos outros códigos reguladores de expedições científicas, de mineração e, em 1938, da caça e, em 1943, da pesca (Ioris, 2014: 119).

Importante lembrar que, em 1942, o governo brasileiro convidou uma missão técnica americana (chefiada por Morris Cooke) com a finalidade de “ajudar a planejar a economia do país” (Vianna, 1989:9). Essa missão, que ficou conhecida como “Missão Cooke”, elaborou um relatório que apontava para a necessidade de medidas atreladas à política energética brasileira, como: a priorização da eletrificação de ferrovias, a interligação de usinas e o aproveitamento do grande potencial hidráulico – opção observada como a vantagem energética do país. Fruto do diagnóstico desta Comissão, entre os anos de 1943 e 1946, consolidou-

se a elaboração do primeiro plano do setor elétrico, o Plano Nacional de Eletrificação (PNE), o qual propunha, entre outras medidas, a instalação de usinas hidrelétricas de pequeno e médio porte. No entanto:

“(…) o modelo que seria seguido a partir da década de 1950 era outro: a geração de energia através de grandes usinas a cargo do governo federal e a distribuição sob a responsabilidade dos governos estaduais” (Vianna, 1989, p. 9).

No período compreendido entre 1950 e o início da década de 1960, a capacidade instalada das usinas hidrelétricas foi ampliada de 1.584, 7 MW para 3.642 MW, graças aos investimentos externos e vultuosos empréstimos internacionais. Obras de grande porte, como as usinas de Paulo Afonso (BA), Três Marias (MG), Furnas (MG/SP), Ilha Solteira e Jupia (SP), são projetadas ou iniciadas neste momento (Reis, 1991). No período anterior, entre os anos 1946 e 1962, a política energética fora significativamente marcada pelas grandes transformações no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, com o Estado assumindo funções produtivas, financeiras e de planejamento. Com o fim da II Guerra Mundial iniciou-se uma nova ordem política no Ocidente, levando, no Brasil, à deposição do primeiro governo de Getúlio Vargas e à eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946–1951).

Este novo governo caracterizou-se, segundo Lima (1995), por uma postura eminentemente conservadora em termos de desenvolvimento econômico, onde o setor de energia elétrica foi marcado por uma ausência de diretrizes e pelo esvaziamento dos instrumentos de planificação, culminando na contingência de decretar medidas de racionamento em vários locais do território nacional ao longo de todo seu governo. Pode-se considerar que o momento mais expressivo do planejamento econômico do governo Dutra consistiu na elaboração e aprovação do Plano Salte (Saúde-Alimentação-Transportes-Energia), em 1948, destinando 16% da programação de investimentos ao setor de energia do país (CMEB, 1995:55).

No ano de 1951, Getúlio Vargas foi novamente eleito para presidência da República e, logo em seguida, criou a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU) no empenho de estabelecer novas medidas de desenvolvimento econômico no país. No ano seguinte, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) visando angariar recursos e investimentos por intermédio de bancos de fomento estrangeiros, como o *Bird* e o *Eximbank*, para o financiamento de projetos de infraestrutura no Brasil. Entretanto, devido às crises financeiras na Europa e suas repercussões no planejamento econômico

brasileiro, Vargas teve que reorientar suas ações para, no caso do setor elétrico, criar fundos setoriais de investimento, propondo neste momento a criação da Eletrobrás, “que seria uma empresa *holding* das empresas federais de energia elétrica” (GOMES; VIEIRA, 2009: 306). Contudo, este projeto só seria concretizado no governo de Jânio Quadros, em 1961, e a empresa foi definitivamente instalada em 1962, na gestão presidencial de João Goulart (1961-1964).

Em 1956, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República e seu governo foi marcado por propostas de aceleração do crescimento econômico do país que priorizaram, de modo específico, projetos voltados ao setor de energia elétrica para atender a expansão da industrialização brasileira, a qual se arregimentou principalmente na região Sudeste do país.

A política desenvolvimentista de Kubitschek baseou-se, substancialmente, no Programa de Metas elaborado pelo Conselho do Desenvolvimento, que tinha como objetivo a supressão dos pontos de estrangulamento identificados na economia brasileira, bem como a expansão da indústria de bens duráveis através do estímulo aos investimentos privados, nacionais e estrangeiros. Segundo CMEB (2001):

Foram considerados prioritários os setores de energia, transportes, de indústrias de base, de alimentação e da educação, contemplados com trinta metas, às quais foi somada a meta-síntese, configurada na construção da cidade de Brasília. Quanto à energia elétrica, o Programa de Metas determinou a construção de novas unidades hidrelétricas e previu o aproveitamento da produção excedente de carvão, no sul do país, para geração elétrica (CMEB, 2001: 90).

Para o estabelecimento destas novas diretrizes, foi criado o Ministério das Minas e Energia (MME), através da Lei n. 3.872, de 22 de julho de 1960, o qual passou a incorporar o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) e a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura.

A continuidade do processo de nacionalização e estatização do setor de energia elétrica brasileiro teve seu fortalecimento mediante a organização efetiva da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, em 1964, na vigência do então governo. Nele, a Eletrobrás “passou a atuar como empresa *holding* (empresa detentora) das concessionárias públicas de energia elétrica do governo federal e no planejamento

setorial, responsabilizando-se pela definição dos programas de expansão do sistema de energia elétrica brasileiro” (CMEB, 2001: 117). Entre outras contingências, durante o mês de abril de 1964, o então presidente João Goulart foi deposto pela articulação político-militar que elegeu, através de uma eleição indireta pelo Congresso Nacional (também conhecido como “Golpe de 64”), o General Humberto de Alencar Castelo Branco para presidência da República, iniciando-se o ciclo dos governos militares no Brasil.

Além destas atribuições, a Eletrobrás também assumiu a função de integração das companhias regionais de eletricidade (como a CHESF e a Eletrosul). Notoriamente, em 1965 foi criado o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), o qual subordinou-se ao MME “com a função de coordenar e executar estudos hidrológicos e supervisionar, fiscalizar e controlar os serviços de eletricidade.” (Vianna, 1989: 9). Após a extinção do DNAEE em 1967, o DNAEE ficou responsável, juntamente com a Eletrobrás, pela execução da política energética elétrica (*idem*).

Sobre este contexto da política energética brasileira, Santos (2007) esclarece:

Organizada nos anos 1960, a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A) desenvolveu políticas voltadas para a implantação de grandes projetos hidrelétricos, dos quais Itaipu Binacional, Balbina, Sobradinho e Itaparica poderiam ser tomados como exemplo. Exercendo seu papel de *holding*, a Eletrobrás atribuiu às subsidiárias as tarefas de execução dos projetos de geração. Em nível dos Estados, as empresas que foram integradas ao sistema em tese deveriam ficar limitadas às tarefas de distribuição de energia. A centralização era assim compatível com as ambiciosas propostas “desenvolvimentistas” impostas pelos governos militares. (p.84).

2.1.2 Ciência, planejamento energético estratégico e os grandes projetos hidrelétricos

Foi o mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais. Ao mesmo tempo, foi a época das alegrias da Copa do Mundo de 1970, do aparecimento da TV em cores, das inéditas taxas de crescimento econômico e de um regime de

pleno emprego. Foi o Milagre Brasileiro. O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro. (Gaspari, 2002, p. 12)

O período que correspondeu ao regime militar no Brasil, compreendido entre os anos 1964 a 1985, foi comandado por sucessivos governos eleitos de forma indireta¹⁸ que buscaram legitimar um projeto político autoritário¹⁹, fortemente ancorado nos princípios ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a qual norteou os planos de desenvolvimento econômico propostos pelo Estado. Consolidada no Brasil pela Escola Superior de Guerra (ESG)²⁰ a partir de 1953, esta doutrina teve como matriz as formulações estrategistas do National War College norte-americano, oriundas do contexto de bipolarização estabelecida com a Guerra Fria, após o fim da Segunda Guerra Mundial, em que os dois grandes blocos constituídos pela União

¹⁸ De acordo com Giannasi (2011), as sucessões entre os governos ocorriam da forma mais fechada possível, de modo que: “Os candidatos potenciais tinham seus nomes levados a um colégio formado por oficiais-generais das três Forças Armadas, e a escolha era submetida ao *referendum* do Congresso, que, sem maiores poderes, nada mais podia fazer do que aceitar a indicação, após o que se realizava um simulacro de eleição indireta. Ocorria como concessão máxima, a possibilidade de apresentação de candidato pelo partido de oposição, antecipadamente derrotado, e caso não se desse tal *competição*, que os parlamentares opositoristas se abstivessem de participar ou que votassem em branco.” (p. 25).

¹⁹ A definição do conceito de autoritarismo, realizada no Dicionário de Política por Mario Stoppino sob direção de Norberto Bobbio, estabelece que “(...) são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas.” (Stoppino, 1992, p. 94).

²⁰ A Escola Superior de Guerra (ESG) foi a instituição latino-americana responsável pela reelaboração da DSN formulada nos Estados Unidos. Criada a partir da Lei n. 785, de 20 de Agosto de 1949, e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, teve como finalidade “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional” (MIYAMOTO; GONÇALVES, 2000: 177).

Soviética e Estados Unidos travaram uma severa disputa pela hegemonia política e econômica junto aos demais países do mundo.

Segundo Alves (2005), as ditaduras civis-militares que se estabeleceram nos países da América do Sul, a partir da década de 1960, tiveram como sustentação ideológica os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, à medida que:

A DSN foi a ideologia disseminada nessas instituições militares. As ditaduras civil-militares instituídas no Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela aplicação de suas diretrizes. A DSN fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, era a resposta ao “comunismo ateu”, tendo como base um virulento anticomunismo. No campo econômico, a ideologia da segurança nacional era “um instrumento utilizado pelos setores dominantes, associados ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (ALVES, 2005: 27).

Os planos de desenvolvimento econômico projetados durante os governos militares no Brasil se consolidavam de modo a articular os campos político, econômico e social ao científico. Profundamente inspirados pelos princípios ideológicos da DSN, esse planos tinham como finalidade um intenso controle de todos os aspectos do *corpus nacional* mediante um enfoque geopolítico que se estabelecia embasado profundamente no conhecimento científico, desenvolvido no âmbito da academia militar. A relação estabelecida entre segurança nacional, desenvolvimento econômico e conhecimento científico era, deste modo, fortemente estabelecida e amparada por esse *corpus doutrinário*. Sobre este amplo domínio consolidado nos governos da ditadura civil-militar no Brasil sob a influência ideológica da DSN, Giannasi (2011) esclarece:

Doutrina, portanto, um pensamento orientado para a prática, militar, por sua origem na Escola Superior de Guerra, esse *corpus* não poderia deixar de ter uma profunda vinculação com o pensamento e com a prática estratégicos,

ancorados na geopolítica. Defensora da modernização do país, não poderia deixar de se vincular à política, a esfera da atuação normatizadora. Isso, ainda que a grande maioria de seus formuladores e apologistas, em grande parte, fosse herdeira da velha tradição militar brasileira surgida já nos meados do século XIX, de se opor – e, mais que isso, desprezar – a elite política civil, os *legistas*, os *casacas*, como foram designados, ainda nos tempos do Exército imperial. Favorável ao *desenvolvimento* – fossem quais fossem as suas definições desse processo, a Doutrina teria que se relacionar com a ciência econômica, e assim, praticamente não havia campo do conhecimento humano que não fosse tomado como fornecedor de subsídios intelectuais para a criação daquele *corpus*. (p. 115).

Nesse direcionamento, os governos militares colocaram em ação a continuidade e aceleração do modelo de desenvolvimento que começou a ser implantado na década de 1950, estabelecendo medidas políticas e econômicas destinadas a intensa centralização das decisões e fortalecimento do Estado brasileiro, instrumentalizado por um planejamento estratégico vinculado à um sistema político-ideológico e econômico de dimensões intercontinentais. Consolidaram-se, assim, as políticas nacional-desenvolvimentistas propulsoras dos mega-projetos hidrelétricos em diversas regiões do país, as quais tiveram seu planejamento e implantação predominantes a partir da década de 1970, sobretudo no período entre os anos de 1969 e 1973 (governado pelo general Emílio Garrastazu Médici), o qual ficou conhecido como *milagre econômico brasileiro*²¹.

²¹ “Era o Milagre Brasileiro (...) O governo festejava o progresso associando-o ao imaginário do impávido colosso, gigante pela própria natureza. Potência nuclear? O Ministério de Minas e Energia revelara a descoberta de excepcionais jazidas de urânio no Nordeste e anunciara a compra de uma usina atômica, a ser montada em Angra dos Reis. Integração nacional? Médici determinara a construção da rodovia Transamazônica, que rasgaria 2280 quilômetros de mata tropical, ligando o Maranhão ao Acre. Gigante soberano? Estendeu-se a duzentas milhas da costa o limite das águas territoriais brasileiras. Tecnologia nacional? A Embraer recebera 230 milhões de dólares para fabricar o primeiro jato brasileiro. Obras históricas? Acelerou-se a abertura dos metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo, e anunciou-se o início da construção da ponte que atravessaria a baía de Guanabara, ligando a praia do Caju a Niterói” (Gaspari,

Neste contexto, destacam-se as estratégias dos governos militares de articulação entre a política energética e o setor científico para a produção de sucessivos levantamentos e mapeamentos²² dos recursos naturais no território nacional, envolvendo diversas instituições de pesquisa e órgãos governamentais e multilaterais (Ioris, 2014: 137). Como demonstrou Ioris (2014) para a situação na Amazônia, além de múltiplas e grandiosas obras de infraestrutura²³ realizadas naquele contexto para promover o desenvolvimento da região, o Estado brasileiro

2002: 214 – 213).

²² Como exemplos significativos dessa aliança do Estado com o campo científico na década de 1970, destaca-se as políticas de integração da Amazônia à economia política nacional. Programas como o de Integração Nacional (PIN), o Projeto OPIN, ou PDAM, promoveram vários estudos e levantamentos dos recursos naturais, a exemplo do Projeto RADAM (1972) e do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF (Cf. Ioris, 2014). Foi naquele momento que a elaboração de mapas pela cartografia passou a instrumentalizar as ações militares no território nacional, dispositivo que, segundo o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, “Consistia numa expressão militar da forma de ocupação que o governo autoritário naquele momento imaginava que era possível. Privilegiava-se, então, o conhecimento do subsolo, dos recursos geológicos. A cartografia foi vista como uma ciência ligada a geógrafos, a geólogos e a engenheiros florestais. Foi sempre uma ciência pensada no âmbito das ciências naturais” (Em entrevista concedida na UFRGS à Lima; Ramos; Silva, 2012, p. 257 – 258).

²³ De acordo com as observações de Ioris (2014), os levantamentos realizados na Amazônia voltados às políticas estatais de desenvolvimento econômico para esta região, como o projeto Radar Amazônia (RADAM), envolveram, a partir dos anos 1970, órgãos nacionais como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o DNPM, “além de agências internacionais como a National Aeronautics and Space Administration (NASA) e a Força Aérea dos Estados Unidos (U.S. Air Force), os quais realizaram o mais extenso e abrangente inventário jamais realizado dos recursos naturais na região amazônica” (p. 138). Ao refletir sobre esta questão, lembrei-me da antena de satélite situada no centro da aldeia que morei por alguns meses do ano de 2011, na T.I Pakaas Novas (localizada no Estado de Rondônia), e que ficava bem à frente da janela de minha casa. Por vezes perguntei aos indígenas sobre a razão da existência daquela antena num local tão distante da cidade de Guajará-Mirim (RO) e em meio à floresta, e eles desconheciam sua origem e suas possíveis funcionalidades, sobretudo pelo fato de lá ainda não possuir energia elétrica. Posteriormente, descobri que antena foi instalada no centro daquela aldeia por iniciativa da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para o monitoramento e levantamento dos recursos naturais da região.

(...) também patrocinou um amplo espectro de atividades relacionadas ao conhecimento técnico e científico, visando o apoio aos programas de desenvolvimento governamentais para a aceleração e modernização da economia amazônica (Ioris, 2014:137).

Nessa direção, Becker (1992) nos mostra que as premissas do projeto geopolítico²⁴ proposto para a Amazônia se assentavam na intencionalidade de controle do Estado brasileiro sobre os setores científico e tecnológico moderno, “no sentido de exercer domínio sobre o tempo e o espaço, entendidos como uma condição necessária à aceleração do ritmo e da escala do crescimento econômico” (Becker, 1992:132 apud Ioris, 2014:137).

Essa proposições do planejamento estratégico do Estado brasileiro naquele período não se reduziu apenas aos programas de integração e desenvolvimento da região amazônica, mas também se estendeu sobre as demais regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, através da criação de autarquias regionais, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). Entretanto, a partir de 1974 um novo olhar do Estado sobre o território nacional é reelaborado, instaurando um planejamento territorial nacionalmente integrado que almejou articular cada região com a totalidade do país mediante a

²⁴ Segundo Fernandes (2009): “A geopolítica surgiu enquanto campo de estudo no final do século XIX e início do século XX, tendo como função primordial servir como um instrumento estratégico aos Estados que estavam em busca da conquista de novos mercados para o seu desenvolvimento capitalista, inseridos na dinâmica do imperialismo. Assim, a geopolítica passou a ser considerada vital para a construção da política estratégica nacional.” (p. 845). A importância da geopolítica para a Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra foi fundamental, especialmente no que se refere à sua relação com a política externa e expansionista dos países da América Latina naquele período, conforme observa Fernandes (2009) ao relatar sobre a “*Teoria do Cerco*”, desenvolvida pela ESG e adotada pelos governos militares no Brasil para transformar o país em uma “fortaleza sitiada, tornando-se o defensor da civilização democrática e cristã no subcontinente latino-americano” (p. 847). Sobre a importância do pensamento geopolítico nas relações civis-militares na América Latina, veja-se Child (1990).

realização de programas de desenvolvimento específicos, tendo a exploração planejada e intensiva dos recursos naturais como metas prioritárias. Arregimenta-se, aí, a sobreposição do planejamento de integração econômica nacional sobre os planejamentos regionais, concretizada mediante a apropriação do território brasileiro no âmbito da política e dos planos setoriais (Vainer, 1992, p. 29).

A instauração dos governos militares é, pois, um marco nas transformações políticas, econômicas e sociais no país, sendo inegável a importância e participação de alguns setores, como o setor elétrico e de mineração, no que se refere ao alcance das novas metas e interesses estabelecidos pelo planejamento estratégico nacional que se consolidara, sobretudo, através da implantação dos grandes projetos de desenvolvimento. Conforme apontam Santos; Reis (1993, p. 1):

A partir dos governos militares, se acentuaram no Brasil as tendências para a implantação de grandes projetos (GPs). As transformações ocorridas nas relações econômicas internacionais, após a crise internacional do petróleo, impuseram novos recortes geográficos na ordenação das atividades econômicas. As empresas passaram a se instalar em locais mais favoráveis em termos de infra-estrutura, mão de obra e insumos básicos. A produção foi descentralizada a partir de um centro responsável pela tomada de decisões. Interesses internos das camadas privilegiadas do país facilitaram essa submissão ao capital internacional. Os GPs emergiram, assim, como alternativas privilegiadas, senão exclusivas, para o alcance de novos padrões de vida para a população. Nos discursos oficiais, os GPs respondiam a um ideal de “progresso” e se destinavam a redimir certas regiões (ou áreas) do marasmo e do atraso. No caso particular brasileiro, os GPs sempre estiveram associados a uma visão integracionista do Estado que é autopercebido como ente hegemônico, monoétnico e uninacional o que, em síntese, é compatível com o pensamento militar em sua expressão geopolítica.

No que se refere à articulação da região Sul com este novo cenário econômico nacional, destaca-se a atuação e fortalecimento da

SUDESUL²⁵ para o desenvolvimento regional orquestrado com os interesses de crescimento econômico do Estado brasileiro. Tendo como principais objetivos “*planejar e promover a execução do desenvolvimento da região*”, além de “*coordenar e controlar a ação federal na área*”, esta autarquia teve como estratégia o estabelecimento de “inúmeros convênios em diversas áreas com entidades variadas²⁶, como hospitais, universidades, secretarias dos estados, prefeituras municipais, empresas privadas e cooperativas” (Goulart Filho; Almeida; Messias, 2011, p. 5-6).

Arelado a este projeto nacional de integração e expansão da produção de energia elétrica dos governos militares, em meados da década de 1960 iniciou-se uma intensa articulação entre os governos dos países da América Latina para a integração energética. Conforme a minuciosa análise de Nuti (2006) sobre a integração energética na América do Sul, a criação da Comissão de Integração Elétrica Regional (Cier), em 1965, consiste num marco dessa proposta e são notórios seus reflexos na política energética brasileira. Segundo as informações da autora, este organismo internacional constituiu-se, inicialmente, pela integração entre um comitê central e os comitês nacionais de diversos países membros da América Latina (entre eles o Brasil), tendo como objetivo “*promover em caráter permanente o intercâmbio de informações, experiências e trabalhos técnicos entre empresas de*

²⁵ Para maiores informações sobre a trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o Sul do Brasil atreladas à esse órgão governamental, ver a consistente pesquisa de Goulart Filho; Almeida; Messias (2011).

²⁶ Durante minha pesquisa nos arquivos do NEPI encontrei em uma das caixas etiquetadas, especificamente na “*Caixa I*”, um documento intitulado “*Projeto Rondon – Operação Toldos*”, datado de 1969. Consistindo num estudo monográfico estruturado a partir de sete tópicos de pesquisa, este documento possui uma descrição e mapeamento de algumas Terras Indígenas, na época chamadas de Postos e Toldos Indígenas, localizadas no Rio Grande do Sul, especialmente as situadas próximas ao rio Uruguai. Em seu cabeçalho, estão identificados como órgãos responsáveis: o Ministério do Interior (MINTER), o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon” e a Coordenação Regional do Rio Grande do Sul, da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). Similarmente, no relatório final “Projeto Uruguai – Os Barramentos e os Índios”, os pesquisadores se referem aos estudos produzidos pela FUNAI em colaboração com a SUDESUL e a Universidade Federal de do Paraná sobre os postos indígenas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, publicados no ano de 1973.

energia elétrica da América do Sul.” (ELETROBRÁS, 2004:16, apud Nuti, 2006: 19).

De acordo com os depoimentos de algumas das personalidades que participaram do processo de integração energética latino-americana desde 1965, publicados na coletânea sobre *Energia Elétrica e Integração na América do Sul* (ELETROBRÁS, 2004), do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil (ME), a relação estabelecida entre a cooperação técnica e o intercâmbio de informações entre as empresas de energia elétrica a partir da década de 1960 contribuiu para a viabilização de projetos binacionais, a exemplo da UHE Itaipu, da UHE Garabi e demais interligações entre o Brasil e a Argentina, Uruguai e Venezuela²⁷.

Salienta-se, também, que a realização de estudos sobre os potenciais hidráulicos da região Sul do país foi potencializada a partir da década de 1960, buscando atender o mercado de energia elétrica e o parque industrial que se desenvolvia no Sudeste do país. Os primeiros esforços nesse sentido foram realizados pelo Consórcio Canadense-Americano-Brasileiro (Canambra), que conduziu alguns estudos de levantamento do potencial energético das regiões Sul e Sudeste. De acordo com Vianna (1989), estes estudos

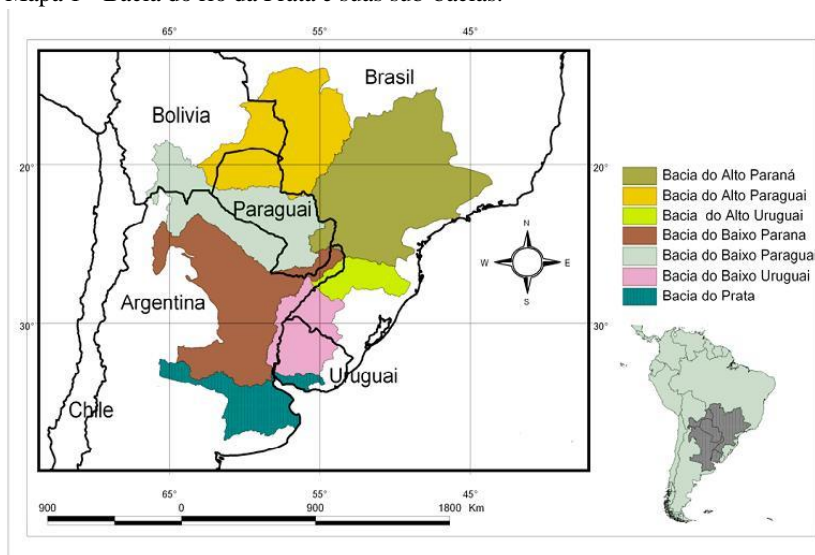
(...) indicaram a construção de hidrelétricas para atender o consumo previsto até 1970 e foram incorporados aos programas do governo federal. A partir daí, os consultores iniciaram estudos relativos à região Sul com previsões de mercado de energia elétrica até 1980. (...) Em 1974, a Eletrobrás elaborou um plano de expansão para as regiões Sul e Sudeste até 1990 (Plano 90) e depois, um plano nacional até 1995 (p.10).

Segue abaixo o mapa da transfronteiriça bacia do rio da Prata, amplamente visada pelos governos dos cinco países envolvidos (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai) para o aproveitamento

²⁷ Embora tenha sido criada uma série de organizações relacionadas a integração energética na América Latina a partir da década de 1940, são significativos o envolvimento e a participação do Brasil na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), criada em fevereiro de 1948, e na Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), criada pelo Tratado de Lima em novembro de 1973. Para informações mais detalhadas acerca de todas as articulações para a integração energética latino-americana, ver Furtado (2007), Nuti (2006) e Vainer; Nuti (2008).

energético e desenvolvimento, a exemplo da iniciativa de integração destes países de criação, em 1969, do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do rio da Prata – CIC:

Mapa 1 - Bacia do rio da Prata e suas sub-bacias.



Fonte: Tucci (2004: 180).

No caso específico da UHE Itaipu Binacional, prioridade no planejamento energético do Estado brasileiro na região Sul durante os governos militares, faz-se necessário retomar o contexto singular de sua criação e implantação, sobretudo para identificar sua relação com o Projeto Uruguai. Gestada nos anos 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK), o projeto de construção da hidrelétrica Itaipu Binacional integrou o programa político batizado sob o lema “cinquenta anos em cinco”, tendo como premissa a aceleração do crescimento econômico no Brasil, de orientação ideológica²⁸ nacional-desenvolvimentista. Liberou-se, durante o governo de JK, a dotação orçamentária para os estudos de aproveitamento do rio Paraná, embora

²⁸ A importância da ideologia e da cultura de massa para a consolidação dos projetos nacionais de desenvolvimento pelos Estados já fora abordada por diversos autores, a exemplo de Adorno; Horkheimer (1985), Bejamin (1985) e Habermas (1984), ao passo que, como observa Pinto (1960): “Se não há projeto sem ideologia e se não há processo de desenvolvimento sem projeto, segue-se que a ideologia é fator que determina o desenvolvimento nacional” (p. 34).

seus resultados tenham sido apresentados nos anos seguintes de 1961 e 1962, já no posterior governo de João Goulart. Inevitavelmente, há que se referir ao aspecto geopolítico relacionado à implantação da UHE Itaipu, visto que o Paraná configura um rio internacional, de delimitação territorial entre o Brasil e o Paraguai, também sucessivo em relação à Argentina.

Uma série de negociações diplomáticas havia sido estabelecida entre João Goulart e Alfredo Stroessner, presidente do Paraguai desde 1954, visando a utilização das águas para fins energéticos na região fronteira através de um “mútuo entendimento” (Pereira, 1975: 61). No entanto, com a deposição de João Goulart o projeto da UHE Itaipu foi momentaneamente abandonado. Em 22 de junho de 1966, todavia, foi retomado oficialmente, mediante a assinatura pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai, da “Ata das Cataratas” ou “Ata de Iguazu”, cuja aliança econômica teve como símbolo a inauguração da “Ponte da Amizade”. No entanto, como observa Germani (2003):

Se através da assinatura da “Ata das Cataratas” a questão com o Paraguai ficou em parte “amarrada”, o Brasil encontraria outro obstáculo pela frente: extingue-se um adversário de menor porte e arma-se outro, incomparavelmente mais poderoso – a Argentina. Este país também tinha um projeto para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná a ser realizado em conjunto com o Paraguai – a Usina de Corpus. Este projeto era entendido, obviamente, dentro do contexto da disputa pela hegemonia sobre o Paraguai (Germani, 2003: 32).

As disputas acirradas entre o Brasil e Argentina devido às divergências de intenções quanto ao aproveitamento hidrelétrico da bacia do Prata deram-se, sobretudo, numa perspectiva geopolítica, oriunda de uma antiga querela desses países pelo domínio do Paraguai e pela hegemonia do Cone Sul²⁹. Importante lembrar que este período de

²⁹ Foi neste cenário de relações estratégicas que, em 26 de abril de 1973, o presidente paraguaio, Alfredo Stroessner, e o brasileiro, Emílio Garrastazu Médici, assinaram uma “Declaração Conjunta” e o “Tratado de Itaipu”, após a troca diplomática de condecorações para a construção da maior hidrelétrica do mundo. Entretanto, as negociações políticas estabelecidas entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai para a implantação das hidrelétricas de Itaipu e Corpus

regime militar no Brasil pautou-se pelos princípios de desenvolvimento proposto pelo General Golbery do Couto e Silva, o qual esteve inteiramente envolvido na tensão internacional “Itaipu-Corpus” mediante aliança e colaboração estratégica com os Estados Unidos, “(...) demonstrando-lhes sua importância geopolítica como guardião dos interesses do Ocidente na América do Sul” (Paula, 2014: 155).

É necessário, ainda, evidenciar que a proposta de integração energética estabelecida entre diversos países na América do Sul a partir da década de 1960 foi permeada por uma série de relações micro e macro-institucionais, as quais estenderam-se até os dias atuais sob outras denominações, como “novo regionalismo latino-americano” e “regionalismo aberto” (Cepal, 1994), e através de estratégias como a Iniciativa de Integração das Infra-estruturas Regionais Sul-americanas (IIRSA), consolidada nos anos 2000. Assim,

O relacionamento iniciado na década de 1960 viria facilitar o desenvolvimento de trabalhos posteriores consagrados à viabilização de projetos binacionais (...) De uma maneira ou de outra, as redes de relacionamento pessoal surgidas do intercâmbio de informações técnicas, bem como a experiência individual de alguns técnicos em instituições internacionais, como a Organização dos Estudos Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), acabaram contribuindo para criar uma rede que ofereceria as bases para a concretização das ações futuras de integração e a materialização de projetos (Vainer; Nuti, 2008: 10-11).

Além de coadunar com esta ambiciosa proposta de desenvolvimento e integração na América Latina, a política energética brasileira deu início à implantação de projetos que articulavam a instalação de uma série de usinas hidroelétricas em substituição às

no rio Paraguai resultaram, após a assinatura do “Tratado de Itaipu”, para o estabelecimento de um acordo bilateral entre o Brasil e a Argentina denominado “Itaipu-Corpus” em outubro de 1979, referente à cota de Corpus e ao número de turbinas de Itaipu. Estas relações diplomáticas para a integração e exploração energética na região Sul do país culminaram em uma série de acordos internacionais, sendo o aproveitamento energético na bacia do rio Uruguai um deles (Germani, 2003: 39).

centrais térmicas, e que também visavam atender às demandas de superação da crise internacional do petróleo nos anos 70³⁰.

As iniciativas atreladas ao setor energético brasileiro para a construção de grandes obras hidrelétricas nas diferentes regiões do país neste período foram, em grande medida, condicionadas pela crise internacional do petróleo (Santos; Nacke, 1988), cujo primeiro choque ocorreu em 1973 e teve como resposta do governo a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento – o qual pretendeu ajustar a economia brasileira através da modernização do setor industrial até o final da década de 70. Por este cenário global, a formulação de projetos macro-econômicos no Brasil foi incentivada pelos países economicamente dominantes naquele período com a finalidade de estimular a produção de recursos alternativos aos petrodolares para o alcance das metas estabelecidas.

De acordo com Santos e Nacke (1988), as construções da Transamazônica, da Ferrovia do Aço, do Sistema de Telecomunicações, do Projeto Carajás, bem como a implantação do Complexo Hidrelétrico do Vale do São Francisco (1962), da Usina Hidrelétrica Binacional Itaipu (1975), da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1974) e da Usina Hidrelétrica de Balbina (1980), consistem em iniciativas oriundas deste contexto³¹.

Ao longo da história da formação e estruturação do setor elétrico no Brasil é possível identificar e constatar a influência predominante da política econômica internacional, sobretudo no que se refere aos investimentos de recursos financeiros estrangeiros. Ao realizar uma retrospectiva histórica específica sobre o campo da energia elétrica no Brasil, no período compreendido entre 1880 a 2002, Gomes e Vieira (2009) evidenciam o quanto os interesses de grupos econômicos externos constituíram agenciadores críticos para a transformação do

³⁰ Em decorrência desta crise, no início dos anos setenta, os países economicamente dominantes reorientaram seu relacionamento com os países de “terceiro mundo” no que se refere às importações de matérias-primas e empréstimos bancários. Segundo Santos e Nacke (1988), neste período cerca de 15% do total de energia elétrica produzida no Brasil era exportada para outros países.

³¹ No que se refere à essas relações entre políticas econômicas internacionais e incentivos aos projetos de desenvolvimento no Brasil, Davis (1978) ressalta que entre o movimento militar de 1964 e o mês de junho de 1971, o Governo dos Estados Unidos e suas várias instituições internacionais de empréstimos forneceram ao Governo brasileiro mais de três milhões e meio de dólares em ajuda bilateral e empréstimos internacionais.

campo organizacional do setor elétrico brasileiro, determinando marcos e eventos de grande influência na relação do Estado com o setor elétrico³² (p. 229).

Apesar da intensificação e aceleração da produção energética hidroelétrica por todo o país, com a implantação de grandes hidrelétricas que alargaram vastas áreas e deslocaram milhares de pessoas de seus territórios, nenhum estudo dos impactos ou efeitos sobre essas pessoas, ou sobre o ambiente, era realizado. Esses projetos eram implantados sem que se tivessem conhecimento do alcances dos efeitos sobre pessoas ou meio ambiente, e, que ao menos, subsidiasse medidas reparadoras. Medidas que somente começarão a ser implementadas depois de 1986, com o CONAMA, visando um maior rigor nos estudos e processos de licenciamento de obras causadoras de efeitos socioambientais, como as hidrelétricas.

2.2 OS ESTUDOS E PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL

Os estudos e processos de licenciamento das grandes obras de desenvolvimento no Brasil projetadas a partir dos anos 1960 refletiam o trato superficial do Estado com as questões ambientais e sociais envolvidas. Especificamente no que se refere à implantação de usinas hidrelétricas, Vianna (1989) nos informa que:

A normatização da construção de usinas hidrelétricas se dava mediante o cumprimento de uma sequência que se iniciava com a fase de *Estudos Preliminares* de determinados trechos de cursos d'água, o *Pedido de Concessão* com estipulação de prazo para apresentação de projetos e a *Construção*. As questões relativas à população afetada e meio ambiente, entravam acopladas à sequência de estudos e projetos, não havendo necessidade de se aprofundar estes estudos para a aprovação do aproveitamento hidrelétrico pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura (p. 9, grifos do autor).

³² Para a compreensão das *principais etapas na formação do setor elétrico brasileiro* desde o surgimento da energia elétrica no país até o ano de 2002, veja-se a sistematização de Gomes e Vieira (2009:300) no *Apêndice*.

Santos (1992) lembra que desde a promulgação do Código das Águas (Decreto 24.643, de 1934) e da institucionalização da Organização e a Proteção do Patrimônio Nacional, disciplinada em 1937 pelo Decreto-Lei 25, “o país passou a contar com uma legislação básica para a orientação de aproveitamentos hidrelétricos” (p. 15). De acordo com o autor, essa legislação ampliou-se gradativamente no que se fere à ótica das questões ambientais, sociais e culturais, à medida que instrumentos jurídicos como o Código Nacional de Saúde (Decreto 49.974, de 1961); a Proteção dos Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos (Lei 3.924, de 1961); o Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 1964); a Fundação Nacional do Índio (através da Lei 423, de 1969) e do Estatuto do Índio (estabelecido pela Lei 6001, de 1973), passaram a se articular com as diretrizes específicas do setor elétrico no país.

Um marco na legislação ambiental brasileira consiste no estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente, sancionada através da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 88.351, em 1983 (posteriormente modificada pela Lei 7.804, de 1989), e a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Tendo o Licenciamento Ambiental como um dos seus principais instrumentos de operacionalização, esta Política instituiu a regulamentação dos processos de licenciamento ambiental “*com a finalidade de promover o controle prévio à construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental*” (MMA, 2009, p. 9).

Foi somente em 1986, com o estabelecimento da Resolução 001, em 23 de janeiro de 1986, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que foram definidas as diretrizes gerais que tornaram obrigatória a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) como exigência nos processos de licenciamento ambiental. Com o objetivo de estabelecer maior rigor na avaliação de “impactos” e licenciamento de obras causadoras de efeitos socioambientais (entre elas, as do setor elétrico), os processos de licenciamento ambiental passaram a ser requeridos e concedidos através de três tipos de licenças, definidas pela Resolução 006/87 do CONAMA como Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e Operação (LO), sendo também referenciada a fase posterior de acompanhamento das consequências socioambientais (MMA, 2009; Leme Machado, 2013). De acordo com Santos (1992):

“As linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 kV, e

as usinas de geração de eletricidade, acima de 10 MW, foram consideradas como modificadoras do meio ambiente e sujeitas ao processo de licenciamento³³ (p. 85).

Posteriormente, com as iniciativas de privatização do setor elétrico brasileiro nos anos 1990, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, fomentou-se a implantação de novos (ou “velhos”?) projetos hidrelétricos que passaram a adotar o “hidronegócio”³⁴ como estratégia de inserção do país no cenário econômico mundial, projeto que tem tido como uma de suas justificativas a proposta de “desenvolvimento sustentável”.

2.3 O PROJETO URUGUAI E OS ESTUDOS DE INVENTÁRIO HIDROENERGÉTICO DA BACIA DO RIO URUGUAI (SC/RS)

O argumento da “vocação hidrelétrica” do Brasil, propagado pelo discurso oficial a partir dos anos 1960, teve como principal justificativa as características geográficas e ambientais corresponderem ao grande potencial energético necessários ao atendimento das estratégias e planos de desenvolvimento econômico do país. Bacias hidrográficas do país e seus maiores rios, muitos dos quais inexplorados seus potenciais hidroelétricos até então (a exemplo dos rios Paraná/Paraguai, Iguaçu e Uruguai no sul do país), foram mapeados e estudados com o objetivo de atender às demandas de produção de energia elétrica para o setor

³³ Para o conhecimento de todas as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, consultar o Anexo 1 da Resolução CONAMA n. 237/97.

³⁴ Conceito proposto por Vainer (2007) para a compreensão sobre deste momento de transição do setor elétrico brasileiro da esfera pública para a esfera privada nos anos 1990. Segundo o autor, quando as pressões dos movimentos sociais para participação nos processos da implantação de hidrelétricas no país começaram a surtir efeito e fomentar um maior controle social nas políticas energéticas do Estado e das empresas estatais, no seio da redemocratização do país, a privatização do setor elétrico se consolidou. Esta “ironia” e “casualidade” da reestruturação do setor elétrico e advento do “hidronegócio” na política energética nacional neste momento, é questionada pelo autor e analisada: “Ao tratar a energia como uma *commodity* como outra qualquer, ao conceber a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica como uma indústria – melhor seria dizer um negócio – como outra qualquer, a reestruturação fez tábula rasa de todo o debate ambiental dos últimos vinte anos, bem como da experiência recolhida na implantação de grandes projetos hidrelétricos” (p. 129).

industrial das regiões Sul-Sudeste e o crescimento dos grandes centros urbanos que se consolidava (Canali, 2002). Ao assumir um novo direcionamento estratégico que passou a refletir as pressões políticas (internas e externas) que se estabeleciam no país durante o regime militar, a Eletrobrás passou a adotar uma prática de planejamento energético à longo prazo, optando pela matriz hidrelétrica como fonte de energia. De acordo com Santos (2002), neste momento, a Eletrobrás

Também assumiu uma metodologia voltada para o estudo das bacias hidrográficas, em continuidade aos trabalhos iniciados pelo Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul (Enersul), e teve participação decisiva na concretização do projeto da Itaipu Binacional (p. 101).

Deste modo, o potencial hidrelétrico da região Sul do país foi priorizado pelo Estado brasileiro, sendo notável que muitos projetos hidrelétricos de grande magnitude já estavam em execução ou em fase de planejamento, conforme apontaram os estudos de Aspelin e Santos (1982), realizados na década de 1960.

No caso específico do aproveitamento das bacias dos rios Iguaçu e Uruguai, o Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul (Enersul) encomendou ao Consórcio Canadense-Americano-Brasileiro (Canambra) *Engineering Consultants Limited* a realização de um levantamento exaustivo dos recursos e potenciais energéticos dos três estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), além das reservas carboníferas, com vistas à uma utilização estratégica e eficiente (Ferret, 2002), o qual foi conduzido entre os anos 1966 e 1969. Estes levantamentos compunham parte das estratégias geopolíticas dos governos militares para promover o crescimento econômico acelerado, embasado em sólido conhecimento científico, assim como aqueles produzidos na Amazônia (Beker, 1992; Ioris, 2014). Os resultados dos estudos realizados pelo Consórcio Canambra foram publicados em setembro de 1969, no relatório intitulado *Power Study of South Brazil*, que apresenta um detalhado inventário acerca dos locais com potência de referência superior à 10 MW na região meridional do país, e identificando a possibilidade de realização de 30 barramentos no rio Uruguai. De acordo com Eletrosul (ELETROSUL/CNEC, 1979: 9),

Este levantamento dos recursos hidroenergéticos constou dos inventários detalhados das bacias dos rios Iguaçu e Uruguai limitadamente a seus trechos em território nacional, do reconhecimento

geral dos demais principais rios da região e ainda da revisão dos inventários das bacias dos rios Paranapanema e Ribeira no Estado do Paraná, já realizado pelo Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil.

No ano de 1968, com a criação das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A (Eletrosul), subsidiária da Eletrobrás e subordinada ao Ministério das Minas e Energia, o governo federal priorizou inicialmente o aproveitamento do rio Iguazu (PR) e do carvão mineral catarinense como fonte de energia (Canali, 2002: 115). Como o aproveitamento no rio Iguazu já estava com o programa integralmente definido, a Eletrosul solicitou, em maio de 1976, a autorização ao Ministério das Minas e Energia para a reelaboração dos estudos de aproveitamento energético da bacia do Rio Uruguai. Nessa solicitação, expõe que,

(...) diante das perspectivas de crescimento acelerado de seu mercado e da possibilidade cada vez maior de intercâmbio da energia elétrica com a Região Sudeste (...) a ELETROSUL começou a voltar suas atenções para a bacia do rio Uruguai, segundo e último grande bloco de energia hidráulica disponível na Região Sul, sua área de atuação. (ELETROSUL/CNEC, 1979: 3).

Segundo as informações introdutórias apresentadas no Relatório Geral do Estudo de Inventário publicado em 1979 pela ELETROSUL, a necessidade da realização destes estudos de revisão dos levantamentos anteriormente elaborados pelo ENERSUL em 1969³⁵, através do consórcio CANAMBRA, levou em consideração uma série de fatos que teriam se sucedido, como:

“- progressiva interligação dos sistemas Sul-Sudeste que, aproveitando a diversidade do

³⁵ Cabe evidenciar, também, que, entre 1973 e 1974, foram realizados pelo *Consórcio Hidroservice* estudos relativos à bacia do rio Uruguai no trecho internacional na divisa entre Brasil e Argentina para a ELETROBRÁS e “Agua y Energia Elétrica” (AYE), da Argentina. De acordo com Canali (2002): “Além das análises relativas ao aproveitamento do potencial hidrelétrico, os estudos compreenderam avaliações relativas à navegação e outros usos da água (...) abrindo, assim, para amplas regiões produtoras brasileiras e argentinas os portos marítimos do estuário do Prata e o acesso a Porto Alegre, através da interligação Ibicuí-Jacuí, há muito prevista nos planos hidroviários brasileiros” (p. 129).

regime hidrológico das duas regiões, permite aumentar a energia primária dos dois sistemas; - o recente e rápido aumento dos custos de geração de energia termelétrica, provocado principalmente pelo aumento acelerado dos preços do petróleo, que torna competitivas alternativas hidráulicas anteriormente não aceitas³⁷ (ELETROSUL/CNEC, 1979: 3, grifos meus).

Assim, em novembro de 1976, a Eletrobrás aprovou o escopo da proposta apresentada pela Eletrosul e, em 3 de março de 1977, o Ministério das Minas e Energia emitiu a Portaria n. 220³⁶, que autorizava oficialmente o início dos Estudos solicitados (Santos, 1981: 46). Em seguida, entre os meses de março a julho do mesmo ano, a Eletrosul escolheu, através de licitação, o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A (CNEC)³⁷ para realização dos novos estudos sobre o aproveitamento energético da bacia do rio Uruguai, assinando contrato em outubro de 1977. Visando antecipar o início dos estudos e levantamentos de mais longa duração, particularmente relativos à coleta de dados básicos para a realização dos trabalhos, a ELETROSUL estabeleceu convênios com a Fundação IBGE, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEE/RS), o Governo do Estado de Santa

³⁶ Portaria no. 220, de 3/3/1977, do Ministério das Minas e Energia – MME.

³⁷ A título de nota, na década de 1970 o CNEC também realizou, sob contratação da Eletronorte, os estudos de levantamento de aproveitamento do potencial hidroenergético na região Norte do país, atendendo ao planejamento estratégico dos governos militares para o desenvolvimento econômico do Estado brasileiro. Sobre este período de estreita relação entre os planos integração nacional e a realização de estudos científicos para sua consolidação, cabe observar as seguintes considerações: *“Mas, embutido no Projeto de Integração Nacional já se encontrava outro plano. As rodovias que sangravam as florestas cortavam também os grandes rios amazônicos, exatamente nas proximidades das principais quedas d’água, prevendo a médio prazo a possibilidade de construir barragens para geração de energia. A Rodovia Transamazônica foi inaugurada em setembro de 1972. Já em 1975, a Eletronorte contratou a firma CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores) para pesquisar e indicar o local exato de uma futura hidrelétrica. Em 1979 o CNEC terminou os estudos e declarou a viabilidade de construção de cinco hidrelétricas no Xingu e uma no rio Iriri, escolhendo inclusive os nomes para as mesmas, todos eles indígenas: Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro, Jarina e Iriri”* (Kräutler, 2005, p. 10).

Catarina, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento Nacional de Reforma Agrária (DNPM), o NUCLEBRÁS, entre outras instituições e órgãos governamentais (ELETROSUL/CNEC, 1979: 4).

Contudo, para efeito de registro histórico, a Eletrosul considerou como marco do início efetivo dos trabalhos destes inventários a criação do Grupo de Estudos do Rio Uruguai (GERU), pela Diretoria da Eletrosul, em julho de 1977, o qual consistiu em um “órgão interno interdepartamental a quem coube a responsabilidade final pelos estudos ora concluídos” (idem). Em outubro de 1979, a Eletrosul publicou oficialmente os resultados do “*Estudo de Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai*”, realizado pelo CNEC e financiado pela Eletrobrás, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDES). Este estudo é composto por um “Relatório Geral” e cinco “Apêndices” (todos publicados em volumes específicos) referentes à: Apêndice I – Topografia e Aerofotogrametria; Apêndice II – Geologia; Apêndice III – Hidrometeorologia; Apêndice IV – Estudos Sócio-Econômicos; Apêndice V – Estudos de Alternativas.

Este estudo também apresenta a atualização dos critérios de dimensionamento energético do levantamento ENERSUL/CANAMBRA (realizados durante os anos 1966 a 1969), a seleção de alternativas com otimização dos recursos hídricos e custos competitivos, a seleção de aproveitamentos interessantes para posteriores estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira. Convém destacar que, neste momento, as justificativas para a realização desse inventário consistiam nas mesmas que sustentaram os estudos anteriores produzidos nos anos 1960, tendo acrescidas apenas argumentos relativos aos aumentos dos custos da energia termelétrica e a necessidade de aumento da produção de energia nas regiões Sul-Sudeste.

São pertinentes as considerações de Silvio Coelho dos Santos (1989) acerca deste planejamento do setor elétrico na região sul do país:

O Projeto Uruguai integra um ambicioso Plano Energético Nacional formulado pela ELETROBRÁS e que contempla obras como Itaipu, Tucuruí, Balbina. O objetivo declarado deste Plano era ampliar as fontes de energia para o país, e seu incremento ocorreu como saída para enfrentar a chamada crise do petróleo, nos anos

setenta. A condição de país economicamente dependente e os interesses das empresas multinacionais que, num contexto internacionalizado da economia, têm interesses crescentes em dispor de fontes energéticas fartas e de custos baixos, devem ser lembrados para o melhor entendimento dos esforços que foram efetivados no setor da energia pelos governos autoritários, após 1964 (p. 112).

No mesmo sentido, Vianna (1989:10) observa que naquele período compreendido entre o início dos anos 1960 até os anos 1970, o Banco Mundial concedeu um financiamento do 2,5 milhões de dólares para a realização de estudos de hidrelétricos nas regiões Sul e Sudeste. Segundo este autor, estes estudos indicaram a construção de hidrelétricas para atender ao consumo previsto até 1970, as quais foram incorporados aos programas do governo federal, com previsões de mercado de energia elétrica até os anos 1980.

Em sua proposta original elaborada em 1969 pelo Canambra, o *Projeto Uruguai* apresentou quarenta possíveis localizações de barragens no rio Uruguai (na parte brasileira) e nos seus afluentes: Chapecó e Chapecozinho; Inhandava ou Forquilha; Pelotas; Canoas e Caveiras, identificados de oeste para leste. Posteriormente, essas quarenta barragens propostas foram divididas sistematicamente em sete “alternativas” (ou conjuntos) mutuamente excludentes - as quais apresentavam uma pequena diferença relativa ao número de barragens a serem construídas, entre 22 e 27 (Aspelin; Santos, 1982: 8) . Conforme informam Silvio Coelho dos Santos e sua equipe no relatório final:

[...] algumas das barragens aparecem em todas as alternativas, tendo conseqüentemente 100% de probabilidade de implantação. Outras aparecem unicamente numa alternativa. Cada uma das sete alternativas apresentará diferentes custos sociais, políticos, econômicos, e ecológicos. Como também uma rentabilidade energética diferente, umas das outras. O processo decisório definirá, portanto, a relação entre os custos ou prejuízos e os benefícios inerentes em cada alternativa como um conjunto e não simplesmente os custos ou prejuízos e os benefícios de cada barragem em si (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978, p. 66).

Deste modo, após a realização do Estudo de Inventário Hidroenergético em 1978, foi selecionada a “Alternativa III”, variável

A³⁸, dentre as sete alternativas propostas pela ELETROSUL, sendo prevista, ao final, a construção de 22 usinas hidrelétricas para o aproveitamento integral da Bacia do Rio Uruguai, onde sete seriam prioritárias. As usinas hidrelétricas foram hierarquizadas para implantação do seguinte modo: 1^a Machadinho; 2^a Itá; 3^a Barra Grande; 4^a Campos Novos; 5^a São Roque; 6^a Garibaldi; 7^a Barra do Pessegueiro³⁹. No Item 7, do Relatório Geral do *Estudo de Inventário Hidroenergético* publicado em outubro de 1979, as intencionalidades da hierarquização dos aproveitamentos são apresentadas no sentido de que:

(...) permite ter uma boa ideia, ainda que não conclusiva, da sequência com a qual poderá se processar a futura implementação dos vários aproveitamentos propostos para a utilização dos recursos hidrenergéticos da bacia do rio Uruguai (ELETROSUL/CNEC, 1979, p. G-97).

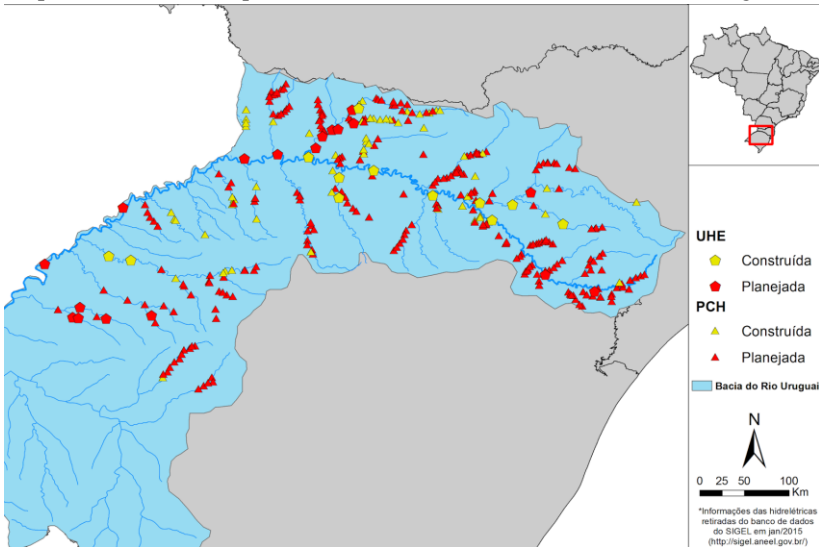
Desse modo, consolida-se naquele momento o planejamento energético estratégico a longo prazo para a região Sul do país, especialmente no que tange ao aproveitamento integral da bacia do rio Uruguai, tanto em seu trecho nacional, quanto internacional. Este aproveitamento tem sido assegurado pelas sucessivas implantações de grandes hidrelétricas nessa região desde a década de 1980 até os dias atuais, a exemplo dos casos das UHs Barra Grande, Foz do Chapecó e Garibaldi⁴⁰ (Rocha, 2012; GRANDES E PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS NA BACIA DO RIO URUGUAI, 2011). Foi precisamente na implantação desse visionário projeto hidrelétrico na bacia do rio Uruguai que o professor Silvio Coelho dos Santos será chamado para conduzir os estudos relativos aos efeitos deletérios que os povos indígenas sofreriam com sua efetivação.

³⁸ Ver *ANEXO 1*.

³⁹ Cf. *ANEXO 2*.

⁴⁰ Não menos significativa têm sido a crescente implantação de pequenas centrais hidrelétricas nessa região hidrográfica, sobretudo a partir da privatização do setor elétrico nos anos 1990. Piovezana; Fernandes; Granado (2013) informam que, de acordo com os dados dos órgãos ambientais estaduais (FATMA/SC e FEPAM/RS), distribuem-se ao longo na bacia do rio Uruguai 79 PCHs em Santa Catarina, e 90 PCHs no Rio Grande do Sul.

Mapa 2 - Grandes e Pequenas Centrais Hidrelétricas na Bacia do rio Uruguai.



Fonte: Sistema de Informação Geográfica do Setor Elétrico (SIGEL), ANEEL (2015).

2.4 OS BARRAMENTOS, OS ÍNDIOS E A ANTROPOLOGIA NA UFSC

O saber científico, através da Antropologia Aplicada, não pode estar ausente neste momento, bem como faltar bom senso e humanismo. O mesmo se deve recomendar à ELETROSUL, na qualidade de responsável pela implantação futura do projeto (Silvio Coelho dos Santos et al, Julho de 1980⁴¹).

Antes de abordar a inserção do professor Silvio Coelho dos Santos no Projeto Uruguai é preciso fazer referência ao cenário internacional relacionado às problemáticas sociais e ambientais decorrentes da implantação de hidrelétricas nas décadas de 1960 e 1970, o que contribui para uma compreensão mais contextual acerca do ineditismo do Estado, através da Eletrosul, em promover a realização de

⁴¹ In: Santos, Silvio Coelho et alli. *Projeto Uruguai I –Consequências da Construção da Barragem Machadinho para os Índios do P.I Ligeiro (RS)*. UFSC/FAPEU/ELETROSUL, Florianópolis, 1980. 146 p. mimeografado. (p. 13).

estudos antropológicos sobre as populações indígenas que seriam afetadas pela implantação de usinas hidrelétricas.

O período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi marcado por tentativas de rearranjo e reestruturação da maioria dos países, especialmente no que tange às dimensões econômica e política, bem como pela reflexividade, nas esferas sociocultural e científica, sobre as relações e os rumos da vida na Terra. Em foco estavam as catástrofes ambientais ameaçando o futuro da humanidade que começava a ser alarmadas no final do século XX, tais como a guerra nuclear, o lixo atômico acumulado e acidentes em usinas nucleares; o efeito estufa e o enfraquecimento da camada de ozônio na atmosfera; o aumento do dióxido de carbono na atmosfera, causando chuvas ácidas em alguns lugares do planeta; carência de água potável, entre outras (Viola, 1987).

A partir da década de 1960 a relação entre o desenvolvimento, meio ambiente e direitos humanos passou a ocupar um lugar central nos debates e discursos fomentados pelos movimentos sociais ao redor do mundo, visto as consequências nefastas que o modelo desenvolvimentista pós-guerra estava gerando à vida dos povos e dos diferentes biomas na Terra. As graves consequências do modelo de desenvolvimento econômico dos países industrializados ao meio ambiente e às populações humanas começaram a serem denunciadas por diversos movimentos sociais e grupos de protestos, os quais exigiram que o controle da poluição e a conservação da natureza fossem priorizados junto aos programas de crescimento econômico que estavam sendo implementados pelos países no mundo todo.

Tornando-se pauta das políticas de governos e de Estado, os efeitos do desenvolvimento desordenado e das atividades industriais impulsionados pelo sistema econômico mundial foram estudados e problematizados por um grupo de cientistas, industriais e políticos⁴² que,

⁴² Composto por cientistas, industriais e políticos de vários países, o Clube de Roma teve como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico, tendo em vista o uso crescente dos recursos naturais no planeta (MMA, 2009: 11). Além de detectar os problemas originados deste contexto, como industrialização acelerada, rápido crescimento demográfico, escassez de alimentos, esgotamento de recursos não renováveis, deterioração do meio ambiente (idem), o Clube de Roma tinha como intenção propor soluções para os complexos problemas identificados. Segundo MMA (2009), o Clube de Roma elaborou um dos documentos mais importantes, em termos de repercussão entre os cientistas e os governantes, intitulado Relatório Meadows (também

em 1968, criaram o Clube de Roma na *Accademia dei Lincei* – a *Accademia de Leonardo da Vinci* –, na Itália, com o objetivo de reconstruir os países no pós-Segunda Guerra. Importante notar que:

A primeira manifestação, de maneira institucionalizada, de política relacionada ao tema impacto ao meio ambiente veio com a criação do NEPA (National Environmental Policy Act) em 1969, nos Estados Unidos da América, institucionalizando, no ano seguinte, o processo de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, como um instrumento da sua política ambiental. Esse instrumento legal dispunha sobre os objetivos e princípios da política ambiental norte-americana, exigindo para todos os empreendimentos com potencial impactante, a observação dos seguintes pontos: identificação dos impactos ambientais, efeitos ambientais negativos da proposta, alternativas da ação, relação dos recursos ambientais negativos no curto prazo e a manutenção ou mesmo melhoria do seu padrão no longo prazo e, por fim, a definição clara quanto a possíveis comprometimentos dos recursos ambientais para o caso de implantação da proposta. Mais tarde, esse instrumento também foi adotado pela França, Canadá, Holanda, Grã-Bretanha e Alemanha (MMA, 2009: 11).

A publicação dos estudos e relatórios oriundos do Clube de Roma instrumentalizou a política ambiental que tentava se consolidar no cenário internacional, entre os países economicamente dominantes, evidenciando um conjunto de problemas interdependentes associado ao desenvolvimento econômico e à degradação dos recursos naturais. Contudo, advertidamente, Furtado (1974) argumenta sobre as limitações dos estudos do Clube de Roma, que, embora tenha anunciando o colapso do “*mito do desenvolvimento econômico*” propagado pelos países mais industrializados, não questiona a dependência desses países das matérias primas oriundas de recursos naturais. Segundo o autor,

conhecido como Relatório do Clube de Roma). Observa-se que o termo “meio ambiente” foi usado pela primeira vez numa reunião deste grupo, ao qual se atribui a polêmica primordial sobre os problemas ambientais em escala planetária decorrentes do crescimento econômico.

Não se encontra aí qualquer preocupação com respeito à crescente *dependência* dos países altamente industrializados *vis-à-vis* dos recursos naturais dos demais países, e muito menos com as consequências pra estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos. A novidade está em que o sistema pode ser fechado em escala planetária (...) os autores do estudo formularam-se a seguinte questão: que acontecerá, se o *desenvolvimento econômico*, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? (p. 11, grifos do autor).

Ainda assim, os documentos produzidos na conjuntura do Clube de Roma, como o *Relatório Meadows*, deram bases para a convocação da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano* (também conhecida como Conferência de Estocolmo), que seria realizada entre os dias 05 e 16 de Junho de 1972, em Estocolmo, na Suécia.

Considerado um marco na atenção às questões ambientais e sociais nos cenários internacional e nacionais, a Conferência de Estocolmo foi convocada, sobretudo, a partir do forte questionamento aos modelos desenvolvimentistas – atrelados à Guerra Fria (EUA x URSS) – por parte dos movimentos ambientalistas da década de 1960. De forma especial, esta primeira grande reunião das Nações Unidas sobre o meio ambiente foi convocada para discutir o tema “meio ambiente humano”, motivada pelas preocupações crescentes com inúmeros casos de poluição e degradação ambiental sobre a qualidade de vida das populações em todo o mundo, bem como a necessidade de proteção ambiental dos recursos naturais do planeta. Muitas são as conquistas apontadas como resultados da Conferência de Estocolmo. Lago (2006) assinala que:

A maioria dos autores considera que as principais conquistas da Conferência de Estocolmo – independentemente dos êxitos ou derrotas de países específicos ou de grupos negociadores – teriam sido as seguintes: a entrada definitiva do tema ambiental na agenda multilateral e a determinação das prioridades das futuras negociações sobre meio ambiente; a criação do

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (UNEP, pelas iniciais em inglês); o estímulo à criação de órgãos nacionais dedicados à questão de meio ambiente em dezenas de países que ainda não os tinham; o fortalecimento das organizações não-governamentais e a maior participação da sociedade civil nas questões ambientais (p. 48).

Para o caso da América Latina, os efeitos sociais decorrentes da implantação de barragens hidrelétricas na América Latina, especialmente entre as décadas de 1970 a 1980, para atender aos planos estratégicos de desenvolvimento propostos de integração econômica entre os países, a exemplo da Cier, foram severamente denunciados. Somente em relação aos deslocamentos forçados das populações locais pela implantação destes empreendimentos os números chegam à casa de milhares. De acordo com dados identificados por Catullo (1996) sobre a construção de empreendimentos hidrelétricos na América Latina entre os anos 1970 e 1980, as pessoas deslocadas de suas terras constituiu um dos fenômenos mais críticos de sua implantação. Segundo ela, as estimativas apontavam que: a hidrelétrica Miguel Alemán, no México, afetou 22.000 pessoas; no Brasil, a hidrelétrica de Sobradinho deslocou 65.000 pessoas e a de Tucuruí cerca de 30.000. A hidrelétrica de Salto Grande (Argentina-Uruguai) obrigou a reassentar, na margem argentina, a cidade de Federación (7.000 pessoas) e, na margem uruguaia, a populações de Belén e Villa Constitución (4.500 pessoas); a hidrelétrica Yaciretá (Argentina-Paraguai) deslocou 40.000 pessoas em ambas as margens do rio Paraná, constituindo naquele momento o maior reassentamento urbano, a nível mundial, em decorrência de instalação de usinas hidroelétricas.

Conforme apontam diversos autores⁴³, os projetos hidrelétricos implantados durante o regime militar no Brasil, assim como demais países da América Latina, geraram uma série de efeitos deletérios tanto as pessoas quanto ao meio ambiente, desencadeando uma série de reações politicamente organizadas através de movimentos sociais de resistência popular contrários à esses empreendimentos, a exemplo da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB)⁴⁴ no Brasil.

⁴³ Cf. Bartolomé (1980); Sigaud (1986); Ribeiro (1987); Martins-Costa (1989); Vainer, Araújo (1992); Doimo (1995); Magalhães (1996), entre outros.

⁴⁴ A Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) foi criada no ano de 1979, com sede na cidade de Erechim (RS), em consequência da organização

Foi naquele cenário que a exigência de critérios e reorientações dos organismos internacionais de financiamento de projetos de desenvolvimento passaram a determinar a realização de estudos técnico-científicos sobre os aspectos sociais e ambientais relacionados às grandes obras de desenvolvimento, como o caso particular dos projetos hidrelétricos no país. Assim,

A partir da década de 1970, começam a ser elaborados estudos sobre consequências ambientais da implantação de usinas hidrelétricas a fim de atender às solicitações dos agentes financeiros (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Mundial – BIRD). O BID e o BIRD, após a Conferência de Estocolmo (ONU) sobre meio-ambiente e em resposta às pressões dos movimentos ecológicos, passaram a exigir estudos ambientais (Vianna, 1989, p. 10).

Sendo obrigado a atender às pressões e exigências dos organismos internacionais de financiamento aos projetos de desenvolvimento, oficializadas através de diversas Declarações e Convenções, o Brasil teve que assumir posições cada vez mais favoráveis à preservação ambiental e à responsabilidade social (LEME MACHADO, 2013; LAGO, 2006). Esta posição foi condicionante no planejamento do setor elétrico brasileiro, podendo ser observado nas subsequentes ações estratégicas da Eletrobrás que, em 1986, editou o “Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos”, o estabelecimento de um “Plano Diretor de Meio Ambiente” (PDMA) e, ainda no mesmo ano, a criação do Comitê Consultivo de Meio Ambiente (CCMA), “integrado por profissionais de diversas áreas de conhecimento e independentes do setor elétrico” (Santos, 2007, p. 87).

da população local atingida pelas barragens na bacia do rio Uruguai na região Sul do país, transformando-se posteriormente em porta-voz dos atingidos por barragens em todo território nacional ao constituir-se, em 1991, no Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB). Para uma análise aprofundada sobre todo o processo de mobilização e reação popular à proposta de implantação de barragens na bacia do rio Uruguai, ver Reis (1998), a qual acompanhou em sua pesquisa etnográfica a organização e reassentamento dos camponeses do Alto Uruguai durante a construção da hidrelétrica de Itá (SC). Veja-se, também, Sigaud (1986; 1988) e Scherer-Warren; Reis (1986; 1989).

Além de constituírem uma exigência dos organismos internacionais de financiamento de projetos de desenvolvimento no país, como as obras hidrelétricas, os estudos técnico-científicos também corresponderam ao planejamento estratégico dos governos militares no que se refere ao levantamento e mapeamento dos recursos naturais no território nacional. Deste modo, o projeto dos governos militares em promover o crescimento econômico acelerado a partir da década de 1970 passa a se consolidar mediante o financiamento e investimento do Estado brasileiro em estudos técnico-científicos nas mais diversas áreas, expertises e metodologias. Este caráter cientificista atrelado aos projetos de desenvolvimento naquele período pode ser percebido tanto na Amazônia, como demonstraram Becker (2004) ou Ioris (2014), quanto no Sul do país, como foi o caso dos estudos elaborados para a concepção e implantação do Projeto Uruguai, que se pautou em uma perspectiva científica multidisciplinar. Segundo Canali (2002),

A metodologia adotada, consistia, pois, de uma análise simultânea de múltiplas variáveis, com o objetivo de selecionar a melhor entre as alternativas de subdivisão do desnível de características das usinas. Tratava-se de uma metodologia derivada do Método Delphi, desenvolvido para fins de tomada de decisão em estratégias militares, especialmente quando as variáveis não podem ser tratadas através de equações matemáticas que, resolvidas, produzam uma solução que satisfaça uma série de condições estabelecidas *a priori* (...) Foi a primeira vez que se utilizou tal método para este tipo de problema, o qual até hoje guarda uma certa dose de ineditismo, percursos de profundas mudanças nos métodos de análise empregados pelo setor elétrico brasileiro para a tomada de decisão na expansão do sistema, especialmente porque dele participou uma equipe multidisciplinar que envolveu profissionais da área da engenharia da empresa e das ciências sociais com experiência diversificada, com destaque para antropólogos, sociólogos, arqueólogos e economistas (p. 120-121).

É nesta perspectiva que, em meados do ano 1978, a Eletrosul estabeleceu convênios com algumas organizações de diferentes competências para efetuar uma série de estudos relacionados à vários campos que se intrecruzavam na elaboração e implantação do programa

hidrelétrico no rio Uruguai, como: custos/desvantagens de cada alternativa de projeto hidrelétrico, em termos de geração de energia; construção e custos de manutenção; deslocamento das populações (não indígenas) afastadas; interrupção desse deslocamento, comunicação, serviços e indústrias; perdas arqueológicas; efeitos sobre os povos indígenas, entre outros (Santos; Aspelin, 1982).

No caso específico dos povos indígenas que poderiam ser afetados pelo Projeto Uruguai, a Eletrosul, através do GERU, solicitou ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a elaboração de um estudo que visasse, nos termos do Relatório final, o “real dimensionamento dos impactos e prejuízos que as populações indígenas poderão sofrer com o deflagrar das construções das barragens que aquela bacia comporta” (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978: vi). Em minha entrevista com a arquiteta da Eletrosul, Maria Elizabeth Pereira Rego, membro e coordenadora do GERU na época, ela explicou as razões e como se deram os primeiros contatos da Eletrosul com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC. Segundo ela:

“O meu envolvimento, e de certa maneira, das pessoas que trabalharam nisso, começa quando a Eletrosul se transfere do Rio para Florianópolis, em 1977, justamente em função de que estava se abrindo esta questão de se utilizar o potencial hidroenergético da bacia do rio Uruguai. E também porque a Eletrosul estava no Rio nessa época e aí o que a Eletrosul estava destinada era coordenar a produção de energia na Região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E estava sediada no Rio. Então, ela deveria se transferir para a região de atuação. E aí houve uma disputa entre os três Estados, pra onde que ela iria se instalar, e acabou vindo pra Santa Catarina, Florianópolis. E quando a gente chegou aqui, era uma equipe ainda pequena, já havia um estudo sobre o aproveitamento do potencial energético da bacia. Era um estudo que tinha sido feito acho que por uma empresa de consultoria americana, se não me engano.

[vendo o mapa do Estudo de Inventário] Então, o rio Uruguai, com seus afluentes, tinha sido estudado por esse consórcio de técnicos para descobrir quais eram as melhores alternativas de

barramento e tal. Quando a Eletrosul vem pra cá, como esse estudo já tinha um certo tempo, foi considerado importante fazer uma revisão desse inventário. Então o estudo se chamou “Revisão do Inventário Hidroenergético da bacia do Uruguai”, foi quando nós chegamos aqui. Eu trabalhava num departamento que tinha um grupo de arquitetos e engenheiros, e me encarregaram de montar uma equipe multidisciplinar pra fazer essa revisão do inventário; foi aí que eu conheci o Silvio, porque a gente procurou economistas, sociólogo, antropólogo... Eu tava chegando em Florianópolis e me disseram: “- Uma pessoa fantástica que trabalha com antropologia aqui, trabalha com os índios e tal, é o Silvio Coelho.”

Aí fui procurá-lo, ele foi super simpático e cordado e tudo, e aí eu disse: “- Nós estamos querendo montar uma equipe assim, assim, o senhor topa?”, e ele disse: “- Claro!”. Tinha o maior interesse! Daí começamos a montar a equipe” (Entrevista com Maria Elizabeth Pereira Rêgo, 15/09/2015).

Oficialmente, a pesquisa antropológica referente aos povos indígenas que ocupavam a bacia do rio Uruguai, em trecho nacional compreendido nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizou-se através do contrato entre a Eletrosul e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (AS 2780004/78), cujos trabalhos foram realizados durante os meses de agosto à novembro do ano de 1978. Conforme informações específicas do *Relatório Final*, intitulado “*Projeto Uruguai: Os Barramentos e os Índios*” (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978), que sistematizou a pesquisa realizada pela equipe do Programa, a UFSC procurou, também, envolver e obter apoio da FUNAI para trabalhar conjuntamente na problemática que pretendia equacionar. Assim, esta equipe conseguiu que fosse assinado em Brasília um protocolo de colaboração recíproca entre a UFSC e a FUNAI, o qual fundamentou um “Termo Específico” para conduzir os levantamentos (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978: vi).

Toda a pesquisa foi realizada por uma equipe responsável, constituída pelo professor Silvio Coelho dos Santos (Coordenador), o

professor Paul Leslie Aspelin⁴⁵ (Cleveland State University/EUA), e as então mestrandas Aneliese Nacke e Regina W. Schimtz da Silva. No que se refere à metodologia da pesquisa e ordenação de trabalho desenvolvida pela equipe, esclarece o Relatório Final, acima referido, que:

Organizou-se para levar a cabo a tarefa, no curto espaço de tempo disponível, uma pequena equipe de professores e estudantes pós-graduados especializados no trato da temática indígena. Tal equipe procedeu em Brasília as articulações necessárias à participação da FUNAI e imediatamente passou a avaliar os dados que existiam no Programa que eram resultantes de pesquisas anteriores sobre indígenas, bem como iniciou levantamento de dados junto à sede da FUNAI em Brasília e na 4^a. Delegacia regional do órgão, em Curitiba. Simultaneamente, vários contatos foram mantidos com entidades oficiais do país, em particular universidades, bem como com colegas pesquisadores, com indigenistas e técnicos (...) Foi desse modo que ao término de quarenta e cinco dias já dispúnhamos de um enorme acervo bibliográfico e documental, além de inúmeros depoimentos.

Foram realizadas diversas visitas de campo aos territórios das populações indígenas Kaingang e Guarani que potencialmente seriam afetadas pelas 22 barragens propostas pelo Projeto Uruguai, bem como sistemáticos levantamentos sobre casos semelhantes ocorridos no Brasil e outros países. O Relatório Final entregue à Eletrosul foi organizado a partir de três partes (ao todo, 177 páginas), e contempla, segundo descreve a equipe, “a dramaticidade da história dos indígenas em sua

⁴⁵ Necessário esclarecer que este antropólogo esteve presente na condição de professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, estabelecendo contatos prévios com o professor Silvio devido aos estudos sobre os efeitos sociais e culturais de projetos hidrelétricos que já desenvolvia, durante as décadas de 1960 e 1970, na América do Norte. Melatti (2007 [1983], p. 25) também identifica a pesquisa de Paul Aspelin sobre o comércio Mamaindê, subgrupo Nambiquara, como trabalho de referência nos estudos de relações interétnicas realizados no Brasil, durante a década de 1970, com orientações para as relações econômicas e modos de produção das populações indígenas.

possível sobre as várias comunidades indígenas envolvidas (Aspelin; Santos, 1982: 8, *grifo dos autores*).

Na mesma direção, no Relatório de consultoria denominado “*O Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica (PRS) e o seu impacto sobre as comunidades indígenas no Brasil*” (1986), o antropólogo e consultor do Banco Mundial, Mauro de Mello Leonel, também destacou o ineditismo da participação dos antropólogos/as da UFSC no Projeto Uruguai. Segundo ele,

Os raros antropólogos convocados a estudos por consultoras privadas subcontratadas pelas empresas semi-estatais do setor elétrico, o foram após a definição do local do aproveitamento, indicado por considerações especificamente técnicas, de solo, potencialidade, etc. *Apenas em um caso, o da Universidade Federal de Santa Catarina, a consulta foi feita sobre um amplo leque de possibilidades e sobre o conjunto de uma bacia, a do rio Uruguai.* Nos demais casos os critérios sociais foram relegados no processo decisório. Se houve consultorias, deram-se com o fato consumado, sem possibilidades de voltar atrás. Mais grave: buscou-se muito mais encontrar soluções para edificar no local definido, do que estudar opções (Leonel, 1986, p. 13, destaques meus).

Dentre os aproveitamentos inicialmente definidos no Projeto Uruguai, a Eletrosul definiu que fosse prioritária a construção das UHEs Machadinho e Itá, na bacia do Rio Uruguai (SC/RS), processo que ocasionou a reação e mobilização por parte da população regional não-indígena atingida pelos dois empreendimentos e culminou na criação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB). No caso da UHE Machadinho, os territórios das populações indígenas Kaingang e Guarani foram identificados pela equipe de antropólogos como direta e indiretamente afetados, dando origem ao subseqüente relatório intitulado “*Projeto Uruguai I - Conseqüências da Construção da Barragem Machadinho para os Índios do P.I Ligeiro (RS)*”, concluído em Julho de 1980. Neste segundo momento de pesquisa, a equipe responsável era constituída pelos professores da UFSC, Silvio Coelho dos Santos (Coordenador), Luiz Carlos Halfpalp, Cecília Maria Vieira

Helm (UFPR), a mestranda Aneliese Nacke (UFSC), e a professora Alcida Rita Ramos, da Universidade de Brasília (UnB).

CAPÍTULO 2 - O FAZER ANTROPOLÓGICO NA RELAÇÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS E O PROJETO HIDRELÉTRICO URUGUAI

Este capítulo aborda o modo como foi se constituindo a relação que se estabeleceu entre os antropólogos da UFSC, os povos indígenas da bacia do rio Uruguai e o conjunto de hidrelétricas denominado “Projeto Uruguai” nessa região hidrográfica do Sul do Brasil. Visto a importância da atuação e práxis do antropólogo Silvio Coelho dos Santos no âmbito deste Projeto proposto pela Eletrosul a partir da década de 1970, serão abordados alguns dos passos deste pesquisador que contribuíram para o seu posicionamento perante os projetos hidrelétricos que foram planejados para a região Sul do Brasil durante a ditadura civil-militar no Brasil, e que afetariam os povos e territórios indígenas situados nos locais selecionados para sua implantação. De forma especial, serão apresentados os estudos realizados por Silvio Coelho dos Santos e equipe de pesquisadores da Antropologia referentes aos anos 1970 e 1980, bem como analisadas as alianças, articulações, condições e horizontes que se consolidaram no decorrer da produção das pesquisas no campo de estudos dedicado à compreensão dos efeitos da sobreposição de projetos hidrelétricos sobre os territórios tradicionais de populações indígenas.

3.1 SOBRE “FIARES” E ANTECEDENTES AO PROJETO URUGUAI REVELADOS NO ACERVO

3.1.1 O encontro de Silvio Coelho dos Santos com a Antropologia e a emergência da Etnologia Indígena no Sul do país

Durante os levantamentos que realizei no acervo do professor Silvio Coelho dos Santos localizado no NEPI, com um olhar especial para os documentos relacionados às barragens, hidrelétricas e populações indígenas por elas afetadas, tinha como um dos objetivos da minha pesquisa a reconstrução do histórico dos projetos hidrelétricos na região Sul, buscando montar o quebra-cabeça com o qual me deparei diante da grande quantidade de papéis, relatórios, teses, documentos oficiais, estudos, livros, etc., dispostos nas estantes e arquivos de metal (daqueles antigos). À primeira vista, tudo parecia-me fragmentado, e a sensação que me ocorreu algumas vezes é a de que tudo estava perdido – pra mim, no tempo e no espaço! Com o histórico, buscava dar um sentido que interligasse esses vários fragmentos.

Nesse sentido, seguir certa cronologia significou um aspecto importante nessa empreitada de reconstruir os diversos momentos de elaboração e condução daqueles estudos a partir dos documentos que tive contato no acervo, já que meu interesse estava principalmente voltado para décadas anteriores ao meu nascimento, tornando-se uma verdadeira viagem por um tempo que não vivi a tentativa de apreender e encontrar sentidos no lugar histórico em que me aventurei a “escavar”, apesar dos conhecimentos prévios que já acumulara durante minha caminhada até chegar à pós-graduação. Detalhes específicos da política latino-americana ocorridos entre as décadas de 1960 a 1980, por exemplo, tornaram-se extremamente imprescindíveis para uma considerável compreensão acerca da política indigenista brasileira (ou mesmo continental) e iniciativas consolidadas pelo setor elétrico, assim como outros assuntos também específicos, os quais me mostraram a importância de um “olhar treinado” na fase preparatória que antecede a pesquisa de campo também no acervo.

O reconhecimento do valor dos *anéis* que tive a oportunidade de *experimentar* aumentou à medida que o sentido de toda aquela história, a princípio fragmentada e dispersa para mim, passava a se revelar, ainda que aos pedaços, de forma esclarecedora, ligando pessoas aos acontecimentos e estes aos desfechos conjunturais e ideológicos, descobertas que por vezes me provocou certa sensação de encantamento. O ofício artesanal de fiar como metáfora sempre apresentada pela minha orientadora para ajudar a explicar o processo de construção de uma etnografia me parece bastante apropriada para exprimir também o processo de trabalho que desenvolvi durante os meses de visita ao acervo e seus documentos, pois cada material (sobretudo os “amarelados”) que pegava em mãos era um dos fios necessários para *torcer cada filamento* que compunha uma trama que se revelava como uma enorme e complexa tapeçaria.

Como destacado anteriormente, dentre tantos documentos, escolhi me dedicar, de forma especial, àqueles que se ligam à trajetória de atuação do professor Silvio no campo das barragens e hidrelétricas, com um recorte temporal nas décadas de 1960 e 1980, período em que se evidenciou durante minha pesquisa também como paradigmático na caminhada deste antropólogo a defesa dos direitos indígenas, tema que, pessoalmente, muito me interessa como pesquisadora nesse atual cenário propício para publicização das violações dos direitos humanos dos povos indígenas ocorridas naquele momento de ditadura civil-militar no Brasil, a exemplo do Relatório Figueiredo e da Comissão Nacional da Verdade (2014). Entretanto, pude perceber também nos

arquivos certos acontecimentos que, apesar de não corresponderem diretamente, mas transversalmente, à este campo de estudos sobre projetos hidrelétricos e suas consequências sociais, desenvolvido pela antropologia da UFSC, contribuíram em grande medida para o entendimento e elaboração do enfoque analítico que me debrucei nesta dissertação de mestrado.

Os registros fotográficos realizados pelo professor Silvio, que hoje integram o AVISC, ajudam a entender de maneira especial os passos iniciais da trajetória deste antropólogo nos estudos junto às populações indígenas, dedicando-se mais intensamente aos povos Kaingang, Laklãnõ/Xokleng e Guarani no sul do país. As fotografias mais antigas, registram também o trabalho etnográfico que Silvio Coelho dos Santos realizou entre os Tükuna em Mariuaçu, no Alto Solimões (extremo leste do Amazonas), onde ele e sua colega da UFPR, Cecília Maria Vieira Helm, tiveram a oportunidade de acompanhar o professor Roberto Cardoso de Oliveira como assistentes de pesquisa na realização do trabalho de campo, em 1962. Esta viagem de campo foi propiciada ao professor Silvio enquanto aluno do Curso de Especialização em Antropologia Social, que era ministrado no Museu Nacional (MN), integrando a terceira turma desse curso naquele ano de 1962 (Silva, 2009, p. 254). No início de seu primeiro diário de campo realizado durante esta pesquisa entre os Tükuna, o professor Silvio assim relatou:

"Benjamin Constant, 5 de julho 1962. Início este diário com nossa chegada – Roberto, Cecília e eu – ao Município objetivo de nossa pesquisa: Benjamim Constant, onde chegamos às 12,10 – hora local – dia de hoje. Sede do posto Indígena Tukuna, em Mariuaçu." (Diário de Campo de Silvio Coelho dos Santos, AVISC, 2016).

Seguem abaixo alguns dos registros fotográficos realizados neste momento:

Imagem 2 - “*Homens e mulheres Tükuna, participando de uma derrubada na floresta*” (denominação original do documento). Fotografia realizada por Silvio Coelho dos Santos, em junho de 1962, durante a pesquisa de campo em Benjamin Constant (Amazonas).



Fonte: AVISC.

Imagem 3 - “*Bernardino, chefe do Posto Indígena, Ticunas*” (denominação original do documento). Fotografia realizada por Silvio Coelho dos Santos, em junho de 1962, durante a pesquisa de campo em Benjamin Constant (Amazonas).



Fonte: AVISC.

Imagem 4 – Silvio Coelho dos Santos em trabalho de campo junto aos Ticuna no Alto Solimões (AM), 1962.



Fonte: Acervo do NEPI (autoria não identificada).

Como analisou Silva (2015), o início da trajetória de Sílvio Coelho dos Santos está diretamente ligado a um dos momentos críticos da conformação da antropologia no Brasil, com as primeiras iniciativas de cursos de especialização, que foram desenvolvidos no Museu Nacional, e que posteriormente tornou-se no primeiro programa de pós-graduação em antropologia social, com cursos de mestrado e doutorado.

Em seu livro “*Memória de Antropologia do Sul do Brasil*” (2006), Sílvio Coelho dos Santos nos mostra que o ensino da Antropologia em Santa Catarina teve início com a instalação da Faculdade Catarinense de Filosofia no ano de 1955, por intermédio das disciplinas de Antropologia Cultura e Antropologia Física, ministradas pelos professores Oswaldo Rodrigues Cabral, Alvin Bertoldo Braun e Jaldyr Faustino da Silva (p. 17). Após o professor Cabral ter assumido a direção da Faculdade de Filosofia em 1961, convidou o então aluno Sílvio Coelho dos Santos, recém-formado no curso de História, para ser seu auxiliar de ensino nas disciplinas que ministrava. De acordo com seu depoimento acerca desses passos iniciais:

A experiência a que me submeti foi difícil. Substituir o professor Cabral em seus impedimentos não era nada fácil, dado o seu domínio dos conteúdos programáticos e a sua

competência em envolver positivamente os estudantes. Tive de estudar duro para estar preparado para as eventuais e desafiantes emergências. No decorrer do segundo semestre, angustiado com minhas limitações, explicitiei para o mestre que pretendia fazer um curso de pós-graduação a fim de aprofundar meus conhecimentos. Cabral não relutou em apoiar meu projeto. Foi dessa maneira que, no ano seguinte, fui para o Museu Nacional (MN, da antiga Universidade do Brasil) para, após seleção, realizar um curso de Especialização em Antropologia Social, sob a coordenação de Roberto Cardoso de Oliveira (Santos, 2006, p. 27-28).

No que pese toda a problematização da atuação e gestão dos órgãos indigenistas no Brasil, seja durante o SPI ou na sua substituição pela FUNAI em 1967, foi significativa a atuação de alguns pesquisadores da área da Etnologia junto à política indigenista oficial. Dentre os sucessivos cursos criados e ministrados nas décadas de 1950 e 1960 no campo da Etnologia Indígena (realizados pelo Museu do Índio⁴⁶, CBPE⁴⁷ e Museu Nacional), destaca-se inicialmente a criação, em 1955, do “Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural”, no Museu do Índio, por seu fundador, Darcy Ribeiro, tendo como um dos docentes colaboradores o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (Melatti, 2007, p. 21). Darcy Ribeiro e seus alunos atuaram incisivamente na formulação e expansão da pós-graduação em Antropologia Social no Brasil neste período, objetivando a inserção de novas compreensões do mundo indígena na política indigenista oficial.

Segundo Tassinari (2009, p. 228), essas iniciativas foram fundamentais para a formação de profissionais indigenistas através dos

⁴⁶ Instituição criada em 1953 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). No início da década de 60, o Museu foi transferido para o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), sendo incorporado, em 1967, à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, onde está inserido até os dias de hoje. (Fonte: www.musedoindio.gov.br). Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, em entrevista concedida (Laboratório de Antropologia Social do PPGAS/UFRGS, 2004), esta instituição “(...) estudava e procurava fazer pesquisas para alimentar a política pública e a política indigenista através de conhecimentos controlados por uma disciplina chamada antropologia.”

⁴⁷ Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE.

curso oferecidos no Museu do Índio. A teoria sobre o processo de “transfiguração étnica” e sua classificação por meio dos “Níveis de Integração” dos povos indígenas à sociedade nacional, desenvolvidas por Darcy Ribeiro (1970), consistem em fundamentos da atuação da FUNAI até o presente. Em 1960, Roberto Cardoso de Oliveira, que fora aluno de Darcy Ribeiro, instalou no Museu Nacional (RJ) o “Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social”, o qual, dois anos depois, em 1962, foi renomeado como “Curso de Especialização em Antropologia Cultural” e, em 1964, novamente reformulado e renomeado “Curso de Especialização em Antropologia Social e Sociologia Comparada”. Na terceira turma de 1962, composta por três alunos, estava Silvio Coelho dos Santos, que se integrou ao projeto também coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira em 1962, intitulado “*Estudos de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil*”. A sua participação no projeto como assistente de pesquisa, assim como Cecília Maria Vieira Helm, o fez acompanhar o professor Roberto Cardoso de Oliveira na pesquisa de campo junto aos Tikuna, no Alto Solimões. Esta pesquisa desse projeto “, somada à anterior realizada em 1959, forneceu o material para Roberto Cardoso de Oliveira escrever o livro “*O Índio no mundo dos Brancos*” (1996), publicado em 1964, abordando a relação dos indígenas com a sociedade branca na Amazônia.

Embora tenha acompanhado Roberto Cardoso de Oliveira no trabalho de campo junto aos Tikuna, no Alto Solimões, Silvio Coelho dos Santos elaborou seu projeto de conclusão de curso não sobre os indígenas da Amazônia, mas sobre os povos indígenas no Sul do país. Com esse projeto, o professor Silvio realizou sua primeira pesquisa de campo junto aos povos Laklãnõ/Kokleng e Kaingang de Santa Catarina, nos Postos Indígenas Duque de Caxias (atual TI Ibirama) e Selistre de Campos (atual TI Xapecó), respectivamente. Os resultados iniciais dessa pesquisa resultaram no livro “*Os grupos Jê em Santa Catarina*”⁴⁸, publicado em 1963.

⁴⁸ Na entrevista concedida ao editor da Revista de Ciências Humanas da UFSC (2006), Rogério F. Guerra, o professor Silvio Coelho relata sobre o contexto de seu primeiro contato com os Xokleng/Laklãnõ, em virtude de sua participação no Curso de Especialização em Antropologia Social do MN/UFRJ, de acordo com o depoimento que se segue:

“Entre fazer uma monografia e construir um projeto de pesquisa, com vistas a um futuro doutoramento, Roberto Cardoso me estimulou a aprofundar os estudos sobre relações interétnicas, e isso deu origem a um projeto de pesquisa sobre os índios pertencentes ao grupo Jê de Santa Catarina, entre os quais, os

Posteriormente, a continuação de suas pesquisas entre os Laklãnõ/Xokleng resultou na elaboração de sua tese de doutorado em Ciência (Antropologia) na USP, intitulada “*Índios e Brancos no Sul do Brasil – A dramática experiência dos Xokleng*”, defendida em 1972, e publicada em livro no ano seguinte. A publicação deste e outros trabalhos de Silvio Coelho dos Santos inauguraram um campo de estudos na Etnologia Indígena no sul do Brasil, assim como o reconhecimento da existência de povos indígenas no Sul do país, que até aquele momento eram pensados como extintos. Como o próprio Silvio Coelho destaca em sua tese, publicada em livro:

Quando se fala da existência de indígenas no sul do Brasil, muitas pessoas ficam surpresas. O sul é sempre focalizado como uma das áreas mais desenvolvidas do país e onde ocorre um sistema de ocupação de terra de modo mais ou menos homogêneo (...) O sul é lembrado pelo vestuário do gaúcho; pela araucária; pelo café; pelas geadas e, às vezes, pela neve. O sul aparece ainda estereotipado nos “slogans” que sempre lembram trabalho, prosperidade, paz e pressa. O sul tem a imagem, às vezes de um Brasil particular: de um Brasil branco, rico e dominador. E se é assim, como se vai admitir a existência aí de indígenas? (Santos, 1987, p. 15 – 16).

Também em seu trabalho de conclusão de curso, Silva (2015) aponta que até os anos 1960, até a própria antropologia havia negado a existência de indígenas no Sul do país, pois acreditavam que eles já estavam extinto, o que se evidenciou, por exemplo, na concepção e elaboração do *Harvard Central Brazil Project* (HCBP), projeto coordenado por David Maybury-Lewis e desenvolvido em parceria entre

índios Xokleng. O Prof. Cardoso queria estimular novos grupos de pesquisa sobre relações interétnicas, de modo que o projeto foi o norteador de minhas futuras atividades na UFSC. Em julho de 1963, realizei a minha primeira excursão à Ibirama (SC) e o meu projeto foi um dos primeiros a receber aprovação da congregação, o que significava a possibilidade de obter diárias para as viagens de campo. O curso de especialização melhorou muito a minha formação acadêmica, pois tive experiência em pesquisa de campo e, principalmente, tive oportunidade de interagir com o Prof. Cardoso. Ele já tinha grande reputação acadêmica e o seu livro (*O índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tükuna de Alto Solimões*, 1964), para o qual colaborei, tornou-se uma obra de referência” (GUERRA, 2006, p. 23).

a Universidade de Harvard e o Museu Nacional (MN), em 1960, estudar os grupos Jê no Brasil. Neste projeto, os Jê meridionais foram excluídos das pesquisas, segundo Maybury-Lewis (1979), porque,

The Southern Gê are even farther afield. They live in the state of Santa Catarina about eight hundred miles south of Brasilia (...) Indeed we did not include them in our original research plan because we thought, erroneously, I am happy to say, that they had died out or at least that their way of life was extinct. Recent research by Silvio Coelho dos Santos (1973) and Gregory Urban (1978) has shown however that the Kaingang and the Shokleng are still living in recognizable Gê style (MAYBURY-LEWIS, 1979, p. 6).

Segundo Melatti (2007), esta conjuntura inaugural da Etnologia Indígena na região sul, que se conforma com a inserção do professor Silvio Coelho dos Santos, consolida-se num momento paradigmático da Etnologia Indígena no Brasil, para o qual ele contribui com a publicação de duas obras de grande destaque, no que se refere à forma de abordar as relações entre sociedades indígenas e sociedade nacional:

Fundados na noção de fricção interétnica se realizaram, entre outros, o trabalho do próprio Cardoso de Oliveira (1964) sobre os Tukúna da fronteira Brasil-Colômbia-Peru, o volume que reuniu o trabalho de Roque Laraia sobre os Suruí e os Akuáwa e o de Roberto da Matta sobre os Gaviões, todos grupos do Pará (Índios e castanheiros, 2a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978), o de Julio Cezar Melatti sobre os Krahó do norte de Goiás (Índios e criadores, Rio de Janeiro, UFRJ, 1967, e O messianismo Krahó, São Paulo, Herder e EDUSP, 1972), o de Sílvio Coelho dos Santos sobre os índios de Santa Catarina (A integração do índio na sociedade regional, Florianópolis, UFSC, 1970; Índios e brancos no Sul do Brasil, Florianópolis, Edeme, 1973), o de Cecília Vieira Helm sobre os Kaingãng do Paraná, o de Edson Soares Diniz sobre Os índios Makuxi do Roraima (Marília, FFCL de Marília, 1972)” (p. 23).

3.1.2 O encontro com as Barragens em Terras Indígenas

Os primeiros trabalhos do professor Silvio relacionados às barragens e projetos hidrelétricos em territórios indígenas que pude identificar no acervo do NEPI datam do ano 1967, quando Sílvio Coelho dos Santos e o pesquisador Paul Leslie Aspelin⁴⁹ deram início às pesquisas voltadas para análise da situação de populações e áreas indígenas ameaçadas por projetos hidroelétricos e barragens no Brasil – tanto planejados quanto em execução.

Naquele período, os pesquisadores identificaram uma grande quantidade de territórios indígenas afetados por esses empreendimentos no país, como os territórios ocupados pelos povos Kaingang, Laklãnõ/Xokleng, Guarani, Tuxá, Pankararú, Truká, Gaviões e Waimiri-Atroari. Eles objetivavam a realização de um “projeto comparativo de larga escala”, para atender à necessidade de analisar a situações das populações indígenas que vivem em áreas concebidas pelo Estado como de potencial hidroelétrico (Aspelin; Santos, 1981, p. 6). Fruto dessas pesquisas dos antropólogos pelo Brasil, foi publicado o estudo de caso específico sobre o Projeto Uruguai na revista *Anthropology Resource Center*, em 1979, intitulado “*Uruguay Basin Project: daming the Indians of Southern Brazil*”.

Entretanto, o trabalho completo sobre onze áreas indígenas ameaçadas por projetos hidrelétricos e barragens de contenção de cheias no Brasil daquele período foi publicado, em português, na edição correspondente aos anos 1979-1982 dos *Anais do Museu de Antropologia* da UFSC (1982). Este estudo resultou, ainda, na

⁴⁹ Segundo informações que obtive em conversas com a professora Maria José Reis, a vinda do antropólogo americano Paul Leslie Aspelin para a UFSC, na condição de professor visitante na Pós-Graduação em Ciências Sociais, em grande parte foi motivada pelas pesquisas que já vinha desenvolvendo nos EUA relacionada aos efeitos das barragens hidrelétricas sobre os povos nativos daquele país. Nas cartas que encontrei no acervo do NEPI contendo diálogos entre os dois antropólogos, é evidente a amizade e parceria intelectual estabelecida entre eles em torno do interesse comum pela Etnologia Indígena de garantia dos direitos das populações vítimas dos projetos de desenvolvimento. O reconhecimento da importância do antropólogo estadunidense para as pesquisas no campo das hidrelétricas e povos indígenas pode ser visto no livro “Hidrelétricas e Povos Indígenas” (2003), organizado por Silvio Coelho dos Santos e Aneliese Nacke, que lhe dedicam a publicação: “Para Paul Aspelin, por suas contribuições e incentivos aos estudos sobre a implantação de usinas hidrelétricas e suas consequências negativas aos Povos Indígenas” (p. 5).

publicação, em outubro de 1981, da obra *Indians Areas Threatened by Hydroelectric Projects in Brazil*, pela IGWIA Document ⁵⁰, em Copenhagen, Dinamarca. De acordo Catullo (1996), esta publicação consiste em “um dos trabalhos mais importantes na literatura de ‘impactos’ de Projetos de Grande Escala” (p.11).

Embora Silvio Coelho dos Santos tenha iniciado seus estudos entre os Laklãnõ/ Xokleng desde o início da década de 1960, especificamente através do projeto de pesquisa “*Os grupos Jê em Santa Catarina*” (1963), elaborado enquanto aluno de pós-graduação no Curso de Especialização em Antropologia Social da UFRJ (pelo Museu Nacional/MN), foi a partir do programa do Departamento Nacional de Obras (DNOS) para construir barragens nos afluentes do rio Itajaí-Açu, no Vale do Itajaí (SC), que o antropólogo passou a dedicar-se ao caso da Barragem Ibirama.

De acordo com o estudo “*As enchentes do Vale do Itajaí, as Barragens e suas Consequências Sociais*” (Werner et. all, 1987), as periódicas enchentes do Vale do Itajaí consistem num fenômeno histórico desta região nordeste catarinense, ocasionando mortes e desalojamento populacional por décadas, a exemplo do município de Blumenau (SC). Na tentativa de evitar as cheias do Vale do Itajaí, o DNOS iniciou, em 1983, a consolidação da proposta construção de três barragens nos municípios catarinenses de Taió, Ituporanga e Ibirama. A primeira delas foi concluída em 1972, em Taió; a segunda, iniciada em 1965, foi concluída no ano de 1975; e a terceira barragem, também chamada de Barragem Norte ou Ibirama, localizada no rio Itajaí do Norte no município de Ibirama, teve aprovada sua construção pelo presidente Geisel, em 1974, e situa-se dentro da T.I Ibirama/ Laklãnõ (antigo Posto Indígena Duque de Caxias).

⁵⁰ A *Apresentação* realizada pela comissão editorial deste documento aponta para o início de relações externas estabelecidas entre a antropologia da UFSC, representada naquele momento pelo professor Silvio e Paul Aspelin, com organismos internacionais voltados à defesa de direitos humanos, como a IGWIA, a qual manifestou seu reconhecimento aos autores:

“The correspondence between the IGWIA Documentation Department and the authors concerning the presente publication – covering a period of more than two years – has been a rich experience for us. The manuscript has expanded considerably during this period, reflecting the dramatic character of Brazil’s determination to increase its hydroelectric potencial. It also reflects the potential competence and sense of responsibility on the party of the two authors”.

Quando de minha conversa com a professora Neusa Bloemer, perguntei-lhe sobre o início do envolvimento da antropologia da UFSC na temática sobre as barragens e projetos hidrelétricos relacionadas aos povos indígenas e tradicionais, e ela informou que:

A bem da verdade, tudo começou na década de 70, quando foram implantadas as barragens no Vale do Itajaí, e a Barragem de Ibirama afetou diretamente os indígenas. Ali, neste momento, nós já fomos fazer uma pesquisa para realizar um documento através do qual os índios pudessem ser devidamente indenizados. Mas essa indenização. Ela não se estendeu para todo o Vale do Itajaí, por exemplo Taió e Ituporanga, onde foram construídas as outras barragens. E então esses agricultores também ficaram muito “à Deus dará”. Como foi implantado um pouco antes da década de 70, final de década de 60, quando os militares ainda estavam no poder, não havia nenhuma possibilidade de reivindicação social, então eles não tiveram nada. Pra população indígena, nós nos mobilizamos na década de 70, expressando um documento e tal. E essa equipe foi comandada pelo professor Silvio. E a partir deste primeiro levantamento, tem inclusive um documento que se chama “Projeto Ibirama”⁵¹. Era um projeto de desenvolvimento para a população indígena, pra eles terem a auto-

⁵¹ Em seu artigo intitulado “A nova utopia indígena: os projetos econômicos” (Lafer, 1981), a antropóloga Betty Mindlin Lafer aborda os projetos e pequenos programas de desenvolvimento econômicos destinados às comunidades indígenas de algumas regiões do Brasil, principalmente entre os anos 1975 e 1977, cuja ideia central consistiu no incentivo à “(...) autonomia indígena como melhor forma de promover os interesses os interesses indígenas, inspirada no princípio de autogoverno de Ribeiro (1977), em contraposição à política protecionista oficial” (Lafer, 1981, p. 21). Ao selecionar três projetos econômicos para realizar uma análise comparativa, do ponto de vista político, quanto aos seus significados, viabilidades e alcances nas comunidades indígenas, a antropóloga refere-se ao *Projeto Xokleng* (o mesmo chamado por Neusa Bloemer de “Projeto Ibirama”), que fora coordenado pelo professor Silvio Coelho dos Santos, da seguinte maneira: “O Projeto Xokleng aponta para a luta contra o autoritarismo burocrático e contra as relações sociais capitalistas de produção; apóia-se ainda numa estrutura familiar de produção e em formas de autonomia difíceis de imaginar” (idem, p. 26).

sustentação com o dinheiro que viesse da indenização, eles poderiam implantar, por exemplo, plantio de maçãs, ou alguma produção com a qual eles se identificassem também, né. Não era nada de uma agricultura tal qual a agricultura dos colonos do Vale do Itajaí. (...) E a idéia foi deles, nós fizemos o levantamento e a idéia foi deles (Entrevista realizada com Neusa Bloemer, em 16/07/2015).

Incluído e publicizado no estudo “*Áreas Indígenas ameaçadas por projetos hidroelétricos no Brasil*” (Aspelin; Santos, 1982), o caso da Barragem Norte foi um dos focos de dedicação do professor Silvio durante sua trajetória, colaborando de diversas maneiras com o povo Laklãnõ/Xokleng para que seus direitos fossem assegurados face à problemática obra⁵², a exemplo de assessorias relacionadas ao ordenamento jurídico e mediações institucionais com os órgãos responsáveis (DNOS e FUNAI)⁵³. Com sua construção iniciada em 1976, a barragem foi autorizada pela FUNAI sem a realização de nenhum estudo de impacto ambiental e sem consulta à comunidade indígena, situando-se a menos de 500 metros a jusante do limite da TI Ibirama Laklãnõ. Segundo as informações documentais da Comissão da Verdade (2014): “Por conta das obras, na primeira grande enchente de 1983, esta aldeia Xokleng foi totalmente destruída e a comunidade foi forçada a dividir-se em pequenas aldeias. Pelo menos 900 hectares da TI ficaram ‘à disposição’ do lago” (p. 214).

⁵² Para compreender acerca deste contexto da Barragem Ibirama e seus efeitos ver a reportagem com o parecer do professor Silvio sobre esta problemática (ver *Anexo 4*), e o TCC da mestranda em Antropologia Social do PPGAS/UFSC, a acadêmica Laklãnõ/Xokleng Ana Roberta Uglô Patté, intitulado “Barragem Norte na Terra Indígena Laklãnõ”, e defendido em 2015 para a conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC.

⁵³ Conforme as informações acerca desta barragem de contenção de cheias na T.I Ibirama/ Laklãnõ, Aspelin e Santos (1982) relatam naquele momento que: “A área indígena em si, suportará o embate desse projeto, calculando-se que 1.000 hectares do total de cerca de 1.600, poderão ser inundadas. A verdade é que a área indígena suportará o choque maior do esquema de controle de enchentes de todo Vale do Itajaí, que também envolve duas outras barragens que inundarão aproximadamente outros 2.700 hectares, de maneira que os indígenas perdem um total de cerca de um quarto (32%) dos hectares totais envolvidos” (ver p. 14).

Durante a conversa com Sebastião, funcionário aposentado da FUNAI, que segundo ele abriu a Coordenação Regional Local (CRL) de Chapecó em 1986, ele comentou como se se processou a construção da Barragem Norte:

Na ditadura, quando eles queriam... como fizeram com a Barragem Norte, de Ibirama, lá de José Boiteaux, aquela lá construíram assim, à vontade. ‘- *Vamo fazer essa barragem de contenção aqui, porque Blumenau não pode pagar por um preço mais caro, com as vidas dos alemães que moram ali pra baixo*’. E construiu a barragem e acabou. A ditadura fazia assim, no peito! (Entrevista concedida em 17/07/2015).

Imagem 5– Vista parcial da Barragem Norte, situada na T.I Ibirama/ Laklãnõ. Foto de Silvio Coelho dos Santos, 1991.



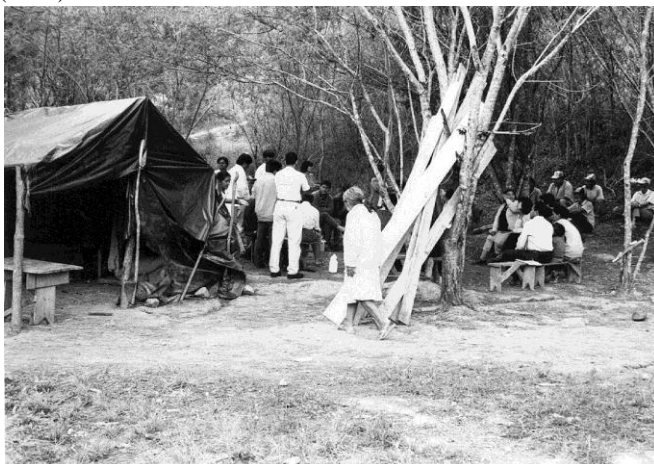
Fonte: AVISC; Santos (1997: 123).

Imagem 6 - “Olhar de tristeza junto à ‘grande obra’ de engenharia” (denominação original do documento). Foto de Silvio Coelho dos Santos, 1991.



Fonte: AVISC; Santos (1997:123).

Imagem 7 – “Acampados junto à barragem, os indígenas Xokleng protestam e exigem a retomada das negociações para o cumprimento do processo indenizatório” (denominação original do documento). Foto de Silvio Coelho dos Santos (1997).



Fonte: AVISC; Santos (1997:123).

3.1.3 As articulações teórica e política de antropólogos na América Latina: notas sobre a Reunião de Barbados e a participação de Silvio Coelho dos Santos

Uma das grandes surpresas que tive ao pesquisar no acervo do professor Silvio decorreu da leitura dos documentos que encontrei em uma caixa etiquetada como “Periódicos”, localizada no “rodapé” de uma estante de metal que organiza revistas acadêmicas do Brasil e de diversos países do mundo, algumas das quais o professor era assinante. Deparei-me com seis edições do “Centro Antropologico de Documentacion de America Latina”, também referenciado como CADAL, os quais consistem em documentos mimeografados, dos anos 1976 e 1977, e organizados por alguns antropólogos e entidades indigenistas da América Latina, com o intuito de dar visibilidade às situações vividas pelas diversas populações indígenas e, também, promover o conhecimento de declarações e manifestos produzidos por Organizações Indígenas dos “Grupos Étnicos” e intelectuais dos países latino-americanos naquele período, como a Declaração de Barbados. As seis edições que encontrei no acervo do NEPI são datadas em agosto de 1976; janeiro, julho, setembro e dezembro de 1977; e março de 1978. No geral, são organizados em seções que se assemelham à informativos das situações indígenas de cada país, como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru e Venezuela.

O documento de agosto de 1976, por exemplo, apresenta nos informes da seção “Brasil” as Atas de Assembléias realizadas em 1975 pelos chefes indígenas do Pará, assinada como “Missão Cururu”, e do Mato Grosso, assinada como “Meruri”, nos quais são transcritas as falas de cada representante indígena nas reuniões que realizavam para discutirem sobre estratégias de luta por seus direitos, problemas ligados à atuação da FUNAI, assassinato de parentes e esbulho de suas terras tradicionais. O relato de Mário Juruna, liderança política Xavante, salientava que:

O Governo vai se sentir envergonhado diante dos países estrangeiros se continuar matando índio como quer e quando quer. Precisamos estudar pra defender a classe indígena e viver legitimamente como índio.

Ou mesmo o de Miguelão, Bororo:

Não somos nós que estamos roubando terra. O branco é como tatu, onde entra estraga tudo.

Pode ter tudo que ele que roubar e ainda grafam. Escreve seu roubo no papel que é pra ter mais firmeza. Vamos trabalhar mais unidos para defender nossa terra.

Entre as denúncias constantemente relatadas nos documentos sobre casos de genocídio dos indígenas em vários países da América Latina naquele momento, há uma elaborada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI)⁵⁴ que se refere às violências e espancamentos de indígenas no sul, especificamente em Xanxerê (SC). Para exemplificar a situação de violência física oriundas de oficiais e “brancos” vivida pelos indígenas da região oeste de Santa Catarina, o documento de 1976 relata que:

No dia 12 de agosto, p. p., a menor Belmiria Vitorino Caneró, enquanto se dirigia para a escola, foi agredida por um guarda florestal, que tentou agarrá-la à força e possivelmente, seduzi-la. Neste dia, os guardas da área florestal estiveram na casa de Antônio Domingos, tirando-o violentamente de seu rancho e batendo-lhe bárbara e gratuitamente. Sua mulher, apavorada, fugiu para o mato, com seus filhos, quando pode ainda presenciar os guardas matando a tiros, os cachorros da casa enquanto outros, agrediam a seu marido. Quando retornou, não encontrando o marido temeu que ele estivesse morto, jogado no mato e apodrecendo no tempo. Foi constatado por pessoa ligada ao CIMI, que este índio, depois de espancado, fora amarrado, ficando atado três dias.

Outro documento do CADAL, ao apresentar uma série de estudos latino-americanos e o papel das Universidades para a “libertação dos indígenas na América Latina”, referem-se também aos projetos de desenvolvimento que se consolidavam no Brasil na década de 1970, como hidrelétricas e rodovias, denunciando casos de genocídio e etnocídio das populações indígenas dos territórios onde se instalavam. Igualmente, na edição de setembro de 1977, um estudo não assinado

⁵⁴ O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é um órgão criado em 1972 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo uma atuação junto às populações indígenas do Brasil desde sua institucionalização. O apoio aos povos e movimentos indígenas no Sul do Brasil, sobretudo nos anos 1970 e 1980, é profundamente abordado na tese de Brighenti (2012).

sobre “A Política de Genocídio contra os Índios” é apresentado de forma sistemática, manifestando também o trabalho de alguns antropólogos no combate à “política empresarial da FUNAI” para contribuir aos projetos de desenvolvimento dos governos militares naquele momento.

De forma especial, o Documento n. 5, de 1978⁵⁵, apresenta a “situação do Índio no Brasil” e, entre os relatos, há um específico do professor Silvio, cujo nome é assinado pelas iniciais S.C.S (assim como as demais autorias), e discorre sobre a teoria da aculturação. Ao encontro deste documento, foi inevitável que este “fio” me levasse à “trama” que consistiu a primeira Reunião de Barbados, na qual o professor Silvio participou, de grande contribuição para a tomada de novos rumos da antropologia latino-americana, como compromisso com a defesa dos direitos indígenas.

Foi no ano de 1971, na ilha caribenha de Barbados, que se realizou o *Simpósio sobre Fricção Interétnica na América do Sul*,⁵⁶ na qual se reuniu um grupo de antropólogos⁵⁷ do continente americano. Ao final do evento, estes antropólogos redigiram um importante documento denominado *Declaração de Barbados: “Pela Libertação do Indígena”*, com o intuito de apresentá-lo à opinião pública para o esclarecimento do “grave problema continental e para a luta de libertação dos povos

⁵⁵ Nesse mesmo ano, ocorre a publicação do livro “*O Homem Índio Sobrevivente do Sul*”, escrito por Silvio Coelho dos Santos em decorrência de sua participação no seminário “*O Índio sobrevivente do Sul*”, realizado em 1976, em Porto Alegre. Nesta ocasião, foi criada a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), organização que em alguns locais do Brasil se denominou Pró-Índio. Segundo reconstitui Santos (2005): “Foi a primeira vez que, durante o regime militar, um número expressivo de antropólogos, advogados religiosos, indigenistas e lideranças indígenas e civis se reuniram para explicitar e defender os direitos dos povos minoritários. Desse seminário resultou a fundação da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), entidade para a qual doei os direitos autorais do livro acima referido. Logo em seguida, ainda como efeito positivo desse encontro, surgiram as Pró-Índio de São Paulo e do Rio de Janeiro” (p. 73).

⁵⁶ Esta reunião teve como objetivo principal analisar as relações interétnicas nos países da América do Sul de forma a consolidar um maior comprometimento da prática antropológica com as populações desprivilegiadas nos planos de ações coloniais, dos órgãos estatais e multilaterais (Oliveira, 2004: 13).

⁵⁷ Dentre os quatro antropólogos brasileiros participantes e presentes nessa reunião, entre eles Sílvia Coelho dos Santos (UFSC), apenas Darcy Ribeiro assinou esta Declaração, visto sua condição de exílio no Chile, por questões de segurança em meio ao regime militar que imperava no Brasil.

indígenas⁵⁸”. Nele anunciaram também os novos postulados e atribuições ao que convencionaram chamar de “antropologia comprometida”⁵⁹. A participação do professor Silvio Coelho dos Santos foi propiciada pelo convite que recebeu devido aos seus trabalhos que já desenvolvia junto aos povos indígenas do sul do Brasil⁶⁰, como ele mesmo relata:

Em 1970, por exemplo, eu havia publicado o livro *A integração do índio na sociedade nacional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina* (Imprensa Universitária, UFSC), como uma das etapas do doutorado na USP. Em função da circulação desse livro no exterior, recebi um convite para participar, em 1971, da Reunião de Barbados, realizada sob o patrocínio da Universidade de Berna (Suíça) e do Conselho Mundial de Igrejas, tendo como foco a violência das relações entre índios e brancos na América Latina. O documento final dessa reunião exortou os antropólogos a exercerem suas responsabilidades em relação às minorias indígenas, ao mesmo tempo em que expressou severas críticas às políticas governamentais e aos papéis assumidos pela Igreja em relação à

⁵⁸ Disponível em:

http://www.missiologia.org.br/cms/UserFiles/cms_documentos_pdf_28.pdf.

Acesso em: 14/06/2014.

⁵⁹ Sobre esta Declaração, Silvio Coelho dos Santos esclarece que: “No Brasil, no auge do autoritarismo, essa Declaração estimulou diferentes profissionais para o exercício do que se convencionou chamar, à época, de Antropologia Comprometida” (Santos, 1998: 85). No que tange a importância da Reunião de Barbados para a Associação Brasileira de Antropologia neste período, veja-se Santos (2006b) e Bartolomé (2006).

⁶⁰ No que tange ao livro “*A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina*”, que correspondeu à uma das etapas do doutorado na USP pelo autor, em 1969, este não conseguiu passar em primeira instância pela censura universitária que se instaurou naquele período. Segundo relata o próprio antropólogo: “Devido à denúncias, esse livro, quando estava em fase final de edição (dezembro de 1969), foi apreendido na Imprensa Universitária pela Polícia Federal. Sua liberação ocorreu graças às relações de minha família e ao apoio do reitor Ferreira Lima. Em 19 de fevereiro de 1970, o tenente-coronel Ary Oliveira, delegado regional do DPF-SC, assinou o Certificado 02/70 liberando a obra” (Santos, 2006, p. 47).

dominação colonial dos índios. Essa experiência permitiu a ampliação do meu comprometimento e de outros colegas brasileiros com as minorias indígenas do País, que estavam sendo vilipendiadas pelos projetos desenvolvimentistas impostos pelos governos militares (Santos, 2006, p. 47).

A produção literária realizada por esses antropólogos consistia em publicações como livros, boletins, artigos, cadernos, correspondências, entre outros, que informavam sobre as situações de vida dos povos indígenas em seus contextos nacionais entre os países latino-americanos. Uma das obras de referência, também localizada no acervo, é intitulada: *“The situation of the indian in South America – Contributions to the study of inter-ethnic conflict in the non-Andean regions of South of America”* (1972), na qual o professor Silvio também colaborou com o artigo *“The Situation of the Indians of Southern Brazil”* (1972, p. 334-337).

Na especial oportunidade que tive de entrevistar, em novembro de 2014, os antropólogos argentinos Alicia M. Barabas e Miguel Bartolomé, pesquisadores há mais de vinte anos no Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), em Oaxaca, México, eles comentaram sobre a nova postura que significou para a antropologia em relação aos povos indígenas. Segundo Miguel Bartolomé,

Para os anos 60, a situação da antropologia com respeito às comunidades indígenas, povos indígenas que trabalhava, era uma situação de distância... uma situação de “objeto de estudo”. Mas eles não eram sujeitos da preocupação política da antropologia, nem eram concebidos como sujeitos políticos, eram objetos. De fato, se haviam produzido, nos anos 60, vários massacres de indígenas: em Planas, na Colômbia, por exemplo. Massacres “mínimos”, com respeito aos que aconteceram depois, na Guatemala... Mas o que havia chamado a atenção da opinião pública, em especial à antropologia, *era que os camponeses que mataram os indígenas argumentaram que não sabiam que matar indígenas era um delito*. Isto comoveu muito à opinião antropológica - estamos falando dos anos 60. E nessa época, o paradigma de mudança cultural e da aculturação era o que dominava na

antropologia. A aculturação e a mudança eram concebidos, percebidos, como um fenômeno natural; o que ocorria de maneira natural, infalível, necessária... Era o que formava parte de um mundo único que se vai construindo; onde o destino das minorias de todos os países da América Latina, e na verdade de todos os países do mundo, era a absorção à cultura dominante, ao grupo dominante (Entrevista realizada em 13/11/2014; ênfase minha).

Segundo o professor Miguél Bartolomé, essa mudança de postura no campo da Antropologia foi pensada a partir das “estruturas da revolução científica” de Kuhn (1970), e atribuída, em grande medida, às limitações da perspectiva política do marxismo, que não abarcava em seu aporte teórico o colonialismo como um fenômeno substancial e específico dos países periféricos. Desse modo, à teoria marxista, voltada para o estudo das contradições historicamente estabelecidas entre burgueses e proletariados na Europa, faltavam subsídios conceituais que analisasse as relações interétnicas, que conformavam modos específicos de dominação colonial sobre as populações originárias em diferentes regiões do mundo. Além disso, como assinala Neto (2006),

(...) mais problemas se colocaram com as lutas de libertação nacional dos povos da Ásia, África e América Latina, configuradas no segundo pós-guerra e em processo até hoje. É um conjunto de dilemas desconhecido pelo pensamento marxista tradicional, todo ele centrado na discussão das sociedades capitalistas européias — trata-se do elenco de questões relacionadas à escolha de um caminho neo-capitalista por sociedades em que as relações sociais têm pouco a ver com os padrões burgueses “clássicos” (p. 66-67).

Reflexos desse tensionamento sobre a teoria marxista e sua *práxis*, o qual pode ser atribuído à diferentes razões, começam a se evidenciar no campo da antropologia já nos anos 1950, quando outras tendências e olhares constituíram-se face às condições que o colonialismo impôs aos povos e às suas respectivas identidades étnicas. Conforme esclarece o antropólogo Miguel Bartolomé, naquele momento as tensões teóricas e políticas entre o marxismo e antropologia

Surgiram, a nível mundial, como no nível latino-americano, várias contradições com o paradigma

[vigente]. Uma delas era a luta anticolonial, na África... Pedro Memi; o famoso Franzano, o argelino, que falavam contra o colonialismo. E isso produziu uma crise dentro da perspectiva política da época, dominada pelo marxismo, onde se pensava que era o proletariado do país dominante, quando fizessem a revolução, ia liberar o proletariado do país dominante. Essa era a perspectiva política. Então o colonialismo não era percebido como um fenômeno em si mesmo, senão como um aspecto da luta de classes. O colonialismo não figurava na matriz teórica do marxismo, de Marx. Não há reflexões sobre o colonialismo. Portanto, a perspectiva marxista, ou marxiana, melhor, dos pensadores contemporâneos dos anos 60, não viam o colonialismo como um fenômeno muito significativo porque a luta de classes era um fenômeno fundamental. O mesmo pensava a maior parte dos intelectuais da América Latina. A chamada intelectualidade progressista, por um lado pensava que a luta de classes era um problema fundamental, e também os antropólogos consideravam, alguns antropólogos de esquerda, não tinham instrumentos teóricos para pensar outra coisa que já não haviam pensado. Mas de repente, em meados dos anos 60, se iniciou uma revolução teórica entre os escritos anticoloniais de Fano, Meme, [Amílcar] Cabral, destes anticolonialistas do norte de África, e um grande professor francês George Balandier, que escreveu um ensaio que foi fundamental na época, sobre a situação colonial (Entrevista realizada em 13/11/2014).

Destaca-se, pois, nesse cenário, que a noção de *situação colonial*⁶¹ proposta pelo antropólogo francês George Balandier (1993

⁶¹ Nas palavras do autor: “Podemos defini-la retendo as condições mais gerais e manifestas dentre elas: a dominação imposta por uma minoria estrangeira, “racial” e culturalmente diferente em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior; o relacionamento entre civilizações heterogêneas: uma civilização de maquinismo, de economia poderosa, de ritmo rápido e origem cristã impondo-se sobre civilizações sem técnicas complexas, de economia

[1963]) foi um expoente para a teoria antropológica a partir dos anos 1960, possibilitando aos/às antropólogos/as compreenderem as populações indígenas frente às políticas coloniais e as transformações ocorridas decorrentes das lógicas próprias de dominação. A noção de *situação colonial* possibilitou a consideração de aspectos políticos, econômicos, administrativos e ideológicos que contribuem para a dinamicidade dos processos de dominação e de imposição do projeto colonial.

Esse contexto de transformações nas dimensões teórica e prática da disciplina, que se evidenciou na *Reunião de Barbados*, foi destacado pelo professor Miguel Bartolomé na entrevista que concedeu, em que nos diz:

Essa atmosfera, um pouco que o grupo minoritário de antropólogos nos anos 70 mantínhamos, com ou sem contato entre nós. Mas nesse momento, o antropólogo austríaco George Grumber, que era um professor na Universidade de Berna, por ter trabalhado no Brasil fazendo sua tese de doutorado, com os Kayabi, e que havia conhecido Silvio aqui. (...) Silvio, e através do momento da época, o pôs em contato com a noção de fricção interétnica, ao Grumber. Este George Grumber decidiu fazer uma reunião, um Congresso, sobre Fricção Interétnica na América Latina. No Congresso de Americanistas, em 1970, escutando os *papers*, as apresentações de distintos antropólogos, configurou o nosso grupo. E ele queria fazer a Reunião, e num lugar neutro, porque se era no Peru, vai se pensar “Peru diz tal coisa”; se é na Argentina, “Os argentinos dizem”... Que tal a possibilidade de inscrever um país qualquer? E conseguiu o apoio da Universidade, nessa época Barbados estava sob o controle inglês, todavia, e estava lá University of the West Indians, que era um departamento da

atrasada, de ritmo lento e radicalmente “não-cristãs”; o caráter antagônico das relações que ocorrem entre as duas sociedades que se explica pelo papel de instrumento a que está condenada a sociedade dominada, a necessidade para manter a dominação de recorrer não somente a “força”, mas ainda a um conjunto de pseudo-justificações e de comportamentos estereotipados, etc” (Balandier, 1993, p. 128).

Universidade de Cambridge, na Grã-Bretanha
(Entrevista realizada em 13/11/2014).

Posteriormente, alguns pensadores da antropologia latino-americana, entre eles Silvio Coelho dos Santos, passaram a refletir sobre as especificidades do colonialismo através de componentes que se diferenciavam das situações de classe, que envolviam apenas burgueses e proletariados, para incorporar também as diferenciações étnicas e culturais. Inspirados pela noção de *situação colonial* ressalta-se, naquela conjuntura de expansão dos governos militares na América Latina, o desenvolvimento das teorias e conceitos desenvolvidos por pesquisadores latino-americanos, como “*colonialismo interno*”, de González Casanova (1963) e Stavenhagen (1963); “*fricção interétnica*” de Cardoso de Oliveira (1978), “*índio*” e “*pensamento político dos índios*” de Bonfil Batalla (1972; 1981 [1979]), que se dedicaram a pensar as relações coloniais oriundas das situações de contato entre os indígenas e *sociedade nacionais*, e as suas relações com os projetos de desenvolvimento econômico. Assim, são significativas mudanças ocorridas na prática profissional da antropologia sob influência do novo paradigma epistemológico que se sintetiza na reunião de Barbados”, que se manifestam tanto no plano teórico-conceitual⁶² quanto no

⁶² As profundas transformações teóricas e conceituais ocorridas na Antropologia, a partir da década de 1960, realizada nos grandes centros como Inglaterra, Estados Unidos e França, refletiram na produção antropológica brasileira neste período, conforme apontam Cardoso de Oliveira (1998), Ramos (2000) e Peirano (2006). De forma especial, a teoria da aculturação, fundamentada nos grandes centros de produção antropológica naquele período, concebia que as populações “tribais” teriam como destino certo o seu desaparecimento, pautado pelos processos de mudanças aos quais estavam submetidas a partir do contato com as sociedades colonizadoras. Entretanto, a institucionalização da disciplina no Brasil contribuiu para que esta concepção de inevitabilidade do desaparecimento das populações indígenas pelos fenômenos da “aculturação” e “assimilação” fosse tensionado diante das crescentes situações de contato entre os grupos étnicos e a sociedade nacional, à medida que: “As preocupações com os processos desencadeados no contato dos grupos indígenas com a sociedade nacional levavam a transformação dos arcabouços teóricos importados para o contexto brasileiro. Deste modo, a preocupação ética e política para com os grupos estudados é um dos fatores que motiva e dá movimento aos conceitos da antropologia brasileira” (Silva, 2015, 68-69). Surgem, a partir deste movimento, transformações epistemológicas na antropologia brasileira que contribuíram para o surgimento de novas teorias

desempenhado pela atuação dos antropólogos/as no campo político. O'dywer (2008) nos mostra que:

Os conceitos de “grupo étnico” e “etnicidade” se tornaram novos instrumentos analíticos em substituição às abordagens sobre “situação de aculturação”, no exemplo norte-americano, e igualmente serviram para alavancar os estudos de “contato interétnico” nos estudos sobre povos indígenas no Brasil. Durante o período dos governos autoritários, principalmente nos anos 1970, as questões políticas envolvendo sociedades indígenas e outros grupos estudados pelos antropólogos assumiram o estatuto de um debate entre “especialistas”, contrapondo-se às visões desenvolvimentistas de técnicos ligados ao aparelho de Estado, um outro tipo de saber produzido pela academia em que os pesquisadores, em nome de uma competência específica, passavam a se manifestar em favor da questão indígena e camponesa no cenário político que restringia o exercício da cidadania (p. 77).

A *Reunião de Barbados*, assim como outros eventos e articulações que ocorrem em defesa dos povos indígenas, produziu

voltadas à compreensão destas relações interétnicas, como o conceito de “transfiguração étnica” (Ribeiro, 1970) e a noção de “fricção interétnica” (Cardoso de Oliveira, 1962). É neste cenário de conformação da Etnologia Indígena brasileira que Silvio Coelho dos Santos desenvolverá sua produção antropológica de modo a incorporar essas discussões epistemológicas em sua obra, na qual podem ser observados reflexos dessas tensões e deslocamentos conceituais. A exemplo, Santos (1963) utiliza-se da “teoria da aculturação” ao abordar sobre os “Grupos Gê em Santa Catarina” e, posteriormente, Santos (1973) adere ao conceito de “fricção interétnica” em sua tese de doutorado para analisar a situação de contato dos Laklânô/Xokleng com a sociedade regional. Embora não serão aprofundadas nesta dissertação as reflexões teóricas e conceituais do campo da antropologia que constituíram o contexto inicial de formação de Silvio Coelho dos Santos, faz-se necessário apontar que elas influenciaram sua produção intelectual e o engajamento deste antropólogo com as populações indígenas junto às quais pesquisou. Para um maior aprofundamento sobre este momento teórico e conceitual que influenciou o fazer antropológico de SCS, ver Silva (2015).

reflexões conceituais extremamente oportunas para a compreensão do envolvimento da antropologia contra violação dos direitos dos povos indígenas, como aquelas causadas com a implantação de empreendimentos hidrelétricos que sucessivamente foi avançando sobre os territórios indígenas, a exemplo do caso do Projeto Uruguai.

O olhar de uma das ex-alunas e colega de profissão do professor Silvio Coelho dos Santos, Maria Amélia Schmidt Dickie, destaca que “*A marca de Barbados*” se refletiu ao longo de toda a trajetória e produção bibliográfica do professor, nas quais, de diversos modos, expressou seu comprometimento ético e político junto aos povos indígenas com os quais estudava. Para essa sua ex-aluna e colega, essa, responsabilidade e comprometimento do mestre “(...) derivou para todos os alunos dele e a Antropologia que se pensa estratégica e se desenvolve por múltiplos caminhos” (Dikie, 2009, p. 321). Esse comprometimento com a defesa dos direitos indígenas pode ser observado como preocupação central do professor Silvio em seus trabalhos junto ao Projeto Uruguai, e motivador central para seu engajamento. A opção do professor Silvio Coelho dos Santos de realizar estudos sobre projetos hidrelétricos deriva desse comprometimento, e não porque tinha envolvimento prévio de pesquisa com o tema, que mais tarde se tornaria disputado área de estudo da antropologia do desenvolvimento.

3.2 OS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS DA UFSC SOBRE O PROJETO URUGUAI

O Projeto do rio Uruguai é da década de 70, se consolida nos anos 80, e vai ser executado nos anos 90 e 2000. Então nós temos aí 40 anos, que coincide com a trajetória do Silvio, que estudava populações indígenas no sul do Brasil, e identificou ali uma sobreposição de direitos indígenas - que também estavam em construção - e de interesses do setor elétrico (Ricardo Cid Fernandes, entrevista realizada em 24/08/2015).

3.2.1 O primeiro estudo: “Projeto Uruguai – Os Barramentos e os Índios”

No ano de 1978, iniciaram-se os primeiros contatos da Eletrosul, efetivados através do GERU, com a Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFSC, para a realização de

estudos sobre os potenciais efeitos deletérios do Projeto Uruguai às populações indígenas da região da bacia do rio Uruguai. As informações e argumentações contidas no Relatório Final intitulado “*Projeto Uruguai – Os Barramentos e os Índios*” (1978), que fora entregue à Eletrosul, apontam que o convite realizado significou para os pesquisadores uma oportunidade de tentar resguardar os direitos dos povos indígenas perante os violentos avanços dos interesses econômicos da sociedade nacional sobre seus territórios, como as frentes de colonização da região Sul do país que se iniciaram já no século XIX, e se alastraram por todo o século XX.

De forma pontual, esta iniciativa da Eletrosul em contatar a Antropologia da UFSC em virtude da existência dos povos indígenas nas áreas que seriam afetadas pela implantação das barragens, foi vista pelos pesquisadores como uma abertura e inovação no âmbito das tomadas de decisão, de forma especial, por se situar no contexto daqueles anos duros. Eles ressaltaram que:

Tal pedido, além de sua importância para a UFSC, significou a abertura da empresa para considerar em seu processo de decisão uma variável específica pertinente às minorias indígenas da região, algo inédito – pelo que sabemos – na história do planejamento empresarial no Brasil (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978, p. vi).

Com o aceite do professor Silvio e equipe à proposta de pesquisa, a participação da antropologia da UFSC no Projeto Uruguai foi inaugural e inédita no que se refere ao relacionamento entre o setor elétrico e ciência antropológica, especialmente, estabelecida no esforço de amenizar e mitigar os efeitos de sua implantação sobre os territórios das populações indígenas. O tempo concedido para a realização da pesquisa foi apontado no relatório como curto em relação ao que se estava em questão, noventa dias, “[...] *considerando que o cronograma de tomada de decisão da Eletrosul para definir os locais onde serão construídos os barramentos era inadiável*”, além da continuidade das tarefas didáticas e administrativas junto ao PPGCS por alguns membros da equipe (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978, p. viii).

A princípio, e para fins metodológicos, foi organizada uma pequena equipe composta por professores e estudantes pós-graduados e especializados na área da etnologia indígena, sob coordenação do professor Silvio Coelho dos Santos. Os trabalhos iniciais buscaram

estabelecer as articulações necessárias em Brasília (DF) e Curitiba (PR), para incluir a participação das administrações da FUNAI nos estudos. Também foram realizados levantamento bibliográfico, contatos com entidades oficiais nacionais e internacionais, especialmente universidades, bem como com outros(as) pesquisadores(as) da área, indigenistas e técnicos. A equipe também participou de reuniões e discussões junto ao GERU, levantando dados sobre as experiências da Eletrosul na construção de outras barragens, a exemplo nos rios Iguaçu e Passo Fundo. Essas sistematizações iniciais foram realizadas durante quarenta e cinco dias e permitiram, segundo os pesquisadores, “*o rápido conhecimento do que se tinha como experiência sobre situações análogas*”:

Conseguimos assim detectar que das 10 áreas, onde inicialmente havíamos suspeitado que ocorreriam consequências diretas da construção dos barramentos, somente seis efetivamente seriam atingidas. São elas os Postos Indígenas de Nonoai (RS), Cacique Doble (RS), Ligeiro (RS), Chapecó (SC), e os toldos de Iraí (RS) e Irani (SC). A seguir convenciamos que as áreas não atingidas diretamente, respectivamente Guarita (RS), Votouro (RS), Carreteiro (RS) e Palmas (PR), não seriam incluídas no estudo final (idem, p. vii).

A etapa seguinte consistiu no trabalho de campo que foi realizado nas seis áreas indígenas que potencialmente seriam atingidas pelos projetos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai, cujas visitas se efetivaram durante o período compreendido entre 29 de setembro e 7 de outubro de 1978. Tendo em vista o tempo exíguo que coube ao trabalho de campo, a equipe de pesquisa teve que dividir-se em dois grupos, formados por um (a) professor(a) e um(a) aluno(a) pós-graduando(a). Além das informações coletadas junto à administração das áreas (especificamente, os Chefes de Posto/Toldo Indígena), na busca por averiguar os limites geográficos e benfeitorias que constavam nos mapas fornecidos pela FUNAI e Eletrosul. Foram também levantadas informações junto aos demais interlocutores dessas áreas, a exemplo dos enfermeiros, professores e, de forma especial, as lideranças indígenas. Embora no documento do relatório final tenha sido mencionada a utilização de registro fotográfico durante o trabalho de campo nessas áreas, não encontrei e nem souberam me informar a possível localização destes importantes materiais, infelizmente. Em entrevista, Neusa Bloemer me

relatou que evitaram fazer registros fotográficos durante os trabalhos de campo, pois, no contexto do regime militar ditatorial, “*A fotografia às vezes era comprometedora e constrangedora. Como era uma coisa muito política, a gente tinha que ter muito cuidado*” (Depoimento concedido em 16/07/2015).

Não obstante um cronograma de trabalho bastante limitado pelo curto tempo disponível, a equipe de pesquisadores ressaltou seus esforços para apresentar à empresa, “*um quadro bastante aproximado da realidade vivida pelos indígenas localizados na bacia do rio Uruguai*” (idem, p. viii). Do mesmo modo, enfatizou princípios que seriam seguidos na condução dos estudos, tais como:

A noção de que os indígenas formam povos étnica e culturalmente diferentes da sociedade nacional e por isso tem direitos inalienáveis, previstos na legislação nacional e internacional, permeia todo nosso trabalho. Esperamos que a hipótese, levantada desde o início dos trabalhos pertinentes à elaboração deste relatório, seja efetivamente considerada: a de que as terras indígenas sob nenhuma justificativa deverão ser objeto de utilização pela sociedade nacional. Se tal não ocorrer, entretanto, será preciso considerar que os índios devem ser ouvidos e respeitados, em qualquer projeto de acordo. E neste caso, à FUNAI cabem tarefas específicas, na sua condição de tutora, referentes ao resguardo dos interesses indígenas (idem, p. vii – ix).

Composto por 177 páginas, o Relatório deste estudo foi organizado em sete capítulos: *I. A Realidade do Brasil Indígena; II. Especificação sobre os Postos e Toldos Indígenas em Estudo; III. Os Índios Perante o Direito; IV. Os Efeitos das Barragens nas Áreas Indígenas; V. Análise por Barragem e por Alternativa; VI. Conclusões e VII, e um Post Scriptum.* São notáveis, também, os mapas e quadros de representação das Áreas Indígenas contempladas no estudo e das variáveis de impacto fornecidas pela Eletrosul, os quais são apresentados e comparados pelos pesquisadores, para que subsidiassem na escolha das alternativas de barragens, em tese, menos deletérias aos povos indígenas Kaingang e Guarani da bacia do rio Uruguai.

Ao tecer uma análise das discussões teóricas do campo antropológico daquele momento sobre “*a realidade do Brasil indígena*”, a exemplo da categoria “índio”, proposta por Guillermo Bonfil Batalla

(1971), e do próprio Estatuto do Índio (1973), os autores do Relatório se utilizaram de uma abordagem comparativa para expor a situação dos indígenas no sul do país. As noções de “Área Cultural”, de Eduardo Galvão (1960), e dos “Níveis de Integração”⁶³, de Darcy Ribeiro (1970), entre outras, também são utilizadas pelos pesquisadores como base teórica para entendimento das condições que perpassavam os indígenas no Sul do país naquele momento, com um olhar especialmente voltado ao contexto dos povos Kaingang e Guarani. O mapa dos Toldos e Postos Indígenas que seriam afetados pelas hidrelétricas do Projeto Uruguai, elaborado e adaptado pelos pesquisadores com base na noção de “Áreas Culturais”, de Galvão (1960), identifica-os na *Área Cultural “X – Tietê-Uruguai”* e pode ser conferido no *Anexo 5*.

Os próprios trabalhos antropológicos do professor Silvio Coelho dos Santos também serviram de grande suporte para a elaboração deste Relatório, pois já havia tempo que estudava as condições de vida das populações indígenas Kaingang e Guarani⁶⁴. Ao traçarem o histórico de ocupação indígena na região Sul do país, Silvio Coelho e sua equipe apresentaram “*como os Kaingang e Guarani se distribuíam em seus territórios tradicionais, antes do convívio com os europeus*”. Em seguida, ancorando-se em Santos (1970) e Ribeiro (1957), apresentam as situações de contatos destas populações com as frentes de expansão da sociedade nacional após o século XIX (Santos, 1975), revelando as péssimas condições que os indígenas se encontravam naquele momento. O Relatório destacava que:

[...] A maioria dos Kaingang trabalha vendendo sua força de trabalho para fazendeiros e colonos das vizinhanças dos postos indígenas, porque não tem condições de ter suas próprias roças. E, enquanto o índio sai da reserva para vender sua

⁶³ Ribeiro (1970) classificou as diferentes formas de contato das populações indígenas com a sociedade nacional em quatro “Níveis de Integração” para representá-las, sendo eles: 1. *Isolado*; 2. *Contato Intermitente*; 3. *Contato Permanente*; 4. *Integrados* (p. 432-434).

⁶⁴ Ao final dos anos 1970, as seguintes obras de Silvio Coelho dos Santos já estavam publicadas: “*A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina*” (1970), “*Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*” (1973) e “*Educação e sociedades tribais*” (1975). Aos leitores, é notória sua dedicação para retratar as situações vividas pelos povos indígenas do sul, a partir do contato com a sociedade nacional e regional, como também os *problemas indigenistas* relacionados à estes contextos interétnicos.

força de trabalho, as terras agricultáveis do posto indígena são aproveitadas por arrendatários civilizados ou pela própria FUNAI. Mas não é só no sentido econômico que os Kaingang vivem precariamente. Com ligeiras diferenciações entre os postos, as experiências vividas pelos diversos grupos tornam presentes precários quadros de vida, de saúde, de educação e de trabalho. A assistência prestada é mínima. E para ser realizada essa assistência ainda depende do esforço de muitos abnegados servidores do órgão assistencial (UFSC/FAPEU ELETROSUL, 1978, p. 14).

No mesmo ano em que estava realizando os estudos antropológicos para a Eletrosul (1978), Roberto Cardoso de Oliveira assinala a importância das novas pesquisas produzidas na conjuntura de transformações no campo da antropologia no Brasil, especialmente na Etnologia Indígena. Ele destacava aquele momento como propositivo, e também paradigmático, pois, para ele, um grande número de antropólogos passou a assumir o lugar de “sujeito cognoscente”, “ator social” (Cardoso de Oliveira, 1978, p. 15), em sentido próximo ao que Peirano (1992) denominou de “antropólogo-cidadão”. Assim como afetava à Silvío Coelho dos Santos, Cardoso de Oliveira (1978) destaca que:

Há que se reconhecer que a maioria dos etnólogos brasileiros tem procurado avaliar as consequências do contato interétnico, sobretudo nos grupos tribais que estudam, manifestando suas opiniões em suas publicações. Pode-se mesmo dizer que entre nós, antropólogos enraizados em nossa realidade política e social, *sempre foi impossível deixar de sentir o drama indígena e de revelá-lo nas oportunidades que surgem*. Curt Nimuendaju, Hebert Baldus, Luiz de Castro Faria, Egon Schaden, Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, Roberto Da Matta, Roque de Barros Laraia, Julio Cezar Mellati, Carlos Moreira Neto, Edson Diniz e Silvío Coelho dos Santos em diferentes ocasiões se manifestaram sobre o que se convencionou chamar, nas Américas, de problemas indigenistas (p. 15-16, destaques meus).

A oportunidade concedida pela Eletrosul à Antropologia da UFSC, em 1978, foi considerada profícua também pelo professor Silvío

e sua equipe para que pudessem revelar o “drama indígena” da região Sul do país, através das descrições das situações etnográficas específicas de cada área indígena envolvida no Projeto Uruguai. Com base na Antropologia Aplicada, proposta por Mead (1977), estes pesquisadores buscaram realizar uma breve descrição de cada área indígena, com um olhar para as condições geográfica, sócio-econômica e histórica, que apontasse para os efeitos possíveis das quarenta barragens. Uma das tarefas era avaliar as consequências das sete alternativas propostas, dentre estas quarenta barragens, para aos povos indígenas Kaingang e Guarani dessa região hidrográfica.

Interessante notar que, naquele momento, os pesquisadores buscaram caracterizar e compreender os efeitos da implantação de hidrelétricas às populações locais no momento entendidos como “diretos” e “indiretos”, “positivos” e “negativos”, de acordo com os critérios contidos na bibliografia identificada e recomendada no relatório final, a exemplo de Berkes (1973); Bourassa (1973); Bourne (1978); Brokensha e Scudder (1968); GOVERNAMENT OF QUEBEC (1976); Preston (s.d.); Richardson (1975); Scudder (1973), entre outros (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978, p. 64). As noções relacionadas aos efeitos “diretos” e “indiretos” foram, portanto, norteadoras para os pesquisadores, à medida que por elas foram definidos os critérios de escolha das áreas indígenas mais e/ou menos afetadas pelos projetos hidrelétricos, bem como a identificação das alternativas de conjunto de barragens de acordo com seu potencial de afetação sobre os territórios indígenas. Cabe lembrar que as diretrizes nacionais para avaliação de efeitos sociais e ambientais de empreendimentos hidrelétricos aos povos indígenas só foram estabelecidos, de forma sistemática, adiante, em novembro de 1988, pelo importante “*Estudo e Fundamentos para a produção de diretrizes do relacionamento do setor elétrico com Povos Indígenas*”, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ).

Assim, os esforços de Silvio Coelho dos Santos e equipe para definirem os critérios de “avaliação” dos possíveis efeitos aos povos indígenas Guarani e Kaingang da bacia do rio Uruguai, uma década antes (1978), tiveram que ser elaborados com base na experiência internacional que começava constatar e a denunciar as consequências das obras hidrelétricas aos povos originários em várias partes do mundo, como alguns estudos de casos documentados da Turquia, Tailândia, Bangladesh, Canadá, México, Guiana e países Africanos. À título de nota, o caso do projeto canadense Hydro-Quebec, destinado para a instalação de uma série de barragens no norte da Província de Quebec,

na década de 1970, ocasionou a perda de mais de 80% do território tradicional de cerca de 10.000 indígenas Cree e Inuit (Esquimós) (Richardson, 1975, p. 334 *apud* UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p. 16). Também foram dramáticos os casos de implantação de hidrelétricas nos países africanos Zâmbia, Rodésia, Gana, Egito e Nigéria, a partir da década de 1960, os quais “(...) em conjunto, foram responsáveis pelo deslocamento de mais de 250.000 pessoas” (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p. 24).

Nesse sentido, tendo como referência essas experiências internacionais para o estudo dos efeitos aos povos indígenas e tradicionais, Silvio Coelho dos Santos e equipe definiram, nesse primeiro estudo relacionado ao Projeto Uruguai, o que compreendiam como efeitos “diretos” e “indiretos”:

Por diretos, entendemos os efeitos oriundos de contato direto da barragem, ou do lago que ela formará, na sua cota máxima, com a área ocupada pelo grupo indígena, seja este ocupante de uma reserva ou Posto Indígena oficial (federal), ou não. [...] Entre efeitos diretos destacamos que em princípio haverá inundação de terrenos de diversas qualidades e usos representando assim uma perda permanente pelo grupo de parte do seu patrimônio territorial e de sua potencialidade de uso ou produção; inundação, interrupção ou isolamento de vias de acesso, comunicação e transporte; perda ou isolamento de residências, escolas, armazéns, e outras benfeitorias, como sistemas de água ou luz; perdas de áreas florestais de diversas qualidades, inclusive de áreas virgens ou inexploradas, que constituem reserva florestal, e de sua fauna associada, de difícil duplicação; e alterações ecológicas por modificação do teor de umidade do ar e do solo. [...] Por efeitos indiretos, entendemos as consequências para uma reserva indígena da construção de uma ou mais barragens, quando nem a barragem, nem o lago que ela formará, atingirem fisicamente a área indígena em questão. Nesse caso, os efeitos possivelmente virão a acontecer pela formação do acampamento previsto para os trabalhadores envolvidos na construção da barragem, quando estiver localizado dentro de um raio de pouca

dimensão (é difícil definir as distancias, mas a priori entendemos como distancia pequena, cerca de 10 a 20 km) (UFSC/ FAPEU /ELETROSUL, 1978, p. 63-64).

Essa compreensão acerca dos efeitos “diretos” e “indiretos” das barragens hidrelétricas para os povos indígenas deu embasamento para que o professor Silvio e a equipe definissem quais as áreas indígenas que sofreriam mais ou menos consequências, e/ou efeitos “diretos” do Projeto Uruguai, e deveriam ser visitadas durante o curto tempo do trabalho de campo, tais como: os Postos Indígenas Cacique Doble (RS), Chapecó⁶⁵ (SC), Ligeiro (RS), Nonoai (RS), e os Toldos Irani⁶⁶ (SC) e Iraí (RS). Entretanto, os autores enfatizaram que o Posto Indígena Chapecó sofreria “os maiores prejuízos absolutos”, o que pôde ser constatado entre os Kaingang da Terra Indígena Xaçapó (SC) que, mesmo após ao novo contexto de relacionamento do setor elétrico com os povos indígenas no momento pós-Constituinte, ainda lutam pela garantia de seus direitos quanto às justas indenizações e compensações pela implantação da UHE Quebra-Queixo⁶⁷, outra hidrelétrica do Projeto Uruguai⁶⁸. De acordo com o relato de seu Sebastião, da CRL de

⁶⁵ Atualmente, esta Terra Indígena tem seu nome grafado como “Xaçapó”.

⁶⁶ Atual Terra Indígena Chimbanguê.

⁶⁷ Esta hidrelétrica, junto à UHE Xanxerê, integram os aproveitamentos previstos no Projeto Uruguai e estão situadas nas proximidades da TI Xaçapó, provocando danos globais às populações Kaingang e Guarani que ali vivem. No que se refere à UHE Quebra-Queixo, Fernandes (2001) foi responsável pela realização do Laudo Antropológico intitulado “*Impactos da UHE Quebra-Queixo sobre a Terra Indígena Xaçapó*”.

⁶⁸ Durante o “*I Seminário Universidade e Educação Intercultural Indígena: experiências em diálogo, desafios para uma inclusão de qualidade, e construção de espaços para produção e trocas de saberes diversos*”, realizado pelo Núcleo de Estudos de Povos Indígenas – NEPI, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFSC e Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – MARQUE/UFSC, entre os dias 29/06 à 02/07 de 2015, tive a oportunidade de conversar com o professor e liderança Kaingang da T.I Xaçapó (SC), Getúlio Narsizo, e, ao explicar sobre minha pesquisa, perguntei à ele sobre a atual situação dos indígenas de sua comunidade no que se refere à implantação das hidrelétricas na região. Naquela ocasião, na condição de secretário do Cacique e Vice-Cacique, ele me contou que os Kaingang da T.I Xaçapó estavam retomando os diálogos com a Eletrosul devido às indenizações que ainda não receberam e sobre os efeitos negativos que têm se agravado em decorrência da UHE Quebra-Queixo e suas linhas de

Chapecó (FUNAI), que acompanhou o professor Silvio Coelho dos Santos e equipe em algumas das caminhadas nas TIs para a realização dos estudos de levantamento, ele me dizia que:

Isso nós conhecemos tudo! [vendo o mapa das hidrelétricas do Projeto Uruguai]. Tem um, esse eu tive a oportunidade de ver quando fui fazer uma vistoria pra GERU, aí tava todo demarcado, os piquetes fincado. Pós essa época da passagem do Silvio, nasceu essa do Quebra-Queixo, que é fora da área mas tem influência direta na área do Xapecó. Tem essa do Santa Úrsula... Depois de Machadinho. Essa é que alagou parte da Terra do Imbu, são 36, 37 hectares. Essa chama-se Ludesa. Esta tá funcionando né, em pleno funcionamento, a de Quebra-Queixo também (Entrevista concedida em 17/07/2015).

Pude observar as linhas de transmissão de alta tensão da Eletrosul e Celesc que passam dentro da T.I Xapecó durante minha breve visita à esta localidade, as quais acarretam diversos problemas à comunidade atualmente, como os malefícios à saúde dos que ali vivem e a cerração constante provocada pelas hidrelétricas no entorno, conforme me relatou o então Cacique Osmar.

Imagem 8 – Terra Indígena Xaçecó e as linhas de transmissão.



Fonte: Acervo da Autora, registro 15/07/2015.

Imagem 9 - Linhas de Transmissão de alta tensão instaladas pela Eletrosul e Celesc dentro da T.I Xaçecó (SC) nos anos 2000.



Fonte: Acervo da Autora, registro 15/07/2015.

3.2.2 Das alianças e percalços na realização dos estudos

A elaboração do primeiro Relatório dos estudos conduzidos por Silvio Coelho dos Santos e equipe de pesquisadores à Eletrosul contou com o apoio de algumas alianças do campo jurídico, como o advogado e integrante do projeto da Constituição de 1988, Dr. Dalmo de Abreu Dallari, e o advogado, indigenista e ambientalista, Dr. Caio Lustosa, que emitiu um parecer em defesa dos indígenas que seriam afetados pelo Projeto Uruguai. O capítulo “*Os Índios Perante o Direito*” do Relatório Final (1978) apresenta a legislação e a política indigenista em vigor naquele momento, especialmente no que tange aos direitos e condições previstos na Constituição de 1967 e no Estatuto do Índio (Lei n. 6001, de 19/12/1973), bem como a exposição de requisitos de conduta dos Estados latino-americanos para com as populações indígenas estabelecidos na declaração “*Pela Liberação Indígena*”, lançados na Reunião de Barbados, em 1971. A partir destes suportes jurídicos e antropológicos, o Relatório apresentado à Eletrosul fazia as seguintes considerações finais:

Conclui-se, pois, que tanto tratando-se de áreas onde se localizam os postos indígenas em estudo, como as áreas que formam toldos que não estão sob a administração da FUNAI, os índios tem direitos sobre as terras que ocupam. Direitos que terão de ser considerados em qualquer momento que se projetar utilizar todo ou em partes tais áreas. E nesse instante, é fundamental reconhecer que, como povos etnicamente minoritários, eles possuem como direito básico o de serem eles mesmos e, como tal, decidirem sobre seus interesses. Por outra parte, e finalmente, deve ficar claro que à Fundação Nacional do Índio, na condição de tutora, cabe o exercício de todas as prerrogativas que visem assegurar aos índios as garantias dos direitos que a lei lhes confere (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978, p. 60-61).

Um ponto importante a destacar nos dois relatórios antropológicos produzidos à Eletrosul, datados em 1978 e 1980, refere-se à queixa dos pesquisadores em relação à ausência de antropólogos da FUNAI para o acompanhamento dos trabalhos que foram executados em suas diversas fases, apesar das solicitações feitas ao órgão indigenista. Ainda que nos dois momentos de pesquisa para a Eletrosul os

pesquisadores tenham executado todos os trâmites institucionais para a obtenção de autorização dos estudos nas Terras Indígenas em questão, o que gerou um protocolo de cooperação entre a FUNAI e a UFSC, eles informam nos relatórios que as autorizações foram concedidas com atraso, ocasionando uma necessária reprogramação dos períodos previstos para a realização dos trabalhos de campo, dos levantamentos bibliográficos e da elaboração de relatórios parciais (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p. 2). No estudo intitulado “*Projeto Uruguai I - Consequências da Construção da Barragem Machadinho para os índios do P.I Ligeiro (RS)*” (1980), a equipe explica que:

Essa ausência foi sentida em especial porque o presente relatório focaliza uma problemática extremamente complexa e de grande responsabilidade para todos os órgãos envolvidos. Além disso, a falta de tradição no Brasil de estudos dessa natureza acentua a conveniência de se ter em um órgão como a FUNAI profissionais alertados e treinados para o enfrentamento das múltiplas facetas que a construção de barragens tem para as populações indígenas (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p. 2).

Apesar de terem estudado sistematicamente as sete alternativas de implantação dentre as 40 barragens propostas pela Eletrosul no Projeto Uruguai, no sentido de levantar seus potenciais efeitos sobre a vida dos povos indígenas envolvidos, os pesquisadores constataram a incomensurabilidade dos efeitos que as barragens hidrelétricas poderiam causar sobre as dimensões social, cultural, econômica, psicológica e ecológica que constituem o *modus vivendi* das populações Guarani e Kaingang. Diante dessa perspectiva, dentre os nove apontamentos referentes às considerações finais do relatório “*Projeto Uruguai – Os Barramentos e os Índios*” (1978), um deles estabelece que:

(...) não se pode recomendar nenhuma das alternativas do projeto Uruguai como mais ou menos favorável para as comunidades indígenas, pois cada uma apresenta prejuízos, embora diferentes, para uma ou outra das comunidades atingidas (UFSC/FAPEU ELETROSUL, 1978).

Visto que o GERU teve de proceder à tomada de decisão quanto às Alternativas entre os dias 15 e 30 de novembro do mesmo ano, por

exigência da Eletrosul, o professor Silvio e a equipe responsável indicaram as Alternativas I e II como as que aparentemente causariam menos prejuízos às populações indígenas da Bacia do rio Uruguai. Entretanto, após o estudo dos relatórios de todas as equipes multidisciplinares envolvidas, no dia 23 de novembro de 1978 o GERU optou pela Alternativa III⁶⁹. Essa decisão motivou a escrita do “*Post Scriptum*” no Relatório antropológico pelos pesquisadores, para enfatizar os efeitos específicos que esta alternativa causaria às populações Guarani e Kaingang, face às alterações que foram realizadas. O “*Post Scriptum*” destaca que:

Considerando que ao optar pela terceira alternativa, o GERU admitiu a introdução de algumas modificações quanto à cota e ou localização de algumas barragens, alterando em alguns aspectos os impactos causados sobre as áreas indígenas (...) elaboramos o presente post scriptum visando, em tempo, elucidar quanto ao que efetivamente irá ocorrer (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978, p. 161).

Deste modo, após a análise dos estudos antropológicos sobre a “Alternativa III”, o GERU aceitou as sugestões dos os pesquisadores da UFSC para que se fizessem alterações no programa hidrelétrico, tais como: a) a eliminação da barragem Pinheiro Jusante, devido à modificação da cota máxima da barragem Iraí de 240m para 265 m; b) a substituição da barragem Estreito pela de Itá, a qual não afetaria diretamente nenhuma das Terras Indígenas da região; e c) a substituição da barragem Cutia pela Nova Erechim, alterando sua localização no rio Chapecó (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978, p. 161-162).

A arquiteta da Eletrosul, à época coordenadora do GERU, contou-me que este grupo deparou-se com uma determinação inesperada do Estado logo no início da elaboração dos estudos de revisão do inventário hidroenergético da bacia do rio Uruguai, momento em que passou a desempenhar uma função de apoio, e não mais na condução e de tomadas de decisões destes estudos. Essa mudança, de certo modo, esclareceu o meu incômodo em notar que o extenso Relatório antropológico “*Projeto Uruguai – Os Barramentos e os Índios*” (1978), entregue à Eletrosul, transmutou-se em apenas nove páginas, compostas de frases e informações incompletas, quando não alteradas em relação

⁶⁹ Cf. *Anexos 1 e 2*.

ao estudo original que fora entregue pelo professor Silvio e equipe. Segundo esclarece a arquiteta,

Nesse meio tempo, levamos uma “pernada”, porque isso era plena ditadura né. Houve uma decisão das diretorias do Ministério que a revisão seria feita por um consórcio de São Paulo, que tinha então todos esses personagens que nós estávamos querendo montar... O que nós estávamos querendo montar chamava-se GERU: Grupo de Estudos do Rio Uruguai, que faria essa revisão chamando pessoas de várias especialidades. Aí houve essa decisão superior, de que o estudo não seria feito por nós, seria feito por essa empresa de São Paulo que chamava CNEC: Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores, que era um braço da Camargo Correa. Como [era] uma empresa que construía barragens, tinha uma equipe que fazia estudos técnicos. Então, veio essa equipe e o GERU ficou simplesmente como um acompanhante, recebia relatórios, analisava e tal. Então, essa equipe que eu tentei montar nunca chegou a trabalhar. O CNEC, então, fez o estudo (Entrevista com Maria Elizabeth Pereira Rêgo, em 15/09/2015).

Sua exposição ajuda-nos a compreender melhor o contexto no qual os pesquisadores realizaram os estudos para a Eletrosul, marcado por pressões de várias instâncias, oriundas de um governo de regime autoritário que, para alcançar as metas e planos estrategicamente concebidos, necessitava contar com a produção de conhecimentos científicos, porém, desde que estes se alinhassem aos propósitos estabelecidos pelas suas políticas de desenvolvimento. Nesse sentido, o conteúdo produzido no Relatório antropológico de 1978 por Silvio Coelho dos Santos e sua equipe andava na contramão do projeto de exploração hidroelétrica proposto para a bacia do rio Uruguai. O Relatório ainda destacava as condições pelas quais os povos indígenas estavam sendo submetidos, apontando inclusive a responsabilidade do Estado perante as violações de seus direitos, e, portanto, não recomenda a construção das barragens sobre o território destas populações. Algumas alterações, simplificações e/ou descontextualizações do Relatório “Projeto Uruguai – Os Barramentos e os Índios” (1978), apresentadas em posterior publicação intitulada “Estudo de Inventário Hidroenergético” (1979), organizada pelo CNEC para a Eletrosul,

apontam também para as limitações a esse atribuído ineditismo da Eletrosul na contratação de uma equipe de pesquisadores para realização de levantamentos antropológicos naquele momento.

No que se refere às alterações de conteúdo do Relatório antropológico final entregue à Eletrosul, pode-se ver que grande parte das informações publicadas no *Estudo de Inventário Hidroenergético*, de outubro de 1979, foram descontextualizadas das discussões teóricas e situacionais das quais se originam, bem como podem ser observadas inclusões de frases com sentidos diversos aos que os pesquisadores deram. A exemplo, cito dois desses trechos problemáticos e de cunho integracionista:

1. Considerações parciais e finais dispostas ao longo do Relatório pelos antropólogos, a equipe de antropólogos da UFSC alertava para os efeitos deletérios que resultariam da implantação das barragens sobre as populações indígenas, como:

As repercussões na organização social das reservas indígenas situadas na bacia do rio Uruguai, decorrentes da implantação da rede de barragens em estudo, serão indubitavelmente graves. De cerca de quarenta barragens possíveis, vinte e duas, ou mais do que a metade, afetarão áreas indígenas, entre “Postos Indígenas” (áreas sob “cuidados” da FUNAI) e “Toldos Indígenas” (grupos indígenas que não contam com qualquer ajuda da FUNAI). São seis as áreas indígenas que sofrerão as consequências de forma direta. Isto quer dizer que a própria construção da barragem e/ou inundação que ela provocará atingirão fisicamente as terras do grupo indígena (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978, p. 153).

A publicação da ELETROSUL/CNEC (1979, p. IV-82), por sua vez, alegava que:

Nem todas [as barragens] serão, com efeito, negativas ou prejudiciais; assim, por exemplo: os lagos formados pelas barragens poderão se tornar atrações turísticas importantes, fornecendo aos índios um mercado maior e de melhor rentabilidade para a venda de seu artesanato; os mesmos lagos servindo, como já aconteceu em outros lugares, para a implantação de uma

indústria de pesca, poderão vir a ser nova fonte tanto de renda quanto de proteína para os grupos indígenas; ainda na construção das obras e na sua posterior manutenção poderão ser oferecidos aos índios, caso as queiram, oportunidades de habilitação profissional e de educação, necessárias para uma melhor relação com a sociedade envolvente (ELETROSUL/CNEC, 1979, p. IV-82).

2. Outro exemplo consiste em um trecho do “*Estudo de Inventário Hidroenergético*” (1979) que, ao ser publicado de forma descontextualizada, confere outros sentidos para a afirmação:

“Hoje, no contexto da Região Sul, a representatividade do contingente indígena com seus cerca de 7.500 indivíduos, é insignificante (ELETROSUL/CNEC, 1979, p. IV-80).

Enquanto no relatório dos antropólogos entregue à Eletrosul, consta que:

No contexto da região sul, as populações tribais hoje tem pequena expressão numérica. Com efeito, a região sul ocupa 577. 723 km² de área, representando somente 6,8% do território nacional. Conta com cerca de 16.683.551 habitantes, de acordo com o censo de 1970, o que constitui 17,6% do contingente demográfico brasileiro. A representatividade do contingente indígena, com seus 7.949 indivíduos, é insignificante. Contudo, tal enfoque não pode minimizar as responsabilidades da sociedade nacional (regional ou estadual) para tais minorias. Ao contrário, consciente de todo processo de conquista, submissão e espoliação, cabe a sociedade nacional reconhecer e garantir direitos e condições que permitam a sobrevivência digna e a auto-sustentabilidade desses grupos tribais (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978, p. 8).

A arquiteta do então GERU também me explicou quanto à metodologia adotada, derivada do Método Delphi⁷⁰, já referenciada no capítulo anterior, que se assentava sobre o sistema de análise das variáveis pelo CNEC para a escolha da alternativa do conjunto de barragens a ser implantado e a sequência das hidrelétricas na bacia do rio Uruguai. Segundo ela:

Eu achei muito engraçado a forma - engraçado porque eu era bem pequenininha, aquela era uma empresa imensa -, mas do ponto de vista metodológico, me parecia assim, que era uma metodologia certamente americana, duma objetividade impressionante e numerológica. Então, eles escolheram os critérios, vamos dizer... Um critério: quantidade de população inundada; então havia uma tabela, que dizia que se inundava mais de mil pessoas a pontuação é tanta, abaixo disso é tanta. Aí depois: inunda índio? Quantas aldeias, tantos pontos. Perda de produção anunciada, área agrícola, tantos hectares, tantos pontos. Então isso resultava num somatório de pontos, se aquele barramento tinha "X" pontos, acima daquilo não podia, porque estragava demais. Abaixo daquilo então entrava. Então isso definiu uma sequência, a que menos estragava, a que menos prejudicava a região, aí chegaram nesse número de 23 barragens. Aí depois, o passo seguinte seria o índice mais importante, obviamente, era quantos quilowatts gerava pra ver o custo-benefício. Se gerava tantos

⁷⁰ De acordo com esta metodologia do CNEC, que pode ser conferida na publicação oficial do “Estudo de Inventário Hidroenergético” (CNEC, 1979), a atribuição de números (peso relativo) por esta empresa na análise de “impactos sócio-econômico e físico-territorial” das alternativas propostas revela suas fragilidade. Nessa “conversão”, a “variável” Área de Reservas Indígenas teve peso 0,3; a População Tribal 0,7 e o “Setor de Análise” Antropológico, peso 0,13 (apenas superior ao Ecológico, representado por 0,12). Encontrei nos arquivos do NEPI um documento da CNEC intitulado “Estudo de Alternativas de Aproveitamento”, datado em março de 1979, contendo a mensuração individualizada de cada uma das sete alternativas para o aproveitamento energético do rio Uruguai relativas às “Repercussões Antropológicas – Efeito Resultante”, análise que configurou o estudo antropológico em “pesos e medidas” dispostos em uma tabela.

quilowatts, mas tinha um benefício "X", tinha que ver o custo-benefício. Ganhava uma pontuação dentro dessa sequência.

O passo seguinte então foi escolher qual seria a primeira barragem. Por essa pontuação matemática, basicamente, a primeira barragem que seria construída era a barragem Machadinho. Aí, nesse meio tempo, a gente já tava trabalhando especificamente em análise territorial, que era uma equipe basicamente de arquitetos, e com consultorias externas, a gente começou a percorrer a região, conversava com as pessoas. O GERU ficou só coordenando essa coisa da CNEC. E nós ficamos nessa coisa de ver qual seria a primeira barragem e tal, e por esse estudo definiram que era Machadinho (idem).

3.2.3 Os estudos de 1980 e 1988

Apesar das alterações no conteúdo do primeiro Relatório antropológico (“*Projeto Uruguai – Os Barramentos e os Índios*”), que foram apresentadas na publicação final do livro da Eletrosul “*Estudo de Inventário Hidroenergético*” (1979), depois da definição de que Machadinho fosse a primeira barragem construída e, em seguida, a de Itá, o Departamento de Ciências Sociais da UFSC foi solicitado a dar continuidade aos estudos antropológicos. Neste segundo convite a Eletrosul requereu aos pesquisadores e docentes do Departamento de Ciências Sociais da UFSC a elaboração dos estudos sobre os possíveis efeitos destas primeiras barragens também à população não-indígena, em sua maioria pequenos agricultores, de origem alemã, polonesa e italiana.

Em minhas entrevistas com as professoras Maria José Reis e Neusa Maria Sens Bloemer, elas me relataram que, ao receber o convite oficial da Eletrosul na condição de representante do Departamento de Ciências Sociais da UFSC, para a realização dos estudos antropológicos e sociológicos relacionados às barragens Machadinho e Itá, o professor Silvio reuniu-se com o recém-criado Grupo de Pesquisa⁷¹, coordenado

⁷¹ De acordo com as informações apresentadas na tese da antropóloga Maria José Reis sobre os camponeses do Alto Uruguai e as hidrelétricas de Itá, este Grupo de Pesquisa “foi pioneiro no Brasil nos estudos dos efeitos sociais da instalação de hidrelétricas no Brasil” (Reis, 1998, p. 10).

por ele, constituído naquele momento pelas pesquisadoras Aneliense Nacke, Maria José Reis, Neusa Maria Sens Bloemer, Ilse Scherer-Warren e Esther Jean Langdon. Em outubro de 1979, as pesquisadoras resolveram fazer uma viagem até a região para verificar o contexto local da problemática que se anunciava. Naquele momento a Eletrosul também iniciava os levantamentos junto às populações locais para o planejamento do processo indenizatório das comunidades que seriam afetadas. A antropóloga Neusa Bloemer me explicou esse procedimento da Eletrosul:

Começaram na verdade a fazer o levantamento pra efetuar as indenizações. E os agricultores reclamaram. Só que nós aqui, não sabíamos disso, e a Eletrosul fez pro professor Silvio uma carta-convite pra gente fazer a parte social. Na primeira etapa, nós dizemos: “Vamos ver o que que é isso”, ninguém assinou nada e eu me lembro que o professor Silvio teve um choque quando a Ilse, eu, a Maria José e a Aneliense voltamos de lá da pesquisa e nós dissemos: “Nós não podemos trabalhar pra Eletrosul”. Então essa história de que ele estava atrelado ao governo, é uma verdade relativa, tá? Porque na verdade ele foi dando resposta, o que se pretendia era dar uma resposta a um ato do governo com a implantação das barragens. Aí nós dissemos: “nós não podemos fazer”. Voltamos totalmente chocadas com as reclamações, com as reivindicações, com a falta de atendimento, com a falta de diálogo com a Eletrosul (Entrevista realizada em 16/07/2015).

No mesmo sentido, a antropóloga Maria José Reis também relatou com detalhes que:

Veio o convite da Eletrosul pra gente fazer parte lá nas barragens do Uruguai. A gente aceitou, só que a Universidade estava em greve. E aí, alguém, não sei quem do nosso grupo, leu no jornal que ia ter um encontro lá no extremo Oeste catarinense, na cidade de Itapiranga, que é a última cidade no limite com a Argentina, no extremo Oeste mesmo, que ia ter um encontro de agricultores e sindicalistas pra discutir as barragens do Uruguai, que estavam começando a

se colocar contra. E tinha um Bispo católico lá no Oeste também, e ele também tava se envolvendo. A Igreja tava começando a se envolver, e a gente não sabia nada disso, que tava começando uma organização lá no Oeste pra se colocar contra às barragens no Uruguai. E aí leram no jornal e nós, entre nós conversamos: “- Nós temos que ir lá saber! Vamos lá ver”. Antes da gente começar este projeto com a Eletrosul: era a Jean, a Aneliese Nacke, que já se aposentou e foi embora, a Neusa e eu, que resolvemos que a gente... Não que nós resolvemos, mas que nós em conjunto, a equipe queria trabalhar com a Eletrosul, resolvemos que a gente ia lá ver. Uma cidadezinha desse tamanho tinha mais de mil pessoas, era um Ato Público, tanta gente, tanta gente! Itapiranga. Esse bispo tava, eu até botei na minha tese uma frase dele: “Calado, só sapo na boca do boi!”. Isso ele disse nesse dia lá. A gente chorava... A Jean chorava, eu chorava... Porque os sindicalistas e os agricultores vieram com tudo assim, os Sindicatos Rurais vieram com tudo, porque eles que seriam os mais atingidos, e realmente foram os mais atingidos. E ali então já estava sendo iniciado o MAB, movimento contra as barragens, tava no iníciozinho, tinha iniciado no final de 1970, nós fomos lá acho que devia ser nesse início do movimento. Foi uma coisa assim surpreendente, dali pra frente, voltamos e dizemos: “- Oh, Silvio, nós não vamos mais fazer esse estudo pra Eletrosul”. Ele ficou ‘meio assim’... “Não dá, Silvio. Não dá pra gente fazer contra essa população que vai ser massacrada”. E tinha índio, acho que talvez por isso que ele... Não tinha índio no evento, mas o Silvio tinha escrito um primeiro documento para a Eletrosul. Porque o Silvio escreveu naquele ‘cadernão amarelo’, ali ele estava apontando que tinha indígenas também né, e acho que por conta disso que talvez ele tenha aceitado, porque ele tava um pouquinho resistente. E nós já de cara: “- Tchau, até logo!”. Eu vou estudar isso, vou ver esse movimento, que acabou sendo a minha tese, a Jean acho que não continuou, a Aneliese estudou os Kaingang do Oeste, a Neusa também fez o

doutorado dela né. (...) [O convite da Eletrosul] foi um pouquinho antes desse evento grande, a gente tava fazendo acho que o projeto. E o que que nós explicamos pra Eletrosul pra 'cair fora'? Dizendo que: "- Olha, a gente não terminou o projeto, não podemos levar já adiante, porque a greve da universidade a gente não sabe quando vai acabar, nós estamos em greve". E daí, não trabalhamos mais para a Eletrosul, o que ele fez para a Eletrosul é anterior à essa decisão nossa de sair (Maria José Reis, Entrevista realizada em 12/10/2016).

Embora o Grupo de Pesquisa não tenha dado continuidade aos estudos antropológicos para a Eletrosul, conforme relata a professora Maria José Reis, o professor Silvio e a equipe de pesquisadores já haviam realizado as pesquisas de campo que deram origem à elaboração de um relatório sobre as *“Consequências da Construção da Barragem Machadinho para os índios do P.I Ligeiro (RS)”* (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980). Este Relatório, cujas cópias podem ser encontradas no acervo do NEPI, consiste num estudo sobre a situação dos indígenas da Terra Indígena Ligeiro (RS), na época ainda Posto Indígena, e teve como objetivo principal, segundo os autores, “(...) aprofundar o conhecimento sobre as consequências que sofreriam os indígenas aldeados no Posto Indígena Ligeiro (RS) em decorrência da construção da barragem Machadinho, localizada no rio Pelotas (Uruguai)” (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p.1).

Segundo informam os pesquisadores neste Relatório, tratou-se de ampliar, neste momento posterior de pesquisa para a Eletrosul, o levantamento bibliográfico e a troca de informações com pesquisadores nacionais e internacionais com experiência na implantação de barragens hidrelétricas sobre territórios e povos indígenas, a exemplo dos professores Paul Aspelin (Cleveland State University, EUA), Anthony Seeger (MN/UFRJ), e Audrey Colson, entre outros citados (UFSC/ELETROSUL/FUNAI, 1980, p.3-4). Com um maior adensamento de descrições etnográficas, se comparado ao estudo anterior de 1978, este mimeografado Relatório apresenta detalhes da experiência dos pesquisadores em campo, sobre a realidade socioeconômica com a qual os indígenas se encontravam, bem como “à tensão a que estariam sujeitos” (idem, p. 6). Compostos por 146 páginas, este estudo foi organizado a partir dos seguintes capítulos: *Apresentação; I. Construção de Barragens e as Sociedades Tribais; II.*

Os Índios e a Sociedade Regional; III. O Posto Indígena Ligeiro; IV. A Barragem de Machadinho e seus efeitos no PI Ligeiro; V. Recomendações, e Anexo.

O trabalho de campo foi realizado durante 8 dias, quando os pesquisadores foram surpreendidos pelo acompanhamento de militares, que surgiram sem que os eles fossem informados previamente. O Relatório informa que:

Imediatamente ao chegar a autorização da FUNAI, a equipe se deslocou para o campo. Durante a viagem Florianópolis-Sananduva, via Concórdia e Marcelino Ramos (RS), aproveitou-se para conhecer toda a área de influência da barragem Machadinho. Chegando a Sananduva, no segundo dia de viagem, imediatamente procurou-se atingir a sede do P.I Ligeiro. (...) Algumas situações não previstas logo se fizeram sentir. Em primeiro lugar o Cacique [Leonídio Braga] deixou claro que os indígenas estavam esperando a equipe e que tinham ciência, tanto da tarefa, como dos prejuízos iminentes a que estavam sujeitos. E por isso desejavam acertar uma forma justa de obter indenizações, as quais seriam definitivas por toda a comunidade indígena. Isto implicava numa reunião com o Conselho, para que se discutisse a situação da reserva perante a construção da barragem Machadinho. (...) Em segundo lugar, a equipe, ao chegar, encontrou militares do Exército Nacional junto à sede do P.I. Feitas as apresentações, tomou-se conhecimento que o grupo era sediado em Passo Fundo (RS) e que se encontrava na área efetuando investigações de rotina entre os indígenas. Contudo, não se deixou de ficar surpreso quando os militares se acomodaram para participar, sem interferir, do primeiro contato que a equipe iria manter com o Chefe do P.I e com o Cacique. A impressão, confirmada em dias posteriores, era a de que os militares estavam interessados em acompanhar nosso trabalho, algo pelo que sabemos, incomum nas experiências de campo dos antropólogos brasileiros (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p.8).

Além da presença militar, a equipe coordenada pelo professor

Silvio também teve a surpresa de encontrar a comunidade Kaingang bem organizada politicamente para a reivindicação de seus direitos enquanto povo indígena afetado pelo empreendimento hidrelétrico. Conforme descrevem, os Kaingang mostraram já possuir amplo conhecimento sobre o Projeto Uruguai e a possibilidade de implantação da barragem Machadinho pela Eletrosul. O Relatório informa que:

Efetivamente, os Kaingang do PI Ligeiro revelaram um alto censo de compreensão e discernimento da questão criada pela construção da barragem Machadinho. Eles sabem que a área em torno da reserva é formada por minifúndios e que não há condições para uma indenização em terras, para compensar parte que será inundada. Sabem também que os benefícios desejados devem ser encaminhados diretamente para o próprio grupo pela Eletrosul, pois temem os riscos de extravio desses mesmos benefícios caso eles sejam canalizados via FUNAI. Por último, pretendem que as compensações cheguem bem antes das águas, pois têm experiência da política do “fato consumado” (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p.10-11).

Importante também destacar que a tensão social e psicológica que o próprio anúncio da implantação de projetos hidrelétricos causa nas populações locais, conforme já havia sido assinalada desde o estudo antropológico anterior para a Eletrosul (1978). Desse modo, os prejuízos considerados “indiretos” passam a ser vivenciados cotidianamente pela comunidade, gerando expectativa de insegurança coletiva quanto ao futuro que se aproxima.

Durante o trabalho de campo, os pesquisadores da UFSC foram acompanhados em todas as caminhadas pela Terra Indígena pelo Caciقة ou por Conselheiros⁷² indígenas. Assim como tinham suas

⁷² A organização do Conselho Indígena Kaingang corresponde a um antigo costume desse povo indígena do Sul do Brasil. Segundo as descrições etnográficas de Silvio Coelho e equipe neste estudo (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980), o Conselho visa dar continuidade à tradição onde o papel dos mais velhos e experientes era o de “dar conselhos” aos jovens e ensinar-lhes os costumes de seu povo. Para maiores informações e conhecimento aprofundado sobre a organização social Kaingang antes e depois do SPI, veja-se o Trabalho de Conclusão de Curso do professor e liderança Kaingang Getúlio Narsizo, intitulado “As várias faces da violência na Terra

desconfianças com relação aos funcionários da FUNAI e da Eletrosul, os indígenas também se mostraram inicialmente receosos diante de Silvio Coelho dos Santos e equipe. Contudo, depois, questionaram os antropólogos e solicitaram informações sobre problemas discutidos nas reuniões internas da comunidade Kaingang e tiveram a iniciativa de lhes procurar para que os auxiliassem na elaboração de um documento reivindicatório, o qual foi sistematizado pelo professor Silvio e demais pesquisadores no capítulo V do Relatório, intitulado “*Recomendações*” (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980).

Entre as inúmeras consequências da implantação da barragem Machadinho para o povo Kaingang da Terra Indígena Ligeiro (RS), os antropólogos identificaram que esta Terra Indígena perderia cerca de 188 hectares, ou seja, 5% de sua extensão, a qual, “... cerca de 40% das terras a serem inundados estão cobertas de matas constituídas por essências florestais valiosas (pinheiro, canela preta, etc.)” (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p.110). Concomitante à essa perda florestal, ocorreria a perda dos recursos florísticos e faunísticos do território Kaingang, prejuízo incalculável diante da dependência deste povo indígena à eles para sua sobrevivência, como o fornecimento de pinhão pelas Araucárias – uma fonte central da alimentação Kaingang.

Especificamente no *Capítulo III* do Relatório, apresenta as condições em que se encontrava os Kaingang ocupantes do Posto Indígena Ligeiro, situado no município de Tapejara (RS), distrito de Charrua, e à margem do rio Ligeiro. As terras que ocupavam estendia-se por um total de 4.552 hectares, sendo habitado por 647 indígenas da etnia Kaingang, organizados em 140 famílias, e uma família Guarani, que acabara de ser transferida pela FUNAI do Posto Indígena Ibirama (SC), e estava ocupando a antiga Escola da sede da aldeia (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p. 87). Ao que tange ao contexto das relações interétnicas entre “os índios e os regionais” (p. 103), o Relatório expõe as difíceis situações enfrentadas pelos indígenas em contato com os colonos, pequenos agricultores, de origem predominantemente italiana, que se encontravam nas áreas mais próximas as suas terras, no município de Tapejara (RS), os quais haviam se instalado na região desde o início do século XX. De acordo com os pesquisadores:

Indígena Xapecó – Século XX (1902 – 1989)”. Este trabalho foi defendido em 2015, e submetido para a conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC.

Como o processo de ocupação territorial desenvolveu-se sem a interferência ou orientação de companhias colonizadoras, e sem grandes conflitos com os índios da região, não se criou nem se consolidou uma ideologia que legitimasse a conquista das terras e da força de trabalho indígenas. Contudo, a exemplo de outras zonas coloniais, seus habitantes eram portadores de preconceitos e opiniões estereotipadas contra os indígenas e negros. Permanece ainda hoje entre os regionais idéias depreciativas do trabalho e da produção indígenas (...) São, em sua grande maioria, considerados “preguiçosos”, como se pode deduzir da seguinte apreciação feita por uma informante habitante civilizada, da vila de São Domingos: “os índios fazem roças e depois deixam o mato tomar conta”. Daí porque muitos colonos da região consideram injustificado terem os índios “tanta terra à sua disposição”. É neste contexto, pois, que as terras do posto passam a ser avaliadas em termos da sociedade regional como “terras desperdiçadas” e que não trazem nenhum lucro pro município (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p. 103-104).

Com essa concepção em relação aos indígenas e que detinham “terras desperdiçadas”, os colonos têm desde o ano de 1978 investido em propostas de arrendamento de parte das terras daquela reserva indígena. O arrendamento de terras indígenas pelos colonos na região Sul do país tem se configurado um assunto delicado e controverso entre os próprios Kaingang, à medida que as precárias condições de subsistência desse povo em seus territórios têm levado a eventuais acordos desse tipo com a população não-indígena local. Essa contradição vivida me foi exposta pelo Cacique Idalino, da Terra Indígena Chimbangue (SC), em conversa que tive com ele quando de minha visita à este território Kaingang em dezoito de julho de 2015. Ele se posicionou contrário à prática de arrendamento de terras indígenas pelos colonos locais e disse procurar orientar politicamente as famílias desta TI a não cederem às ofertas frequentes que recebem para o estabelecimento de formas de arrendamento da terra.

No que se refere ainda a relação entre índios e regionais na região da T.I Ligeiro (RS), os/as pesquisadores/as descrevem que além dos preconceitos, estereótipos e manifestações veladas de racismo (ibidem,

p. 105), os indígenas eram identificados pelos colonos como “bugres”, e classificados como “bons e maus”, conforme relatam a seguir:

Índio bom é aquele que não bebe e os maus são os que vivem bêbados, ‘*aqueles que incomodam*’ (...) Além do temor generalizado e difuso que os colonos revelam pelos indígenas, consideram-nos ainda ‘sujos’, de ‘baixa capacidade intelectual’ e ‘sem cultura’. Paulatinamente, o índio se transforma em ‘bugre’ termo que na região tem fortes conotações pejorativas e que sintetiza, de maneira eficiente, todos os preconceitos revelados pelos componentes da sociedade regional (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p. 104-105, destaques meus).

O Relatório também descreve a reunião do Conselho Indígena, realizada no dia 18 de maio de 1980, na Sede do Posto, na qual os pesquisadores puderam participar. Naquela oportunidade, vários conselheiros indígenas se manifestaram aos/às antropólogos/as com um tom de indignação e desabafo, para dizer de seu cansaço quanto às promessas e “boas intenções” da FUNAI, bem como de seus temores quanto ao possível ilhamento que as águas trariam para a reserva como um todo, “visto que a atual ponte de madeira sobre o rio Ligeiro e uma parte da estrada que corta a reserva serão alagadas” (idem, p. 121). A preocupação e tensão psicológica manifestadas pelos indígenas nesta reunião do Conselho Indígena foram detalhadamente descritas, entre as quais destaco:

Talvez a manifestação mais dramática dessa ansiedade coletiva seja o seguinte comentário de uma mulher da Sede: “*Quanto tempo vai durar a barragem? Tamo com medo de inundá a área. Minha irmã e eu tamo pensando em fazê uma canoa*”; ou o desabafo de uma criança de cerca de 7 anos, na presença de duas das pesquisadoras: “*Vamo tudo morrer embaixo dágua*”! (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p. 121-122, destaques meus).

Diante das evidências dos efeitos negativos da implantação desta hidrelétrica à população indígena Kaingang, mesmo no período anterior à construção da obra - como o estresse psicológico gerado pelas incertezas relacionadas à inundações de suas terras -, os antropólogos incluíram as seguintes recomendações neste estudo complementar:

Indenização justa em troca do alagamento parcial de suas terras, com prioridade de indenização sobre os demais segmentos; informação à comunidade indígena sobre a implantação da hidrelétrica, evitando a relocação prematura de casas e lavouras localizadas nas terras a serem alagadas; exigência de participação da Funai no acompanhamento do processo, bem como a ampliação de projetos sociais e econômicos; implementações de ações integradas para minimizar o estresse psicológico desta população; e, finalmente, assegurar que as perdas sofridas fossem compensadas atendendo os interesses dos índios (UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p. 132-135).

A mudança do eixo da barragem Machadinho resultou na não alagação da parte da TI Ligeiro (RS), inicialmente prevista, ao mesmo tempo que a eliminação da barragem de contenção de Paim Filho salvaguardou as terras indígenas de Forquilha, em Cacique Doble (RS). Essas alterações foram resultados das sugestões apresentadas pelos estudos dos antropólogos da UFSC, sobretudo o de 1978. Entretanto, como irão apontar posteriormente no “*Estudo Etnográfico da Usina hidrelétrica Machadinho*” (1998), ainda que as suas terras não foram alagadas, as populações indígenas dessas TIs ainda estão localizadas na área de influência do empreendimento, sofrendo até hoje algumas consequências sobre seu modo de vida.

Em meus registros de quando era bolsista do NEPI durante a graduação, descrevo uma conversa entre o professor Silvio e uma antropóloga da FUNAI que o procurou, em agosto de 2008, em função dos efeitos sociais da hidrelétrica Machadinho, mais especificamente, na problemática decorrente das considerações da população indígena da TI Ligeiro pelo Consórcio Machadinho como “atingidos indiretos”. A expectativa de indenização pela população Kaingang, segundo o professor Silvio, era grande e essa categorização como “indiretos” pelo setor elétrico deu origem à uma forte movimentação política dos indígenas em busca da garantia de seus direitos indenizatórios e compensatórios na condição de diretamente afetados pela hidrelétrica.

Importante dizer que a alteração do eixo da barragem de Machadinho, também contribuiu para que a população do município de Carlos Gomes (SC) fosse excluída da condição de potencialmente afetada pela hidrelétrica. A organização e mobilização da população local dessa localidade, predominantemente camponesa de ascendência

polonesa, assim que tiveram conhecimento do Projeto Uruguai no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, promoveu uma série de mobilizações e enfrentamentos contra a proposta da Eletrosul, a exemplo das quebras e remoção de marcos colocados por técnicos da empresa na região, entre outras ações de reação à instalação da barragem Machadinho. Essa intensa mobilização da população de Carlos Gomes contra as barragens é detalhadamente documentada por Vianna (1992), e resultou na inversão da ordem de implantação das duas primeiras barragens: a hidrelétrica Machadinho, que seria primeiramente construída, passou para segunda prioridade, sendo, então, Itá a primeira usina hidrelétrica do Projeto Uruguai a ser construída.

Em 1983, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul foi constituída uma Comissão Especial para examinar os problemas relativos à construção de barragens no rio Uruguai, cuja solicitação foi iniciativa do Deputado Estadual Hilário Braun, motivada pelas tensões e reações sociais que se mobilizavam em resposta ao anúncio dos projetos hidrelétricos na região. No relatório da audiência, ocorrida no dia 03 de agosto de 1983, consta o debate muito acirrado travado entre os representantes legislativos, o presidente da Eletrosul (o engenheiro Telmo Thompson Flores, à época), membros da CRAB, e sindicatos dos trabalhadores rurais, bem como intelectuais e especialistas, a exemplo do advogado Caio Lustosa, José Lutzemberger e o professor Silvio Coelho dos Santos. Ao criticar a postura autoritária da ciência em projetos de engenharia como as hidrelétricas, o professor Silvio proferiu as seguintes considerações acerca das indenizações às populações indígenas e locais decorrentes da implantação dessas obras:

[...] Creio, e por isso estou aqui dando este testemunho, que os estudos que foram realizados pela ELETROSUL sobre populações indígenas, foram bastante úteis, mas eles não ficaram somente entregues à ELETROSUL. Eles foram entregues também ao próprio índio. Apenas é que, quando esses estudos foram feitos, em 1980, o seu relatório previa uma perda de terras devido à inundação do rio Apuaí, de cerca de 188 ha, e os índios nos solicitaram uma indenização financeira. Fizeram um rol de bens que desejavam em troca. E nós, antropólogos, sugerimos o seguinte: que isso fosse dado com prioridade. A proposta que quero fazer concreta aqui é de, num projeto de engenharia que envolva consequências sociais, as consequências sociais sejam atacadas em primeiro

lugar. O processo indenizatório tem que ser imediato, não se deve esperar o início da obra física e, muito menos, terminá-la para depois garantir a indenização (...) Dentro desse sentido, quero deixar claro que, em qualquer situação, a vítima potencial do projeto deve ter seus interesses plenamente resguardados, a partir de uma indenização justa, que não tenha como base apenas um valor financeiro e, sim, um conjunto de fatores, que permitam a reconstrução do patrimônio atingido, bem como a continuidade de sua vida social, cultural e econômica (Silvio Coelho dos Santos, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1983, p. 132).

3.3 AS BARRAGENS NO URUGUAI: PORÉM, DE VOLTA A ACADEMIA

Após os estudos de 1980, que resultou no relatório “*Consequências da Construção da Barragem Machadinho para os índios do P.I Ligeiro (RS)*”, o professor Silvio produziu um terceiro projeto de pesquisa em 1988, desta vez sob financiamento da FINEP. Intitulado “*A implantação das barragens na Bacia do Rio Uruguai e suas implicações sociais*” (UFSC/FINEP, 1988), este projeto teve por objetivo acompanhar as consequências sociais e ambientais da implantação das hidrelétricas na bacia do rio Uruguai, tanto para os indígenas, quanto para não indígenas.

Para sua realização, a pesquisa dividiu-se em duas partes: uma específica para a análise das consequências da barragem Machadinho aos Kaingang do ao então Posto Indígena Ligeiro (RS), e outra voltada aos camponeses atingidos por essas barragens. Nesse terceiro momento de pesquisa dos antropólogos da UFSC sobre os efeitos sociais do Projeto Uruguai, não vinculada ao Eletrosul, como foram nos momentos anteriores, foi significativa a diferença observada pelos pesquisadores quanto ao posicionamento dos Kaingang sobre o processo indenizatório, que passaram a reivindicar que as indenizações relacionadas à implantação da hidrelétrica Machadinho fosse “terra por terra”, tal como apontara o parecer do advogado Caio Lustosa no primeiro estudo de 1978. Esta mudança de postura dos indígenas quanto às indenizações também foi atribuída pelos pesquisadores ao conhecimento e esclarecimento sobre seus direitos quando da aproximação com o MAB

nos anos 1980 (CRAB, 1980; 1981; 1982). No entanto, somado à essa articulação, Santos; Nacke (2001) ressaltam que:

A alteração da postura dos Kaingang em relação à hidrelétrica, priorizando a indenização em terra e colocando em segundo plano as indenizações em espécie, ou em outros bens, teve como sua principal causa o crescimento demográfico da população da TI Ligeiro e a percepção de que esta seria a forma de indenização mais justa. Definitivamente, em 1988, eles discordavam da inundação de parte de suas terras por considerá-las insuficientes para a população já existente naquela TI (p. 81).

No dia 25 de dezembro de 1987, a equipe de pesquisadores da UFSC realizou uma reunião com os Kaingang no Posto Indígena Ligeiro (RS), com a participação da comunidade, lideranças e conselho indígena para tratarem de assuntos relacionados à construção da barragem Machadinho. Entre os documentos no acervo do NEPI, também encontrei o intitulado “*Relatório de Visita aos Índios Kaingang de Posto Ligeiro, RS, de 23 a 25 de setembro de 1988*”, de autoria da então mestrandia em Antropologia Social, Ione M. Montibeller, que também fazia parte da equipe de pesquisadores, ela relata que nesta reunião:

Professor Silvio expôs que nesse momento da pesquisa a vinculação institucional dos pesquisadores é somente com a UFSC. Não há mais vínculos com a ELETROSUL, como na primeira fase da pesquisa, quando foi feito convenio com a Eletrosul e a FUNAI, resultando no relatório de 1980, já enviado para o Posto Ligeiro. Garantiu que os resultados finais dessa pesquisa estarão disponíveis, bem como apoio e assessoria para os índios se assim o desejarem no enfrentamento futuro das negociações com a Eletrosul (Relatório de Visita aos Índios Kaingang de Posto Ligeiro, 1988, p. 7, Arquivos do NEPI).

Segundo Ata desta reunião, os indígenas Kaingang expressaram que se sentiam profundamente insatisfeitos quanto ao descaso e descumprimento que ocorriam em relação acordos que haviam sido firmados com órgãos oficiais, como a Eletrosul, Funai e Banco Mundial. A Ata registrou que:

(...) A Comunidade Indígena, bem como seus Líderes, preocupados com esta perda irreparável, no entanto também sensíveis a necessidade desta obra para o progresso da região, querem através desta ata levar ao conhecimento dos dirigentes da ELETROSUL, órgão responsável pela execução da Barragem Machadinho, a sua insatisfação pelas atitudes que a mesma vem tomando com relação aos rumos das negociações, visto várias reuniões e acordos foram feitos entre os atingidos e a direção da Eletrosul, no entanto nenhum comunicado oficial ou nota oficial foi endereçada à esta Comunidade que, como qualquer agricultor atingido, também está preocupada com a sua situação. Esta Comunidade lembra ainda, que quando da visita de técnicos desta empresa, representantes do Banco Mundial e membros da Funai, ficou acertado e prometido que a reserva indígena do Ligeiro seria uma prioridade, a comunidade com isto ficou satisfeita e tranquila, pois sentiu a preocupação de todos neste sentido, no entanto, no presente, acompanhando através dos meios de comunicação, a comunidade vem sentindo que as negociações com os atingidos já estão bastante avançadas, vários acordos e acertos foram feitos e como salientamos nossa comunidade desinformada dos dados oficiais sobre a sua situação (...) (Ata da Reunião, 25/12/1987, Arquivos do NEPI) .

Apesar das pontuais aproximações ocorridas entre os povos indígena das TIs afetadas pelas hidrelétricas na bacia do rio Uruguai e o MAB (Cf. CRAB, 1980; 1981; 1982), o rumo das negociações e o tratamento conferido pela Eletrosul aos dois grupos deu-se de forma desigual, tendo suas reivindicações atendidas de maneira diferenciada. Ao perguntar à antropóloga Neusa Bloemer se houve uma articulação entre o movimento indígena e o MAB na luta por seus direitos relacionados à implantação das hidrelétricas naquele período, ela me respondeu:

Não. Primeiro porque havia já divergência por uma razão, por exemplo, um aspecto que foi muito forte lá foi a reivindicação das terras do Toldo Chimbangué pelos Kaingang (...) E na delimitação dessa terra pros Kaingangs, houve

muito confronto com agricultores, e na rádio local de Chapecó isso saía bombardeando todos os índios, falando mal dos índios, que eles queriam tornar uma terra produtiva improdutiva, que eles eram uns malandros, que eram sujos, que eram beberões, e foi assim uma campanha. Então, isso dificultou muito, isso foi em 1984, 85, isso dificultou a unidade das reivindicações entre os Kaingangs e os agricultores, porque os agricultores não queriam ouvir falar de Kaingang. Nem pensaram em botar os índios no movimento. Foi a partir disso que os índios também se organizaram pra fazer suas reivindicações (Entrevista realizada em 16/07/2015).

Convém destacar que a movimentação dos indígenas contra a implantação das hidrelétricas do Projeto Uruguai raramente foi abordada e/ou citada na literatura sobre as mobilizações dos atingidos pelas barragens no Sul do país, sobretudo as produzidas nos anos 1980 e 1990. As escassas informações que pude encontrar estão situadas no acervo do NEPI e foram registradas nos documentos oriundos dos estudos realizados por Silvio Coelho dos Santos e equipe de pesquisadores/as que trabalharam com ele.

No *Relatório de Visita*, de Montibeller (1988), a então mestranda registrou a insegurança e o medo generalizado da comunidade indígena em relação ao futuro de suas vidas e do seu território com a implantação da hidrelétrica Machadinho. Nos registros das falas de mulheres e homens Kaingang presentes no documento, identifica-se a ameaça e pressão psicológica (e simbólica) que a construção da barragem significava para os indígenas antes mesmo de sua efetivação. Entre os registros, estava a fala de dona Rosinha, Kaingang com cerca de 60 anos:

“Se resolve fazer, então devia matar tudo pra depois fazer. Sem terra a gente não vive. Não se pensa no pagamento. A gente não quer nada. Queremos a terra.”

3.3.1 Outras e mais pesquisas: os efeitos das hidrelétricas sobre povos e terras indígenas

No contexto que se constituiu após a promulgação da Constituição de 1988 e a privatização do setor elétrico no início dos

anos 1990, o professor Silvio Coelho dos Santos assumiu a presidência da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), durante o biênio 1992-1994. Durante sua gestão, motivado por uma série de denúncias sobre os efeitos incomensuráveis que se abateram aos Guarani em decorrência da implantação da Itaipu-Binacional, Silvio Coelho dos Santos e Anelise Nacke produziram, no ano de 1994⁷³, o relatório “*Informes sobre os Índios Avá-Guarani, ocupantes da AI Ocoí*”. Neste estudo, os antropólogos registraram o quadro de miserabilidade que vivia a população desta TI devido à precária assistência fornecida pela FUNAI e pelo Consórcio da Itaipu-Binacional. Segundo informam Santos; Nacke (2003),

As soluções encontradas pela Itaipu Binacional, para atender às demandas dos indígenas aldeados no Ocoí não foram satisfatórias, por um longo tempo. A Funai, por sua vez, foi omissa em relação à essas demandas, não exercendo seu papel de órgão tutor (até a promulgação da nova Constituição), nem tampouco assistindo aos indígenas para a sua subsistência cotidiana. Os relatórios produzidos pela ABA (CARVALHO, 1981; SANTOS et all, 1994), alé da permanente atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e das novas orientações oriundas da Eletrobrás e do Banco Mundial, levaram a uma nova posição da empresa no sentido de encontrar uma alternativa para os indígenas (p. 30).

⁷³ Veja-se Santos et all (1994).

Imagem 10 - “*Ocupações do espaço*” (legenda original do documento). Fotografia de Silvio Coelho dos Santos, realizada em 1994, durante a pesquisa sobre os efeitos da hidrelétrica Itaipu-Binacional para a população Guarani da TI Ocoí (PR).



Fonte: AVISC.

Imagem 11 - Silvio Coelho dos Santos e as pesquisadoras Anelise Nacke e Cátia Weber durante a pesquisa de campo junto aos Guarani da TI Ocoí (PR), em 1994.



Fonte: AVISC (autoria não identificada).

No âmbito das esferas decisivas para a garantia dos direitos democráticos no Brasil, Silvio Coelho dos Santos também participou ativamente junto à elaboração do “*Estudo e Fundamentos para a Produção de Diretrizes do Relacionamento do Setor Elétrico com Povos Indígenas*”, elaborado pelo Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ), e publicado em 16 de novembro de 1988. Este estudo, elaborado por antropólogos, historiadores e indigenistas, visava dispor às empresas do setor um novo instrumental para que hidrelétricas fossem implementadas sem causar danos ou cercear direitos ou ferir interesses maiores dos povos indígenas (IPARJ, 1988, p. 3). Esse documento significou um divisor de águas no que tange ao relacionamento do setor elétrico com os povos indígenas, pois até então, a Resolução CONAMA 001/86, que tornou obrigatórios o EIA e RIMA, referia-se às questões sociais como “problemas ambientais”, o que era bastante criticado por pesquisadores sobre o tema como Santos; Andrade (1988). Desse modo, outras noções foram elaboradas e incorporadas para a compreensão dos efeitos sociais decorrentes da implantação de projetos hidrelétricos em Terras Indígenas, tais como “impacto global”, “danos globais”, “perturbações laterais”, ou “direitos difusos”.

Em finais dos anos 1980, começa a se costurar um diálogo mais estreito entre a Antropologia e o Setor Elétrico, que passa orientar as propostas de implantação de projetos hidrelétricos que afetam os povos e Terras Indígenas no país. Segundo depoimento do antropólogo Ricardo Cid Fernandes:

No final dos anos 1980, vai ter esse marco que é o Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ), que o Mércio Pereira Gomes, que depois vai ser presidente da FUNAI durante quatro anos, é professor da UFF e tudo mais, e junto com Darcy Ribeiro, que assina este documento também. O professor Silvio na época acompanhou este estudo. Montaram essas diretrizes para o relacionamento do setor elétrico com os povos indígenas. São quatro capítulos: um são as diretrizes filosóficas, diretrizes para a Política Indigenista, para a atuação indigenista e Operativas: do conceito à operação. O que é uma diretriz: evite sobrepor com Terras Indígenas. Lembra que em 1988 se redefine o conceito de Terra Indígena com a Constituição. É uma diretriz que nasce no meio da Constituição (Ricardo Cid

Fernandes, Entrevista concedida em 24/08/2015).

Por outro lado, o processo de privatização do setor elétrico que se intensificou nos anos 1990, promoveu ampla atratividade de investidores internacionais e a formação de consórcios nacionais no país, enfraquecendo o monopólio do Estado neste âmbito. Reflexo desta nova configuração, um maior descompromisso das empresas privadas com a garantia dos direitos das populações indígenas afetadas por projetos hidrelétricos, estabelecidos constitucionalmente, tem sido expressivo até os dias atuais, como é o caso da UHE Belo Monte. Neste contexto, o professor Silvío Coelho dos Santos idealizou e passou a coordenar na UFSC um Projeto Integrado denominado “*Hidrelétricas, Privatizações e os Índios no Sul do Brasil*”, financiado pelo CNPq. Paralelamente, no ano de 1996, o professor Silvío também participou de um estudo sobre “*A implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas do Sul do Brasil*”, que foi coordenado por Cecília Maria Vieira Helm, antropóloga da UFPR, e que contou também com a participação de Aneliene Nacke, e colaboradores como Kimiye Tommasino (UEL), Lúcio Tadeu Mota (UEM), Cátia Weber (UFSC), Maria Aparecida Fachini (UFSC) e Henrique Serrano (UFSC). Esse estudo atendia a solicitação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP)⁷⁴, e realizado através do Convênio PIAB/GTZ/IAP. Este estudo resultou em um documento voltado para a uma reflexão crítica e produção de conhecimento sobre os projetos hidrelétricos e seus efeitos perversos para os povos indígenas do Sul do Brasil, que tinha como objetivo o encaminhamento de recomendações aos órgãos públicos e às empresas privadas responsáveis pelos empreendimentos do setor elétrico nessa região, como os casos das hidrelétricas Salto Santiago, Itaipú-Binacional, Xanxerê, Machadinho, entre outras.

Em 1997, no contexto da política de privatizações do setor elétrico pelo governo federal, a Eletrosul foi segmentada e deu origem às Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A. (Gerasul), e, no ano seguinte, em 1998, adquirida pelo grupo belga Tractebel, Electricity & Gas International. Conforme assinalam Santos; Nacke (2003), para a implantação dos vários aproveitamentos previstos para a bacia do rio Uruguai após este período, criaram-se vários consórcios privados, a exemplo da MAESA e GEAM, responsáveis pela implantação da UHE Machadinho.

⁷⁴ O Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado do Paraná.

3.3.2 UHE Machadinho

A construção da hidrelétrica Machadinho teve início em março de 1998, sendo liderada pela empresa Camargo Correa no Consórcio Construtor⁷⁵, e em 1999 foi realizado o desvio do rio Pelotas (Boamar, 2003, p. 72). Frente ao adiantado momento de implantação da UHE Machadinho, localizada no rio Pelotas, entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano Almeida (RS), e da série de problemas identificados, em 1998, a Procuradoria Geral da República em Passo Fundo (RS), sob a Recomendação da FUNAI, n. 01/98 e Of. N. 85/97, solicitou ao professor Silvio Coelho dos Santos e sua equipe de pesquisadores a realização de um estudo sobre a implantação destas UHE. Intitulado “*Estudo Etnográfico da Usina Hidrelétrica Machadinho*”⁷⁶, esse trabalho tinha por meta analisar os possíveis efeitos do empreendimento hidrelétrico às populações indígenas que viviam na região (UFSC/FAPEU/NEPI, 1998).

Os trabalhos de campo foram executados em duas etapas, entre os meses de setembro e outubro de 1998, nas TIs Ligeiro e Cacique Doble (RS). Os pesquisadores da UFSC, que contaram com a participação também do antropólogo José Antônio Catafesto de Souza, do NIT⁷⁷, da UFRGS, elaboraram um amplo levantamento das condições vividas pelas populações Kaingang e Guarani dessas TIs, e fizeram reuniões para registrar as reivindicações manifestadas pelos indígenas. Amparados nas noções e conceitos estabelecidos pelo IPARJ (1988), como “impacto global”, “danos globais”, “perturbações laterais”, “direito difuso”, nesta pesquisa os antropólogos/as incorporam as novas reflexões que estavam sendo produzidas para a análise dos efeitos dos projetos hidrelétricos sobre populações e Terras Indígenas, das políticas públicas relacionadas à problemática, bem como das relações dos indígenas com a sociedade nacional. Assim, os/as pesquisadoras apropriaram-se de noções como “fricção interétnica”, de Cardoso de Oliveira (1964; 1983), “grupo étnico”, de F. Barth (1969), ou “etnodesenvolvimento”, de Stavenhagen (1985), e “situação histórica”

⁷⁵ Segundo as informações de Boamar (2003), o funcionamento das unidades geradoras da hidrelétrica Machadinho deu-se em três etapas, durante o ano de 2002 (p. 72).

⁷⁶ Este estudo fora viabilizado financeiramente pelo Consórcio Grupo de Empresas Associadas Machadinho (GEAM) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU).

⁷⁷ Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais da UFRGS.

de Oliveira (1988) como norteadoras de seus levantamentos. Estes conceitos, noções, possibilitaram à equipe uma

(...) melhor compreensão do que acontecerá, poderá acontecer ou deixará de acontecer, em termos locais e regionais, antes, durante e depois da implantação de um projeto hidrelétrico, colocando em questionamento a perspectiva dos impactos dimensionados através da dicotomia “direto”/ “indireto” (UFSC/FAPEU/NEPI, 1988, p. 98).

Assim, com essa compreensão, os/as antropólogos/as sistematizaram uma série de recomendações, medidas e propostas aos órgãos oficiais envolvidos, como a FUNAI, a GEAM e a GERASUL, de forma firmar suas responsabilidades pelos efeitos deletérios da UHE Machadinho sobre as TIs Ligeiro (RS) e Cacique Doble (SC), a exemplo da que se segue:

Recomenda-se, assim, que a GERASUL e o Consórcio GEAM tomem a iniciativa de proceder a um **ajuste compensatório** em favor dos indígenas das TIs Ligeiro e Cacique Doble, no contexto de **inserção regional** do empreendimento. Para tanto, a GERASUL e o Consórcio GEAM devem estabelecer parcerias com diferentes atores regionais e nacionais que sejam favoráveis aos indígenas. A definição final do ajuste dependerá de uma negociação envolvendo principalmente as lideranças indígenas, a FUNAI, a Procuradoria Geral da República, ONGs e antropólogos (UFSC/FAPEU/NEPI, 1998, p. 104-105, destaques dos autores).

Imagem 12 - "Reunião da Comunidade sede da TI Cacique Doble" (denominação original). Foto de José Otávio Catafesto, 1998.



Fonte: Acervo do NEPI.

Imagem 13 - "Reunião da Comunidade sede da TI Cacique Doble" (denominação original). Foto de José Otávio Catafesto, 1998.

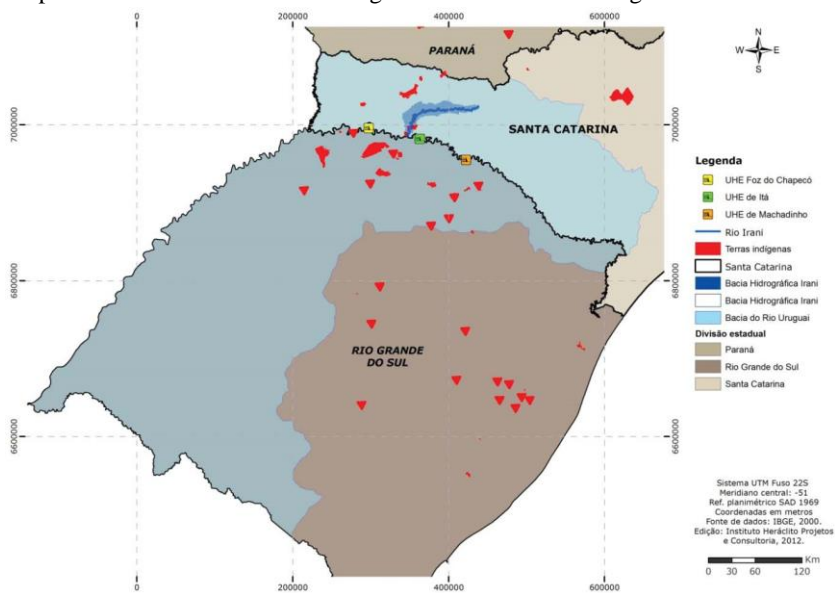


Fonte: Acervo do NEPI.

Ainda que tenham sido apontadas as recomendações e medidas excepcionais aos gestores e agências responsáveis pela implantação do projeto hidrelétrico Machadinho, cabe ressaltar que eles não adotaram nenhuma das iniciativas recomendadas, conforme esclarecem Santos; Nacke (2001, p. 88), em artigo abordando retrospectivamente os estudos antropológicos no âmbito do Projeto Uruguai. Deste modo, vale trazer as considerações de Fernandes (2013) acerca das limitações do novo cenário da política energética voltada aos povos e Terras Indígena no país, sobretudo no que tange ao alcance das recomendações dos estudos antropológicos realizados sobre as consequências das hidrelétricas, como os da bacia do rio Uruguai, para os indígenas:

A interferência sobre as terras e populações indígenas foi um dos fatores que orientou a reformulação dos projetos do Setor Elétrico nesta bacia. Ao lado das pressões exercidas pelo Banco Mundial e pelos Movimentos dos Atingidos por Barragens, a preocupação com a questão indígena fez com que ao longo dos anos os projetos fossem reformulados, evitando, deste modo, o alagamento e a supressão territorial indígena. As alterações nos projetos não evitaram que os Kaingang fossem afetados. Durante as últimas décadas a população indígena foi mal informada e mal orientada sobre o assunto, mantendo-se marginalizada dos processos de implantação dos grandes empreendimentos. Muitos são os exemplos. Na Terra Indígena Ligeiro (Rio Grande do Sul) o relatório da pesquisa intitulada *Estudo Etnográfico da Usina Hidrelétrica Machadinho*, também coordenado pelo antropólogo Silvio Coelho dos Santos, registrou, em 1998, as consequências desta marginalização, a saber: em razão do alagamento que não ocorreu, pois o projeto da UHE Machadinho foi alterado, não houve investimentos ou ações voltadas à produção ou à proteção ambiental naquela terra. O impacto que não ocorreu gerou prejuízos reais para a população indígena. Mesmo assim, as ações de compensação ambiental desenvolvidas foram limitadas ao plantio de um número insignificante de mudas de árvores nativas (Fernandes, 2013, p.121).

Mapa 4 - Hidrelétricas e Terras Indígenas na bacia do rio Uruguai



Fonte: Fernandes (2013).

CAPÍTULO 3 - OS POVOS INDÍGENAS, A ANTROPOLOGIA E O DIREITO: SOBRE DIÁLOGOS E MOVIMENTOS NO SUL DO BRASIL

4.1 OS POVOS INDÍGENAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI (SC/RS) E A POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL

Entre os envelhecidos documentos dispostos em uma das estantes do acervo do NEPI, encontrei um estudo mimeografado denominado “*Trabalho de Salvamento Arqueológico nos locais das represas do Alto Rio Uruguai, RS, SC*”, de autoria do arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz, datado em 1978 (Schmitz, 1978). Este estudo correspondeu à pesquisa para o levantamento de sítios arqueológicos existentes na região do Alto Uruguai para a Eletrosul, e integrou o mesmo capítulo referente aos “Estudos Sócio-Econômicos”, junto ao “Aspectos Antropológicos” produzido sob a coordenação do professor Silvio Coelho dos Santos, na publicação final dos estudos “*Inventário Hidroenergético*” da bacia do rio Uruguai (ELETROSUL/CNEC, 1979). No decorrer de 18 meses de trabalho de campo, os arqueólogos que participaram do estudo encontraram, naquele período, cerca de 340 sítios situados nas proximidades dos rios Uruguai, Pelotas, Canoas, Caveiras, Chapecó, Chapecozinho, Inhadava e Passo Fundo. Os vestígios materiais encontrados comprovam a ocupação de populações indígenas nos locais selecionados para implantação das hidrelétricas do Projeto Uruguai desde os últimos dez mil anos – o que é constatado, também, nas evidências arqueológicas estabelecidas por Reis (2007); Tomasino (1995); Kern (1991) e Schmitz (2005; 1957).

Após o advento da colonização europeia no Brasil, no século XV, a territorialidade dos grupos indígenas do Sul do país passou a ser gradativamente comprometida diante da célere expansão das frentes pioneiras da sociedade ibero-americana, sobretudo os portugueses e espanhóis. Inicialmente, os territórios hoje denominados como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tornaram-se espaços de circulação dos colonizadores europeus, que escravizaram e dispersaram grande quantidade de famílias e grupos indígenas que tradicionalmente ocupavam essas regiões. No Sul do Brasil, conforme aponta Brighenti (2012)

Antes de qualquer europeu aportar sobre essas paragens e impor qualquer limite já haviam populações humanas que as habitavam, das quais

descendem os atuais povos indígenas que aqui vivem. Os Guarani, Kaingang e Xokleng definiram seus territórios a partir de outros limites, que em nada lembra a geografia catarinense contemporânea. Essas definições têm como referência a relação que cada povo estabeleceu com o meio e a inter-relação entre eles. Suas dimensões variam de acordo com cada grupo, assim, o território Guarani compreende as terras baixas, desde o litoral até a bacia do Paraná-Paraguai; o território Kaingang compreende as terras altas, desde o interior do estado de São Paulo até o centro norte do estado do Rio Grande do Sul; o território Xokleng compreende a região intermediária, do planalto ao litoral e do Paraná ao Rio Grande do Sul (p. 1).

No mapa “*Etno-histórico*” elaborado por Curt Nimuendajú, etnólogo alemão que se dedicou ao estudo das populações indígenas no Brasil entre os séculos XIX e XX, datado em 1944, são identificados diversos povos no território meridional do continente sul americano. De forma especial, a região Sul do país consiste atualmente num grande território de ocupação das populações Guarani (a maior população indígena do Brasil), Kaingang⁷⁸, Laklãnõ/Xokleng, Xetá e Charrua, as quais conviveram e/ou possuem estreitas relações de descendência com povos como os Carijós, Guananás, Botocudos, entre outros identificados pelo etnólogo como etnias que viveram nessa região nos séculos anteriores.

⁷⁸ De acordo com as informações relatadas por Almeida; Nötzold (2011), os Kaingang: “Ao longo dos quinhentos anos de história do Brasil, foram nominados em cartas, diários, tratados e crônicas de diversas formas, como *Botocudos, Gualachos, Guaianás, Guanhanás, Guñanas, Guayanazes, Chiquis, Pinares, Coroados, Camés, Votorões*, entre outros (D’ANGELIS, 2006)” (p. 2).

Mapa 5 – Áreas de ocupação dos Povos Indígenas no Sul do Brasil



Elaborado e adaptado pela historiadora Carina Santos de Almeida, a partir de Curt Nimuendajú, 1944. *Fonte:* Almeida; Nötzold (2011, p. 2).

Especificamente, o curso do rio Uruguai consiste em um divisor geográfico natural dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo toda sua região hidrográfica composta por rios e afluentes nos quais historicamente ocupam e vivem os povos Kaingang e Guarani, de forma predominante. Entretanto, as populações Kaingang⁷⁹ e Guarani⁸⁰

⁷⁹ Atualmente, o povo Kaingang constitui a terceira maior população indígena do país (IBGE, 2010). O território tradicional Kaingang abrange os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, distribuídos em cerca de 30 Terras Indígenas. Junto com os Laklãñ/Xokleng, são conhecidos como os Jê do Sul ou Meridionais, por integrarem a família do Tronco-Linguístico

da região Sul do Brasil reagiram de modos distintos às situações de contato com a sociedade não-indígena, visto as diferentes formas desses povos conceberem e se relacionarem com seus territórios, bem como as suas particularidades quanto ao modo de ser e marcar sua identidade diante da alteridade.

As regiões oeste catarinense e nordeste riograndense, locais de abrangência das hidrelétricas propostas à implantação pelo Projeto Uruguai, são, por conseguinte, territórios tradicionais pelos quais vivem e circulam essas populações há milhares de anos, embora as frentes colonizadoras e imigratórias tenham diminuído histórica e gradativamente suas áreas de circulação e ocupação exclusiva (Becker, 1976; D'Angelis, 1984). Conforme esclarece Brighenti (2012),

Essa região, no século XVIII e início do XIX, era habitada quase que exclusivamente pela população indígena Kaingang. Dizemos quase que exclusivamente porque havia a população Xokleng que habitava as cabeceiras do rio Uruguai e do rio Iguazu. No outro extremo, a noroeste, viviam os Xetá além da presença Guarani que ocupava as várzeas. A presença indígena foi considerada pelo príncipe regente como região “infestados pelos Índios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários (...) [as terras estão] despovoando, umas por terem os Índios Bugres morto os seus moradores, e outras com o temor que sejam igualmente vítimas.” (p. 88 –

Macro-Jê (Metraux, 1946). Para conhecimento aprofundado sobre a territorialidade Kaingang, veja-se os estudos de Santos (1979); Nacke (1983); Veiga (1994; 2000); Tommasino (1995); Helm (1997); Nacke; Bloemer (2007); Tommasino; Almeida (2014), Almeida (2015), entre outros.

⁸⁰ Pertencente à família Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi, a população Guarani consiste na segunda maior em número de indígenas atualmente no Brasil (IBGE, 2010). Este povo constitui-se por quatro grupos localizados na América do Sul, sendo eles: *Chiriguano*s na Bolívia; *Kayowa*; *Chiripá* ou *Nhandeva* e *Mbya*, distribuídos principalmente na região Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai (Moreira, 2015). Possuindo uma territorialidade fortemente marcada por deslocamentos e movimentações territoriais, as bacias dos rios Paraguai e Uruguai correspondem à uma região importante de seu extenso território tradicional. Sobre a territorialidade Guarani, os trabalhos de Ladeira (1992; 2001); Darella (2004); Litaiff (1996); Brighenti (2004); Ladeira; Tupã (2004); Mello (2001); Oliveira (2011); entre outros.

89).

Embora não iremos realizar, neste trabalho, uma descrição detalhada sobre cada um dos povos indígenas que se encontravam na região da implantação das hidrelétricas do Projeto Uruguai, faz-se importante frisar que os Kaingang e os Guarani passaram por intensos *processos de territorialização*⁸¹ (Oliveira, 1999), que sucederam desde o século XIX. Nestes contatos, tiveram que criar estratégias de resistência, luta e sobrevivência face às situações de violência que sofreram (e ainda sofrem) por parte dos movimentos e ciclos de colonização, desde os tempos das Reduções Jesuíticas e bandeirantes a partir do século XIV até os dias atuais – através de esbulhos de suas terras pelo agronegócio e projetos de desenvolvimento fomentados pelo Estado. Nesse sentido, segundo Fernandes (1998) acerca do que se passou aos Kaingang diante do contato interétnico:

A flexibilidade das estratégias de sobrevivência (agregação e dispersão) fizeram os Kaingang estabelecer redes de relações sociais que ultrapassam os limites de territórios delimitados. Os Kaingang, de fato, viajam muito, e consideram o conjunto das Áreas Indígenas como seu território, sobre o qual estão marcadas afinidades e perigos. O processo de contato (...) proporcionou o aumento dos grupos sociais e a formação de autoridades locais específicas, as quais emergiram no contexto da retração-definição dos limites físicos e simbólicos do território. A experiência do contato vivida pelos Kaingang engendrou tal processo de redefinição dos limites físico e simbólicos do território. Sendo assim, o próprio conceito de ‘território

⁸¹A noção de “*territorialização*” desenvolvida por Oliveira (1999) nos auxilia a pensar sobre a reorganização social e territorial que tende a constituir um imperativo às populações indígenas diante de situações históricas como a colonização imigrante europeia na região Sul do Brasil. Para analisar estes processos complexos, são significativas suas contribuições analíticas quando esclarece que: “(...) a noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 1999:55).

tradicional' deve ser analisado à luz deste processo de redefinição (p. 49).

Um marco significativo vivenciado por estas e demais populações indígenas no Brasil, consistiu na criação Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910, e posteriormente SPI, em 1918. Neste contexto histórico, as políticas indigenistas assentaram-se em relações coloniais de tutela, sendo desenvolvidas mediante a lógica do assimilacionismo pelo discurso *indigenista* de integração dessas populações nativas à sociedade nacional. A relação tutelar consistia, deste modo, em uma mediação nos contextos de interação entre as populações indígenas e as populações regional/nacional, com o intuito de pacificar os indígenas de modo assegurar a expansão das frentes econômicas de desenvolvimento.

O padrão habitual de ação indigenista ocorria em situações de fronteira em expansão, com povos indígenas que mantinham sob seu controle amplos espaços territoriais (ou, inversamente, ameaçavam o controle das frentes sobre estes) e que possuíam uma cultura manifestadamente diferente daquela dos não-índios. Estabelecer a tutela sobre os “índios” era exercer uma função de mediação intercultural e política, disciplinadora e necessária para a convivência entre os dois lados, pacificando a região como um todo, regularizando minimamente o mercado de terras e criando condições para o chamado desenvolvimento econômico (Fernandes 1998, p. 17).

Não obstante, muitas foram as denúncias de genocídio e etnocídio das populações indígenas perpetrados pelo Estado brasileiro, com a política de exploração e colonização dos territórios indígenas no país promovida pelo governo de Getúlio Vargas, também conhecida como “Marcha para o Oeste”, houve grande publicização das práticas de violações dos direitos humanos destas populações, tanto no cenário nacional quanto no internacional:

As denúncias de violações cometidas contra povos indígenas e de corrupção no órgão indigenista provocaram quatro Comissões Parlamentares de Inquérito – no Senado, a CPI de 1955, e, na Câmara, as de 1963, 1968 e 1977. Em 1967 houve uma CPI na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul e, no mesmo ano, uma

comissão de investigação do Ministério do Interior produziu o Relatório Figueiredo, motivo da extinção do SPI e criação da Funai. Três missões internacionais foram realizadas no Brasil entre 1970 e 1971, sendo uma delas da Cruz Vermelha Internacional. Denúncias de violações de direitos humanos contra indígenas foram enviadas ao Tribunal Russell II,¹⁷ realizado entre 1974-1976, e também à quarta sessão desse tribunal internacional, realizado em 1980 em Roterdã. Nessa sessão foram julgados os casos Waimiri Atroari, Yanomami, Nambikwara e Kaingang de Mangueirinha, tendo o Brasil sido condenado (Comissão Nacional da Verdade, 2014: 202).

Com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, após a destituição do SPI, os povos indígenas continuaram submetidos à condição de tutela, e as políticas e projetos indigenistas caminharam rumo ao objetivo de reestruturação do legado protecionista que o antecedeu. Deste modo, a “transição”⁸² da agência indigenista no país manteve em suas diretrizes a mesma concepção ideológica que considerava (e propagava através de suas práticas e discursos oficiais) os povos indígenas como um entrave ao desenvolvimentismo pretendido pelo Estado brasileiro nos diferentes contextos políticos e econômicos do país, ou como vimos frente ao Projeto Uruguai, um “problema ambiental”.

A conjuntura na qual a Funai foi criada, no âmbito de um regime ditatorial civil-militar, promovia a intensificação da atividade industrial no país, para atender as exigências, nacionais e internacionais, de um modelo econômico pautado na noção “desenvolvimentista” e atrelada ao

⁸² Sobre essa “transição” dos órgãos indigenistas, Santos; Nacke (1988) esclarecem que: “O SPI, porém, acabou se submetendo aos interesses da sociedade dominante. Corrompeu-se enquanto órgão de proteção e se cristalizou sob o ponto de vista burocrático. No ano de 1967, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) criada pelo governo militar como resposta às críticas e denúncias de genocídio e etnocídio, em nível internacional. A FUNAI, entretanto, não exerceu quaisquer mudanças na política indigenista oficial. Ao contrário, tomou iniciativas que somente agravaram a relação entre índios e não-índios. Antes de tudo porque centrou suas atividades numa política indigenista integracionista, baseada na teoria da aculturação/assimilação, bastante criticada pela moderna antropologia” (p. 2).

modo de produção capitalista em expansão. Para o alcance das metas econômicas nacionais dos governos brasileiro naquele período, a produção de energia através da hidroeletricidade consistiu em um dos grandes focos do Estado, haja vista o grande potencial hídrico do país e a crise internacional do petróleo que se declarava.

A criação das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A (Eletrosul) em 1968, marcou o início das suas atividades para geração e transmissão de energia elétrica nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como o planejamento energético estratégico desenvolvido pelo setor na região Sul do país, que se pautava por estudos de levantamento de seus recursos hídricos, com ênfase na caráter científico dos trabalhos, assim como na implantação de usinas hidrelétricas de grande porte que avançavam sobre grandes extensões territoriais, muitas vezes habitadas pelas populações indígenas originárias.

Esse quadro articulou-se dinamicamente aos planos de expansão econômica do Estado brasileiro, que, por sua vez, adequava sua política indigenista aos “interesses nacionais” e às exigências internacionais. Como destacava um alto funcionário da FUNAI, ela devia cuidar para que *“a assistência ao Índio deve ser a mais completa possível, mas não pode obstruir o desenvolvimento nacional”* (O Estado de São Paulo, 22/5/71). As intenções práticas das políticas indigenistas centravam-se na integração rápida dos indígenas à sociedade nacional e sua subsequente emancipação (Comissão Pró-Índio, 1979: 11). Ou seja, a expectativa governamental era a de que, ocorrendo a integração rápida dos indígenas à sociedade nacional, seus territórios deixariam de ter razão para existir (Seeger; Viveiros de Castro 1979:5).

Foi com essa expectativa que, em janeiro de 1974, o ministro do Interior Rangel Reis anunciou que seria realizada a alteração do Estatuto do Índio para permitir e promover a emancipação das comunidades indígenas à medida que fosse instituída, conjuntamente, um sistema de tutela indireta sobre os índios, e estes fossem gradativamente integrados à sociedade nacional. O ministro afirmava que iria “acabar com o paternalismo da FUNAI e adotar uma política agressiva de integração (sic) através da implantação de projetos de desenvolvimento econômico em áreas indígenas” (Comissão Pró-Índio, 1979: 10).

4.1.1 “Aqueles que incomodam”: os índios em movimento no Sul do país e a luta pela terra

Não é só conhecer o índio amazonense, os nossos irmãos do Amazonas, que ainda têm área maior,

que tem possibilidade de se locomover numa área bem grande, que é muito lindo, é muito bonito o índio viver a sua vida natural. Nós não temos nada disso! Porque nós, os índios que vivemos aqui [no Sul] é que sentimos a injustiça, a perseguição, a pobreza, a fome, porque a área que ocupamos não oferece mais condições para a nossa sobrevivência (Liderança Guarani Marçal de Souza Tupã-Y, 1979)

A colonização por imigrantes europeus das regiões oeste catarinense e noroeste rio-grandense, no início do século XX, foi feita à custa de intrusão e esbulhamento das terras ocupadas pelas populações indígenas e caboclas que ali habitavam (Santos, 1970). As companhias de colonização, que obtiveram concessões dos governos Federal e Estadual para seu estabelecimento nas regiões, utilizaram-se habilmente da estratégia de associarem-se aos Kaingang de Guarapuava (PR) para, em seguida, “limparem os campos dos grupos hostis, persuadindo-os ao convívio pacífico ou movendo-lhes campanha de extermínio” (p. 34), modelo já adotado pelos portugueses desde o século XVI. Segundo Santos (1970),

O caboclo e o índio saíam das terras em que as companhias tinham interesse, pela força das armas dos jagunços contratados, ou pela presença da justiça e da polícia constantemente manipuladas pelos empresários, ou pela aquisição de suas benfeitorias pelos empresários. (p. 29 – 30).

Através do SPI, que já atuava no estado de Santa Catarina desde a sua criação, foi iniciada a instalação de Postos Indígenas na região oeste catarinense no ano de 1941. O primeiro foi instalado na área indígena anteriormente denominada “Dr. Selistre de Campos⁸³”, em Xanxerê (SC), na localidade que hoje corresponde à Aldeia Sede da TI Xaçecó. A TI Xaçecó está situada entre os municípios catarinenses de Ipuçu, Entre Rios e Abelardo Luz, e é composta por treze aldeias habitadas por indígenas Kaingang e uma habitada por indígenas Guarani. Conforme o professor Silvio Coelho dos Santos destacava no início dos anos 1970, o então Posto Indígena, durante a administração do SPI, encontrava-se em

⁸³ Nomeação feita pela 7ª Inspeção Regional, em homenagem ao Juiz de Direito de Chapecó, em 1960. Segundo esclarece Brighenti (2012), o nome volta a ser denominado Xaçecó a partir da administração da FUNAI, em 1967 (p. 132).

uma “situação de empresa”, no qual a exploração dos recursos florestais, particularmente dos pinheiros, foi intensa. As serrarias foram instaladas pelo órgão indigenista no interior da área indígena, visando “permitir o engajamento do índio em novas formas de trabalho” (Santos 1970, p. 65).

A tese da historiadora Almeida (2105) demonstrou a transformação da paisagem ocorrida na TI Xaçecó em detrimento da intensa exploração dos recursos florestais promovida pelos órgãos indigenistas SPI/FUNAI, para prover a indústria da madeira local, que culminou na devastação e esgotamento da Floresta Ombrófila Mista já no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Estas ações e relações econômicas travadas na Posto Indígena Xaçecó, assim como nos demais postos indígenas no sul do Brasil, foram viabilizadas com o emprego da mão-de-obra indígena local. Segundo a autora:

No caso do Posto Indígena Xaçecó, a geração de renda proveniente do patrimônio indígena estava alicerçada em três fontes principais. Primeiramente, o órgão indigenista promoveu o arrendamento de capoeiras (para extração de ervamate) e de terras para o cultivo agrícola com a gradativa implantação do “sistema de parceria”, onde o arrendatário destinava parte de sua produção para o arrendador. (...) Uma segunda prática de geração de renda consistia no desenvolvimento dos roçados do Posto, com a incipiente promoção do plantio de culturas exógenas (soja, trigo, arroz) por meio da agricultura e também pecuária com vistas a produção de alimentos para atender à comunidade bem como à comercialização do excedente. Este processo da agropecuária é apontado por Sandor F. Bringmann em sua tese. A terceira fonte de renda e que imputou profundas transformações em todos os aspectos da vida sociocultural e econômica dos Kaingang, não somente no PI Xaçecó, mas em quase todos os Postos Indígenas do sul do Brasil, foi a exploração dos recursos florestais, sobretudo, da madeira. O desflorestamento das terras dos índios Kaingang constituiu-se um processo gradual e capitalista (...) (Almeida, 2015, p. 361-362).

Ao longo de toda a metade do século XX, neste contexto de

exploração madeireira que se realizara nos postos indígenas, tensões entre os indígenas e os agentes indigenistas oficiais e da sociedade regional foram se acirraram gradativamente, refletindo as relações assimétricas de poder que se estabelecia. Os chefes de postos desempenhavam um papel centralizador e controlador nas decisões que tomava autoritariamente na mediação dos postos de trabalho para realização das atividades para o desmatamento daquelas terras, parte dos territórios Kaingang. De acordo com Brighenti (2014), a exploração madeireira na região atravessou dois ciclos de exploração: o primeiro através da exploração via balsa no rio Uruguai, e o segundo nas florestas de araucária, sendo a década de 1960 o auge dessa expansão madeireira e, a década de 1970, o esgotamento dessas florestas (p. 122).

As transformações ocorridas durante a transição do órgão indigenista de SPI para FUNAI, contudo não se refletiram em mudanças sobre essa exploração econômica dos postos e mão-de-obra indígena, pois mesmo com a FUNAI ela continuou, até o esgotamento de suas araucárias. Essa situação também é abordada por Almeida (2015), que assinala que:

Os militares, não mais personificados na pessoa de Rondon e engajados no desenvolvimentismo no Brasil por meio do “milagre econômico”, transformaram o órgão indigenista numa agência burocrática e extremamente capitalista. O patrimônio indígena foi racionalizado e transformado em programas e projetos de desenvolvimento. Entre 1940 e 1988 o PI Xaçepó viu o “pinheiro” Araucária transformar-se no protagonista da emancipação econômica, contudo, os indígenas não se mantiveram calados e promoveram insurreições. Ao percorrer tais décadas fica evidente que o indigenismo dos tempos de Vargas e Rondon é muito distinto do indigenismo moralizante dos militares.

Foi nesta conjuntura que, em 1975, a FUNAI passou a implementar os Projetos de Desenvolvimento Comunitários (PRODEC) nos Postos Indígenas, sob a justificativa de agregar a renda obtida através destes projetos de exploração de madeira na região à “Renda Indígena” do PI, a qual era recolhida ao órgão de assistência para o pagamento de salário do pessoal técnico e administrativo da FUNAI, bem como (deveria ser) destinada ao financiamento do precário atendimento prestado aos indígenas, nas áreas de saúde, educação, entre

outros (Nacke; Bloemer, 2007, p. 51). Importante dizer que a principal devastação florestal ocorrida neste território indígena, foi objeto de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito presidida por Jader de Figueiredo, sendo relatada no importante documento “Relatório Figueiredo” (Correia, 1967).

Apesar de sentirem-se acuados pela situação de opressão que se configurava, os indígenas da TI Xapecó não aceitaram passivamente à dilapidação de seu patrimônio, apesar dos castigos que recebiam por parte dos encarregados do órgão oficial lotados na área⁸⁴. Assim, estimulados por diversos grupos da sociedade civil e pela Igreja (através do CIMI e Comissão Pastoral da Terra), os indígenas iniciam uma série de articulações, participando de encontros indígenas regionais, da formação de Conselho de Autoridades, entre outras estratégias. Desse modo, conseguem, no ano de 1978, a expulsão de 300 famílias de arrendatários levadas pelo SPI e mantidas pela FUNAI, e do chefe de Posto da TI Xapecó (SC), além da retirada de cerca de três mil famílias de colonos da TI Nonoai (RS). Os Kaingang e Guarani organizados passaram a pressionar os posseiros e a FUNAI para a desintrusão imediata de suas terras (Castro, 2011, p. 113). Representando os indígenas do Paraná, Ângelo Cretã, reconhecida liderança Kaingang,

⁸⁴ Brighenti (2014) descreve a crueldade que consistiam os dois tipos de castigos sofridos pelos povos Kaingang e Guarani dessa região. Segundo ele, os castigos consistiam em:

(...) a transferência de toda a família para outra TI, sem direito a seus pertences, e o terrível “tronco”, no qual a pessoa ficava com o tornozelo preso entre duas madeiras cravadas no chão em forma de forquilha e amarradas na parte superior, de modo a provocar dor pelo amassamento do osso. Essa tortura foi bastante empregada pelos chefes de posto no Sul do Brasil, conforme aponta o inquérito elaborado por Jäder de Figueiredo: “o tronco era o mais encontrado de todos os castigos, imperando na 7ª Inspeção. Consistia na trituração do tornozelo da vítima”. Houve casos de fratura da perna com sequelas permanentes. Para manter a ordem e punir os revoltosos, os chefes de posto faziam uso da polícia indígena, força instituída pelo SPI. A justificativa para a existência desse corpo disciplinador era a segurança da comunidade, porém foi largamente utilizado para repressão (p. 126 – 127).

Especificamente, os Guarani foram duplamente controlados nos postos indígenas da região Sul, para onde passaram a ser transferidos pelo órgão tutelar. Neles, estavam submetidos aos chefes de posto e aos caciques de povos de outras etnias, como os Kaingang, “que considerava os Guarani hóspedes em suas terras e, portanto, sem direitos políticos” (Brighenti, 2014, p. 133). Além da Terra Indígena Xapecó (SC), situações como essas se sucederam também em várias outras, como na TI Cacique Doble (RS), ou Nonoai (RS).

morto em 1980, comentava sobre esse processo de retomada das terras pelos indígenas, em entrevista concedida ao documentário “Terra dos Índios” (VIANA, 1979), produzido e dirigido por Zelito Viana, que:

“Como nós começamos aquilo ali e vencimos, fomos até o fim, por quê não há de limpar as outras áreas? Imo lá pro Nelson [Xangrê] ajudar ele tirar aqueles intrusos de lá. É pesada a situação lá, mas se nós ganhamos aquela de Rio das Cobras, ganhamos essa aqui [em Mangueirinha], e aquelas de Chapecó e Nonoi. Nem que morra alguém, mas sobra muita gente. Vamos larga-lhe o pau e limpar as terras indígenas. (Liderança Kaingang Angelo Cretã, 1979)

Uma série de mobilizações e movimentações indígenas⁸⁵ se realizaram nas diversas regiões e TIs do Brasil a partir da década de 1970, as quais consistiram em estratégias políticas de luta e resistências dos povos indígenas para garantir o direito de exercerem suas tradições, costumes e identidade em seus territórios originários (Cardoso de Oliveira, 1988). Especificamente, no Sul do país, os conflitos foram extremamente acirrados com os regionais não indígenas, compostos por colonos, conforme relata Brighenti (2014):

(...) em Rio das Cobras/PR, com a expulsão de 160 famílias de arrendatários em janeiro do mesmo ano. Quatro meses mais tarde, em Nonoi/RS, mais de mil famílias de arrendatários

⁸⁵ Baniwa (2006) ao abordar sobre a importância do Movimento Indígena no Brasil, define este como “(...) o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos” (p. 58). Entretanto, o autor enfatiza a noção do líder indígena Daniel Munduruku para esclarecer o sentido concreto do que é e como se constitui o *movimento indígena*: “O líder indígena Daniel Munduruku costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer *índios em movimento*. Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território indígena estabelece e desenvolve o seu movimento. Mas as lideranças indígenas brasileiras, de forma sábia, gostam de afirmar que existe sim um movimento indígena, aquele que busca articular todas as diferentes ações e estratégias dos povos indígenas, visando a uma luta articulada nacional ou regional que envolve os direitos e os interesses comuns diante de outros segmentos e interesses nacionais e regionais” (Baniwa, 2006, p. 58).

também foram expulsas. Seguiu-se o fechamento da serraria na TI Mangueirinha/PR e a expulsão de arrendatários em Guarita, Cacique Doble e Ligeiro/RS. A mobilização indígena contra as ações da FUNAI incidiu diretamente sobre os negócios do órgão indigenista com empresários e políticos regionais que se beneficiavam das ilegalidades e das violências impostas aos Kaingang. Líderes foram assassinados, como Ângelo Cretã/PR, em 1980, e Marçal de Souza Tupã'i/MS, em 1983, e outros sofreram tentativas de assassinato, como o cacique de Nonoai/RS Nelson Xangrê que, sem proteção, teve que deixar o cacicado e abandonar a Terra Indígena (p. 129 – 131).

Imagem 14 - Mobilização dos indígenas Kaingang e Guarani na TI Nonoai (RS), em 1978.



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), autoria de Assis Hofmann.

As disputas para as retomadas de terras antigas pelos indígenas no Sul do Brasil a partir da década de 1970 têm demonstrado à sociedade regional que, apesar das inúmeras situações de intrusão e violências a que estavam sendo submetidos, somado ao não

reconhecimento pelos colonos de sua identidade indígena, eles estavam organizados e mobilizados para lutar em defesa de suas terras e direitos, visto a total omissão da FUNAI diante das denúncias que constantemente realizavam (D'Angelis, 1984; Castro, 2011).

Um caso significativo foi a retomada das terras indígenas da TI Chimbangue, anteriormente denominada Toldo Irani, apontada como uma das áreas indígenas afetadas diretamente pelo Projeto Uruguai nos estudos realizados pela equipe de pesquisadores coordenada pelo professor Silvio Coelho dos Santos em 1978. Os Kaingang do Toldo Chimbangue sofreram longa situação de exílio, afastados por longo tempo de suas terras, como nos informa Brighenti (2012):

Os Kaingang do Toldo Chimbangue durante pelo menos meio século ficaram afastados de suas terras, espalhados pela região, não mais reconhecidos pelos regionais em sua identidade Kaingang. Foram considerados “caboclos” ou “bugres”, termos pejorativos a sua identidade Kaingang, entretanto, mantiveram-se unidos pela memória coletiva e pela resistência de algumas famílias que permaneceram acampadas nas margens do rio Irani, vivendo de agregados em suas terras (p. 37-38).

Ao abordar sobre o histórico de contato dos Kaingang do Oeste Catarinense com as frentes de colonização desde o século XVIII, D'Angelis (1984) destaca que a luta pela reconquista da TI Chimbangue pelos indígenas contou também com estratégias jurídicas e políticas, como a carta elaborada pela comunidade Toldo Chimbangue e encaminhada à Presidência da República em Julho de 1984, exigindo a tomada de posição do Governo diante da situação conflituosa que se configurava entre indígenas e colonos na região.

Como resultado das ações e articulações dos indígenas, e contando com o apoio de segmentos da sociedade civil (como o CIMI), os Kaingang da TI Chimbangue conseguiram a recuperação e demarcação de suas terras, que começou a se efetivar após a realização do primeiro Laudo Antropológico no Brasil, elaborado pelas antropólogas Ana Lange (FUNAI), Neusa Maria Sens Blemer e Aneliese Nacke (UFSC), em 1984 (Nacke; Bloemer; Lange, 1984; Bloemer; Nacke, 1996).

Sobre este processo histórico de retomada das terras do Chimbangue pelos indígenas, Nacke; Bloemer (2007) informam que:

Alocados em um espaço restrito, os Kaingang reagiram e se confrontaram com os novos proprietários das terras, o que resultou em muita hostilidade, havendo, inclusive, agressões físicas entre os moradores regionais e a população indígena. Foi no limite desta convivência insuportável que a Funai nomeou o Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar um relatório que pudesse fundamentar a ocupação imemorial das terras pelos Kaingang. Em julho de 1984, foi nomeado através da Funai o Grupo de Trabalho composto por antropólogos, agrimensores, técnicos agrícolas; houve, inclusive, a necessidade da presença da Polícia Federal, pois um clima de tensão havia se estabelecido, não só na área em litígio, mas no município de Chapecó. Este processo se estendeu até 30 de dezembro de 1985, quando finalmente, por meio de um acordo político, foi determinado que seriam reconhecidos e demarcado 988 hectares; metade das terras reivindicadas pelos Kaingang do Toldo Chimbanguê. A decisão foi oficializada pelo Decreto Presidencial n. 92.253/85 (p. 61).

Os processos de retomada e reconquista de terras no início dos anos 1990 pelos Kaingang no Rio Grande do Sul contou com a participação política expressiva das mulheres, como no caso da TI Serrinha, conforme abordou a antropóloga Kaingang Joziléia Daniza J. I. J. Schild (2016), em sua dissertação de mestrado defendida no PPGAS/UFSC. Também são parte da história de lutas dos indígenas no Sul do país, nos anos 1990, a reconquista da TI Toldo Pinhal e da Aldeia Condá pelo povo Kaingang (Tommasino, 1998), bem como a retomada da TI Araçaí pelo povo Guarani, territórios pertencentes anteriormente pertencentes à TI Xapecó.

Souza (2015), ao abordar sobre os movimentos indígenas no Sul do Brasil, identifica que a partir da década de 1990 houve algumas iniciativas organizacionais dos povos indígenas, como a criação da Organização das Nações Indígenas do Sul (ONISUL) e a Associação dos Professores Bilingües Kaingang e Guarani (APCKG). Segundo observa a autora, foi somente a partir dos anos 2000 que organizações como a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul) e Comissão Guarani Yvy Rupá (CGY), entre outras, são constituídas, atuando desde então na busca pela representação e garantia dos direitos indígenas

conquistados na Constituição Federal de 1988 junto ao Estado brasileiro. É nessa relação dos indígenas com a defesa de seus direitos que o professor Silvio Coelho dos Santos também contribuiu através de sua produção acadêmica e dos diálogos com diferentes áreas do conhecimento para a compreensão das situações que se apresentavam nesse percurso trilhado para o reconhecimento e garantia de seus direitos originários pelo Estado brasileiro.

4.2 A PRÁXIS ANTROPOLÓGICA EM RELAÇÃO AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E AS HIDRELÉTRICAS

4.2.1 A Antropologia em diálogo com o Direito

Conforme declarou Dikie (2009), a “marca de Barbados” ficou inscrita profundamente na caminhada acadêmica do professor Silvio Coelho dos Santos no campo da antropologia, refletindo nas direções e práticas do antropólogo posteriores ao ano de 1971. As novas compreensões produzidas a partir desta experiência do antropólogo rumaram para um comprometimento cada vez maior com a garantia dos direitos das populações indígenas no Brasil, revelando-se necessário o estabelecimento de diálogos com outras áreas do conhecimento científico, a exemplo do Direito, para melhor entendimento e trato de algumas problemáticas, como a implantação de hidrelétricas em Terras Indígenas.

Em entrevista concedida ao antropólogo Robert Crépeau, da Université de Montreal, no ano de 1992, Silvio Coelho dos Santos comentava sua experiência junto ao Projeto Uruguai e sua atuação junto aos povos indígenas, explicando como se deram os primeiros passos rumo à aliança estabelecida entre a Antropologia e o Direito:

A Eletrosul começou alguns estudos de aproveitamento do potencial hidroelétrico da bacia do Rio Uruguay. Eu acabei sendo convidado para apresentar para esse grupo de técnicos da Eletrosul alguns dados sobre as populações indígenas que estavam ao longo do rio e dos seus afluentes. E dessas conversações acabou surgindo uma ideia mais clara da dimensão do projeto da Eletrosul e eu comuniquei a eles que aquelas informações que eu estava dando não tinham uma segurança precisa para eles definir os projetos que eles queriam que ia precisar mais estudos e toda

essa coisa porque era muito difícil você ter uma planta e mapa mais ou menos precisas e você dizer se tem uma população indígena ou não ali, muito difícil não é? Então em cima disso acabou se fazendo um primeiro projeto para a Eletrosul trabalhando em cima das repercussões que haveriam esse projeto para os índios. Num determinado momento desse projeto surgiu a questão da indenização. Então nesse contexto surgiu para nós uma questão umas populações indígenas não devem ser indenizadas financeiramente? Fizemos uma consulta a um advogado que era amigo nosso que se movimentava nesse momento dentro dum movimento maior que a gente participava que era um movimento para segurar os direitos indígenas dentro dum país autoritário. Esse advogado fez um parecer a respeito e um levantamento da legislação indígena. Surgiu então um primeiro parecer jurídico sobre que em caso de ser necessário deslocar uma população indígena ou ocupar uma parte das terras se não tivesse outra solução a indenização deveria ser em terra. Quando esse parecer jurídico saiu isso acabou tendo uma grande repercussão na área jurídica mais ampla. A gente começou a ter várias solicitações etc dentro desse entendimento também na área da antropologia A partir daí e que começou a surgir a ideia de que nós devíamos trazer mais advogados e colocar mais antropólogos em contato com eles (Entrevista 1992 apud Crépeau, 2009, p. 269).

Nessa busca de diálogo com o Direito, o professor Silvio promoveu duas reuniões históricas, que se consistiram na realização do Seminário “*O Índio Perante o Direito*”, em 1980, e o “*Sociedades indígenas e o Direito – uma questão de direitos humanos*”, em 1983, contando com a participação de antropólogos de várias universidades do país e do exterior, advogados, juízes e promotores. Ambas as reuniões foram realizadas na mesma época em que o professor Silvio também dedicava-se à realização dos primeiros estudos antropológicos acerca dos problemas decorrentes da implantação de projetos de desenvolvimento em territórios indígenas, como o Projeto Uruguai.

Naquele momento se colocavam também as discussões em torno

das limitações e precariedades dos direitos indígenas no momento que antecede a Constituição de 1988, ainda regidos pela tutela. Elas foram de suma importância à medida que as lutas judiciais em defesa de suas terras, que passou a contar com a crescente participação dos antropólogos, apontava para a exigência de fundamentações jurídicas na adoção de estratégias em prol do reconhecimento de seus direitos cidadãos pelo Estado brasileiro.

De forma especial, destaca-se também a resposta aos ofensivos planos de “integração” dos povos indígenas à sociedade brasileira, como o “Projeto de Emancipação” proposto pelo Ministro do Interior Rangel Reis em 1977, que a comunidade de antropólogos/as brasileiros/as atuantes naquela conjuntura organizou, articulando uma série de reuniões para manifestar seus posicionamentos em defesa dos povos indígenas, denunciando a tentativa de violação de seus direitos pelo Estado brasileiro. Seguiu-se, também, a essa mobilização o movimento pela demarcação das Terras Indígenas no Brasil e a elaboração de novos dispositivos jurídicos que assegurassem esses direitos na nova Constituição de 1988, ações que contaram com a significativa participação e envolvimento da ABA liderados pela então presidente Manuela Carneiro da Cunha⁸⁶ (1986-1988).

O professor Silvio Coelho dos Santos teve atuação decisiva nessas mobilizações e manifestações. Em seu pronunciamento no “Ato Público contra a Falsa Emancipação das Comunidades Indígenas”, realizado Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA) em 1978⁸⁷, quando se reuniram antropólogos/as e representações de diversas universidades e instituições do país ligados/as às questões indígenas, o professor Silvio denunciava as condições de exploração em

⁸⁶ Cf. Cunha (1987).

⁸⁷ É justamente nesse contexto que a agência de Silvio Coelho dos Santos encontrou lugar de destaque no *campo político* (Bartolomé, 2009) que constitui a relação entre Antropologia e Indigenismo (Junqueira; Carvalho, 1981; Ribeiro, 1989), particularmente entre as décadas de 1960 a 1980, no tocante à implantação dos grandes projetos de desenvolvimento, entre eles os hidrelétricos, que afetam os povos indígenas e tradicionais em todo Brasil. O aspecto diferencial deste discurso é que, além do significativo posicionamento dos/das antropólogos/as em relação à questão indígena diante do autoritarismo político do regime de ditadura civil-militar vigente neste momento, tal declaração sobre a situação dos índios do sul do país foi proferida pelo antropólogo Silvio Coelho dos Santos no mesmo ano em que foi convidado a realizar a pesquisa de consultoria para a Eletrosul, no denominado *Projeto Uruguai*, conforme já relatado anteriormente.

que se encontravam os indígenas da região sul do país face aos projetos e políticas oficiais:

Em Ibirama (SC), cerca de Cr\$ 11.800.000,00 no mínimo são devidos aos índios pela ocupação de suas terras pelas águas formadas pela construção de uma barragem de regularização do rio Hercílio. E em toda a bacia do Uruguai cerca de 11 áreas indígenas estão sujeitas à serem afetadas pela implantação de um complexo de barragens, destinadas a geração de energia elétrica, projetada sob responsabilidade da Eletrosul. (...) Ora, o que pensam os índios disso? Posso garantir que os índios do sul estão cansados da servidão a que se acham reduzidos, pela incapacidade da FUNAI em aplicar a lei e pela montagem ostensiva de um aparelho burocrático para explorar o patrimônio que a eles pertence legitimamente (Comissão Pró-Índio, 1978: 52).

Ao destacar em seus estudos a dominação de caráter colonial referente à *práxis* indigenista e ao modelo econômico de desenvolvimento vigente naquele momento, o professor Silvio também denunciava as condições extremas de genocídio às quais os povos indígenas vinham sendo submetidos, sobretudo na região Sul do país. Com seus estudos e levantamentos deu visibilidade às precárias situações vivenciadas pelos povos Kaingang, Laklãnõ/Xokleng, Guarani e Xetá, e os preconceitos e a violência que cotidianamente sofriam.

Naquela atmosfera de atuação da comunidade antropológica, e dos protestos gerados em torno das ameaças e violações dos direitos indígenas pela política indigenista do Estado brasileiro, que aderiu a estratégica “*desindianização*” dos povos originários para abolir seus direitos à terra que viviam e ocupavam, conformou um novo campo de discussões em que a Antropologia passou a estabelecer diálogos estreitos com o Direito e os formuladores dos dispositivos e corpus jurídicos. Esta aliança se revelou extremamente profícuo e produtiva para compreensão e orientação sobre os direitos indígenas, que se encontram ameaçados frente ao contexto político da ditadura civil-militar e de seus planos de governo para o desenvolvimento econômico. De acordo com as considerações de Cunha; Almeida (2001) sobre este momento:

Em 1978, a ditadura militar manietava todas as manifestações políticas. Todavia, as questões

indígenas não eram consideradas políticas. A insatisfação reprimida, para surpresa de muitos, encontrou nessas questões um canal para expressar-se. A proibição de protestos políticos pode ter sido a razão pela qual o chamado projeto de emancipação, tema bastante distante para a maioria dos brasileiros urbanos, canalizou um protesto de tamanha amplitude. O projeto de emancipação foi finalmente descartado, embora ressuscitando desde sob diferentes disfarces. A campanha contra a emancipação das terras indígenas marcaria porém o início de uma década de intensa mobilização em torno das lutas indígenas. Foi fundada a primeira organização indígena de caráter nacional, bem como um número significativo de Comissões Pró-Índio, formadas basicamente por voluntários, sobretudo antropólogos e advogados (p.5).

É portanto, no contexto de atuação da comunidade antropológica brasileira em defesa dos direitos indígenas, e das discussões que começam a se manifestar para uma nova Constituinte, que a realização do Seminário “*O Índio Perante o Direito*”, deve ser apreendido, em outubro de 1980. Esse Seminário contou com a presença de 23 antropólogos, 10 advogados e 11 convidados especiais, entre antropólogos de outros países, como David Maybury-Lewis, representantes da OAB, funcionários da FUNAI, que se reuniram para discutir os contextos vividos pelas populações indígenas no país, vítimas de projetos de desenvolvimento econômico em seus territórios (como hidrelétricas, mineração, garimpo, rodovias), remoções compulsórias, conflitos fundiários, etc., bem como a proposição de estratégias científicas amparadas juridicamente. Como destacava o professor Silvio, em sua apresentação do evento:

Decisões judiciais, como a que reconheceu o direito do Xavante Mário Juruna viajar para a Holanda, para participar do Tribunal Russel, são importantíssimas. Da mesma forma, são essenciais pesquisas e pareceres que efetivamente elucidam situações como a dos índios Xokleng (SC), sujeitos à construção de uma barragem de contenção de cheias no rio Itajaí do Norte; dos Kaingang e Guarani (RS/SC), ameaçados pelo complexo de barragens destinadas ao

aproveitamento da bacia do Uruguai; dos Guarani (PR), sujeitos aos efeitos do lago que será formado em consequência da barragem de Itaipu; dos Parakanã (PA), vítimas reais da construção da barragem de Tucuruí, entre tantos outros casos, cuja tônica tem consistido em não terem os indígenas seus direitos reconhecidos. Essa é a contribuição que certamente profissionais da Antropologia, associados aos juristas e devidamente apoiado por segmentos cada vez mais amplos da sociedade civil, haverão de efetivar (Santos, 1983, p. 18).

Além disso, tinha como expectativa que:

“Essa reunião foi não só básica para a aproximação de antropólogos e advogados como decisiva para o começo das discussões que levaram à elaboração dos dispositivos constantes no capítulo sobre os índios na Constituição de 1988” (Santos, 1998a, p. 85-86).

Aquele momento pré-Constituinte era significativo para a consolidação de ações em defesa dos direitos indígenas, conduzidas com uma articulação entre antropólogos/as, advogados/as, juristas, mas também organizações indígenas e de outras organizações não governamentais (ONGs). Assim, com tais preocupações, os/as presentes no Seminário *O Índio Perante o Direito* elaboraram sete documentos, aprovados coletivamente nesta Reunião, sendo eles: 1. Sobre Terras Indígenas; 2 – Sobre Tutela e a Integração dos Povos Indígenas; 3 – A Construção de Barragens e os Direitos dos Povos Indígenas; 4. Parques Nacionais em áreas de Parques Indígenas; 5. O trabalho do antropólogo e a FUNAI; 6. Sobre o Projeto Rondon e as Áreas Indígenas; 7. Proposição e recomendações. Além disso, o encontro teve como fruto também a publicação em 1982 de um livro, com o mesmo título do encontro, reunindo ensaios de alguns/mas dos/as participantes, como: Eduardo Viveiros de Castro, Orlando Sampaio, Rafael M. Bastos, Pedro Agostinho, Carlos Marés, Paul Aspelin, Carmem Junqueira, Abel Lima, Betty Lafer, Maria do Rosário Carvalho, Cecília Maria Vieira Helm, Ewerton Guimarães, Anthony Seeger e o próprio Silvio Coelho dos Santos, coordenador da Reunião.

Três anos depois, em 1983, o professor Silvio Coelho dos Santos promoveu uma segunda edição do encontro, então intitulado “*Sociedades indígenas e o Direito – uma questão de direitos humanos.*”

Novamente contando com a presença de antropólogos/as e advogados/as, esta segunda reunião teve como objetivo promover maior aproximação entre esses profissionais de diferentes áreas, “com vistas ao estabelecimento de uma aliança que favoreça as minorias étnicas” (Santos et al, 1985, p. 11). Entretanto, o diferencial deste encontro, em relação ao anterior, consistiu na construção de melhor compreensão em torno do tema da pluriétnicidade de todo continente americano, visto que a simples formulação das proposições relativas ao reconhecimento das relações de dominação e subordinação que caracterizavam a interação entre “índios e brancos” na América, realizada na reunião de 1980, não era suficiente para garantir os direitos dos indígenas. Neste sentido, de acordo com a apresentação da Comissão Organizadora, no livro que foi publicado (Santos et al, 1985):

Era preciso traduzir tais proposições, estabelecendo objetivos e viabilizando estratégias para que se formulassem novas concepções de organização do Estado e, em particular, quanto ao relacionamento deste com as múltiplas sociedades minoritárias, localizadas no território que politicamente pretende controlar. Esta foi a razão dessa segunda reunião (p. 12).

Para a realização desta Reunião, o professor Silvio Coelho dos Santos contou também com a colaboração de antropólogos/as e advogados/as de diversas universidades no país, como João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ), Manuela Carneiro da Cunha (USP), Dennis Werner (UFSC), Orlando Sampaio Silva (UFPA), Roque de Barros Laraia, (UNB) Edgard de Assis de Carvalho (PUC/SP), Cláudia Menezes (OAB/RJ), Aurélio Wander Bastos (Fundação Casa Rui Barbosa/RJ), Bruna Franchetto (antropóloga da OAB/RJ), Raimundo Laranjeiras (Universidade de Santa Cruz/BA), Hildebrando Pontes Neto (Instituto dos Advogados/MG), entre outros/as. De forma especial, contou com a presença das lideranças indígenas Olair Karajá e Mário Juruna, à época, Deputado Federal, bem como de representantes de ONGs indigenistas, representantes da FUNAI e OAB.

Igualmente, teve como um de seus resultados a elaboração de “Documentos Conclusivos”, a exemplo das Moções sobre os Pataxó, Yanomami, etc., e Recomendações, como as relacionadas ao caso da Barragem Norte/Ibirama. Na busca pela formulação de estratégias que permitissem aos povos indígenas terem assegurada uma assistência jurídica, esta reunião resultou em decisões jurídicas favoráveis aos

indígenas na sua luta para sobrevivência física, cultural e social diante de um Estado que se pretendia uninacional (Santos et al., 1985, p. 167). A partir de quatro Grupos de Trabalho, os/as participantes desta reunião produziram documentos que publicizaram algumas situações vivenciadas pelas populações indígenas, formulando propostas para o reconhecimento e conquista de seus direitos de cidadania, de modo que a legitimidade de suas particularidades culturais também seja assegurada, garantindo a capacidade de autogoverno e autonomia desses povos.

Cópias de diversos desses documentos, que podem ser encontrados no acervo do NEPI, evidenciam os esforços do professor Silvio na busca por “alianças” que pudessem beneficiar o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas diante de problemáticas situações, especialmente as que acompanhava diretamente junto aos povos indígenas da região Sul do Brasil. Uma série de cartas emitidas e destinadas por/ao professor Silvio, revelam o quanto possuía uma capacidade de articulação, tanto com os colegas da antropologia e outras áreas do conhecimento, quanto com instituições, como FUNAI, Ministério Público Federal, entre outros. Algumas das cartas que me chamaram a atenção se referem à sua movimentação entre antropólogos e antropólogas, de diversos países da América Latina, para a realização de um encontro em 1986 sobre as consequências sociais da construção de barragens na América Latina. Apresenta-lhes, também, uma proposta para a elaboração de um livro intitulado “*Latin American Dams: their Sócio-cultural Consequences / Consequências Sociais da construção de barragens na América Latina*”, com a colaboração de Paul Aspelin, tendo como convidados/as intelectuais da antropologia de vários países, atuantes no contexto da América Latina, como Shelton Davis, Luz Vidal, Miguel Bartolomé, Alicia Barabas, entre outros/as.

Em sua trajetória engajada, Silvio Coelho dos Santos também atuou, nessa década de 1980, junto aos parlamentares constituintes na conjuntura de redemocratização do país e consolidação da Constituição de 1988, buscando assegurar que a Carta Magna contemplasse os direitos das populações indígenas do Brasil e garantisse sua autonomia em seus territórios e reconhecimento mediante um relacionamento simétrico entre a sociedade nacional e as sociedades indígenas.

Tais esforços do antropólogo Silvio Coelho dos Santos no âmbito da Constituinte podem ser observados em um dos documentos que elaborou, intitulado “Constituição e Constituinte – Subsídios”, datado em janeiro de 1987, e composto pela reunião de artigos escrito por ele entre os anos 1983 e 1986, com discussões relativas aos direitos

indígenas e/ou humanos⁸⁸ no processo de redemocratização que se consolidava rumo à Constituição de 1988. Este documento foi entregue aos constituintes eleitos, deputados estaduais de Santa Catarina e outros representantes políticos, visando a inclusão de temas como universidade; minorias étnicas; juventude; direitos humanos e construção de barragens, com a esperança, segundo descreve, “de contribuir para a conquista de um texto constitucional mais justo e mais democrático” (Santos, 1987). Em 1989, ele publicou também seu livro “*Os Povos Indígenas e a Constituinte*”, no qual contempla também a reação e o movimento indígena junto à política brasileira.

4.2.2 O renascer da ABA

A ênfase na produção de conhecimento científico na condução dos estudos e levantamentos para projetos de desenvolvimento durante o regime militar, como as hidrelétricas, deu-se também no momento de consolidação da reforma universitária no Brasil, promovida pelos governos ditatoriais através do Parecer Sucupira, decretado em 1965. Entre as medidas e diretrizes impostas à esfera acadêmica, como os controles e práticas de censura universitária que promoveu inúmeras cassações de professores, servidores e estudantes, esteve também a ampliação da quantidade de vagas ofertadas nos cursos de graduação e a estruturação do ensino de pós-graduação. Com isso, o aumento do número de estudantes e professores nas universidades foi propício para que fossem contempladas novas temáticas nos currículos, como as relacionadas aos aspectos socioculturais no Brasil, que abriram portas para a discussão em torno de políticas públicas destinadas às populações indígenas (Santos, 2006, p. 52).

Essa abertura na academia, ainda que submetida à atmosfera de censura que se impunha no auge do autoritarismo no país, representou uma oportunidade de elaboração de estratégias para os jovens antropólogos (docentes e em formação) que se dedicavam a pensar as problemáticas contradições expostas na sociedade brasileira decorrentes da conjuntura política e econômica vigente, de acelerado desenvolvimento e violação de direitos. Neste contexto, alguns antropólogos no Brasil, como Roberto Cardoso de Oliveira, começam a se mobilizar para promover a reabertura da Associação Brasileira de

⁸⁸ Veja-se o artigo de Silvio Coelho dos Santos “*Direitos Humanos e os direitos dos povos indígenas no Brasil*”, publicado em Silva; Grupioni (1995) e Santos (2005).

Antropologia (ABA), a qual “hibernava desde 1966”, quando ocorreu sua derradeira reunião, na cidade de Belém (PA). A partir das influências que o professor Silvio Coelho dos Santos possuía enquanto diretor do Museu Universitário, ele conseguiu que a proposta de reativação da ABA fosse formalizada em projeto e aceita pelo então reitor da UFSC, Roberto Lacerda, obtendo também auxílios financeiros no custeamento do evento. Em dezembro de 1974, no auditório da reitoria, a UFSC sediou a reabertura da ABA. Nas palavras de Santos (2006):

A IX Reunião de nossa Associação contou com a participação de 28 sócios e 179 não sócios, e teve como agenda a realização de três mesas-redondas, que focalizaram os seguintes temas: “*Ensino e pesquisa em Antropologia no Brasil*”; “*A Antropologia em ação: o problema das minorias*”; e “*Contribuição da Antropologia ao processo de desenvolvimento brasileiro*” (p. 53).

Significativas são, também, as considerações do antropólogo Orlando Sampaio Silva sobre este momento histórico de reabertura da ABA que ocorreu na UFSC, no severo contexto do regime militar no Brasil e a contribuição do professor Silvio para a sua realização:

Na década de 70 e primeira metade dos anos 80, o País se encontrava sob a ditadura militar. As reuniões da ABA, que deveriam realizar-se de dois em dois anos, não estavam ocorrendo regularmente, devido às dificuldades institucionais e às restrições ao direito de reunião e de expressão livre das ideias, impostas pelo sistema político dominante. Foi nessa situação política que Silvio, em sua condição de professor da UFSC, se empenhou e conseguiu realizar três reuniões da maior importância para a história da Antropologia Brasileira e para as lutas em favor das sociedades indígenas. Por sua ação decisiva, a UFSC acolheu, em 1974, a 9ª Reunião Brasileira de Antropologia. A partir desse encontro científico, as Reuniões da ABA voltaram a efetivar-se em sua periodicidade regulamentar (Silva, 2009, p. 256).

4.3 O GURU ENTRE “AQUELES QUE INCOMODAM”: NOTAS SOBRE A ATUAÇÃO DE SILVIO COELHO DOS SANTOS

“De certo modo, os cientistas devem assumir o papel do guru na sociedade em que vivem, formando discípulos e difundindo democraticamente o conhecimento” (Fredrik Barth, 2000, p. 16).

Durante a realização desta pesquisa no acervo do professor Silvío e junto aos/às interlocutores/as que gentilmente me concederam a oportunidade de conversar sobre momentos de sua história com certa proximidade ao antropólogo, chamou-me a atenção a considerável quantidade de pesquisadores/as e estudantes que tiveram partes de seus caminhos trilhados sob sua orientação e/ou influência. Para alguns/mas, o oportuno encontro com o professor Silvío durante a caminhada acadêmica consistiu em uma ressignificação de objetivos profissionais anteriormente escolhidos, uma mudança de direção no olhar e no sentir em relação aos conhecimentos e acontecimentos, ou até mesmo uma aproximação movida pela empatia relacionada ao seu “fazer antropológico”, como aconteceu comigo mesma.

Ao longo de uma trajetória de quatro décadas, este antropólogo acompanhou e ajudou a promover novas formas de pesquisa e interpretação antropológica, pautado na tônica dialética do compromisso de se às causas que defendeu, como os direitos indígenas e os direitos humanos. Foi notável, durante a pesquisa e entrevistas realizadas, a frequente referência ao professor Silvío como um importante mestre formador de estudantes que iniciavam na vida acadêmica, como também um portador do dom de agregar forças e da dádiva de fazer alianças entre as pessoas para a compreensão dos povos indígenas e seus modos de vida, priorizando o retorno de seus trabalhos a esses interlocutores privilegiados em suas pesquisas. Uma das características que Barth (2000) atribui ao “guru”, em suas análises sobre produção de conhecimento em Bali, refere-se à sua relação pessoal e duradoura com seus discípulos, ao mesmo tempo que ele é um gerenciador do conhecimento através de um “cosmopolitismo intelectual”, por meio do qual influencia e oferece indistintamente seus saberes para que sejam transportáveis para onde quer que o discípulo siga (p. 159).

Coincidentemente, o professor Silvío era chamado por alguns de seus alunos e colegas da Antropologia da UFSC de “Guru”, expressão pela qual se referiam à ele, carinhosamente, por sua personalidade acolhedora e habilidade em orientar e auxiliar nas mais diversas

questões que se apresentavam, sobre as quais ele detinha vasta experiência obtidas em diferentes contextos de atuação durante sua trajetória profissional. De forma especial, alguns relatos ressaltavam os amistosos almoços que ele e sua companheira Alair ofereciam em seu lar, agregando os colegas e ideias, assim como as situações em que recebiam em sua casa os amigos indígenas, que tanto procuravam por Silvio para o auxílio em suas movimentações políticas.

Quando perguntei à professora Maria José se ela considerava que o professor Silvio tenha dado origem à uma tradição na Antropologia da UFSC e/ou no sul do país, ela imediatamente me respondeu: “*No Brasil! Ele foi um dos primeiros, nós fomos os primeiros a trabalhar a questão das barragens. Não tenho a menor dúvida.*”

De modo peculiar, a autoria de uma discursividade do professor Silvio no campo antropológico do sul do país revela-se em uma *práxis*, construída a partir de suas formações iniciais, tais como as que se deram com Roberto Cardoso de Oliveira ou Egon Schaden, dos seus interlocutores indígenas com os quais conviveu, e das alianças e articulações no campo da antropologia, a exemplo da Reunião de Barbados, a atuação junto a ABA, e suas parcerias no campo jurídico, com o compromisso da produção do conhecimento antropológico a serviço dos/as interlocutores/as com os quais as pesquisas se realizam. Ainda que a antropologia de um autor não deva ser entendida estritamente por sua atuação política, é perceptível sua influência sobre o trabalho teórico e reflexivo nos temas que se propôs analisar, bem como na experiência dialógica que procurou estabelecer com os indígenas.

Roberto Cardoso de Oliveira (1978) sustenta que ao pensar os indígenas no Brasil, a sociedade nacional em sua maioria pensa-a a partir da presença “incômoda” das populações indígenas. Em suas palavras: “É uma presença que moralmente incomoda, pois nos obriga a pensar o índio não mais em si, mas em relação à nós próprios: nossas obrigações civis, nossa responsabilidade moral” (p. 11). Nessa percepção apontada por Cardoso de Oliveira (1978), Peirano (2000) concebe que o adjetivo *incômodo* tende a ser revelador de um ideal de sociedade integrada nacional, “se não para o antropólogo, para a sociedade civil dominante” (p. 220), estando àquele, com especial dedicação, por entre “aqueles que incomodam”. Como destacou Silvio Coelho dos Santos:

Minha trajetória como pesquisador inclui principalmente investigações com indígenas no

Sul do Brasil, abordando temáticas como contato interétnico, educação, direito de minorias e consequências sociais de projetos de desenvolvimento (Santos, 2009: 301).

E essa clara opção do professor Silvio se evidenciou desde o início de sua trajetória acadêmica, a de se dedicar totalmente a “aqueles que incomodam”. E “incomodam” porque fazem rever nossas relações com o diferente, porque tem direitos e resistem como grupos etnicamente diferenciados, apesar do violento e dramático encontro colonial. “Incomodam” porque seus territórios estão onde pretende-se implantar hidrelétricas, porque fazem repensar nossos projetos de desenvolvimento (tão “incômodos”, também, aos povos indígenas).

E foi o seu engajamento entre “aqueles que incomodam” que o levou a pesquisar e atuar junto aos projetos hidrelétricos do Projeto Uruguai, e a estabelecer uma práxis antropológica na relação que se estabeleceu entre o setor hidrelétrico e os povos indígenas. Uma práxis gerada pelo incômodo que experienciara em relação as condições de genocídio vividas pelos indígenas no Sul do país, que o fez pensar e refletir sobre a antropologia que conduzia, estabelecendo os parâmetros de sua atuação. Um repensar, como assinalou Cardoso de Oliveira, forjado não em relação aos indígenas, *mas em relação à si próprio, nas suas obrigações civis e responsabilidade moral* com as condições de vidas desses povos.

Uma opção que o professor Silvio foi construindo, como apresentou em sua biografia, “de modo artesanal”, expressão tomada do conceito “Artesanato Intelectual”, desenvolvido pelo sociólogo Writh Mills (1969: 211-246). Em *Índios e Brancos no Sul do Brasil* (1987, p. 15, nota 1), publicação de sua tese, o próprio professor Silvio cita-o de modo a nos dizer sobre o seu artesanal “fazer antropológico”:

(...) os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram ambos demasiadamente a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra. (...) deve aprender a usar a experiência de sua vida no seu trabalho continuamente. Nesse sentido, o artesanato é o centro de si mesmo e o estudante está pessoalmente envolvido em todo produto intelectual de que se ocupe”.

Imagem 15 – Silvio Coelho dos Santos com o *Kujá* (liderança espiritual Kaingang) Vicente Fokãe Fernandes, da TI Xaçecó.



Fonte: AVISC, junho de 1998 (autoria não identificada).

TECENDO CONCLUSÕES

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido (Benjamin, 1994).

A realização desta dissertação voltada à compreensão da práxis antropológica de Silvio Coelho dos Santos no âmbito do *Projeto Uruguai*, a partir de seu espólio documental reunido nos arquivos do NEPI, possibilitou um caminhar por entre algumas estradas da memória de um passado que, por diversas formas, se estende ainda no presente. Uma dessas estradas levaram a me deparar com a dramática e dolorosa experiência de contato vivida pelas populações indígenas da região Sul do Brasil desde os primeiros tempos de contato com as frentes colonizadoras, cujas marcas das violações sofridas ainda estão inscritas em suas histórias de vida através dos diferentes ciclos de exploração de seus territórios e de sua força de trabalho, o que até hoje se verifica com as tentativas de instalação de usinas hidrelétricas sobre as Terras Indígenas.

No caso do *Projeto Uruguai*, pode-se perceber que a especificidade histórica no qual foi concebido, no contexto da ditadura civil-militar no Brasil, foi decisiva para a escolha dos métodos e para o trato do Estado com as populações indígenas afetadas pelos empreendimentos previstos na bacia do rio Uruguai. A conjuntura nacional e internacional que motivou o convite da Eletrosul para a realização dos estudos antropológicos pela UFSC, nos anos 1970 e 1980, para avaliação dos possíveis efeitos dos projetos hidrelétricos para os indígenas daquela região hidrográfica, traçou as condições para o início dos diálogos entre o setor elétrico e os profissionais da Antropologia no Brasil, estabelecendo-se uma práxis antropológica nas relações que se intensificavam entre os projetos hidrelétricos em terras indígenas.

No âmbito do *Projeto Uruguai*, o engajamento e o modo como o professor Silvio Coelho dos Santos posicionou-se, tanto teoricamente quanto na prática, diante dos prejuízos e consequências que as populações indígenas sofreriam com a implantação das hidrelétricas, foi determinante para que o rumo das pesquisas realizadas ultrapassasse os limites de um trabalho estritamente técnico e de cunho cientificista, como era a expectativa das políticas direcionadas aos projetos militares naquele momento. Como demonstramos, a partir da década de 1970 os

projetos econômicos de integração nacional priorizados pelos governos militares centraram-se, sobretudo, no planejamento estratégico-racional e as articulações entre os vetores científico e tecnológico para o aceleração da economia pelo Estado brasileiro, como foi o caso do Projeto Uruguai, ou aqueles direcionados para a Amazônia (Becker 1992; Ioris, 2014).

A realização dos estudos antropológicos para o Projeto Uruguai revelou-se, também, oportuna para o engajamento da antropologia da UFSC no apoio aos indígenas na conquista e garantia dos direitos indígenas, especialmente diante dos efeitos deletérios das hidrelétricas sobre seus territórios. No mesmo ano em que o professor Silvio e sua equipe de pesquisadores realizaram o primeiro estudo para a Eletrosul, no ano de 1978, as mobilizações indígenas no Sul do país estavam ocorrendo fortemente e gerando vários movimentos de retomada de suas terras, articulando-se com as demais organizações indígenas do país naquele momento de mobilizações políticas que se encaminharam à Constituinte. A reunião de Barbados, ocorrida em 1971, também influenciou decisivamente o comprometimento ético e teórico-metodológico do professor Silvio Coelho dos Santos em sua produção antropológica.

Nessa confluência de várias situações e acontecimentos que ocorreram durante sua trajetória antropológica e se entrecruzaram na relação entre os povos indígenas do Sul do Brasil, o *Projeto Uruguai* foi compreendido como um campo de saber (e poder) específico, no qual a movimentação e resistência dos indígenas, a atuação do professor Silvio e os projetos hidrelétricos geraram, através de cada lugar ocupado nesse campo, algum “incômodo”, produzindo deslocamentos e mudanças nos planejamentos estratégicos inicialmente previstos.

Por fim, de algum modo este passado deixou-se fixar no presente trabalho a partir de seu (re)conhecimento nos documentos e nos “anéis” contidos no acervo do professor Silvio Coelho dos Santos no NEPI, que começam a vestir outros dedos na produção de novos conhecimentos, de novas dissertações e teses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALMEIDA, Carina S.; NOTZÖLD, Ana Lúcia V. A memória da paisagem: os Kaingang e as relações entre cultura e natureza nos “apontamentos” de Mabilde. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

ALMEIDA, Carina Santos de. *Tempo, memória e narrativa kaingang no oeste catarinense: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xaçepó*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005.

ARANTES, Antônio Augusto; DEBERT, Guita G. (Orgs.). *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. São Paulo: Unicamp, 1992.

ARZE QUINTANILLA, Oscar. El impacto social de las represas hidroeléctricas en los grupos étnicos americanos. In: *Seminário Efectos Sociales de las grandes represas de América Latina*. Buenos Aires, 1983. 10p.

ASPELIN, Paul e SANTOS, Silvio Coelho dos. Uruguay Basin Project: Damming the Indians os Southem Brazil. In: *ARC/Antropology Resource Center Newslette*, vol. 3, nº 4, Boston, Massachussetes, 1979.

ASPELIN, Paul; SANTOS, Silvio Coelho dos. *Indians Areas Threatened by Hydroeletic Projects in Brazil*. Copenhagen: IWGIA, Document nº 44, 1981.

ASSOCIAÇÃO DE EX-PRESOS POLÍTICOS ANTIFASCISTAS (AEPPA). *A política de genocídio contra os índios do Brasil*. 16 de março de 1974, Arquivo Nacional.

BALANDIER, George. A noção de situação colonial. *Cadernos de Campo*, USP, n. 3, 1993, 107-131.

BALAZOTE, Alejandro O.; CATULLO, María R.; RADOVICH, Juan C. (Orgs.). *Antropologia y grandes proyectos em el Mercosur*. Argentina: Editorial Minerva, 2001.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BARTH, Frederik. *Ethnic groups and Boundaries*. Bergen-Oslo: Universitets Forlaget, 1969.

BARTH, Frederik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARTHES, Roland. From work to text. In: HAVARI, J. V. *Textual strategies*. N. Y: Ithaca, 1979.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. Aspectos sociales de la relocalizacion de la poblacion afectada por la construccion de grandes represas. In: *Seminário Efectos Sociales de las grandes represas de América Latina*. Buenos Aires, 1983. 65p.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. GPDs y desplazamientos poblacionales: algunas claves para su comprensión como procesos sociales complejos. In: *Ilha – Revista de Antropologia*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. V. 10, número 1 (2008). Florianópolis: UFSC / PPGAS, 2009.

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. Relocalizacion Masiva de poblacion: objetivos para los programas de accion social. *Programa de relocalizacion y accion social*. Pras. Dirección de Coordinación. Entidad Binacional Yacretá. Noviembre de 1980. 35p. (mimeo).

BARTOLOMÉ, Miguel A. *Procesos interculturales: antropología política del pluralismo cultural en America Latina*. México: Siglo XXI Editores, 2006.

BECKER, Bertha K. Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da geopolítica. In: LEAL, M.C. (Ed.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento: uma análise interdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992. p. 127-152.

BECKER, Ítala Irene Basile. O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia*. São Leopoldo, n. 29, 1976.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1985].

BLOEMER, Neusa M. Sens; NACKE, Aneliese. Revisitando o Toldo Chimbangue. *Rev. de Antropologia*, São Paulo : USP, v. 39, n. 2, p. 199-218, 1996.

BLOEMER, Neusa Maria (Coord.). A implantação das barragens na bacia do rio Uruguai e suas implicações sociais. *Relatório de Pesquisa*. Florianópolis, dezembro de 1988. 134p.

BONFIL BATALLA, Guillermo. El pensamiento político de los índios en la América Latina. In: *Anuário Antropológico/79*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

BRANCO, C. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

BRIGHENTI, C. A. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandro Fernando. (Org.). *Etnohistória, História Indígena e educação: Contribuição para o debate*. 1ed. Porto Alegre: Palotti, 2012, v. 01, p. 37-65. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf> . Acesso em: 24/10/2016.

BRIGHENTI, C.A. A territorialidade guarani e a ação do Estado - estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Tellus*, ano 4, n. 6, p. 111-136. Campo Grande – MS, 2004.

BRIGHENTI, Clóvis A.; WITTMANN, Luisa T. Indigenismo e movimento indígena Xokleng, Kaingang e Guarani. In: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. (Orgs.). *Histórias na ditadura*: Santa Catarina: 1964 – 1985. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. Pp. 109 – 138.

BRIGHENTI, Clóvis. A. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros. *Debates parlamentares sobre energia elétrica na Primeira República: o processo legislativo*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1990.

CADAL - Centro Antropológico de Documentación de América Latina. *Documentos*: nº 5. México: Marzo, 1978.

CADAL - Centro Antropologico de Documentacion de America Latina. *Documentos*: n° 4. México: Diciembre, 1977.

CADAL - Centro Antropologico de Documentacion de America Latina. *Documentos*: n° 3. México: Septiembre, 1977.

CADAL - Centro Antropologico de Documentacion de America Latina. *Simposio Barbados II. Movimientos de Liberación Indígena en America Latina*. Bridgetown - Barbados: Julio 18-28, 1977.

CADAL - Centro Antropologico de Documentacion de America Latina. *Documento* n° 1. México: Enero, 1977.

CADAL - Centro Antropologico de Documentacion de America Latina. *Documentos*. n° 0. México: Agosto, 1976.

CANALI, Gilberto Valente. A definição do Projeto Uruguai. In: SANTOS, S.C.; REIS, M. J. (Orgs.). *Memória do Setor Elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002. pp. 111 – 129.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. 4a edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A crise do indigenismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Os Povos Indígenas e os seus Direitos*. Rio de Janeiro: Anuário Antropológico 81, Tempo Brasileiro, 1983.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora da UNB, 1978.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Estudos de áreas de fricção interétnica no Brasil. *América Latina*, v.3, Rio de Janeiro, 1962.

_____. *O Índio no Mundo dos Brancos: a Situação dos Tukúna do Alto Solimões*. Difusão Européia do Livro. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo, 1964. p. 143.

CARVALHO, Edgar de Assis. Avá Guarani do Ocoí-Jacutinga. *Parecer antropológico*. São Paulo: Cimi Sul/CJPPR/ANAÍ-PR, 1981.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASTRO, E. V.; ANDRADE, Lucia M. M. Hidrelétricas do Xingu: O Estado contra as Sociedades Indígenas. In: SANTOS, Leynad A. O.;

ANDRADE, Lúcia M. M. (Orgs.). *Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988. (p. 7 – 24).

CASTRO, Paulo Afonso de Souza. *Angelo Cretã e a retomada das Terras Indígenas no Sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CATULLO, María R. *A Antropologia e as represas hidroelétricas do Brasil*. Universidade de Brasília: Cadernos da América Latina, nº 01, 1996.

CEDI/PETI/MNRJ. *Terras Indígenas no Brasil*. São Paulo: CEDI; Rio de Janeiro: PETI/MNRJ, 1987.

CHILD, Jack. El pensamiento geopolítico. IN: GOODMAN, Louis W.; MENDELSON, Johanna; RIAL, Juan (comps.). *Los militares y la democracia: el futuro de las relaciones cívico-militares en América Latina*. Montevideo: Peitho, 1990, p. 213-233.

CMEB – CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Energia Elétrica no Brasil: Breve Histórico (1880 – 2001)*. Rio de Janeiro: 2001.

CMEB – CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro, 1995.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. A questão da Emancipação. *Cadernos da Comissão Pró-Índio*, n. 1. São Paulo, 1979.

Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. *Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008 – 2. ed./ Conselho Nacional do Meio Ambiente. – Brasília: Conama, 2008. 928 p.*

CORRÊA, Maria Letícia. Contribuição para uma história da regulamentação do setor de energia elétrica no Brasil: o Código de Águas de 1934 e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. *Revista Política & Sociedade*, n. 6, Abril de 2005. Pp. 255-291.

CORREIA, Jáder Figueiredo. (Coord.). *Relatório da Comissão de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades do SPI*. Rio de Janeiro, 1967.

CRAB. *Questões que os agricultores atingidos querem saber*. Erexim: 19/03/1982.

CRAB. *Comunicado da Comissão Regional das Barragens*. Erexim: 02/01/2981.

CRAB. *Documento da reunião da Comissão Regional das Barragens*. Erexim: 03/12/1980.

CRÉPEAU, Robert R. A contribuição de Silvio Coelho dos Santos ao estudo dos Jê do Sul. In: ILHA – *Revista de Antropologia*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. V. 10, número 1 (2008). Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2009. Pp. 259 – 272.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os Direitos do Índio*. Ensaios e Documentos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do Ponto de Vista de Quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 36, p. 7-35, 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: etnografia do arquivo. *Mana*, (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, pp. 287-322, 2004.

D'ANGELIS, Wilmar. *Toldo Chimbanguê: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: Cimi-Regional Sul, 1984.

DARELLA, Maria Dorothea Post. *Ore roipota yvy porã. “Nós queremos terra boa”*: Territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina - Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, São Paulo, 2004.

DAVIS, Shelton H.; MANGET, Patrick. Povos primitivos e ideologias civilizadas no Brasil. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. (Orgs.). *Antropologia e Indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981. pp. 37-66.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DES CHENES, Mary. Locating the past. In: A. Gupta e J. Ferguson (ed.), *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997, pp. 66-85.

DIKIE, Maria Amélia S. A marca de Barbados. In: *ILHA – Revista de Antropologia*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. V. 10, número 1 (2008). Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2009. Pp. 318 – 321.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ANPOCS, 1995.

ELETROSUL/CNEC. *Bacia hidrográfica do Rio Uruguai – Estudo de Inventário Hidroenergético*. Florianópolis, Eletrosul – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A, e Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A, 1979.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856.

FERNANDES, Ricardo Cid. *Autoridade política kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os kaingang de Palmas/Paraná*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

FERNANDES, Ricardo Cid. *Lauda Antropológico: os impactos sócio-ambientais da UHE Quebra-Queixo sobre a Terra Indígena Xapecó*. 2001.

FERNANDES, Ricardo Cid. *Protagonistas e mediadores: Indígenas e Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai*. Campos (UFPR), v. 14, p. 115-129, 2013.

FERRET, Luis Airton. A CEEE e sua trajetória histórica. In: SANTOS, S.C.; REIS, M. J. (Orgs.). *Memória do Setor Elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002. pp. 147 - 166.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

Disponível em:

https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/276782/mod_resource/cont

ent/1/Foucault%20Michel%20-%20O%20que%20é%20um%20autor.pdf

FÜRBRINGER, Nádia Philippsen. *Coleções Etnográficas: objetos, fotografias e registros de campo. Novas articulações e ressignificações*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2013. 129 p.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. 117 p.

GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GERMANI, G. I. *Expropriados*. Terra e Água: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GIANNASI, Carlos Alberto. *A Doutrina de Segurança Nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. 2011.

GOMES, João Paulo P.; VIEIRA, Marcelo M. Falcão. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: 43(2): 295-321; MAR/ABR, 2001.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. “Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo” en *América Latina. Revista del Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales* (México DF) Año VI, No 3, julio-septiembre, 1963.

GOULARTI FILHO, A.; ALMEIDA, A. S.; MESSIAS, T. A. A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil 1967-1990. In: *V Encontro de Economia Catarinense*, 2011, Florianópolis. Artigos Completos: ISSN 2175-7313, 2011.

Disponível em:

http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica/A%20TRAJET%C3%93RIA%20DA%20SUD

ESUL%20E%20AS%20POL%20C3%8DTICAS%20DE%20DESENVOLVIMENTO.pdf. Acesso em: 08/08/2016.

GRANDES E PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS NA BACIA DO RIO URUGUAI. Guias para ONGS e Movimentos Sociais. Coordenação e revisão Anelise Hüffnere Bruna Cristina Engel. – ed. atual. – Porto Alegre: Amigos da Terra – NatBrasil, 2011.

GUERRA, Rogério F. Um nome a ser lembrado: Silvio Coelho dos Santos. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 09-35, Abril de 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANDLER, Richard. Boundaries and Transitions. In: Richard Handler (org.). *Excluded ancestors, inventible traditions: essays toward a more inclusive history of anthropology*. Medison: University of Wisconsin Press, 2000, pp. 3-9.

HELM, Cecília M. V. A UH Salto Santiago e os Índios da Área Mangueirinha, PR. In: HELM, Cecília M. V. (Coord.). *A implantação de usinas hidrelétricas e os indígenas no Sul do Brasil*. Relatório. Curitiba: PIAB/IAP/GTZ, 1996. Pp. 45-68.

HELM, Cecília M. V. *Direitos territoriais indígenas: disputa judicial entre Kaingang, Guarani e madeireiros pela Terra Indígena Mangueirinha, Paraná, Brasil*. Curitiba : Design Estúdio Gráfico, 1997. 35 p.

HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n. 1, jan.-mar. 2012, p. 261-282.

HEYMANN, Luciana Quillet. Os Fazimentos do arquivo de Darcy Ribeiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 36, julho-dezembro de 2005, p. 43-58.

ILHA – *Revista de Antropologia*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. V. 10, número 1 (2008). Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2009.

IORIS, Edviges Marta. *Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. (Orgs.). *Antropologia e Indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981.

KERN, Arno A. (Org.). *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

KRÄUTLER, Dom Erwim. Mensagem de Abertura. In: SEVÁ FILHO, Oswaldo (Org.). *Tenotã-Mõ*. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. Internacional Rivers Network, 2005.

KUHN, Thomas S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago, University of Chicago Press, 1970.

LADEIRA, Maria I. M. *O Caminhar Sob a Luz*. O Território Mbya e a beira do oceano. Programa de Pós-graduação em Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

LADEIRA, Maria Inês M. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. São Paulo : USP, 2001. 235 p. (Tese de Doutorado).

LADEIRA, Maria Inês; TUPÃ, Leonardo Wera. Condições ambientais do território Guarani: implicações no modo de vida. *Tellus*, ano 4, n. 6, p. 51-63, abr. 2004. Campo Grande (MS).

LAFER, Betty Mindlin. “A nova utopia indígena: os projetos econômicos”. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. (Orgs.). *Antropologia e Indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2006.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. A energia elétrica como campo de pesquisa historiográfica no Brasil. *AMÉRICA LATINA EN LA HISTORIA ECONÓMICA*, n. 8, julio-diciembre de 1997.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Laudos Periciais Antropológicos em debate*. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA, 2005. 288p.

LEITE, Ilka Boaventura. Sobre a escrita etnográfica, ética e perícia. In: ILHA – *Revista de Antropologia*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. V. 10, número 1 (2008). Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2009. pp. 330-338.

LEME MACHADO, Paulo Affonso. *Direito Ambiental Brasileiro*. 21^a. Edição. São Paulo: Imprensa, Malheiros, 2013.

LEONEL, Mauro. *As Hidrelétricas e os Índios*. O Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica (PRS) e o seu impacto sobre as comunidades indígenas no Brasil. Março – Abril de 1986.

LIMA, Antônio C. de S. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LIMA, José Luiz. *Políticas de Governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código das Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

LIMA, W. P.; RAMOS, J. D.; SILVA, C. Entrevista com o professor Alfredo Wagner Almeida. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 254-270, jul./dez. 2013.

LITAIFF, Aldo. *As divinas palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

MAGALHÃES, Sonia. O desencantamento da beira: reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela usina hidrelétrica de Tucuruí. In:..... et al (Orgs.) *Energia na Amazônia*. Belém (PA): Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação das Univ. Amazônicas, 1996.

MARTINS-COSTA, A. L. B. Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do Lago de Sobradinho. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1989.

MAYBURY-LEWIS, David. *Dialectical Societies: The Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge, Harvard University Press, 1979.

MELLATI, Júlio Cezar. A Antropologia no Brasil: um Roteiro. *Série Antropologia*, vol. 38, Brasília: 2007 [1983]. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-roteiro.pdf>

MELLO, Flávia Cristina. *Aata tapé rupy, seguindo pela estrada: uma*

investigação dos deslocamentos territoriais de famílias mbyá-guarani no sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2001. p.163.

MELO, Marilândes Mól Ribeiro de. *Sílvio Coelho dos Santos - um intelectual moderno no Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE) - SC: pertencimento, missão social e educação para a formação/modernização (1960/1970)*. Florianópolis, 2008. 1v Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

METRAUX, Alfred. The Caingang. In: STEWARD, Julian H. Ed. *Handbook of South American Indians*. Washington, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1946.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. *Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais: licenciamento ambiental*. Brasília: MMA, 2009.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. IN: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930- 1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume, 2000, pp. 173-213.

MOREIRA, Marcos. *Visão Guarani sobre o Tekoa: relato do pensamento dos anciões e líderes espirituais sobre o território*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC. Florianópolis, 2015.

NACKE, Aneliese Nacke; et. al. *Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade*. Chapecó: Argos, 2007.

NACKE, Aneliese; WEBER, Cátia. A hidrelétrica de Itaipu e os Guarani do Ocof-Jacutinga. In: HELM, Cecília M. V. (Coord.). *A implantação de usinas hidrelétricas e os indígenas no Sul do Brasil*. Relatório. Curitiba: PIAB/IAP/GTZ, 1996. Pp. 69-88.

NACKE, Aneliese. *O índio e a terra – a luta pela sobrevivência no PI Xaçecó*. Florianópolis, 1983. 190p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina.

NACKE, Anelise; BLOEMER; Neusa M. S.; LANGE, Ana. *Laudos Antropológicos Toldo Chimbangue*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina; Brasília: Fundação Nacional do Índio, 1984.

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. *El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile, 1994.

NARSIZO, Getúlio. *As várias faces da violência na Terra Indígena Xapecó: Século XX (1902-1989)*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC. Florianópolis, 2015.

NEDEL, Letícia Borges. *Da sala de jantar à sala de consultas: o Arquivo Pessoal de Getúlio Vargas nos combates da história política recente*. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. (Org.). *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/FAPERJ, 2014, v. 1, p. 131-164, p.7

NEDEL, Letícia Borges. *Memória familiar, história política e tempo presente: a circulação do arquivo pessoal de Getúlio Vargas durante o regime militar*. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho, 2011.

NETTO, José Paulo. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981 [1944].

NUTI, Miriam R. *Integração Energética na América do Sul: Escalas, Planejamento e Conflitos*. Tese de Doutorado, IPPUR, UFRJ, 2006.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *O caso dos laudos: pesquisa aplicada ao exercício profissional da antropologia*. In: SILVA, Glaucia. (Org.). *Antropologia Extramuros*. 1ed. Brasília: Paralelo 15, 2008, v. 1, p. 75-86.

OLIVEIRA, Diogo de. *Arandu Nhembo'ea: cosmologia, agricultura e xamanismo entre os Guarani-Chiripá no litoral de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco. Muita terra pra pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e atualização do preconceito. In: LUIS, A. L.; GRUPIONI, D. B. (Orgs.). *A temática indígena nas escolas – Novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. (p. 61 – 86).

OLIVEIRA, João Pacheco. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Esther Jean Langdon e Luísa Garnelo (organizadoras). Rio de Janeiro. Contra Capa. 2004, 9-34.

_____. (org.). Uma Etnologia dos Índios Misturados: Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *A Viagem da Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999, pp. 11-39.

PATTÉ, Ana Roberta Ugllo. *Barragem Norte na Terra Indígena Laklãnõ*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC. Florianópolis, 2015.

PAULA, Orlando Fernandes de. *O Paraguai na agenda externa brasileira e a temática de Itaipu: 2003-2010*. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2014.

PEIRANO, Mariza G. S. A Antropologia como Ciência Social no Brasil. *Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000, pp. 219-232.

PEIRANO, Mariza G. S. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora da UNB, 1992.

PINTO, Álvaro V. *Consciência e realidade nacional*. v. 1. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

PIOVEZANA, Leonel; FERNANDES, Ricardo Cid; GRANADO, Eliana. *Comunidades indígenas face aos projetos de desenvolvimento no Sul do Brasil: os Kaingang na bacia do rio Uruguai*. VI Seminário de Desenvolvimento Regional. Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 4 a 6 de Setembro de 2013. Disponível em: <http://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/19.pdf>

RANDOLPH, John. On the Biography Bakunin Famly Archivel. In:

BURTON, A. *Archive Stories. Acts, Fictions, and the writing of history.* Duke University Press, 2005.

REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens (Orgs.). *Hidrelétricas e populações locais.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

REIS, Maria José. *Espaços vividos, migração compulsória, identidade.* Os Camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá. (Tese). Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 1998.

REIS, Maria José. Estado, Hidrelétricas e Sociedade: implicações político-ideológicas. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 29, Campinas, 1991. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.* Brasília (DF), 1991.

REIS, Maria José. *Problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense.* Erechim: Habilis, [1980] 2007.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984.* Londrina: EdUEL, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *Culturas e línguas indígenas do Brasil.* Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais, 1957.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Original de 1970.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (1987), "Cuanto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos". *Desarrollo Económico.* 105, pp. 3-27.

RIBEIRO, Gustavo Sérgio Lins. *Empresas Transnacionais.* Um grande projeto por dentro. São Paulo: Marco Zero, 1991.

_____. Da prefeitura ao Banco Mundial. Para uma metodologia de ação política com relação aos grandes projetos. In: ARANTES, Antônio Augusto; DEBERT, Guita G. (Orgs.). *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo.* São Paulo: Unicamp, 1992. pp. 103-107.

_____. Militares, antropologia, desenvolvimento. (Uma abordagem preliminar). In: *Antropologia & Indigenismo*, nº 1, Rio de Janeiro, pp. 87-96, 1989.

_____. Projectos de Gran Escala: hacia um marco conceptual para el analisis de uma forma de produccióm temporária. In: BARTOLOMÉ, Leopoldo J. (comp). *Relocalizados: antropologia social de las poblaciones desplazadas*. Edições do IDES, nº 3, Bs. As., pp. 49-66, 1985.

ROCHA, Humberto José da. *Relações de poder na hidroeletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SANTOS, Leynad A. O.; ANDRADE, Lúcia M. M. (Orgs.). *Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Das coincidências na pesquisa e na produção antropológicas. In: ILHA – *Revista de Antropologia*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. V. 10, número 1 (2008). Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2009. Pp. 301 – 307.

SANTOS, Silvio Coelho dos. A geração hídrica da eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais. In: *Ensaio Oportunos*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras e Nova Letra, 2007.

SANTOS, Silvio Coelho dos. (2007a). Hidrelétricas e suas conseqüências socioambientais. In: VERDUM, Ricardo (Org.). *Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*. Brasília (DF), INESC/Fundação Heinrich Böll, p. 41- 56.

SANTOS, Silvio Coelho dos. (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. Da UFSC: ABA, 2006.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A atuação da ABA diante das demandas sociais e políticas: a importância da Reunião de 1974. In: ECKERT, C. (or.). Associação Brasileira de Antropologia. *Homenagens: 50 anos*. Blumenau: Nova Letra, pp. 63-69, 2006a.

SANTOS, Silvio Coelho; NACKE, Aneliese (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

SANTOS, Silvio Coelho dos. A Eletrobrás e suas subsidiárias: projetos termo e hidrelétricos no Sul. In: SANTOS, S.C.; REIS, M. J. (Orgs.). *Memória do Setor Elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002. pp. 99 – 110.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Notas sobre Ética e Ciência. In: LEITE, Ilka B. (Org.). *Estética e Ética na antropologia*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, CNPQ, 1998a.

SANTOS, S.C. (Coord.). *Estudo Etnográfico da Usina Hidrelétrica Machadinho*. Projeto 145/98: Relatório final. Florianópolis: UFSC/FAPEU/NEPI, 1998.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Os Índios Xokleng*: Memória Visual. Florianópolis: Editora da UFSC/UNIVALI, 1997.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Os direitos humanos e o direito dos povos indígenas no Brasil. *Ilha – Revista de Antropologia*. v. 7, n. 1,2. Florianópolis, 2005. Pp. 73 – 82.

SANTOS, Silvio Coelho dos; et al. *Informe sobre os índios Avá-Guarani, ocupantes da AI Ocoí (PR) realocizados pela UH Binacional Itaipu*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. Mimeografado.

SANTOS, S. C. e REIS, M. J. A construção de hidrelétricas: um fenômeno social. In: REIS, Maria José; HELM, Maria Cecília (Coord.). *Hidrelétricas e reassentamento compulsório de populações: aspectos socioculturais*. (Relatório de Consultoria). Curitiba: IAP, GTZ/IAP, 1993. (Florianópolis).

SANTOS, Silvio Coelho dos. Metodologia para o estudo de projetos de desenvolvimento e suas implicações políticas: o caso das hidrelétricas. In: ARANTES, A., et al. *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

SANTOS, Silvio Coelho dos. A barragem de Ibirama e as populações atingidas na área: documento Denúncia. *Boletim de Ciências Sociais*, n. 51/52, Depto de Ciências Sociais, UFSC, 1991.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Povos Indígenas e a Constituinte*. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Os índios da Região Sul e a Construção de Barragens. In: *Anais do Museu de Antropologia 1985/1986*. Ano XVII e XVIII, nº 18. Florianópolis, Dezembro de 1989.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese. *Povos indígenas e desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Número 8, Vol. 3, outubro de 1988.

SANTOS, S. C.; ASPELIN, P. Áreas Indígenas Ameaçadas por projetos hidrelétricos no Brasil. *Anais do Museu de Antropologia*, n. 12; 15, Florianópolis: Editora da UFSC, 1979; 1982; Newsletter. Boston, n.4, v.3, p. 6, Dez./1979.

SANTOS, Silvio Coelho et al (Org.). *Sociedades indígenas e o Direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985.

SANTOS, Silvio Coelho (Org.). *O índio perante o Direito: ensaios*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1983.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Indigenismo e Expansão Capitalista: Faces da Agonia Kaingang*. Florianópolis, UFSC, 1979 (Concurso de Professor Titular em Antropologia).

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: EDEME, 1973; Movimento/INL, 1987.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *O Homem Índio sobrevivente do Sul*. Porto Alegre: Editora Garatuja, 1978.

SANTOS, Silvio Coelho dos. "The Situation of the Indians of Southern Brazil". In: GRÜMBER, G. et alli. *The situation of the indian in South America – Contributions to the study of inter-ethnic conflict in the non-Andean regions of South of America*". Geneva: World Council of Churches, 1972. pp. 334-337.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *A integração do índio na Sociedade Regional*. A fundação dos postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: EdUFSC, 1970.

SANTOS, Silvio Coelho dos Santos. *Os Grupos Jê em Santa Catarina*. Florianópolis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC, 1963.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. As barragens do Uruguai: dinâmica de um movimento social. *Boletim de Ciências Sociais*, n. 42. Florianópolis: Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, 1986.

_____. *O movimento dos atingidos pelas Barragens do rio Uruguai: unidade e diversidade*. Salvador: Cadernos do CEAS, n. 120, 1989.

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Terras e territórios indígenas no Brasil. In: *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 12. Rio de Janeiro, 1979.

SCHILD, Joziléia Daniza J. I. J. *Mulheres Kaingang: seus caminhos, políticas e redes na Terra Indígena Serrinha*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

SCHMITZ, Pedro I. O povoamento indígena do sul do Brasil. IN: FARIAS, Deisi S. E. de. (org.). *Maracajá: pré-história e arqueologia*. Tubarão: Ed. Unisul, 2005. p. 39-60.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Um paradeiro guarani no Alto Uruguai*. Pesquisas, Antropologia n.1. Porto Alegre: IAP, 1957. p. 122-142.

_____. Trabalho de Salvamento Arqueológico nos locais das Represas do Alto Uruguai, RS/SC. In: *Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai: Estudo de Inventário Hidroenergético*. Apêndice IV e V. Florianópolis: ELETROSUL, 1978.

SIGAUD, L. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos. As barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ. Comunicação n. 9, 1986.

SIGAUD, Lígia. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, L.; ANDRADE, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

SILVA, Elis do Nascimento. *Estudos Ambientais Simplificados e o movimento Rio Cubatão Vivo: um estudo de caso sobre um projeto de instalação de pequenas centrais hidrelétricas em Santa Catarina*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

SILVA, Orlando Sampaio. Silvio Coelho dos Santos, nota biográfica. In: ILHA – *Revista de Antropologia*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. V. 10, número 1 (2008). Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2009. Pp. 254-258.

SILVA, Thyse Jacques. *Da Aculturação à Fricção: o início da trajetória acadêmica de Silvio Coelho dos Santos e a Emergência da Etnologia Indígena no Sul do Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais (UFSC). Florianópolis, 2015.

SOUZA, Catiúscia Custódio de. *O movimento indígena e a luta emancipatória*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. Desenvolvimento regional, hidrelétricas privatizadas e comunidades indígenas na bacia do rio Uruguai, RS. In: SANTOS, Silvio Coelho; NACKE, Aneliese (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. Diagnóstico Ambiental do Meio Sócio-Econômico. *Parecer antropológico em subsídio à elaboração do EIA/RIMA*. Eletrosul, Usina Hidrelétrica de Machadinho, 1997.

STOPPINO, Mario. Totalitarismo. In: Bobbio, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1992.p. 94.

SUESS, Paulo. *Em Defesa dos Povos Indígenas. Documentos e legislação*. São Paulo: Edições Loyola, 1980; pp. 19-26.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. In: ILHA – *Revista de Antropologia*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. V. 10, número 1 (2008). Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2009. Pp. 217 – 243.

TOMMASINO, Kimiye; ALMEIDA, Ledson K. Territórios e Territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. Dossiê – Estudos sobre as sociedades Jê (Kaingang e Xokleng) no Sul do Brasil. *Mediações*, Londrina, V. 19 N. 2, P. 18-42, Jul./Dez. 2014.

TOMMASINO, Kimiye. *A história dos Kaingang na Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento*. São Paulo, 1995. 340p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo.

TUCCI, Carlos E.M. *Visão dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio da Prata, Visão Regional*. Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata. GEF/CIC/PNUMA/OEA, 2004.

UFSC/FAPEU/NEPI. *Estudo Etnográfico da Usina Hidrelétrica Machadinho*. Relatório de Pesquisa apresentado à GERASUL. Florianópolis, dez. 1998.

UFSC/FINEP. *A implantação das Barragens na bacia do rio Uruguai e suas implicações sociais: a Barragem de Machadinho e os Índios do PI Ligeiro (RS)*. Relatório de Pesquisa apresentado à FINEP. Florianópolis, dezembro de 1988.

UFSC/FAPEU/ELETROSUL. *Projeto Uruguai: Consequências da construção da Barragem Machadinho para os índios do PI Ligeiro (RS)*. Relatório de Pesquisa. Florianópolis:, 1980. 146p.

UFSC/FAPEU/ELETROSUL. *Projeto Uruguai: os Barramentos e os Índios*. Relatório de Pesquisa. Florianópolis: 1978. 177p.

VAINER, Carlos, NUTI, Mírian. *A integração energética sul-americana: subsídios para uma agenda socioambiental – Brasília*: INESC, 2008.

VAINER, Carlos. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 59, 2007.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico G. B. Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. *Revista Travessia*, n. 6, jan..abr., 1990.

VAINER, Carlos B. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VEIGA, Juracilda. *Cosmologia e Práticas rituais Kaingang*. Campinas: IFCH - UNICAMP, Tese de Doutorado, 2000. 304 pp.

VEIGA, Juracilda. *Organização social e cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê Meridional*. Campinas, 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas.

VIANNA, Aurélio. *Etnia e território: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VIANNA, Aurélio. *Hidrelétricas e Meio Ambiente*. Informações básicas sobre o Ambientalismo Oficial e o Setor Elétrico no Brasil. Rio de Janeiro: CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Documento 3), julho de 1989.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo) Vol. 1, N° 3, 1987.

WERNER, Dennis, et. alli. *As enchentes do Vale do Itajaí, as Barragens e suas Consequências Sociais*. Cadernos de Ciências Sociais, UFSC, Florianópolis, v. 7, n. 1, 1987.

Sítios Eletrônicos

AVISC – *Acervo Virtual de Silvio Coelho dos Santos*. Disponível em: <https://avisc.wordpress.com/>. Acesso em: 22/07/2016.

Comissão Nacional da Verdade. *Violações dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas*. Disponível em: http://200.144.182.130/cesta/images/stories/CAPITULO_INDIGENA_Pages_from_Relatorio_Final_CNV_Volume_II.pdf . Acesso em: 19/10/2016.

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. *Violações aos direitos dos povos indígenas*. 2015. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap2.html>. Acesso em: 22/04/2016.

Centro de Memória Virtual. Fundo Documentos Indígenas. *Relatório da Comissão Figueiredo*. 1968. Disponível em < http://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=ListaArmMemCRV_T_DOC&pesq=>. Acesso em 23/04/2016.

VIANA, Zelito. *Terra dos índios*. Documentário. Roteiro e direção de Zelito Viana (1979). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zeeTx6kQI9s> Acesso em: 19/11/2016.

Y-JUCA-PIRAMA: o Índio aquele que deve morrer. Documento de urgência de Bispos e Missionários. 25 dez. 1973, p. 17. Disponível em < <http://urubui.blogspot.com.br/2012/02/y-juca-pirama.html> >. Acesso em 23/04/2016.

APÊNDICE

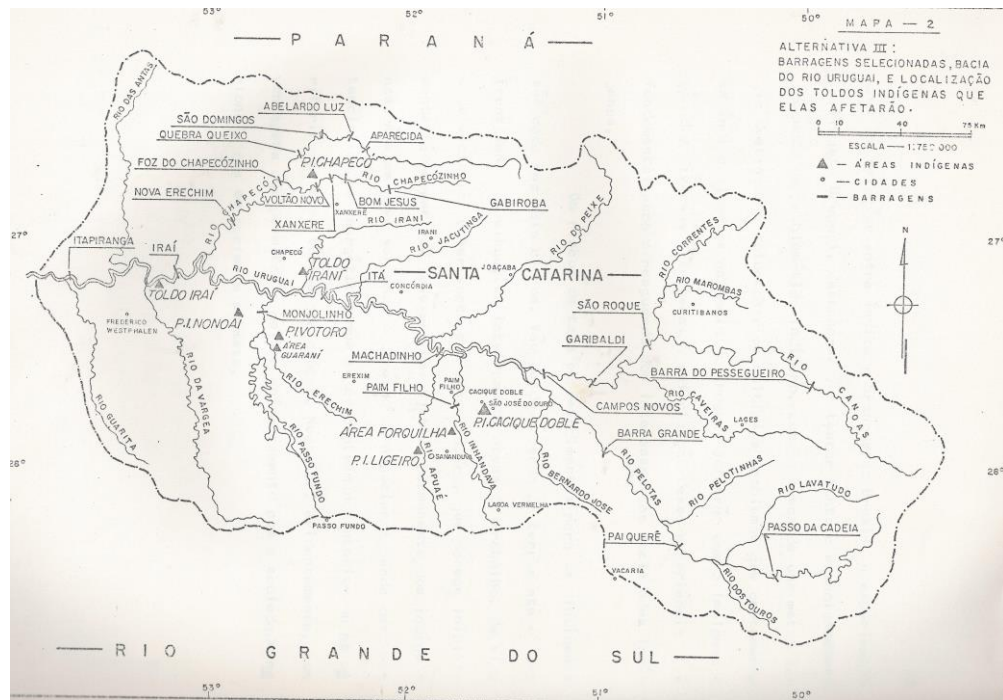
Principais etapas na formação do setor elétricos brasileiro.

Período	Principais Eventos
1880-1930	<i>Monopólio privado</i> – primórdios do uso da energia elétrica no Brasil, com a implantação dos primeiros empreendimentos nacionais e estrangeiros, dominados a partir da década de 1920 pelas empresas de capital estrangeiro.
1931-1945	<i>Presença do Estado</i> – o Estado elabora as primeiras regulamentações no setor, com destaque para a implantação do Código de Águas, em 1934. A aceleração do desenvolvimento econômico brasileiro corresponde a um aumento da demanda de energia que não tem contrapartida em investimentos. Corresponde ao governo de Getúlio Vargas.
1946-1962	<i>Estado Indutor</i> – com a queda de Vargas, é estabelecida uma maior participação do Estado no setor elétrico, com aumento dos investimentos públicos, especialmente nas concessionárias estaduais. Criação da Eletrobrás em 1962.
1963-1979	<i>Modelo Estatal</i> – a Eletrobrás é a empresa indutora do processo de nacionalização e estatização do setor elétrico, efetuando grandes investimentos. É consolidado um novo modelo institucional que atingiu seu ápice em 1976.
1980-1992	<i>Crise institucional</i> – com a crise econômica se agravando, o crescimento do setor elétrico é afetado. Em 1992, a inadimplência é generalizada e o modelo estatal é questionado.
1993-2002	<i>Modelo Híbrido</i> – promulgada a Lei nº8.631/93, que equaciona os débitos. Começam as mudanças institucionais no setor elétrico brasileiro. Ao final de 2002, a geração e a transmissão de energia eram, majoritariamente, de empresas estatais e a distribuição era principalmente privada.

Fonte: Gomes; Vieira (2009:300). Adaptado pela autora.

ANEXOS

ANEXO 1 – MAPA “ALTERNATIVA III: BARRAGENS SELECIONADAS, BACIA DO RIO URUGUAI, E LOCALIZAÇÃO DOS TOLDOS INDÍGENAS QUE ELAS AFETARÃO” (ORIGINAL DO DOCUMENTO).



Fonte: UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1980, p. 42.

ANEXO 2 – QUADRO “HIERARQUIZAÇÃO DOS APROVEITAMENTOS”.

HIERARQUIZAÇÃO DOS APROVEITAMENTOS			
Nº de Ordem	Aproveitamento	Energia Firme Incremental (MW) (1)	Índice Custo/Benefício (US\$/MWh) (2)
0	Passo Fundo (3)	83	–
1	Itá	219	15
2	Machadinho	288	15
3	Barra Grande	300	16
4	Campos Novos	87	17
5	São Roque	363	15
6	Garibaldi	258	15
7	Barra do Pessegueiro	94	16
8	Itapiranga	286	17
9	Iraí	352	17
10	Passo da Cadeia	130	17
11	Pai Querê	225	17
12	Monjolinho	26	34
13	Foz do Chapecozinho	46	37
14	Aparecida	55	32
15	Abelardo Luz	34	28
16	Nova Erechim	65	29
17	São Domingos	26	27
18	Quebra-Queixo	21	27
19	Gabiroba	12	45
20	Voltão Novo	14	43
21	Bom Jesus	29	41
22	Xanxerê	16	29

NOTAS: (1) – Energia firme adicionada ao sistema existente constituído pelas Usinas de nº de ordem inferior.
 (2) – Data-base dos custos: janeiro 1979.
 (3) – Usina já em operação.

Fonte: ELETROSUL/CNEC, 1979, p. G-96.

ANEXO 3 - "QUADRO SÍNTESE DOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS PARA AS POPULAÇÕES TRIBAIS" (ORIGINAL DO DOCUMENTO).

Quadro síntese dos impactos sócio-econômicos para as Populações Tribais.

- A L T E R N A T I V A S -							
POSTO OU POLO INDÍGENA	I	II	III	IV	V	VI	VII
Itaip	(02)	(02)	(02)	- Inundado - 16 casas, 80 pessoas, fonte de renda			
Koheai	(12)	(12)	(12)	Com mais curva de nível de erro, inundará 68ha. Agric. e cria Probl. Políticos.			
Itaip	Inundará 36ha. agric. 03 casas 16 pessoas	36 ou 46 ha agric. 03 casas 16 pessoas	36 ou 46ha. agric. 03 casas 16 pessoas	46 ha. agric. 03 casas 16 pessoas	46 ha. agric. 03 casas 16 pessoas	16ha. agric. 03 casas 16 pessoas	16 ha. agric. 03 casas 16 pessoas
Ligeiro	/	/	320 ha. agric. 02 casas 14 pessoas ponte	/	320ha. Agric. 02 casas 14 pessoas ponte	/	320 ha. agric. 02 casas 14 pessoas ponte
C. Doble	/	(10)	/	/	/	/	/
C. Doble/Burq.	/	80ha. agric. centário indígena	/	/	/	/	/
Chapadô	180ha. incl. 750ha. mata 90 casas 553 pessoas escola enfermaria sede do posto serraria duas pontas grandes efeitos uso.	1.430 ha, incl. 1.750ha. mata 100 casas 725 pessoas 2 escolas	/	/	/	/	/

1. / - Sem efeito
2. //// - Efeitos sec. de uma barragem
3. //X// - Efeitos sec. de duas barragens
4. (02) - Km. entre construção e área indígena
5. → - Idêntico ao antecedente.

Fonte: UFSC/FAPEU/ELETROSUL, 1978, p. 158.

ANEXO 4 – ARTIGO DE SILVIO COELHO DOS SANTOS SOBRE A BARRAGEM NORTE NA TI IBIRAMA LAKLÃÕ (SC).

Página 6

Outubro de 1990

XOKLENG

Invasão não resolveu o impasse

O governo se recusa a cumprir os acordos firmados com os índios para a construção da Barragem Norte, mesmo depois da invasão das casas do extinto DNOS

Há mais de três meses cerca de 80 famílias Xokleng, e entre elas algumas Kaingang, da Área Indígena Ibirama, estão ocupando 20 casas funcionais do extinto DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), no canteiro de obras da Barragem Norte, em José Boiteux (SC). Os índios exigem que o Governo Federal assumira o saldo da dívida de acordos que fizeram com a estatal, em 1981, para indenização dos prejuízos causados pela construção da barragem, criada em territórios xokleng e destinada à contenção das cheias do Vale do Itajaí. A situação até o momento é de impasse, mas a Justiça Federal no Estado de Santa Catarina determinou, no início de agosto, o arrolamento dos bens do DNOS que estão no local, para posterior inventário e pagamento do débito.

A Barragem Norte foi inaugurada em 1960 pelo Governo Sarney, embora ainda não estivesse concluída. Entre 1980 e 1974 foram feitos estudos intermitentes para a realização da obra e, em março de 1975, foi iniciada, sem consulta aos índios. Após a extinção do DNOS pelo Governo Collor, as obras foram suspensas, mas a previsão é que sejam retomadas. A Área Indígena Ibirama possui 14 mil 156 hectares, destes, 817 inundados pelo lago da barragem.

Com o fim do DNOS, os índios ficaram sem saber de quem cobrar a indenização. Até o momento, eles re-

cebaram apenas 30 casas e uma parte em dinheiro. Mas os acordos previam cerca de 20 itens ainda não cumpridos, entre eles a construção de mais de 35 casas, uma escola, duas pontes péneis e verba de indenizações por obras da barragem e para viabilização de projetos econômicos.

Os Xokleng e Kaingang estão passando grandes dificuldades no acampamento, mas prometem ficar lá até que os acordos sejam cumpridos. O ex-cacique Xokleng Aristides Criri chegou a fazer um apelo dramático às entidades presentes em uma reunião realizada no início de setembro. "Ajudem-nos, ajudem-nos... não temos mais a quem pedir. E nós queremos permanecer aqui até conseguir o que queremos" — lamentou.

De acordo com o Cimi/Sul, os Xokleng organizaram-se em comissões com o objetivo de discutir o assunto com autoridades do governo e com as entidades que estão solidárias ao movimento. Eles decidiram pressionar as autoridades para a resolução imediata do problema. Querem marcar uma audiência com o governador de Santa Catarina, Cassiano Maldener, e já sugeriram às entidades e população em geral o envio de telegramas para o governo do Estado, parlamentares federais, estaduais e municipais, com mensagens reivindicando o cumprimento dos acordos.

A articulação com a Onuati

Os Xokleng estão se articulando com a Organização das Nações Indígenas do Sul. No final de agosto, três representantes da Onuati estiveram na Área Indígena Ibirama, os Kaingang Enes Minto, Nelson Xangrê e Carlos Ribeiro. Essa entidade foi recentemente criada e representa um avanço para a organização dos índios da região Sul.

O antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, que tem trabalhos publicados sobre os Kaingang, esteve na reunião no início de setembro e se solidarizou com o movimento indígena. Ele chegou a sugerir, "como medida emergencial", a interdição da barragem. O antropólogo acredita que "outra providência será solicitar à Funai um plano de sustentação econômica para a comunidade indígena e assistência por parte do Governo Federal, já que a Constituição lhe garante este direito" (ver quadro).

O movimento indígena tem o apoio de diversas entidades e instituições. Entre elas, o Conselho Indígena Missionário, Associação Brasileira de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Associação Nacional de Apoio ao Índio, Conselho de Missão entre os Índios, Comissão de Missão Indígena, Movimento de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, Paróquia Evangélica de Ibirama, Dio-

cese de Rio de Sul e alguns parlamentares. Os índios apelaram, ainda, para que a sociedade faça doação de alimentos e roupas, para amenizar a situação das famílias que estão no canteiro de obras.

Segundo relato do Cimi/Sul, a Barragem Norte vem causando prejuízos aos Xokleng há muito tempo. Em outubro de 1980 os índios chegaram a solicitar sua emancipação, causados que já estavam com a interdição da Funai. "Desistiram quando perceberam que por trás da política de emancipação estava a perda dos direitos indígenas, especialmente o direito à terra", comenta a indígenista do Cimi/Sul, Jussara Caspary. Ela conta, ainda, que essa nação já tentou de diversas maneiras resolver o problema. "Em maio de 1981, os índios prenderam funcionários da Funai, exigindo indenização justa pela perda de suas terras, em maio de 1983 eles chegaram a embargar as obras da estrada que contorna o lago da barragem, em maio do mesmo ano, tomaram 17 funcionários do DNOS como reféns, apreenderam máquinas e movimentos de embargaram a construção da estrada. Em abril de 1990 os Xokleng interditarão a estrada e prenderam caminhões que faziam a retirada de material do canteiro de obras. E agora eles afirmam que não usam das casas do DNOS até que a situação seja definitivamente resolvida".

Resta a alternativa da interdição da barragem

No apagar das luzes do governo Sarney foi inaugurada a barragem de Ibirama. A obra não estava terminada. Falavam os equipamentos necessários ao fechamento das comportas. Falavam diversos complementos na área da laçada de contenção. Falavam diferentes itens relativos às indenizações a que tinham jus as populações indígenas atingidas pelo empreendimento, tais como o término de estradas e a construção de casas, escolas, enfermaria, rede de água etc.

Em seguida, o novo governo decide pela extinção do DNOS, órgão responsável pelo empreendimento. A situação difícil que há mais de 15 anos vinha sendo vivenciada pelos índios atingidos, em consequência dos efeitos perversos da barragem, se agravou rapidamente. A desativação do DNOS deixou essa população sem interlocutor, sem responsável pela solução dos problemas reais que estão sendo vividos. No caso, a Onuati (FUNAI) foi e é necessária. Os diversos acordos, que a custa de muita luta haviam sido obtidos pelos índios junto aos DNOS e pelos quais teriam garantidos alguns direitos mínimos, acabaram não sendo cumpridos.

Foi neste contexto que os indígenas de Ibirama, mas não eles, tomaram a iniciativa para cobrar do governo aquilo que legitimamente têm direito. Decidi-



Sílvio Coelho dos Santos: "os índios não vão se submeter à burocracia madrastra"

ram invadir o acampamento da empresa construtora da barragem e ocupar as casas ali existentes. E ali estão há mais de três meses esperando que haja decisão das autoridades competentes em atender seus reclamos. Autoridades que até o momento estão fazendo "algo de se esquecerem", ou, quando outro, mais comum, pertencente à esfera de competência e geralmente traduzido numa prática "de eu não tenho nada com isto" ou "não é da minha área".

Em realidade o que está acontecendo em Ibirama é bem um retrato do Brasil presente. Um Brasil onde a apropriação do máximo dos recursos financeiros e de privilégios por um poucos é a regra. A maioria da população vive em condições inadmíssíveis quanto à saúde, educação, alimentação, trabalho e perspectivas de futuro.

Mas a população indígena de Ibirama não está disposta a se submeter às imposições de uma burocracia madrastra, conviente com os privilegiados. Ao contrário, essa população tem ideia clara sobre o que quer e de como consegui-lo. Sabe que é minoria. Sabe que sofre uma longa história de violência, que tipifica o etnocídio e o genocídio. Assim, reagiu e luta. Primeiro, lutou against suas divergências internas, referendo alianças perdidas entre seus diversos líderes. De-

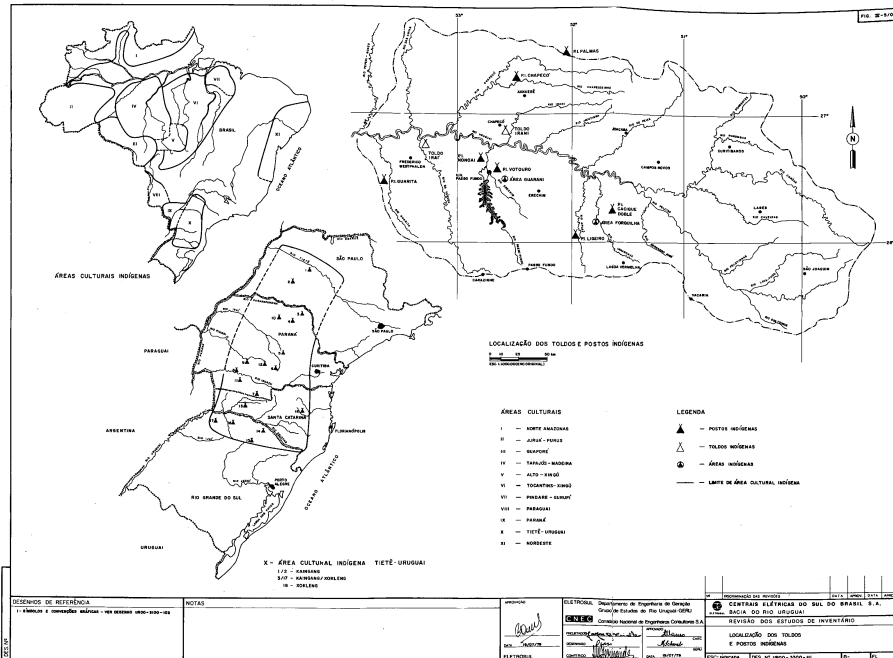
pois, promoveu a invasão do acampamento de obras. A seguir, obteve apoio de dezenas de entidades civis, em particular de indígenas, missionários, antropólogos, ecologistas etc., e contou com as referas legais, em particular a Procuradoria Geral da República. Depois reuniões foram realizadas. Todos visando interlocutores capazes de tomar as decisões necessárias e justas, nos prazos mais urgentes possíveis. Tais interlocutores, porém, ainda não se dignaram a aparecer.

Neste quadro, parece, só uma última alternativa se impõe. A barragem de Ibirama deve ser interdita. A Procuradoria da República e do Estado, que por dispositivos constitucionais tem que defender os interesses dos indígenas, bem como de toda a população, na condição de guardiões das leis, caso os indígenas assim reivindicarem, não terão outra forma de agir. Interdição a barragem, talvez obrigue a tomada das decisões políticas necessárias à minimização dos problemas vivenciados pela população indígena. População que vai ter o ônus de conviver com o lago de contenção. População que na condição de minoria ética tem direito à proteção do Estado brasileiro, da Organização das Nações Unidas e da própria humanidade.

(Sílvio Coelho dos Santos)

Fonte: *Jornal Porantim*, Outubro de 1990.

ANEXO 5 - TOLDOS E POSTOS INDÍGENAS AMEAÇADAS PELAS HIDRELÉTRICAS PROPOSTAS À IMPLANTAÇÃO NA BACIA DO RIO URUGUAI (SC/RS) E IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTURAIS (GALVÃO, 1960).



Fonte: ELE TROSUL/CNEC, 1979, Apêndice IV.